

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:
Entendendo o caso de Porto Alegre**

SÍLVIA CRISTINA FRANCO AMARAL

CAMPINAS – SÃO PAULO

Julho de 2003.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Am13p Amaral, Silvia Cristina Franco
Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de
Porto Alegre / Silvia Cristina Franco Amaral.-- Campinas, SP: [s. n.], 2002.

Orientador: Antônio Carlos Bramante

1. Lazer. 2. Políticas públicas. 3. Cidadania. 4. Participação. I.
Bramante, Antônio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação Física.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Sílvia Cristina Franco Amaral e aprovada pela comissão julgadora em 04 de julho de 2003.

Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Prof^a Dr^a Olgamir Francisco de Carvalho

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoy Trigo

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIAS

É difícil saber como e por onde começar os agradecimentos e as dedicatórias. Estive pensando, durante todo o tempo de meu envolvimento nesse estudo, como seria o final dele. Agora, quando realmente é chegado o final, tento encontrar e valorizar as pessoas e as instituições que significaram e significam muito para mim e que me ajudaram a continuar caminhando nos momentos mais difíceis.

Entre muitas idéias, dúvidas e teorias, enfim encontrei uma metáfora, através da qual pude pensar claramente e encontrar a compreensão, senão a satisfação, de expressar a importância desse processo na minha vida pessoal e profissional.

A metáfora é a do nascimento, desenvolvimento e desabrochar de uma flor. Para mim, esse processo consiste de três partes: o “nascimento” ou a “abertura”, quando diversos componentes da natureza se juntam para dar energia e força ao momento; o “desenvolvimento”, no qual a flor vive a sua exuberância e a sua síntese. Durante esse período toda a sua capacidade de captar a energia potencial é explorada ao máximo e o contato com outros seres da natureza pode potencializar o processo. Por fim, o “desabrochar”, que é a expressão da maturidade, quando pode haver novos nascimentos e a plenitude é alcançada.

Meu “nascimento” para esse estudo foi possibilitado por duas instituições e pelas pessoas que nelas se encontravam. Agradeço a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me liberou e me proporcionou o financiamento, através do programa institucional PICDT-CAPEs, e a Faculdade de Educação Física da Unicamp, que me recebeu para cursar o doutorado. Em especial, agradeço ao Departamento de Estudos do Lazer, ao qual vinculei-me mais de perto. Foram muitos os aprendizados, do riso a humildade acadêmica necessária. Obrigado a todos! Obrigado “Cezinha” e “Carmosa”, secretários do departamento, que seguraram algumas pontas comigo.

Agradeço e dedico meu trabalho, ainda como parte do “nascimento”, com especial carinho ao meu orientador, Antonio Carlos Bramante. Tu me recebeste, acompanhaste e tiveste paciência para esperar que o amadurecimento acadêmico e pessoal chegasse e me permitisse escrever essa síntese que ora apresento.

Cheguei em Campinas, na Unicamp, com a “mala” cheia de sonhos, de utopia e de receios. Pensava que não ia me adaptar às condições de vida na cidade, queria fazer logo os créditos e ir embora. As aulas iniciaram, agradáveis surpresas e experiências interessantes, mas também algumas decepções. Aos poucos o corpo do trabalho foi ganhando formas diferentes. Às vezes a forma e o conteúdo estavam muito claros, em outras havia confusões e paradoxos que aparentavam ser intransponíveis. Fui fazendo novas amizades, fui reencontrando amigos dos quais havia me afastado em outros momentos da minha vida. Aos companheiros de jornada, das preocupações, das discussões acadêmicas, das festas, da natação e do futebol, ficaram muitas lembranças e uma amizade que “nem o tempo, nem a distância” poderão apagar. Foi ótimo encontrá-los e algumas de nossas discussões estão redesenhadas nos meus escritos, Simone, Tânia, Diná, Sandoval, Edgard, Roberto, Bolinha, Giuliano, Mari(s), Luciana e Fernando.

Mas o “desenvolvimento” não foi cercado de amizades somente da vida acadêmica, tive amigos distantes e outros por perto que me apoiaram, que me puxaram a orelha, que me escutaram em momentos de crise. Obrigado Ana, Albert, Railde, Amanda, Ronaldo, Valentin, Rose, Rita, Adelaide, Lili, Carmen, Walcy, Mônica, Iracema e Iara. Em especial, quero também agradecer e dedicar esta etapa da minha vida, aos meus familiares. Juju, Marcos, Marli, Cacá, Cláudio, Jussara, Xanda, Michele, Ricardo, Suzana, Tita, Paulo, Iara, André e Ana Paula, muito bom sabê-los meus grandes amigos, apoiadores e torcedores, amo vocês. Certamente, vocês não fazem parte somente do meu “desenvolvimento”, mas redescobri-los fez parte deste período! Descobri que meu pai me faz falta. Sei que ele, quando morreu em 1992, era meu grande incentivador, apostava que eu seguiria a vida acadêmica e havia me dito isto desde pequena. Jamais apaguei da minha memória as doces ou as duras palavras que dele ouvi.

No período do “desenvolvimento” me reaproximei do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade científica na qual aprendi o que é militância acadêmica. Antes dele, veio a aproximação com três caras que eu respeito e admiro e que por isso convidei-os a fazer parte da minha banca. Obrigado por tudo que aprendi com vocês e através de vocês, Lino, Stigger e Jocimar. Lino, às vezes foi bem difícil continuar convivendo contigo, tu és exigente, por vezes excessivamente, contudo certamente foi essa tua exigência na qualificação que me ajudou muito no redimensionamento desse estudo.

Espero ter conseguido atender as tuas sugestões, as quais a banca e eu prontamente reconhecemos como importantes.

Bem, mas já estou me dirigindo para o “desabrochar” metafórico, ou seja, para a defesa...Antes dela, nela e com certeza depois dela, quero agradecer a força, dedicar meu trabalho e declarar toda a plenitude do meu amor a ti, Pedro. Estranho, surpreendente e maravilhoso é saber que tu estiveste ali ao meu lado o tempo todo, primeiro como um profissional competente, que eu respeitava mas mantinha uma distância e, quase no fim do meu “desenvolvimento” foi maravilhoso descobri-lo homem (meu homem), amigo, amante e companheiro. Teu amor, tua calma e tua compreensão me ajudaram a finalizar esse trabalho num momento crítico e de muita ansiedade. Aprendi que ansiedade se aplaca com carinho, que dores nas costas e no corpo se curam com beijos e abraços e que medos ficam pequenos frente a um sentimento como o que eu tenho por ti.

É chegada a hora do “desabrochar”, agradeço a todos que aceitaram estar na banca, Bramante, Lino, Stigger, Olgamir, Trigo, Gustavo e Jocimar. Dedico esse estudo à administração pública da cidade de Porto Alegre e aos seus cidadãos. Espero que ele possa contribuir para a prática social, em especial daquela cidade, mas também de outras instâncias do poder público que dele quiserem fazer a crítica, acatar os questionamentos, tomar os avanços como parâmetros e superar os paradoxos constatados.

SUMÁRIO

	Lista de tabelas e figuras	xv
	Lista de siglas	xvii
	Resumo	xxi
	Abstract	xxiii
1	Introdução	01
1.1	O caminho metodológico	25
2	As políticas públicas de lazer em Porto Alegre : o lugar da SME	31
2.1	Alguns aspectos da conjuntura geral quando a Frente Popular assumiu a administração municipal em Porto Alegre	33
2.2	O âmbito do lazer nas três gestões da Frente Popular na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) – alguns apontamentos	38
2.2.1	O primeiro mandato (1989 – 1992)	39
2.2.2	O segundo mandato (1993 –1995)	50
2.2.3	O terceiro mandato (1996 – 2000)	57
2.2.3.1	As políticas da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) no terceiro mandato a Frente Popular	60
2.2.3.1.1	A base conceitual	61
2.2.3.1.2	As diretrizes da política e a estrutura organizacional da SME	69
2.2.3.1.3	Espaços físicos, projetos e programas da SME	74
3	Da Idiotia à Participação Cidadã – os diferentes fóruns de participação e as perspectivas para uma cidadania emancipatória no campo do lazer	88
3.1	O processo do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre	91
3.2	O processo do OP no ano de 2000	110
3.3	O âmbito do lazer no OP, no ano de 2000	119
3.4	As comunidades observadas	124
3.5	O III Congresso da Cidade	130
4	Avanços e paradoxos da participação cidadã na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre – considerações finais	134
4.1	O tempo	136
4.2	O espaço	143
4.3	A abrangência conceitual e ações intersetoriais	148
4.4	O poder de decisão dos cidadãos	154
5	Referências	168
6	Anexos	175

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1	Organograma da SME	71
Tabela 1	Grau de escolaridade dos participantes do OP	112
Tabela 2	Resposta à pergunta por que participa do OP	113
Tabela 3	Como foi informado das reuniões do OP	114
Tabela 4	Costuma falar nas reuniões/frequência	114
Tabela 5	Número de entidades que participa	115
Tabela 6	Entidade que mais participa	115

LISTA DE SIGLAS

ACM - Associação Cristã de Moços
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASSCOM – Assessoria Comunitária
ASSEPLA –Assessoria de Planejamento
CAR – Centro Administrativos Regionais
CELAR – Centro de Estudos do Lazer
CLT - Código de Legislação Trabalhista
CMD – Conselho Municipal de Desporto
CMPDDU- Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
COP – Conselho do Orçamento Participativo
CRC – Centro de Relações Comunitárias
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DS – Democracia Socialista
EPT- Esporte para Todos
FEE- Fundação Estadual de Economia e Estatística
FESC – Fundação Social e Comunitária
FUNDESP – Fundação Municipal do Desenvolvimento Desportivo
GAPLAN- Gabinete de Planejamento
GT – Grupo Temático
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano
JIRGS – Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
OP – Orçamento Participativo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDDU-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PDE – Plano de Desenvolvimento Econômico
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPA-Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PSD - Partido Social Democrata
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RS - Rio Grande do Sul
SERP – Supervisão de Esportes e Recreação Pública
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SME- Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SMIC – Secretaria Municipal de Produção e Comércio

SRP - Serviço de Recreação Pública

UAMPA – União de Associação de Moradores de Porto Alegre

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:

Entendendo o caso de Porto Alegre

O estudo situa o tema da participação cidadã nas reivindicações por políticas públicas de lazer no município de Porto Alegre, tomando-se por base o ano de 2000. Essa experiência é anunciada pela Frente Popular como uma proposta contra-hegemônica, que constrói as bases para uma nova cidadania e um entendimento conceitual do lazer diferenciado do modelo alicerçado no controle social, na assistência ou no consumo de bens e serviços. A Frente Popular embasou sua atuação num modelo híbrido de democracia, mesclando um sistema representativo com a possibilidade de participação da população nos rumos da gestão pública, elegendo o processo do Orçamento Participativo (OP) como fórum privilegiado de interlocução com a sociedade civil. A pergunta central do estudo é: como se dá a participação da população na formulação das políticas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre? Quais são as possibilidades e limites dessa participação? Os dados analisados foram coletados através de questionários, documentos, entrevistas e observações. Optei por usar a técnica de triangulação na análise dos dados, dessa forma, durante todo o texto há um constante diálogo entre teoria e realidade e entre as diferentes fontes de pesquisa. É possível dizer que em relação ao poder decisório da população na reivindicação e definição das políticas públicas de lazer, os avanços restringem-se às demandas surgidas nesta área, tanto no OP, como durante o Terceiro Congresso da Cidade que contemplou, em uma reflexão específica, espaços para o lazer na cidade. Houve um aumento de ações sistemáticas pela Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) e avançou-se num processo de inversão de prioridades, criando espaços físicos em regiões da cidade que antes nada possuíam. No âmbito da política pública do município os avanços já são visíveis, contudo a política específica da SME apresenta paradoxos a serem resolvidos. O conceito de lazer com o qual a SME trabalha é limitado, aproximando-se de uma concepção de controle do tempo social e não condiz com as perspectivas mais gerais, anunciadas pela Frente Popular; o processo de co-gestão comunitária proposto pela secretaria nem sempre se alinha com o discurso adotado; as ações intersetoriais observadas ainda são poucas e precárias. Os avanços denotam um caminho já andado e os paradoxos precisam ser superados para o estabelecimento de novas bases de relacionamento entre sociedade civil e poder público, na qual a participação cidadã não sirva apenas como utopia.

PALAVRAS CHAVE: políticas públicas, lazer, participação cidadã

ABSTRACT

LEISURE PUBLIC POLICIES AND CITIZENSHIP PARTICIPATION: Understanding Porto Alegre Case

The study situates the theme of citizenship participation on the claiming for leisure public policies in Porto Alegre city, taking as base the year of 2000. This experience is announced by “Frente Popular” (Popular Front) as a no hegemonic purpose, that build up the bases for a new citizenship and a differentiated leisure conceptual understanding from the model based on social control, on the assistance or on the consumer benefit and services. “Frente Popular” based its acting on a hybrid democracy model, mixing a representative system with the possibility of popular participation on the path of public management, electing the process of Participatory Budget (**PB**) as a privileged forum speaker with the civil society. The study central question is: How does the popular participation on the leisure public policies formulation in Porto Alegre city is done? Which are the possibilities and limits of this participation? Data analyzed were collected throughout questionnaires, documents, interviews, and observations. I chose to use the triangulation on analyzing data, this way, then, there is a constant dialogue between theory and reality, and among different sources of research along the text. It is possible to say that in relation to the population decision power on the claiming and definition of leisure public policies, advances are restricted to the demands arouse within this area, as much on the PB as so during the Third City Conference that contemplated, in a specific reflection, spaces for leisure in the city. There were a raise of systematic actions by the Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer -SME (General Municipal Office of Sports, Leisure and Recreation) and advanced into a priorities inversion, creating physical spaces in city regions that did not have anything before. Within city public policies scope, advances are already visible, however specific politics from SME present paradoxes to be solved. Concept of leisure on which SME works is limited, getting close to a social time control concept, and does not match the more general perspectives, announced by “Frente Popular”; process of communitarian co-management purposed by General Office not always gets aligned with the adopted speech, observed actions among sectors are few and precarious yet. Advances indicate an already done path, and paradoxes need to be overcome to establish new relationship bases between civil society and public power, on which citizenship participation does not serve only as Utopia.

KEY WORDS: public policies, leisure, and citizenship participation.



INTRODUÇÃO

*Olho o mapa da cidade,
como quem examinasse
a anatomia de um corpo...*

(É nem que fosse o meu corpo!)

*Sinto uma dor infinita,
das ruas de Porto Alegre*

onde jamais passarei...

*Há tanta esquina esquisita,
tanta nuança de paredes,
há tanta moça bonita
nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
que nem em sonhos sonhei)*

*Quando eu for um dia desses
poeira ou folha levada
no vento da madrugada,
serei um pouco do nada
insensível, delicioso*

*que faz com que teu ar
pareça mais um olhar*

*suave mistério amoroso
cidade do meu andar.
(Desde já tão longo andar!)*

E talvez do meu repouso...

(Mário Quintana)

Vivo e observo Porto Alegre como quem olha a anatomia de um ser vivo e mutante. Porto Alegre é formada pela participação dos elementos configurados pelo espaço urbano: cidadãos, administradores, visitantes, problemas, projetos.

Com o advento da modernidade, as cidades constituíram-se em centros de articulação política e cultural, transformando o espaço físico que sofre impactos imediatos de urbanização, de ações dos governos local, regional, nacional e internacional, em prol ou não dos cidadãos. Na relação entre Estado e sociedade civil configura-se a forma dos cidadãos se portarem como atores sociais, estabelecendo-se os desafios a serem enfrentados pelo poder público.

Tomando emprestada uma metáfora usada por Calvino a respeito das cidades, em seu livro “Cidades Invisíveis”, é possível esboçar alguns destes desafios. Diz ele: “as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos” (1990 p. 11). Os muros que as cercavam, na Antiguidade, e os atuais condomínios fechados são reflexos deste medo. Nesta perspectiva, o inimigo está do outro lado do muro, sempre reinventado, para garantir os que podem transformar o medo em necessidade e o desejo em separação. Nas últimas décadas do século XX e começo do século XXI, este medo agravou-se, formando uma segregação social cada vez mais radical, a qual configura-se especialmente nos grandes centros urbanos, porém não mais somente restrito a eles, uma “zona selvagem” em confronto com uma “zona civilizatória” (GENRO, 1999). Segundo o autor, hoje existe

uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transforma-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*) (GENRO, 1999, p. 2).

A descrição anterior pode ser vislumbrada, hoje, no crescimento do poder paralelo das principais capitais brasileiras, por meio de grupos de extermínio, de loteamentos clandestinos, de domínio das principais favelas pelo tráfico de drogas e do enfrentamento que esses mesmos grupos têm feito ao poder público.

É possível, também, lançar um outro olhar sobre o desejo pela cidade, quando tomamos uma outra metáfora de Ítalo Calvino. “A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se

satisfazer” (1990, p.16). Sob esta ótica é possível refletir a respeito da necessidade de usufruir a cidade como um espaço privilegiado para encontros e encantos, para debates políticos, assim como para a vivência de um diverso caldo cultural, materializando um cotidiano que vai além da opulência e do consumo conspícuo (VEBLEN, 1965) existente por detrás dos muros de condomínios fechados, de *shoppings centers*, de palácios suntuosos e prepotentes ou então, da total exclusão configurada pela miséria, que alguns querem simbolizar como o caos mutante de uma nova ordem global.

É possível transitar em Porto Alegre com a sensação de medo ou privilegiá-la como um espaço de convívio harmonioso. Há também aqueles que preferem vivê-la apaixonadamente - condição em que me coloco. Entretanto, esta paixão pela Capital que inspirou a poesia de Mário Quintana não é exclusividade do poeta nem tampouco minha; é um sentimento que toma conta de moradores e visitantes, despertando um suave mistério amoroso, desvendado a cada novo dia.

No dia 29 de outubro de 2000 (segundo turno da eleição municipal), constatei esta paixão, sentida por muitas pessoas, quando caminhava pelas ruas de Porto Alegre, percebendo um misto de festa e disputa no ar: a cidade que se autodenomina “capital da democracia” estava tomada de panfletos, bandeiras, buzinas, brincadeiras e centenas (se não milhares) de pessoas pelas ruas. Procurei andar pelo centro e em alguns bairros, não como transeunte passiva, mas como cidadã¹ do local que adotei e pelo qual fui adotada.

Porto Alegre parece dispensar apresentações, mas há nela detalhes importantes que não são conhecidos num primeiro olhar. É uma cidade localizada a 30°01’59” sul e a 51°13’48” oeste, equidistante dos eixos Buenos Aires-Montevideu, e São Paulo-Rio de Janeiro. Desde a criação do Mercosul, em 1991, ela vem se legitimando como representante do Brasil neste bloco econômico. Suas manifestações culturais e folclóricas, sua culinária, alguns hábitos da população e a proximidade geográfica, têm uma inegável identidade com os países do Prata.

¹ Quando uso a palavra cidadã, estou me referindo a uma construção conceitual, cujos pensar e agir estão no devir de uma mudança do sistema social. Qual o modelo de cidadania existente hoje no País? Quais são os limites impeditivos de seu pleno exercício? Existem propostas para a construção de uma cidadania emancipatória? A participação da população, direta e/ou por delegação em diferentes fóruns, a fim de definir, propor e controlar a ação da administração pública pode ser um caminho viável a esta construção? São perguntas importantes neste trabalho e serão abordadas em diferentes momentos do texto.

Possui uma área de 497km², cujo relevo caracteriza-se por planícies rodeadas de 40 morros, que ocupam 65% do solo urbano e é delimitada por uma orla fluvial de 72km. Ao longo das águas do Guaíba existe um número considerável de ilhas, de domínio municipal, tendo também a cidade a maior zona rural entre as capitais brasileiras, equivalente a 30% de sua extensão total. A região central possui uma grande densidade de edificações de onde partem as principais avenidas.

É uma cidade com 1.360.590 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, 2002). O centro e a parte oeste da cidade está dominada por uma larga faixa residencial de classe média e algumas favelas. Ao norte, há uma região industrial, na qual estão localizadas muitas fábricas e casas simples além de outras favelas. A área rural localiza-se ao sul e muitos caminhos que levam a essa região estão margeados pelas favelas mais pobres da cidade, que se ergueram em terrenos invadidos ou ocupados por loteamentos clandestinos. Contrastando com essa realidade, nestes mesmos caminhos, localizam-se muitos bairros residenciais das classes alta ou média-alta, como é o caso de Ipanema, Vila Conceição e Tristeza. Há, no sul, um projeto residencial popular isolado, a Restinga, criado durante o regime militar. Bairro bastante populoso onde vive um misto de pessoas com poder aquisitivo mediano e uma classe aproximando-se, econômica e socialmente, daquela que hoje é favelada. Depois da Restinga, existem os bairros do Lami, Belém Novo, Belém Velho e Vila Nova, onde antigamente havia residências de veraneio e hoje, pela acentuada poluição do Guaíba e pelo agravamento das condições sócio-econômicas grande parte dos mesmos transformou-se em comunidades dormitório ou estão em abandono. Há, nesse local, novos projetos residenciais construídos na última década, com o objetivo de promover o reassentamento da população desapropriada e retirada de áreas de risco, como por exemplo, a população da favela Cai-Cai, que habitava as margens do Guaíba, entre a sede do Internacional e o Estaleiro Só. Indo do Guaíba em direção leste, encontram-se diversos bairros de classe média e alta: o Moinhos de Vento, Higienópolis, Jardim Botânico, Chácara das Pedras, Três Figueiras, entre outros. Conjuntamente a esses bairros existem algumas vilas populares, dentre as quais algumas são regulares; outras vêm sendo regularizadas pela Prefeitura na última década e há outras áreas em total clandestinidade. Pela descrição dos bairros de Porto Alegre é possível perceber uma cidade

caracterizada pelo convívio próximo de classes sociais distintas, o que faz com que as tensões cotidianas sejam constantes, como também a oportunidade em resolvê-las.

“Porto Alegre é a capital brasileira, excetuando Rio de Janeiro e São Paulo, que na sua região metropolitana possui a maior área industrial.” (ABERS, 1997, p.68). Economicamente predomina a prestação de serviços, que representa 68,82% do Produto Interno Bruto (PIB). Em segundo lugar aparece o setor industrial, com 29,43% e, por último, a agropecuária, com 1,75%. A produção rural de frutas e produtos hortigranjeiros é também expressiva. Seu PIB é de 9,97 bilhões de reais e tem uma renda *per capita*, de R\$ 7.700,00.²

Fundada em 26 de março de 1772, a cidade passou por várias transformações em sua designação e em sua conformação físico-espacial, social, política e econômica. Desde a elevação de Porto Alegre ao *status* de cidade, houve uma preocupação com os melhoramentos urbanos. “Durante o século XIX, Porto Alegre serviu como escoadouro dos produtos coloniais e exerceu plenamente a função portuária e comercial. Contudo, o novo século trouxe outros e novos desafios para a capital gaúcha, assim modificações de ordem estrutural foram pensadas” (AMARAL, 2001, p. 112).

Naquele tempo a cidade estava embalada pelas mudanças na cena nacional, da abolição da escravidão à Proclamação da República, sobretudo ligada aos projetos de consolidação da ordem burguesa e do estabelecimento das condições propícias à expansão capitalista. Esse ideário teve uma forte conotação positivista e, por isso, em consonância com o crescimento populacional, foram pensados projetos que solucionassem os problemas urbanos mais graves, como o trânsito dos bondes, carroças e carros, além de cuidados com o asseio público, a coleta de lixo e dejetos fecais e com os lugares públicos para o convívio; também o combate aos hábitos ilícitos como a jogatina, “casas da luz vermelha” e bebedeiras. Nesse sentido, em 1909, a região central passou a contar com luz elétrica, e, em 1911, com uma rede de esgoto. Em 1914, o arquiteto Moreira Maciel propôs um projeto modernizante para a cidade.

O ócio era considerado o “grande pecado” contra o capital. Desta forma, já na segunda década do século XX, a cidade vinculou-se claramente à busca da modernidade

² Secretaria Municipal de Produção e Comércio (SMIC), Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEEE) e Banco Central, 1999.

urbana. Completaram-se assim as mudanças do Plano de Melhoramentos Moreira Maciel e, em relação à ocupação do tempo livre de trabalho, iniciou-se a ação do professor Frederico Guilherme Gaelzer, programando atividades de recreação pública. Frederico projetou, idealizou e implementou os Jardins de Recreio em praças públicas de Porto Alegre os quais tiveram o intuito de proporcionar medidas de prevenção à delinquência juvenil, além de ocupação saudável para as crianças. Para a terceira idade oferecia um espaço de recuperação de energias e dispunha aos trabalhadores atividades que lhes promovessem uma convivência harmônica. As praças possuíam equipamentos destinados à recreação infantil, as bibliotecas, quadras poliesportivas e espaços para descanso.

Com base em documentos da época, citados por Lêne Gaelzer (1979), foi possível concluir que os Jardins de Recreio foram criados sob uma proposta pedagógica, uma orientação e uma filosofia condizente com o ideário daquele tempo. A recreação foi entendida como

um direito da criança, do jovem, do adulto moço e do velho. Na primeira fase, em especial, com o objetivo pedagógico e de crescimento, na juventude e madurez, com os objetivos formativos, integrador, criativo e social, na velhice, uma compensação, criando novos estímulos e oferecendo a continuidade do aperfeiçoamento individual (GAELZER, 1979, p. 16).

A praça Alto da Bronze (atual General Osório) foi a primeira a ser inaugurada, seguida por outras, organizadas durante as décadas subseqüentes. Naquele tempo, os governos não denominavam esses programas de políticas públicas de lazer, contudo, tanto o espaço quanto a legislação, criadas a fim de manter tais atividades, podem ser consideradas como a primeira regulamentação dessas iniciativas.

A partir da década de 1940, a população urbana do Rio Grande do Sul cresceu. Fatos como a grande concentração populacional em pequenas áreas de terra, a concentração de grandes glebas na mão de poucas famílias, pertencentes à oligarquia gaúcha, e a mecanização da agricultura trouxeram uma pressão à zona rural.

A dificuldade de acesso dessa nova população a terras produtivas e um pequeno, mas significativo desemprego, fez com que ocorresse o êxodo rural [fenômeno que se verificou em várias regiões do Brasil]. Milhares de pessoas migraram para as adjacências do Estado do Paraná [Mato Grosso do Sul e outros estados do norte], à procura de terra ou foram para áreas urbanas à procura de emprego. O resultado foi que a população de Porto Alegre cresceu rapidamente. Em 1940, a cidade tinha menos de 300.000 habitantes, em 1960, tinha mais de 600.000 e em 1980, mais de um

milhão. Em trinta anos, entre 1950 e 1980, a cidade cresceu 186%, triplicando seu tamanho (ABERS, 1997, p.70).

O crescimento populacional trouxe para a cidade um fluxo de migrantes pobres, o que pressionou a ocupação de terras desabitadas ou a criação de um largo número de loteamentos clandestinos. Esse quadro tendeu a se agravar durante as décadas subsequentes, criando subhabitações e fazendo com que bairros e vilas fossem construídos sem condições de saneamento, de áreas de convívio ou mesmo de acesso. A prefeitura passou a ter problemas, cada vez mais graves, com a arrecadação de impostos sobre o solo urbano e sua organização. O Plano Diretor da Cidade foi criado com o intuito de sanar essas e também futuras deficiências na ocupação territorial, na circulação, abastecimento e saneamento urbanas, o que nem sempre se fez cumprir.³ Essa desorganização espacial refletiu-se no tempo livre de trabalho e nos espaços públicos de recreação e lazer. A cidade cresceu, mas as praças, parques e o próprio atendimento com ações de lazer, ligadas ao poder público, não acompanharam esse ritmo. A desestrutura com que certas regiões da cidade foram se formando, não permitiu e não permitirá, num futuro próximo, a construção de áreas com este fim, como é o caso do bairro Glória, que fica em meio a um morro, denominado Morro da Polícia, onde se encontra o Presídio Central e além disso é atravessado pela principal avenida que liga a zona norte à zona sul da cidade, constituindo-se também de diversas residências de moradores antigos. Os terrenos foram ocupados, as

³ Segundo documentos (leis, relatórios, Planos Diretores) da Prefeitura de Porto Alegre, a cidade aprovou seu primeiro Plano Diretor em 1959. Todavia, em 1939 já havia sido instalado pelo então prefeito José Loureiro da Silva um Conselho do Plano Diretor. Esse conselho tinha um caráter consultivo, haja vista as palavras do prefeito da época. Ele se referia ao conselho como aquele “para o qual apelarei nas horas difíceis de minha administração, no que concerne ao bem-estar da coletividade porto-alegrense” (SILVA apud Prefeitura Municipal de Porto Alegre- PMPA, 2000). Até a aprovação do primeiro Plano Diretor, esse conselho manteve reuniões sistemáticas compondo-se na primeira fase (1939 a 1942) de 16 membros, oriundos da sociedade civil, representantes da classe social mais alta e na segunda fase, vinculado à Diretoria de Urbanismo, com 11 membros, sendo seis funcionários municipais e cinco representantes de entidades públicas e classistas (1955 a 1979). Na primeira fase foram dez sessões plenas, e na segunda, o conselho se reuniu, ininterruptamente, até a instalação do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMPDDU), em 1979 (PMPA, 2000), sendo aprovado outro Plano Diretor, para ordenar o crescimento da cidade (PMPA, 2000). Nem o Conselho, nem os Planos Diretores aprovados, escaparam do desvirtuamento de suas funções. O crescimento da cidade, em muitos momentos, foi desordenado; as terras foram ficando na mão de poucos proprietários que praticaram a cultura da exploração imobiliária. “Hoje, mais de 40% das áreas vagas do município estão nas mãos de um pequeno número de proprietários” (LIMA, 1993, p.61). Em 1997, segundo Alfonsin, existiam em Porto Alegre mais de “250 favelas, que abrigava mais ou menos 400 mil pessoas” (1997, p.127). Somado a isto, uma política inconsequente, adotada, sobretudo na década de 70 e 80, privilegiou anistias e outros benefícios fiscais, fazendo com que “a principal fonte de receita da Prefeitura na década de 70, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tivesse sua arrecadação sensivelmente reduzida ao longo dos anos 80.” (VERLE e MÜZELL, 1994, p.13)

casas e prédios, construídos sem a obediência de um planejamento urbano prévio; dessa forma, esse bairro cresceu sem planejamento e construção de espaços físicos para abrigar uma praça ou mesmo um parque, no qual as pessoas pudessem usufruir seu tempo livre de trabalho ou a comunidade pudesse realizar atividades de lazer.

Outra característica marcante na cidade de Porto Alegre, e mesmo no Rio Grande do Sul, é sua tradição política considerada de esquerda. O Rio Grande do Sul tem uma longa distinção política no contexto brasileiro, por ser o berço do trabalhismo, versão Latina Americana do populismo. O populismo é definido por Michael Conniff como o “envolvimento multiclassista, expandindo coalizões eleitorais lideradas por uma figura carismática que promete enfrentamento através da justiça popular e a construção da solidariedade social.” (1982, p.3) ⁴

Um dos grandes políticos populistas brasileiros foi Getúlio Vargas, que nasceu e começou carreira política no estado do Rio Grande do Sul e, em 1930, logo após ter atuado como governador, tornou-se Presidente do Brasil. Ele estabeleceu o Estado Novo, em 1937. O regime caracterizou-se por um misto de tendências autoritárias, com o suporte de uma parcela das elites brasileiras, com apelos populistas à classe trabalhadora, dividida, inúmeras vezes, para apoiá-lo.

O Estado Novo, no tocante às questões trabalhistas, em especial as classistas, manifestou-se num esforço por organizar a classe patronal e os trabalhadores mediante uma conversão corporativista. Esse governou obrigou patrões e empregados a filiar-se em sindicatos que eram controlados por ele. Para descrever o regime do Estado Novo é

⁴ O populismo, segundo análise de diversos autores como Norberto Bobbio, Peter Wills, Mendes de Almeida, possui algumas características que podem confundi-lo com outros sistemas políticos (socialismo, fascismo, tradicionalismo), contudo, não pode ser caracterizado como uma doutrina precisa, senão como uma “síndrome” (BOBBIO, 2000). O termo constante é o povo, passando a ser considerado como “um agregado social homogêneo e que traz em si valores positivos, específicos e permanentes” (BOBBIO, 2000, p.980), além de ser sua quinta essência, evocado como aquele elemento social que parece menos contaminado por ingerências exteriores. Como seu postulado é de que o povo tem uma homogeneidade, excluindo assim a luta de classes, ele se distingue radicalmente dos movimentos sociais e dos movimentos interclassistas. A divisão acontece entre povo e não-povo. Por não-povo entende-se tudo que seja extrínseco a um povo territorial e qualitativamente determinado, como por exemplo a oligarquia argentina no período Perón, ou mesmo algum movimento de classe que seja julgado como portador de valores divergentes da tradição populista autóctone. Outra característica que se materializou na realidade concreta do populismo é aquela que sempre ressalta um líder carismático, o qual conta com a formação de uma elite de iluminados, capacitada para interpretar a vontade do povo e atendê-la. Exemplos fortes destes líderes na América Latina são: Perón, na Argentina e Getúlio Vargas, no Brasil. Por fim, o populismo acredita na possibilidade de um misto de restauração e modernização social e econômica. Valendo-se de valores tradicionais insurge-se contra as oligarquias cosmopolitas e tradicionais e apóia a mobilização em massa, presente na Revolução Industrial.

possível afirmar que o mesmo jamais quis o povo nas ruas, reivindicando qualquer coisa. Mesclava a representação com um paternalismo, nunca antes visto.

Como o governo de Getúlio Vargas adotou a corrente mais ortodoxa do positivismo, o objetivo da política moderna era incorporar o proletariado à sociedade, por meio de medidas de proteção ao trabalhador e sua família. Tal orientação teve rapidamente suas ações práticas no campo trabalhista da previdência social e sindical, bem como alicerçaram políticas de lazer.

As mudanças no campo sindical seguiram as novas orientações advindas do Código de Legislação Trabalhista (CLT), de 1943. Na CLT era perceptível a influência da Carta do Trabalho, que é a lei sindical corporativa proveniente do fascismo italiano.

Esta tendência do trabalhismo também esteve presente em diversas gestões da administração municipal de Porto Alegre. Entretanto, no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, em sua capital, sempre coexistiram movimentos políticos e sociais contra-hegemônicos, oriundos da esquerda mais próxima do comunismo e do socialismo.

Associações de bairro e movimentos sociais urbanos foram determinantes para a criação e sustentação do Partido dos Trabalhadores (PT) no RS. Qual a importância de salientar estes fatos? Para que numa leitura rápida e superficial o discurso populista não seja confundido com o discurso da esquerda socialista ou mesmo com o discurso atual da Frente Popular, no Brasil. Uma primeira e forte diferença é que as gestões trabalhistas se apoiaram basicamente no modelo de Estado desenvolvimentista, vinculando-se a criação de um sistema de proteção social à classe trabalhadora, que deveria se submeter a acordos com a patronal a fim de garantir seus direitos sociais, perdendo assim a total autonomia de suas lutas. O modelo de Estado Desenvolvimentista buscou inspiração no “keynesianismo” ou Estado máximo, sendo intervencionista em todas as esferas da vida social. Sua inspiração pretérita afirma-se na figura do “Wohlfahrt Staat dos Setecentos, ressurgindo no *welfare state* contemporâneo [...]” (BOBBIO, 1987, p. 124). A sociedade brasileira possui uma longa tradição deste pensamento, que remonta à década de 1920, adquirindo sua maior originalidade na década de 1960, quando utilizou os aportes teóricos da economia estruturalista, bastião do sonho de uma revolução burguesa e de uma prática de política populista. Esse pensamento foi denunciado por diversos pesquisadores de nossa formação

social e política como Caio Prado Jr (1977), O'Donnel (1988), Fiori (1995), Arretche (1996), Diniz (1997), Furtado (1999), entre outros.

Segundo Fiori, “o Estado desenvolvimentista [...] nasce autoritário, como único modo de arbitrar e repor as regras de convivência com a heterogeneidade; e industrializante, como única via de lidar com as restrições externas e fazer face à complexidade crescente e irrecusável das demandas internas”(1995, p. 86).

O modelo adotado pela Frente Popular hoje, tem, como ideologia, a independência da classe trabalhadora, que deve entender e apreender a estrutura estatal para nela interferir, contrapor e criar as tensões necessárias, além de demandar políticas públicas e, acima de tudo, pleitear a criação de conselhos populares, ou ainda vislumbrar o desenvolvimento de uma esfera pública não-estatal.

Outra diferença fundamental entre o trabalhismo e as propostas da Frente Popular está na forma de condução do poder estatal. Enquanto no primeiro, o poder está nas mãos de um líder carismático para a Frente Popular, as lideranças governistas devem ser entendidas como cidadãos comuns e precisam incorporar este discurso nas suas atuações, pois ocupam transitoriamente cargos administrativos; assim, necessitam descentralizar o poder para que um novo modelo social possa emergir.

Porém há experiências do socialismo real, como por exemplo o castrismo e o stanilinismo que se aproximaram e muito do populismo (o trabalhismo é a versão brasileira deste modelo de Estado). Segundo Norberto Bobbio “se se pode falar de populismo, referindo-o a certos sistemas socialistas [como os acima citados], é porque eles assimilaram e fizeram própria na prática a temática populista, afastando-se, na medida correspondente, da própria linha teórica.” (2000, p. 982).

O mesmo autor adverte que entre socialismo e populismo não pode haver aproximações e, estas ideologias devem ser encaradas como concorrentes e divergentes, não como complementares. A causa deste afastamento é a incompatibilidade que o populismo tem com o classismo, com o internacionalismo e com a matriz materialista do socialismo científico.

No primeiro período do governo de Vargas (1930-1945), na presidência do Brasil, houve uma continuidade do desenvolvimento urbano em Porto Alegre, mas acresceu-se a ele uma preocupação, cada vez mais premente, com uma classe trabalhadora que se

formava no interior das fábricas e no setor de serviços. Desta forma, as iniciativas públicas para a recreação, durante as décadas de 1920 a 1940, foram claramente vinculadas à expansão do capitalismo e à criação de solo fértil ao controle da classe trabalhadora, que assim não desperdiçaria sua força de trabalho em práticas não salutares no seu tempo livre de trabalho.

Tais iniciativas em Porto Alegre, ainda foram marcadas pela intensa participação do professor Frederico Gaelzer, com formação de influência germânica e pelo associativismo norte-americano (principalmente da Associação Cristã de Moços - ACM), as quais podem ser percebidas nas propostas dos Jardins de Recreio. Tanto as propostas de influência germânica como as da ACM, veiculavam preocupação com o desenvolvimento do cidadão, adequado ao sistema, ou que acredita no Estado como concedente de sua cidadania, e que busca, por meio de sua ação social, ajudar no combate às mazelas existentes, apaziguando portanto as desigualdades entre as classes. Não há vínculo algum entre essas propostas e um projeto que vise gerar solo fértil para o despertar de um cidadão, capaz de questionar as causas da desigualdade social e de, agindo, transformá-las. A liderança de Frederico Gaelzer extrapolou a função de criar os Jardins de Recreio pois em 1950, quando se criou o Serviço de Recreação Pública (SRP), ele se tornou seu primeiro supervisor.

Na política geral, o trabalhismo continuava lançando suas raízes profundas. Depois de deposto, em 1945, Vargas fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Imediatamente após sua volta ao Rio Grande do Sul, elegeu-se Senador; tendo recebido apoio da coligação PTB e do Partido Social Democrata (PSD). Vargas foi eleito novamente presidente do Brasil, em 1950, com o suporte dessa mesma coligação. Em 1954, cometeu suicídio, mas deixava escrita na história uma forte raiz do trabalhismo, a qual influenciou a política nacional e a gaúcha.

Na cena nacional, o PTB e o PSD competiram pelo poder nas décadas de 1940 a 1960. Em 1960, surge uma coligação anti-Vargas, a União Democrática Nacional (UDN). Mesmo tendo nascido no Rio Grande do Sul a UDN não conseguiu suplantiar a força dos outros dois partidos no estado, pois o PSD tinha suporte nas oligarquias rurais e o PTB se garantia com o apoio de uma parcela da massa de trabalhadores e da união corporativa de algumas organizações. Um dos principais líderes e intelectuais do PTB foi Alberto Pasqualini, que também foi prefeito de Porto Alegre.

Além de Vargas, outra liderança, surgida no PTB gaúcho, foi João Goulart. Ele, diferentemente de Vargas, foi mais dedicado aos direitos dos trabalhadores e às reformas sociais; também, menos confuso sobre a temática. Goulart foi presidente do Brasil entre 1961 e 1964 quando, especialmente por suas idéias radicais sobre reforma agrária e comunismo, as oligarquias rurais brasileiras e os militares o depuseram. Completando o quadro das grandes lideranças trabalhistas daquele período, Goulart tinha ao seu lado um cunhado, Leonel Brizola, que se destacou tanto na política regional como na nacional. Brizola foi governador do Rio Grande do Sul em 1958 e, em 1962, foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

Nesse período pré-ditadura militar (que se instaurou entre 1964 e 1984, tendo sido abrandada em 1979) o trabalhismo focou sua ação em promover direitos sociais à classe trabalhadora e organizar associações de moradores; o que desencadeou uma proliferação deste tipo de associações nas cidades do sul do País.

Durante o período do regime militar, muito político teve que se exilar, entre eles, Brizola e Goulart. Neste período a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) mandou no estado do RS e, conseqüentemente, nas suas cidades. A oposição foi feita, durante esse período, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido no qual conseguiram se organizar os políticos oposicionistas, aqueles que não haviam sido mortos ou exilados. Apesar das eleições para governador e prefeitos terem sido proibidas entre 1965 e 1979, nas eleições para Câmara de Vereadores, Câmara de Deputados Estadual e Federal houve manifestação oposicionista em Porto Alegre. Segundo Hégio Trindade “em 1966, o MDB recebeu 50% dos votos em Porto Alegre, em 1974, 57% da população votou nos candidatos do MDB” (1975,p.179).

Durante esse longo ciclo, descrito anteriormente, majoritariamente o modelo de Estado adotado continuou sendo o desenvolvimentista. Houve várias crises políticas (as mais marcantes foram as de 1950/54, 1961/64 e 1968/74) que proporcionaram ondas de crescimento e centralização de poder. Mas foi na última (1968/74), que profundas alterações econômicas e sociais ocorreram, modificando a correlação de forças no interior da cena política. As indústrias pesadas, privadas ou públicas, lideradas pelos oligopólios internacionais e nacionais estabeleceram-se, quase sempre associadas ou interdependentes consolidando-se no território nacional, a custo de gordos incentivos fiscais. “Firmou-se,

assim, um pólo moderno altamente concentrado, econômico e regionalmente, controlando mercados que já se constituíam enquanto monopólios.” (FIORI, 1995, p.110)

Esse período, conhecido como “milagre econômico” (final da década de 1960 e início de 1970), alicerçou-se em duas ordens de fatores:

a) uma conjuntura internacional com enormes condições favoráveis à acumulação interna de capital (possibilidade e interesse dos capitais estrangeiros de concederem empréstimos de curto prazo; mercado excepcionalmente favorável para alguns produtos de exportação, como a soja, por exemplo); b) utilização da capacidade ociosa, existente no aparato produtivo nacional e possibilidade de absorção de um sobretrabalho absoluto da população, economicamente ativa (dada a enorme reserva disponível de força de trabalho, ou seja, capacidade ociosa em termos de homem-hora). Essa intensa utilização da capacidade instalada e da reserva de força de trabalho evidenciou-se nos seguintes fatos, entre outros: as indústrias passam a trabalhar mais horas por dia (horas extraordinárias, turnos duplos e triplos) e mais dias por ano (aos domingos e feriados; aliás, os próprios feriados foram reduzidos por decreto governamental), absorvendo a maior parte da vida do trabalhador e da própria família assalariada, em seu conjunto. Para a concretização dessa decolagem econômica, seria fundamental, portanto, supor o saneamento provocado entre empresários e proletários [...]além disso, temos que observar uma série de medidas institucionais (e policiais) que, para os assalariados, se refletiram na desorganização da resistência trabalhista. (MORAES, 1999, pp. 24-25).

Esses fatores, considerados estabilizantes da economia nacional naquele tempo, trouxeram, como consequência, um grande aumento populacional na Região Sudeste e na Região Sul, o que já vinha se expandindo, desde a fuga do campo, nas décadas anteriores. Neste momento, também as populações das demais regiões do país foram atraídas para esses locais, agravando ainda mais o quadro das desigualdades sociais e regionais, já existentes. O êxodo rural e os movimentos migratórios intra-rural e intra-urbano, ocasionados pela busca de melhores condições de vida, de trabalho e pela ilusão de acúmulo de capital, aprofundaram problemas como a incapacidade de absorção de mão-de-obra e o desemprego estrutural, agravando as condições de vida nas principais capitais brasileiras e, Porto Alegre não foi exceção. A população desses locais viu-se obrigada a optar por um mercado informal desenvolvendo bolsões de marginalidade urbana.

Em 1940 a população de Porto Alegre era de 300.000 habitantes (ABERS, 1997); em 1973 de 965.521 e em 1978 de 1.077.453 habitantes (IBGE). Além disso, o êxodo rural trouxe uma população de baixa renda que foi se aglomerando em terrenos invadidos,

vivendo em subhabitações como bem nos mostraram informações de estudos realizados por Baierle (1992) e Abers (1997).

A partir da metade da década de 1970, o sistema foi mostrando aos brasileiros seus custos; a cara oculta dos gigantescos projetos estatais veio paulatinamente à tona e, em 1983, já se notificava que o déficit das estatais estourava, fazendo com que a dívida externa crescesse assustadoramente e a dívida interna fosse no mesmo caminho.

Diante do grave quadro social e econômico que o Brasil enfrentava e dos sinais de esgotamento do Estado desenvolvimentista, o governo militar, sobretudo o do General Geisel, construiu um projeto de abertura democrática para que acontecesse de forma lenta e gradual. Naquele tempo também se reorganizaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), os movimentos eclesiais e de Comunidades de Base e os partidos de esquerda. O PT foi fundado nessa época, bem como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Desenhava-se assim um amplo espectro de movimentos reivindicatórios e de crítica. Essa conjuntura possibilitou a campanha pelas “Diretas Já”, em prol de eleições diretas para presidente, levando a população às ruas. No entanto, o resultado foi frustrante, pois se constituiu um Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, que morreu antes de assumir o cargo. Estabeleciam-se as bases da Nova República, com Sarney (vice de Tancredo) a Presidência.

A oposição aos governos de direita retomava alguns de seus pilares e com a anistia em 1979, Brizola, ao retornar ao Brasil, fundou uma nova versão do trabalhismo, Partido Democrático Trabalhista (PDT). Elegeu-se em 1982 governador do Rio de Janeiro. Mesmo eleito governador de outro estado, Brizola continuou tendo muita influência no Rio Grande do Sul (RS). Seu principal afiliado político no RS foi Alceu Collares, que em 1985, na primeira eleição para a capital do Estado, após 20 anos de proibição, tornou-se prefeito.

A política adotada pelo governo Collares, em Porto Alegre, seguiu uma linha que privilegiou a construção de escolas, enfatizando projetos educacionais e uma abertura para a discussão com os movimentos sociais organizados. Não obstante, mantinha relações clientelistas com associações de moradores e com determinadas regiões da cidade que eram seu “curral” eleitoral.

O Governo realizado por Collares, em Porto Alegre, aprofundou ainda mais um quadro que já vinha se agravando desde o início da década de 1970 (de esgotamento do

estado desenvolvimentista), permeado pela falta de verbas para investimento na cidade, ou sequer honrar os compromissos assumidos pela prefeitura. Segundo Verle e Müzell “no período de 1975 a 1992, ocorreu um descompasso entre o ritmo de crescimento populacional da cidade e o do funcionalismo municipal. Enquanto a população cresceu 25,2%, o número de servidores públicos do município elevou-se 86%” (1994, p.18), havendo uma relação direta entre a redução da receita municipal com o inchaço da máquina pública, causado pela contratação irresponsável de funcionalismo municipal e com a concessão de anistia e isenção fiscal para alguns setores da sociedade civil. Estes fatos fizeram com que “entre 1970 e 1985, fosse verificada uma sensível redução da receita municipal, comparada à renda da cidade, com perda alcançando 1,84 ponto percentual.”(VERLE e MÜZELL, 1994, p.15). A redução de verbas públicas está ligada, segundo os autores à perda gradual e acentuada de arrecadação do IPTU, única fonte de recursos da prefeitura, no período mencionado. Para sanar as dívidas a administração municipal, em especial a do período Collares, aumentando a dívida ativa do município.

Prefeitura inchada, salários baixos, funcionalismo insatisfeito, equipamentos sucateados, veículos velhos, máquinas obsoletas, capacidade de investir próxima de zero; enfim, absoluta incapacidade do poder público municipal de atender às mínimas necessidades de manutenção dos serviços, de investimento e de reequipamento (VERLE e MÜZELL, 1994, p.26) [foi o legado de Collares].

Somado ao quadro anterior, segundo relata Guilherme Cassel e João Verle (1994) o descontrole da máquina estatal era absoluto. Não havia nada registrado em relatórios que pudessem descrever minimamente quais tinham sido as decisões tomadas anteriormente.

Durante o período do governo Collares houve muitos movimentos de contraposição à sua forma de gerir o estado e de relacionar-se com a sociedade civil. Estas manifestações provinham dos movimentos classistas, cansados de serem enganados, cooptados e ludibriados, de alguns setores do movimento social e de algumas associações de moradores, indignados com a total precariedade que a cidade se encontrava. Destes movimentos surgiram muitos dos quadros que deram suporte à vitória do PT, nas eleições de 1988. A União de Associação de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), que foi criada em 1983 e formada, parte por ativistas do PDT e parte por membros do PT, durante os primeiros momentos de sua existência foi combativa com as políticas de sucateamento da cidade, tendo promovido intensos debates com as comunidades. Mas, segundo Baierle (1992), a

UAMPA, especialmente no final da década de 1980, tornou-se uma organização bastante burocrática e, perdeu de vista seus objetivos primeiros, dedicando-se a pensar e tentar a realização de grandes projetos que, na sua maioria, resultaram em nada.

Em relação às iniciativas públicas de recreação, que a partir da década de 1960 ampliaram sua abrangência conceitual e passaram a ser denominadas de políticas de lazer, o Serviço de Recreação Pública, após ter dado origem à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), foi transformado em um Departamento de Recreação Pública, ligado à Secretaria de Educação. Paradoxalmente, buscava-se uma abrangência conceitual, mas o setor perdeu a antiga autonomia e as propostas no âmbito do lazer passaram a ter uma orientação pedagógica com bases na educação formal, privilegiando exclusivamente atividades ligadas à educação física.

Certamente, as palavras usadas por Sant'Anna para descrever a realidade do lazer programado por entidades públicas na cidade de São Paulo, durante a década de 1970, servem para caracterizar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Recreação Pública, logo após sua criação, em Porto Alegre. Diz a autora

Criava-se o lazer como regra de certos prazeres e atividades como *verdades inerentes* ao nosso tempo: fazer ginástica, usar o tempo livre com atividades físicas e esportivas, cultivar a descontração e um certo tipo de corpo, saudável e produtivo, passaram a fazer parte dos padrões de normalidade estabelecidos socialmente (1994 p. 11).

O destino do Departamento de Recreação Pública foi o de administrar a prática vinculada às atividades físicas. Em 03 de agosto de 1988 o Departamento passa a ser denominado de Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP), ainda pertencente à Secretaria Municipal de Educação. Sua função era de gerir e promover práticas esportivas e recreativas, bem como dar suporte a organizações esportivas da cidade.(STIGGER, 1992). Manteve a mesma dotação orçamentária, o mesmo quadro de recursos humanos, continuou contando com os mesmos equipamentos urbanos e desenvolvendo os mesmos programas que já vinha desenvolvendo.

Durante o período de Collares na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), em relação às políticas públicas de lazer houve um continuísmo de épocas anteriores. Como a administração estava com dificuldades até em manter o pagamento dos seus funcionários em dia, houve um sucateamento ainda maior dos equipamentos urbanos e um não-

atendimento de áreas com lazer ou atividades sistemáticas aos novos bairros e vilas que se proliferaram.

Concomitante a esse quadro social e político específico de Porto Alegre, no final da década de 1980, no cenário nacional, o governo Sarney dava sinais de fim do estado desenvolvimentista: seus juros e taxas nominais eram astronômicos, vivia-se um período de inflação galopante e de sucateamento da máquina estatal que, segundo Sabroza, alicerçou-se num discurso pautado na “disseminação de uma ideologia cínica, centrada na procura da satisfação de expectativas de consumo individuais, geradas a partir das mensagens dos meios de comunicação e difundidas nos diferentes grupos da população” (1993 notas prefaciais). A saída que se disseminou e foi efetivada pelos próximos presidentes foi à adoção da lógica neoliberal.⁵

Mas a lógica neoliberal não foi a única a fazer frente à crise do Estado desenvolvimentista. A campanha do PT em 1988 e posterior vitória eleitoral no âmbito municipal em algumas das mais importantes cidades brasileiras como São Paulo, Vitória,

⁵ Segundo José Luís Fiori (1997), do ponto de vista do que é rigorosamente essencial, não há nenhuma diferença entre o velho liberalismo e a lógica neoliberal. Em primeiro lugar, a premissa em relação ao Estado é a mesma, ou seja, “menos Estado e política possível”. Em segundo lugar, a defesa do individualismo continua sendo feita, tanto no discurso do velho quanto no do novo liberalismo, a igualdade aparece como condição inicial de oportunidade. Mas essa ideologia não está preocupada em discutir o fato de que essa condição não é uma realidade. Vivemos num mundo extremamente desigual, com sociedades profundamente diferentes, em fases de desenvolvimento díspares; assim, não será pelas políticas advindas do modelo neoliberal que a igualdade necessária ao ideário liberal será atingida. Ao contrário, “as políticas do ajustamento liberal têm provocado, em compasso com a globalização, um aumento exponencial do desemprego e da miséria ou da polarização social” (FIORI, 1997, p. 236). Em relação à defesa de políticas compensatórias para as áreas que não são de capitais rentáveis, o velho e novo liberalismo ainda se aproximam. Quando se trata de desenvolvê-las nos países periféricos, a nova estratégia liberal se afasta da velha proposição, pois não oferece nenhuma garantia de governabilidade, uma vez que os Estados endividados e prisioneiros dos equilíbrios macroeconômicos perdem a capacidade de financiar as demais políticas setoriais. Uma segunda diferença pode ser percebida na pretensão do novo liberalismo em formalizar um “individualismo metodológico” (FIORI, 1997, p. 213), caracterizado pela sofisticação científica, sobretudo pelo “economês” e pelas fórmulas matemáticas, utilizadas com intuito de decifrar a realidade social e atingir o progresso desejado (diria falseado). A terceira grande diferença reside nas enormes transformações que o capitalismo vem sofrendo a partir da crise mundial de 1973. Atualmente idéias, ideologia e teoria se combinaram, levando a uma apatia social. Aparentemente parece haver um consenso em torno da orientação nas políticas, abrindo caminhos para a desregulamentação dos mercados pelo mundo inteiro. Um outro fator diferenciador reside na derrota do comunismo e do socialismo real na Europa e na Ásia, permitindo o avanço do pensamento neoliberal, a tal ponto que hoje ele consegue ser quase que universalmente hegemônico. O último fator, e talvez o mais grave é o da vitória do capital sobre os trabalhadores e a política. O desmonte do *welfare state* foi transformado na maior bandeira das reformas. O bloco hegemônico no poder lança mão dos meios de comunicação para imputar à fórmula neoliberal um *status* de pensamento único. “Aponta-se reiteradamente a necessidade de limitar pela lei o poder político. Faz-se a apologia das virtudes práticas do mercado livre e afirma-se a justeza ética da liberdade individual” (MORAES, 1999, p. 46).

Campinas, Belém e Porto Alegre, proporcionou, ao menos no discurso, uma mudança do paradigma de gestão. As administrações pautaram-se em ampliar a participação da população, estabelecendo um modelo híbrido de democracia, congregando a democracia representativa com a democracia participativa. Tais gestões, com uma devida releitura dos conceitos de Estado e sociedade civil, buscaram instituir esferas públicas democráticas, criando instituições políticas que passaram a promover a participação ativa da população na definição dos rumos da cidade e das políticas públicas, sobretudo de cunho social. Isto pode significar “um movimento em direção à publicização do Estado e ao controle público sobre a gestão estatal” (FEDOZZI, 1999, p. 200).

Além disso, quando houve ascensão da esquerda ao governo da cidade de Porto Alegre, em 1989, havia, no cenário nacional, um amplo espectro político-ideológico valorizando o tema da cidadania, embalado pela abertura democrática e pelo contexto de revigoração no papel do poder local, promovido pelas tendências descentralizadoras da Constituição Federal de 1988.

Mas, voltando um pouco à campanha do PT na eleição municipal de 1988, em Porto Alegre, o quadro que se estabeleceu foi de um bom grau consensual entre as várias tendências internas que permitiram ao partido indicar o candidato da Frente Popular. Este consenso também foi demonstrado pelos resultados das eleições posteriores. Provavelmente fechou-se um acordo para que as principais lideranças, das diferentes tendências, fossem sendo contempladas nas candidaturas subsequentes. O PT não lançou candidato sozinho na campanha de 1988, coligou-se com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para que possamos entender o que foi este consenso é preciso entender qual era o quadro destas tendências durante a década de 1980. Na referida década, primeira da existência do PT no Brasil, existia quatro tendências internas fortes no RS: a primeira, liderada por Olívio Dutra, proveniente do movimento sindical dos trabalhadores bancários, chamava-se “Articulação”. Ele era muito próximo de Luís Inácio Lula da Silva, líder nacional do PT. Dutra serviu como membro do comitê presidente do PT até meados de 1986. Outra liderança forte nesta tendência foi Clóvis Ilgenfritz.

A segunda tendência chamava-se Democracia Socialista (DS). Nela, militavam as organizações políticas e grupos mais revolucionários do regime militar, cujo principal

membro era Raul Pont, que foi o primeiro candidato à prefeitura de Porto Alegre, em 1985. A DS tinha fortes afinidades com o pensamento Trotskista.

No terceiro grupo, considerado ativista, encontravam-se militantes do movimento da Teologia da Libertação, do Movimento dos Sem Terra (MST), de vários outros movimentos sociais urbanos e muitos dos membros que estiveram presentes em associações de bairro e organizações comunitárias combativas durante a década de 1970 e 80, como por exemplo na UAMPA. De todos os três grupos, este foi o mais importante para a vitória eleitoral de 1988; também anterior à campanha eleitoral daquele ano foi um dos mais ativos nos movimentos contra-hegemônicos da cidade.

O quarto grupo, até meados da década de 1980 afirmava que sua atuação era a de um “partido dentro do partido”. O Partido Revolucionário Comunista (PRC) continuou sendo chamado assim até 1987, quando foi renomeado de Nova Esquerda. No começo o grupo era aliado da DS, contudo após o PT ser eleito em Porto Alegre, muitos militantes moveram-se para um campo mais moderado dentro do próprio partido. O principal líder dessa tendência era Tarso Genro, advogado e filósofo político.

Para a campanha de 1988, a Articulação fez uma aliança com a Nova Esquerda lançando Olívio Dutra para prefeito e Tarso Genro para vice. A DS apesar de ter sido aparentemente excluída, ficou contemplada pela coligação realizada com o PCB e foi majoritária nas candidaturas para a Câmara de Vereadores. Durante essa campanha, até dois meses antes do pleito, estava o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em primeiro lugar; o sucessor de Collares, do PDT, era o segundo e o candidato do PT era o terceiro.

Nos últimos dois meses da campanha eleitoral a Frente Popular resolveu mudar sua tática e lançou-se em caminhadas pelas ruas de Porto Alegre. Esta foi a marca que ficou registrada como “arrastão”, pois os políticos, os militantes do PT e simpatizantes, saíam pelas ruas caminhando e chamando os transeuntes para juntar-se a eles. A campanha foi rapidamente ganhando novos adeptos, transformando os atos em momentos de atmosfera otimista e festiva. As tendências eleitorais mudaram radicalmente e o PT foi vitorioso com 40% dos votos válidos.

A eleição municipal em Porto Alegre foi uma vitória para a esquerda brasileira, mas os desafios que estavam lançados à Frente Popular eram muito grandes. A “Administração

Popular”, como ficou conhecida a gestão da Frente Popular, encontrou um enorme contingente de cidadãos vivendo em condições desumanas, habitando barracos em vilas e bairros não regularizados, sem água potável, sem esgoto tratado, ruas sem pavimentação, uma prefeitura com grandes dívidas e com um quadro de recursos humanos inchado e, em algumas áreas, desqualificado.

O governo brasileiro colaborou para esta situação pois havia deixado uma parcela significativa da população desatendida pelas políticas públicas de cunho social ou atendida em condições precárias. Parte da verba pública que deveria fornecer os serviços sociais básicos à população foi destinada a outros fins, como o de incentivar o crescimento da indústria e o livre comércio, papel que, dentro do sistema capitalista cabe à iniciativa privada.

O governo da cidade de Porto Alegre sob gestão da Frente Popular, buscando romper com a ordem social vigente, alicerçou seu discurso em três diretrizes principais: a inversão de prioridades, a democratização do acesso e a descentralização do poder. Afirmavam eles que esta seria a forma mais viável de superar o hiato entre as iniciativas governamentais e os problemas da sociedade civil. As preocupações voltaram-se, num primeiro momento para as classes historicamente desatendidas por políticas públicas de cunho social de qualidade.

Segundo relatos dos administradores da Frente Popular, a primeira fase desse governo (1989/90) foi de aprendizado e tentativa de sanear os cofres públicos. O discurso oficial mostra que, de acordo com esta orientação, estabeleceram-se algumas ações a fim de recuperar a participação das comunidades nas discussões dos destinos da cidade e das verbas públicas, adotando o Orçamento Participativo (OP) como “carro chefe”. Entretanto, nesse primeiro ano, pela inexperiência do executivo e dos próprios movimentos comunitários em conduzir uma participação mais institucionalizada, houve grandes frustrações.

A ausência de obras concretas ocasionou uma crise política entre as instâncias envolvidas. Ainda na primeira gestão consolidou-se uma dinâmica de participação que foi repensada no decorrer da segunda (1993/1995) e da terceira gestão (1996/2000) atendo-se aos critérios advindos dos atores envolvidos e buscando a transposição dos problemas e impasses existentes.

Em relação ao lazer, o discurso da administração municipal é consonante com a política geral adotada, ou seja, afirma que têm sido mostrados caminhos para a superação de um modelo estatal, pautado em políticas públicas clientelistas, privilegiando um processo de participação mais efetiva e ativa da população na gestão local e na reconstrução de espaços autônomos e com alto grau de organização dos atores sociais, principalmente das camadas populares e, por fim, que no âmbito do lazer, algumas reivindicações começam a surgir dentre as políticas sociais historicamente reclamadas como direito inalienável dos cidadãos.⁶

Analisando vários documentos, entre os quais os regulamentos internos do OP, do Congresso da Cidade, os documentos preparativos para as reuniões destes dois fóruns e alguns documentos escritos por dirigentes da PMPA, foi possível fazer uma síntese do discurso da Frente Popular sobre as políticas públicas de cunho social. Elas devem garantir a redução permanentemente das desigualdades, servindo-se com exaustão dos meios que se fizerem necessários para incentivar e potencializar a participação dos cidadãos.

Tomando como referência as diretrizes gerais da política adotada, os eixos que devem seguir as políticas públicas de cunho social são: a articulação, a ampliação de abrangência, a diversificação e a descentralização, sendo que a participação cidadã é central na sua definição. Elas devem primar por ações setoriais que dialoguem entre si, garantindo a articulação. Mas não pára por aí, as comunidades devem articular-se entre si, vivenciando as tensões, dissensos e consensos inerentes ao processo, até que possam estabelecer demandas coletivas, através de uma ação efetiva da sociedade civil no Estado.

Em relação à ampliação da abrangência, cabe ao poder público recuperar e conhecer a história oficial, resgatando os conflitos e opondo-se a ela, pois, durante muito tempo, confundiu-se identidade municipal com a vida do governante político local. Quando isto acontecia, as políticas primavam pela manutenção ou criação de serviços ou espaços, que privilegiaram alguns setores sociais que sustentavam o poder constituído. Confundiam-se políticas públicas de cunho social com clientelismo local. Assim, é dever do Estado ampliar serviços e espaços direcionados àquelas comunidades em condições

⁶ Significa compreender o lazer realmente como um direito social, proporcionado por parte do Estado, com o intuito de garantir o bem-estar das populações, pois, como bem lembra Milton Santos (1998 p.48), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos, porque essenciais”.

precárias, e, posteriormente, pensa-se na recuperação de todo o patrimônio público, incentivando o entendimento de que ele pertence à toda sociedade e que a população deve dele cuidar, sendo possível então atingir elevados graus de solidariedade e digna de uma vida comunitária.

É necessário identificar aquelas práticas sociais, historicamente propostas como políticas públicas, que acentuaram as desigualdades e serviram para a manutenção e o aprofundamento do sistema de classes e do capitalismo, promovendo uma releitura das mesmas, a fim de ofertá-las sob uma nova concepção e introduzir outras tantas, já esquecidas ou escamoteadas pelo crescente processo de aculturação que as sociedades modernas atravessaram.

A descentralização diz respeito à superação de um modelo no qual a oferta de serviços e espaços foi pensada para as áreas, ativamente produtiva, ou para áreas residenciais de maior poder aquisitivo. As atividades sistemáticas e assistemáticas devem atender cada comunidade, transpondo as carências que se apresentarem. Há uma preocupação com espaços urbanos para a convivência e lazer, com políticas realmente sociais e públicas.

Centrado num modelo de co-gestão, as políticas públicas são formuladas e implementadas com a participação ativa das comunidades que se co-responsabilizam pelo bom andamento das mesmas. Estabelece-se uma relação entre poder público e sociedade civil que transpõe a dependência das comunidades nos governos locais e fortalece a independência das organizações civis para a crítica ao poder estatal, para influenciar e definir o destino das verbas públicas.

Esse processo também privilegia uma recuperação do funcionalismo público, que desde o avanço da abordagem neoliberal, tem sido colocado como um dos principais causadores da derrocada do Estado desenvolvimentista brasileiro. Existe, no modelo participativo, uma política de qualificação profissional, priorizando uma discussão de salários, de plano de carreira, de constante aperfeiçoamento e reflexão da atuação dos servidores. Estipulam-se programas nos quais as ações setoriais são fruto da construção coletiva dos trabalhadores em conjunto com as comunidades, onde cada indivíduo é valorizado naquilo que sabe fazer. Como contrapartida há a necessidade de que eles busquem um constante aperfeiçoamento no seu trabalho.

O processo de estabelecimento das políticas públicas de cunho social envolve, segundo o discurso da Frente Popular, uma disputa que não está isenta de tensões, que se dá no campo conceitual, de relevância social e econômica. Algumas áreas, como é o caso do lazer, deverão primar por uma mudança conceitual e na sua prática social, desvinculando essas atividades de um único interesse – no caso brasileiro, do físico-esportivo – e de uma perspectiva de política assistencialista, onde ainda existe controle do tempo social. Esta concepção de lazer ainda permeia um percentual elevado dos quadros técnicos das secretarias responsáveis pelo seu desenvolvimento e a maioria da população atendida.

As políticas públicas de lazer até 1993, quando foi criada a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), estiveram vinculadas à SERP, setor ligado à Secretaria Municipal de Educação (SMED) (herança da gestão do PDT e outros partidos que antecederam a Frente Popular no governo).

Segundo Marco P. Stigger, nesse período citado, havia uma disputa interna, na SERP, de dois grupos: “um que queria manter os encaminhamentos das políticas como estavam e outro que questionava a sua forma de efetivação, propondo mudanças” (1992, p. 15). O autor diz que o grupo que ficou coordenando as ações da SERP foi o que desejava propor mudanças na forma de efetivação das políticas e até mesmo na sua interpretação. Ainda segundo este mesmo autor, as políticas adotadas naquele período seguiam um direcionamento de uma “Carta de Princípios, desenvolvida no I Encontro Nacional de Administradores Petistas Ligadas ao Esporte e Lazer (plenária do dia 08.12.89 – **anexo 1**) e às Diretrizes para o Trabalho da SERP” (STIGGER, 1992, p.32). A análise desses dois documentos coloca o lazer como uma política pública de cunho social e aproxima-a das diretrizes mais amplas da política da Frente Popular.

Em 2000, as políticas públicas de lazer, estavam e estão, ainda hoje, sob a responsabilidade da SME, criada pela lei 7330/1993.

A paixão por Porto Alegre, explicitada nas primeiras páginas deste trabalho e uma proximidade com a ideologia sustentada pela Frente Popular, além da minha inserção nas discussões acadêmicas no âmbito do lazer foram motivações para a realização deste estudo.

Paixões e identificações constatadas tive necessidade de um devido distanciamento, e não estou me referindo ao sentido físico, nem tampouco afirmando que acredito numa neutralidade axiológica no campo da investigação científica, mas sim no estranhamento do objeto estudado. Não foi uma tarefa fácil, pois me exigiu uma constante delimitação de palavras, das licenças poéticas, das paixões e da militância, permitidas em outros momentos.

O estudo foi fundado num esforço de compreensão do processo que ocorre, basicamente, numa situação de convivência social, adotando técnicas variadas para a coleta de dados, no qual as hipóteses sempre estiveram presentes, contudo devido à sua característica, ora as acolho, ora as refuto. O arcabouço teórico, os instrumentos de coleta de dados e o estudo em si, foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Física, área de Estudos do Lazer, na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – situando o tema da participação nas reivindicações por políticas públicas de lazer no município de Porto Alegre, dentro de sua problemática teórica maior, pretendendo, com isso, examinar essa experiência anunciada pelos discursos administrativos como uma proposta contra-hegemônica.

Com isso, o objetivo desse trabalho é responder à seguinte indagação:

Como se dá a participação da população na formulação das políticas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre? Quais são as possibilidades e os limites dessa participação?

A pergunta inicial proporcionou outras perguntas referentes ao tema, em diferentes níveis de abstração:

1. As diretrizes gerais, adotadas nas políticas de Porto Alegre, conformam um ambiente propício à participação? Quais são os limites da intervenção estatal?
2. Qual é o conceito de cidadania que permeia os diferentes fóruns de participação analisados?
3. Como as políticas públicas de lazer têm sido planejadas e implementadas?

4. Quais são os conceitos de lazer presentes nestas reivindicações e incorporadas a tais políticas?

O ano analisado foi o de 2000, último do terceiro mandato da Frente Popular, quando o trabalho de campo foi realizado. Mesmo que a análise tenha recaído sobre este ano e sobre as propostas da SME (uma vez que é a secretaria que, nominalmente, desenvolve propostas de lazer), foi necessário um diálogo com alguns aspectos das gestões anteriores e das políticas públicas gerais e específicas de outras secretarias. Esse diálogo justifica-se pelo entendimento que a construção da participação, que supere os limites de estabelecimento de demandas da sociedade civil para o poder público já constatados em experiências ocorridas anteriormente, nas décadas de 1970 e 80, seja condição *sine qua non* para uma cidadania emancipatória, entendendo que tais mudanças são parte de um processo longo de prática social. Também, porque entendo que a abrangência do lazer exige um diálogo com políticas de emprego, de transporte, de habitação, de meio ambiente e de educação, para citar algumas.

1.1. O caminho metodológico

Os procedimentos de coleta e análise de dados constituíram-se em uma etapa do processo, no qual se retroalimentaram constantemente, pautando-se pelo modelo de triangulação, proposto por Triviños (1987). Segundo esta técnica, e supondo que estamos estudando sujeitos ou organizações determinados, o interesse deve estar dirigido I) em primeiro lugar aos processos e produtos centrados no sujeito ou organização; II) em seguida aos elementos produzidos pelo meio do sujeito ou da organização e por último, III) aos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social.

I) Para buscar as informações necessárias sobre os processos e produtos centrados nos sujeitos e na organização foram utilizados três instrumentos de coleta de dados: questionário, observações e entrevista semi-estruturada;

O questionário sobre hábitos de lazer da população da cidade (**anexo 2**) teve por objetivo caracterizá-la quanto aos seus hábitos de lazer, seus usos do tempo, sua situação socioeconômica e o conhecimento ou desconhecimento das políticas públicas de lazer no município.

Para a aplicação destes questionários, contei com uma equipe de cinco voluntários, alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.⁷ Montamos uma sistemática de reuniões para organizar a coleta de dados, a divisão do trabalho, a superação dos problemas e, por fim, a discussão dos resultados obtidos e de aspectos importantes observados no processo (principalmente de cunho teórico, em confronto com a realidade).

Na aplicação dos questionários, foi utilizado o critério de amostra induzida, tomando por base os seis grupos administrativos em que estão divididas as coordenações regionais da SME⁸ (**anexo 3**). Esta divisão em dezesseis regiões também é usada para o processo do OP.

1. Centro
2. Lomba do Pinheiro, Partenon, Leste e Glória*.
3. Ilhas, Humaitá e Navegantes.
4. Sul e próximas: Cruzeiro, Cristal, Centro-Sul, Extremo-Sul* e Restinga
5. Noroeste
6. Norte, Nordeste* e Eixo da Baltazar*

* Este símbolo representa as regiões nas quais a SME não possui atendimentos sistemáticos.

Definidas as regiões, foram sorteadas as ruas, utilizando-me de um programa que contém todos os logradouros de Porto Alegre. Estabeleceu-se um intervalo proporcional ao número de logradouros que cada região possui.

Definidas as ruas onde seriam aplicados os questionários, o entrevistador ia até o local e abordava a primeira pessoa residente que estivesse disponível a responder as perguntas. Foram aplicados 240 questionários; número que compôs a amostra final.

A intenção do questionário, em conjunto com dados obtidos no IBGE e na Organização Não Governamental (ONG) Cidade, foi caracterizar minimamente a população porto-alegrense em relação à participação e a seus hábitos sociais, políticos e econômicos.

⁷ Os critérios de seleção dos voluntários foram a disponibilidade de tempo para a aplicação dos questionários e para as reuniões periódicas de discussão do andamento do trabalho e dos resultados e o interesse pela temática do estudo.

⁸ Para estabelecer a descentralização administrativa, a Frente Popular propôs a divisão da cidade em dezesseis regiões, nas quais funcionam Centros Administrativos Regionais (CAR) e acontecem as plenárias regionais do OP. Como a SME possui um quadro reduzido de recursos humanos optou por aglomerar algumas regiões.

Cada um dos entrevistadores tinha um caderno de campo, no qual privilegiava a anotação de suas impressões sobre o entrevistado – quanto ao grau de fidedignidade das informações prestadas e quanto à disponibilidade e interesse –, a descrição de cada local onde foi aplicado o questionário e outras impressões que pudessem ser importantes para o tema.

As observações foram realizadas em todas as fases do OP municipal, nas plenárias temáticas (primeira e segunda rodadas), nas plenárias regionais da região extremo-sul, do centro, bem como nas comunidades dessas regiões, e nas rodadas intermediárias da plenária temática de educação, esporte e lazer.

A escolha das regiões que observei teve como parâmetros as instalações existentes, as ações sistemáticas no campo do lazer, assim como as condições organizativas e participativas de cada local; e o tempo de inserção nas discussões orçamentárias além do número de habitantes. A região centro foi escolhida por possuir um número maior de ações sistemáticas de lazer proporcionadas pela SME e de equipamentos urbanos públicos com este fim; mais tempo de inserção na discussão orçamentária; a associação comunitária mais antiga da cidade ainda em funcionamento e dificuldades físico-territoriais para a construção de novos equipamentos, destinados às atividades de lazer.

A região extremo-sul não possui nenhuma atividade sistemática de lazer, proporcionada pela SME e poucos equipamentos urbanos públicos de lazer; tem bairros antigos e moradores que lá vivem há longa data. Os vínculos associativos estão dispersos, as comunidades reúnem-se para discutir temas específicos, muitas vezes pensando exclusivamente na solução imediata de problemas; possui espaço físico-territorial, no qual poderiam ser construídos novos equipamentos de lazer, bem como diversos clubes e entidades classistas, com as quais a prefeitura pode realizar ações conjuntas ou gestões partilhadas.

As observações foram consideradas como a possibilidade de captar o que não é expresso oralmente. Verificou-se por meio da inserção nestas comunidades, por um determinado tempo, as suas formas de organização, do lazer e de convivência social; o que existe além das representações, expressas verbalmente, as tensões que podem ser caracterizadas como lutas cotidianas de poder e/ou convivência.

As entrevistas semi-estruturadas (**anexo 4**) foram aplicadas a nove representantes ou ex-representantes da administração municipal e a seis líderes comunitários, três de cada região escolhida para as observações.

Podemos entender a entrevista semi-estruturada como aquela que parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa. Segundo Triviños as entrevistas semi-estruturadas “são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas” (1987 p. 146).

A escolha dos sujeitos entrevistados se deu no contato com os documentos da administração municipal, na participação das plenárias temáticas e regionais do OP, no Terceiro Congresso da Cidade – em todas as suas etapas - e nas observações realizadas nas regiões, que permitiram identificar as lideranças provenientes do governo e das comunidades. A escolha de sujeitos da administração se deve à estreita ligação que estes tem com os fóruns institucionalizados de participação da população e com a temática estudada. Já os líderes comunitários foram identificados junto aos seus pares, pela sua disponibilidade em defender as demandas de suas comunidades, bem as representando.

II) Para analisar os elementos produzidos pelo meio, busquei documentos legais, materiais impressos que refletissem algum aspecto da discussão das políticas públicas no âmbito do lazer, principalmente frutos do OP, do Congresso da Cidade e de diretrizes das políticas dessa temática. Foram analisados os documentos provenientes da SME e seus respectivos programas, projetos e ações; a lei Orgânica do Município de Porto Alegre; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA); os documentos do OP: regimentos internos, planos de investimentos e serviços 2000 e prestação de contas 2000; as demandas que chegaram ao Centro de Relações Comunitárias (CRC); os documentos do III Congresso da Cidade; e os documentos que contêm as Diretrizes Gerais das Políticas para o Município de Porto Alegre.

III) A terceira perspectiva de análise – processos e produtos originados da estrutura socioeconômica e cultural – foi realizada durante todo o contato com o material bibliográfico, procurando situar o problema estudado num contexto nacional e internacional.

O estudo é composto de três capítulos.

O capítulo I, as Políticas Públicas de Lazer em Porto Alegre: o lugar da SME, trata de uma análise sobre as políticas desta secretaria. Verifiquei o processo político, no primeiro e no segundo mandatos da Frente Popular na administração em Porto Alegre. Dei destaque especial às divergências internas que existiram na SERP, durante o primeiro mandato, que influenciaram a criação e o futuro da secretaria. Constatei a criação da SME em 1993, descrevendo sua legislação, sua organização interna, na qual encontra-se contemplada a possibilidade de relação direta com as comunidades por intermédio da assessoria comunitária (ASSCOM). Baseando-me principalmente no papel da ASSCOM, discuti como a secretaria incorpora-se a uma política geral do município que prima pela participação da população na definição e gestão das políticas públicas.

Analisei a base conceitual que dá sustentação às ações, em especial no lazer; a distribuição geográfica dos atendimentos e as áreas não atendidas. Focalizei ainda os programas, projetos e eventos realizados, explicando cada um deles, frente a base conceitual e a legislação da SME.

No capítulo II - da Idiotia à participação cidadã -, abordo os diferentes fóruns de participação adotados pela Frente Popular em Porto Alegre e as perspectivas para uma cidadania emancipatória no âmbito do lazer. Tomei como referência o OP, o III Congresso da Cidade e as comunidades observadas. Estes fóruns são instâncias privilegiadas de interlocução do poder público com a sociedade civil para a execução do modelo híbrido, nos quais dialogam democracia representativa e participativa.

Neste capítulo discorro acerca dos principais conceitos que permeiam a proposta de participação cidadã, estabelecida pela gestão da Frente Popular em Porto Alegre. São trabalhados conceitos como esfera pública não-estatal, participação, cidadania: seus limites e alternativas para a emergência de uma forma que prime pela emancipação; democracia de massas, guerra de movimento e guerra de posição, como formas pretéritas que sustentam conceitualmente o atual modelo da Frente Popular.

O espaço que o lazer possui nestes fóruns está em destaque.

O capítulo III intitula-se avanços e paradoxos - da participação cidadã na reivindicação de políticas públicas de lazer em Porto Alegre – considerações finais. A partir de algumas premissas, como por exemplo, a necessidade de analisar as reivindicações por lazer num diálogo mais abrangente com outras políticas; de que a questão conceitual do lazer é importante para a definição das ações setoriais e que o lazer possui duas categorias principais: tempo e espaço, discuto a participação cidadã na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre, na forma de avanços e paradoxos, entendendo que essas são considerações que poderão ser acolhidas ou negadas e superadas na prática social.



*AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM PORTO ALEGRE: o lugar da Secretaria
Municipal de Esportes, Recreação e Lazer.*

*Abomino a ordem
que confisca o tempo,
que confisca a vida
e ensaia tão cedo
a prisão perpétua
do comportamento.
(Drummond)*

A realidade brasileira atual, fruto de todas as mudanças ocorridas no decorrer destes últimos séculos que caracterizam a modernidade e a sociedade urbana e industrial, tem como forte tendência à especialização integral do tempo. Sintetiza-se, assim, a fragmentação do trabalho e do tempo livre de trabalho; enfim, do humano e, conseqüentemente, de suas relações sociais.

Como nos diz Drummond, é no confisco do tempo que se controla a vida e aprisionam-se os comportamentos a modelos sociais necessários às relações de produção. Esta fragmentação está diretamente relacionada com a necessidade de produzir mais e melhor, ao acúmulo de riquezas, à divisão social do trabalho e, com ela, ao controle do tempo produtivo.

No começo do capitalismo a necessidade era a produção em série, porém, para que este modelo econômico se espraiasse pelo mundo, devia expandir-se para os países periféricos. Esse ciclo expansionista foi fortemente alicerçado pela intervenção do Estado. Nessa fase, foi preciso controlar o tempo do trabalhador e dotá-lo de condições sociais mínimas à sobrevivência e à reposição de sua força. Com a industrialização “[...] os grandes centros urbanos [começaram a viver] sob a cadência de um tempo que pode e deve ser medido, dividido, contabilizado, poupado e separado em compartimentos distintos: tempo livre, tempo de trabalho, tempo de estudo, etc” (SANT’ANNA, 1994, p. 14).

Luciana Marcassa, ao analisar o que denominou de invenção do lazer na cidade de São Paulo, no início do século XX, afirma que, com o avanço do capitalismo, houve a necessidade de organização do tempo de trabalho e do tempo livre. Neste último, “a educação, o descanso e a diversão foram bem definidos e delineados, tendo em vista a necessária reposição e preparação da força de trabalho para o retorno à produção” (2002 p.11).

Deste período em diante, no Brasil, o lazer ganhou espaço como uma política pública de cunho social, estimulada e estabelecida por setores do poder público.

Como vimos na introdução, a história destas políticas em Porto Alegre não se delineou de forma diferente do restante da realidade brasileira, contudo, quando a Frente Popular assumiu a administração municipal, o discurso sobre as propostas e as ações nesta área ganhou outras características.

2.1. Alguns aspectos da conjuntura geral quando a Frente Popular assumiu a Administração Municipal em Porto Alegre

Em 1989 a Frente Popular assumiu a PMPA, realizando a sua primeira gestão que ficou conhecida como “Administração Popular”. O governo anterior havia deixado políticas públicas de lazer promovidas pela SERP, pautada numa abordagem liberal, com vínculos estreitos com o trabalhismo¹. Como já comentei na introdução do estudo, o Estado brasileiro, de um modo geral, encontrava-se naquele momento em avançados graus de sucateamento. No âmbito municipal, as verbas públicas estavam comprometidas com o pagamento da dívida ativa e com o pagamento dos precatórios do município, portanto, à administração da cidade de Porto Alegre restou pouca ou nenhuma capacidade de investimento e, como o projeto do governo antecessor da Frente Popular havia priorizado as políticas de educação escolar, as políticas de lazer estavam circunscritas a algumas unidades recreativas e às praças, antigos Jardins de Recreio, dos quais muitos se encontravam em estado de calamidade.

L. , em entrevista realizada para este estudo, falou sobre a realidade que se encontrava o setor responsável pelo lazer naquele período.

Em 89 este serviço estava restrito ao centro da cidade; tinha como modelo o esporte de alto rendimento e era composto por um serviço de praças e parques, com professores lotados para dar aulas para crianças e adolescentes, fazer treinamentos e organizar competições e outro serviço que organizava competições (cerimoniais, carnês, arbitragens...) e equipes representantes do município (JIRGS...). Os encontros e discussões eram todos na perspectiva de dar conta das questões técnicas dos eventos esportivos e de cobrança do desempenho do professor "técnico" (Depoimento Oral, 2002).

¹ Na história brasileira, as políticas públicas de cunho social, em diferentes esferas da federação, assumiram prioritariamente a forma de arranjos do bloco hegemônico no poder estabelecendo-se como instrumento de garantia dos direitos cidadãos, dando-lhes um caráter de dádiva, relacionando-as “com as exigências do capital para valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais e crises do capitalismo” (FALEIROS, 1986, p.8). Vargas teve, com o trabalhismo, uma forte colaboração para o desenvolvimento desta abordagem. Como o ideário desta “doutrina” política previa o apaziguamento dos conflitos entre a classe trabalhadora e as elites dirigentes em nosso País, as políticas sociais foram prioritárias para este fim. A condução dessas políticas tendia a cooptação da classe trabalhadora para as causas da elite em especial, assim como para o bom desenvolvimento do capitalismo e do industrialismo brasileiro. Os trabalhistas concebiam que a classe dirigente, com seus intelectuais tradicionais, poderia falar em nome da classe trabalhadora; interpretar, sob seu olhar, os problemas sociais e determinar quais deveriam ser as políticas criadas para apaziguar as desigualdades.

Além dessa herança dos governos anteriores, no ano do pleito eleitoral municipal em que a Frente Popular venceu a eleição em Porto Alegre, especificamente em 5 de outubro de 1988, foi promulgada uma nova constituição brasileira que, segundo um de seus grandes idealizadores, Ulisses Guimarães, foi considerada a Constituição Cidadã. Ela privilegiou um espaço, nunca antes existente, à cidadania em carta constitucional e admitiu uma combinação de formas distintas de democracia: a direta e a representativa. Vejamos o teor da legislação:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I-A soberania;

II-A **cidadania**;

III-A dignidade da pessoa humana;

IV-Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V-O pluralismo político.

Parágrafo único – Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de **representantes eleitos ou diretamente**, nos termos desta Constituição.

[...]

Art 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – Plebiscito;

II – Referendo;

III – Iniciativa popular (Grifos meus, BRASIL, 2002, pp.3 e 18).

A constituição avançou conceitualmente em relação à cidadania, porém, o Estado de Direito, em nosso País, nem sempre garantiu e garante que as leis determinem a realidade. Como afirma José Murilo Carvalho

como sempre sucede na nossa América, é grande a distância entre a lei e a realidade. Os direitos estabelecidos na lei nem sempre estão garantidos na prática. Além disto, no entusiasmo da redemocratização esqueceu-se que a democracia por si mesma não garante uma boa administração nem o progresso econômico. Essas duas realidades se impuseram e transformaram, radicalmente e também em pouco tempo, o estado de ânimo do País (1995 p.148).

O espectro reformista da nova constituição aprofundou a descentralização do Estado Nacional como alternativa excelente e consubstancial para o estabelecimento de uma nova democracia e cidadania. As políticas públicas, em especial as de cunho social, passaram a ser responsabilidade do poder local.

Nessa lógica, no campo de possibilidades, as autonomias municipais, oriundas do novo contexto político brasileiro, tanto pode criar condições para agregar à primeira transição democrática novos padrões institucionais de gestão pública efetivamente modernizadores, como pode representar a persistência de práticas [...] que reproduzem as formas tradicionais de dominação que impedem historicamente o surgimento, a promoção e a consolidação da cidadania (FEDOZZI, 1999, p. 24).

Os dois caminhos de autonomia municipal, apontados por Fedozzi, materializaram-se na realidade atual.

Em alguns municípios e estados brasileiros perpetuou-se, com grandes dificuldades, uma política pública de cunho social assistencialista, mas a Frente Popular se colocou no campo alternativo a estas ideologias. Sua proposta pautou-se no desenvolvimento de uma democracia de massas, recentemente chamada de democracia participativa.

O lazer também apareceu, pela primeira vez, na constituição de 1988. No Capítulo II, dos direitos sociais, o artigo 6º diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Grifo meu, BRASIL, 2002, p.12). No Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção III, do Desporto, o lazer é tratado no artigo 217 da seguinte forma: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um observado: [...] IV § 3º **o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social**” (Grifo meu. BRASIL, 2002, p.132). A legislação reforça a ligação exclusiva do lazer ao desporto e também a divisão entre cultura e lazer, quando na seção anterior a esta, ou seja, a Seção II, da Cultura, em seu artigo 215, afirma que o cidadão terá, com a garantia do Estado, acesso às fontes da cultura nacional e o pleno exercício dos direitos culturais. Em seu artigo 216, fala sobre quais são as manifestações que constituem o patrimônio cultural brasileiro, dizendo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I-as formas de expressão;

II-os modos de criar, fazer e viver;

III-as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV-as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artística-culturais;

V-os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2002, p.131).

Será que as manifestações presentes na cultura corporal brasileira não são bens culturais? Será que estas manifestações, somadas às supracitadas, não são atividades que podem ser incentivadas pelo poder público como promoção do lazer? Por que se perpetua o estreito vínculo do lazer exclusivamente com o desporto? Existem algumas ilações possíveis, ao olharmos a história das políticas públicas de lazer em nosso País. Elas surgem pela necessidade que o poder público teve em ocupar o espaço livre de trabalho com atividades de caráter saudável, as quais nos idos de 1930 a 1940, pautaram-se nas idéias de higienização social e de modelos advindos da Escola Nova. O ideário de pensadores, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo entre outros, explicitava que estas atividades, levadas à população nas horas de lazer, pelo poder público, deveriam promover experiências que a humanidade acumulou em literatura, música, artes, jogos e danças, mas na realidade o que se desenvolveu foi a prática de exercícios corporais e a orientação para a aquisição de hábitos saudáveis e higiênicos em relação ao corpo, segundo Marcassa (2002). Nas décadas subseqüentes, o vínculo entre a prática de exercício corporal e o lazer foi se estreitando. No final da década de 1960 e durante a década de 1970, as discussões acadêmicas sobre a temática foram proporcionadas, em sua maioria, pelos cursos de graduação em Educação Física, por entidades classistas como o Serviço Social do Comércio (SESC), ou por órgãos criados especificamente para este fim como foi o caso do Centro de Estudos do Lazer (CELAR), em Porto Alegre e o CELAZER, do SESC - São Paulo.

A produção do lazer como disciplina não é exclusiva da década de 70, mas é nela que se desenvolvem novos instrumentos, mais precisos e diversificados, de descrição, avaliação, cálculo e organização dos usos do tempo livre e é nela que se evidenciam esforços mais amplos para transformar esses usos em formas de lazer institucionalizadas (p.56).[...] Para tanto, foram necessários certos procedimentos, como, por exemplo, retirar do lazer uma suposta semelhança com o pecado, com os vícios e com o ócio e inseri-lo no terreno da biologia e de uma suposta essência humana (p.60) (SANT'ANNA, 1994).

Também é possível dizer que o regime militar fez uso do desporto como forma de dominação popular e de coerção da juventude estudantil e da classe trabalhadora. Além de

incentivar o desenvolvimento do desporto nos ambientes escolar e acadêmico, proporcionou, pelas campanhas nacionais como o “Mexa-se” e o “Esporte para Todos” (EPT), uma massificação da prática desportiva voltada, prioritariamente, à educação por meio do lúdico. Kátia Cavalcanti desenvolveu um estudo na década de 1980, no qual analisava o discurso ideológico presente na proposta do EPT. Ela tomou, como referência, o embasamento pedagógico, o desenvolvimento dos agentes, as orientações para a atividade em si e também como a proposta foi usada pelo governo brasileiro daquele tempo para dirimir os problemas sociais. Fica claro que a crítica não se dá exclusivamente na forma como se desenvolviam as atividades, mas em como as comunidades ficavam alijadas do processo de construção daquela prática social ou mesmo de sua avaliação. Em suas conclusões, a autora levanta duas considerações fundamentais para entendermos o EPT, quando diz que a proposta

dissimula as desigualdades sociais à medida que faz desaparecer, temporariamente, as barreiras sociais de classe, cedendo lugar a um diálogo artificial sobre o abstrato enquanto mascara e contribui para perpetuar as desigualdades sociais[...] está a serviço da despolitização da massa à medida que afasta o indivíduo da sua realidade social para cultivá-lo num espaço esportivo, abstrato, onde se exercita a obediência e a disciplina(1984 p.p. 107 e 108)

Essas campanhas caracterizavam-se pela formação de técnicos que promoveriam, nos diferentes recantos do País, atividades que pudessem reunir a família e ocupar, saudavelmente, o tempo do trabalhador.²

Independente dos direcionamentos dados ao lazer ou mesmo a participação pelos governos pós 1988, de fato foi a primeira vez que houve uma normalização em relação ao lazer, tornando-o um direito social e para a participação popular, como uma forma de promover diálogos entre a sociedade civil e o poder público, estabelecendo alguns parâmetros ao seu exercício. Após o regime militar em que o Brasil se encontrava, tais apontamentos denotaram grandes avanços conceituais.

² Sobre a ideologia do Programa Esporte para Todos (EPT) no Brasil, ler trabalho desenvolvido por CAVALCANTI, Kátia Brandão. Esporte para Todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

2.2. O âmbito do lazer nas três gestões da Frente Popular na Prefeitura de Porto Alegre – alguns apontamentos importantes

Conceitualmente o âmbito do lazer abrange mais do que o vínculo com uma secretaria de governo específica, contudo, historicamente, estas políticas mantêm estreita ligação com as práticas físico-esportivas e tem sido administrada por setores da Secretaria da Educação, da Cultura ou do Turismo ou, mais recentemente, por Secretarias específicas, quase sempre ligadas ao esporte. Quanto à alocação do lazer, a Administração Popular em Porto Alegre não fez inovações, em suas gestões o lazer esteve ligado às práticas físico-esportivas e hoje há uma secretaria específica de esporte, recreação e lazer.

Assim como na Constituição de 1988, a lei Orgânica do Município de Porto Alegre, promulgada em 03 de abril de 1990, dispõe sobre o lazer colocando-o em artigo que trata do desporto. Em seu Capítulo III, Seção VII, do desporto, artigo 191, diz que

é dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos, mediante:

I-criação, ampliação, manutenção e conservação de áreas esportivas, recreativas e de lazer, e dos espaços de manifestação cultural coletiva, com orientação técnica competente para o desenvolvimento dessas atividades e tendo como princípio básico a preservação das áreas verdes;
II -garantia do acesso da comunidade às instalações de esporte e lazer das escolas públicas municipais, sob orientação de profissionais habilitados, em horários e dias em que não se prejudique a prática pedagógica formal;
III -sujeição dos estabelecimentos especializados em atividades de educação física, esportes e recreação a registro, supervisão e orientação normativa do Município, na forma da lei (CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE, 1990).

Ainda nesta mesma lei, neste mesmo capítulo, na Seção IV, da Saúde, artigo 158, o lazer é citado, quando são previstas as formas de promover ações que mantenham a saúde das populações sob a responsabilidade do Município em conjunto com o Estado e a União.

A mesma distinção existente entre cultura e lazer presente na Constituição está na Lei Orgânica Municipal. O lazer ficou vinculado a prática esportiva enquanto que a cultura abrange outras manifestações que não são ligadas às atividades desse caráter. Vejamos o que diz o artigo 195, da Seção VIII, da Cultura, Capítulo III:

Constituem direitos culturais garantidos pelo município:

I-liberdade de criação e expressão artísticas;

II-acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaços de associações de bairros;

III-amplo acesso a todas as formas de expressão cultural;
IV-apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;
V-acesso ao patrimônio cultural do Município;
VI-as feiras de artesanato e de artes plásticas, e os espaços de livre expressão artística popular (CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE, 1990).

Tendo essa perspectiva de lazer, na primeira gestão da Frente Popular em Porto Alegre o discurso de planejamento e implementação das políticas de lazer foi mudado no que se refere aos espaços físicos, a abrangência, a diversificação de práticas físicas, inovando ao propor aos cidadãos atividades diferenciadas daquelas modalidades tradicionalmente desenvolvidas, ou seja, oferecendo práticas além do handebol, voleibol, futebol ou basquetebol e suas adaptações. As políticas para o setor continuaram subordinadas a SERP, alocadas na SMED, direcionadas sobretudo ao esporte participação, mas sem nenhuma expectativa de ações intersetoriais. Foi somente no segundo mandato da Frente Popular em Porto Alegre, em 1993, que foi criada uma Secretaria específica para cuidar do lazer, contudo, mantendo o vínculo estreito com o esporte.

2.2.1. O primeiro mandato (1989-1992)

Durante esse período, o prefeito de Porto Alegre foi Olívio Dutra, tendo como seu vice Tarso Genro. A equipe de governo deparou-se com a necessidade de organizar as contas públicas e de estabelecer e implementar um novo modelo de administração, por meio do qual fosse possível superar os problemas herdados da gestão anterior e imprimir um novo sentido ao poder público e à sua relação com a sociedade civil. Segundo Jorge Buchabqui, Secretário Municipal da Administração de Porto Alegre, durante esta gestão,

o grande movimento da Administração Popular, no que se refere à questão da reforma administrativa, foi o de compreender seu conteúdo dentro de um amplo processo de modernização técnica do trabalho, combinado com mudanças políticas e culturais, constituindo um modelo de gestão subordinado ao resgate da responsabilidade da ação administrativa para com a Cidade e o conjunto da população (1994, p.95).

A abordagem das administrações da Frente Popular, de maneira geral, se alicerça na busca do alargamento da democracia, passando por um diálogo constante entre dois componentes desta – participação e representação.

Para vislumbrarmos tal modelo é preciso entender que discursivamente adotou-se um governo descentralizado³, com vistas na co-gestão⁴ e com uma perspectiva de uma democracia cada vez mais participativa. Seria leviano afirmar que este é um modelo socialista mas, conforme Jorge Bittar, este é um caminho de mudança estrutural gradual.

O socialismo que queremos, temos certeza, irá se definindo com nossa capacidade de transformar utopia e desejos em planos de ação concretos, além das lutas do dia-a-dia. Para que estas duas lógicas se combinem, é necessária uma mediação entre nossos objetivos estratégicos e a realidade brasileira (1992 p. 15).

A Frente Popular, naquele tempo, afirmou estar consciente dos requisitos que levariam a população a atingir graus de conscientização para uma mudança radical. Tentavam cultivar

o ideal democrático [que] supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação (BOBBIO, 2000, p. 889).

A Frente Popular tem procurado agir, como Estado, na relação com a sociedade civil, abertos a um constante aperfeiçoamento, partindo de bases que têm desenvolvido processos de autonomia, de enfrentamento da realidade em voga e que acrescentem indicadores à construção da cidadania emancipatória na realidade cotidiana.

³ Quando falo de descentralização neste contexto, não há uma ligação ao conceito proposto a partir da Constituição de 1988 e com o qual convivemos em alguns outros momentos políticos brasileiros. Remeto-me a um diálogo contínuo e constante entre sociedade civil e Estado, em que as responsabilidades e a aplicação do capital nacional, estadual ou local são amplamente discutidas entre todos os atores ou entre o Estado e as entidades classistas e comunitárias, que melhor representarem a sociedade civil.

⁴ Nas sociedades democráticas e industriais a co-gestão foi estabelecida como uma possibilidade de participação do cidadão numa sociedade política, mas também do trabalhador numa comunidade econômica. É possível afirmar que, entre a heterogestão que representa a total exclusão do cidadão das decisões políticas e econômicas, pois a decisão fica nas mãos de quem detém o capital e a auto-gestão, “que espalha o processo decisório no seio e, em princípio, entre todos os participantes da organização, pela atuação direta nos conselhos e nas assembleias onde se formulam as decisões” (MARTINS, 1987, p.178) está a co-gestão, entendida como forma híbrida. Os graus de participação podem variar quando se fala de co-gestão, porém não é possível afirmar que estes graus levem a auto-gestão, senão, a possibilitar bases para que uma ruptura aconteça, pois “autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos, ou seja, autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis aos homens e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro da classe proprietária ou o poder do Estado centralizado” (MARTINS, 1987, p.179). Pois bem, a opção que a Frente Popular fez em relação a assumir parte do poder do Estado, sem a devida mudança do sistema social, determinou que a forma mais adequada de entender as ações que acontecem conjuntamente entre comunidades organizadas e espaços institucionalizados pelo poder público é estabelecer a gestão partilhada (co-gestão).

Os Programas de um Partido como o PT e de uma Frente Popular como a formada em Porto Alegre (que incluía inicialmente o PCB e, após, contou com o PSB), com forte definição de esquerda e socialista, estão marcados por um histórico distanciamento do Poder do Estado e, em contrapartida, inspirados pela utopia enquanto sistema de valores contra-ideológico. Se a chegada de uma parcela do poder do Estado, pela via institucional, de um conjunto de forças políticas com essas características não significou a ocorrência de uma ruptura, ao menos, o seu encontro com os valores ideológicos dominantes, fortemente arraigados na estrutura estatal, constitui uma área importante de variadas e transformadoras confrontações (BUCHABQUI, 1994, p.96).

Nesta perspectiva, a principal bandeira das esquerdas, em especial do PT, tem sido a participação da população nos rumos das políticas públicas e do gerenciamento da máquina estatal. A participação é entendida como a intervenção constante e de oportunidade homogênea da população, gerida desde o amadurecimento de posições políticas clarividentes. Almeja atingir a efetividade das tomadas de decisão, definindo diretrizes políticas em conjunto com a população, para depois torná-las práticas sociais concretas, bem como possibilitar à sociedade civil espaço para que fiscalize os destinos que o legislativo e o executivo dão as verbas públicas. Esta mudança, segundo eles, permitirá que a população aceite que existem deveres cruciais em prol de uma vida verdadeiramente comunitária. Por exemplo, a não-depredação dos espaços públicos, a retração de gastos desnecessários com água, luz ou mesmo do consumo de produtos do mercado, a formação de novos valores de convívio cotidiano, entre outros.

Outro ponto em comum a estas administrações reside num projeto de governabilidade que se contraponha ao discurso neoliberal da ineficiência do Estado e da proposta de redução do funcionalismo. Os discursos da Frente Popular têm contemplado a realização de uma mudança na estrutura estatal, adotando procedimentos constitutivos da máquina, buscando procedimentos de transformação embasados numa cultura democrática, cidadã e de ampliação dos direitos sociais. Para isso, num primeiro momento, foi essencial que os municípios aumentassem os investimentos na área social, enfrentando a degradação das condições de vida para, logo a seguir, entre acertos e erros, proporcionar o amadurecimento da democratização do poder local e uma profunda mudança na sociedade política e na luta de valores no interior do campo popular.

De acordo com Bittar, os traços centrais a este projeto são:

- 1) A participação popular, rumo à participação cidadã.

- 2) A inversão de prioridades do governo em relação às formas tradicionais de governar, ou seja: investir naquelas áreas historicamente abandonadas, de carência extrema; tornar públicos os espaços urbanos que estavam em plena perspectiva de privatização ou de abandono total; revitalização do patrimônio cultural; recuperação da qualidade dos serviços públicos; e, sobretudo a garantia de acesso aos serviços urbanos básicos.
- 3) Desprivatizar o Estado. Esta proposição tem por fim criar uma cultura de transformação do estatal em público, combatendo a exploração mercantil dos serviços públicos, o clientelismo, erradicando a corrupção. A modificação nos procedimentos não é apenas administrativa, mas também política e cultural, contrapondo-se à imagem de uma administração elitista.
- 4) A politização do conflito com outras instâncias do federalismo brasileiro e seus projetos de governabilidade, com os capitais privados, apresentando alternativas ao desmonte do Estado numa perspectiva de pensar um projeto em âmbito nacional, considerando a mediação imposta pela realidade da política municipal.
- 5) Um equilíbrio entre executivo, legislativo e sociedade civil, garantindo uma política de alianças que garanta um bom andamento do programa de governo.

Estes traços, inerentes ao “modo petista de governar”, querem erigir um processo de socialização da política, tendo consciência de que o êxito só existirá com intensa luta cultural no interior da vida cotidiana e nas estruturas que ali se reproduzem.

No ano de 1989, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) dividiu a cidade em quatro regiões comunitárias que, sem um mínimo de participação ativa da população elegia, por meio das associações, quatro conselheiros que compunham o Conselho Comunitário. Este, por sua vez, escolhia um presidente. Desta forma, as decisões populares ficavam centradas na mão de poucos e, conseqüentemente, com a baixa participação, inexistia um sistema de acompanhamento e controle das reivindicações populares.

A primeira gestão imprimiu um ajustamento da máquina estatal, mas a inexperiência dos administradores, bem como a dos movimentos comunitários em promover a participação, frustraram as expectativas em relação às mudanças propaladas. Isto ocasionou uma diminuição da participação no segundo ano do mandato. Entretanto, ainda neste mesmo ano, houve ajustes internos da estrutura político-administrativa em relação à retomada do processo participativo e à criação de novas instâncias, institucionais ou não, permanentes de participação comunitária. Foi pensando uma mudança desta lógica,

e sob uma forte pressão popular pela democratização das decisões sobre os investimentos que nasceu a primeira versão do OP.

Somada às orientações do modo petista de governar, existia a vontade manifesta dos movimentos populares, durante anos, de ver suas reivindicações atendidas e, dos militantes políticos, de ver superados os debates teóricos e ações políticas fundados quer seja na ditadura militar, quer seja em movimentos marcadamente antipopulares ou no fracasso da experiência populista que precedeu esta gestão, assumida em 1989. Tanto os movimentos populares, como os militantes políticos e o governo que se formava, possuíam forte crítica ao caráter centralizador e burocrático do modelo de Estado, o qual, objetivamente, havia impedido a participação dos trabalhadores na determinação de seus rumos.

A medida adotada pela Administração Popular em Porto Alegre seguiu as orientações gerais de todas administrações da Frente Popular. Além da reforma estatal, deu-se início a um diálogo, principalmente com os setores mais organizados das classes populares. Paulatinamente, fortaleceu-se uma “esfera pública não-estatal”. Nesse espaço, o OP passou a ser o “carro chefe” e foi seguido por outras iniciativas, como o Congresso da Cidade, os Conselhos, as Conferências Setoriais, entre outros.

A respeito da adoção do OP, como forma de viabilizar um novo modelo de participação popular que pudesse superar os equívocos existentes nas experiências realizadas em décadas anteriores, Augustin Filho diz “sabíamos perfeitamente quais os modelos e práticas [deveriam ser] rejeitadas” (1994 p.50). E continua dizendo

Tome-se como referência o documento “Plataforma para a Prefeitura de Porto Alegre”, do Diretório Metropolitano de Porto Alegre do Partido dos Trabalhadores, apresentado e aprovado na histórica convenção que escolheu Olívio Dutra como candidato a prefeito. Nele, propunha-se a criação de Conselhos Populares: ‘A idéia de Conselhos Populares resgata a herança histórica da classe trabalhadora quanto à forma e ao conteúdo da democracia’, dizia o texto. Apesar de algum exagero, a formulação da época demonstrava lucidez política com relação aos princípios que necessariamente deveriam ser considerados em um processo de democratização real do estado. Embora a prática tenha se encarregado de fazer o Orçamento Participativo, e não dos conselhos populares, a instituição da democratização possível de ser construída, as orientações substantivas e os eventuais problemas que posteriormente iriam se manifestar no OP, já estavam, em parte, previamente abordados (AUGUSTIN FILHO, 1994 p.50).

Membros do governo desta primeira gestão afirmam que as características fundamentais propostas pelo PT para os conselhos populares, de uma forma ou de outra, foram contempladas no OP, ou, têm se materializando nos desdobramentos dele na realidade porto-alegrense.

Pelos relatos, o OP enfrentou grandes dificuldades iniciais, visto que existia enorme falência financeira. A instalação do processo enfrentou resistências de diversos setores da sociedade civil e do poder estabelecido, em especial daqueles vereadores que tiveram a sua hegemonia política ameaçada em determinados bairros da cidade, conseguida por troca de favores com as comunidades ou pela compra de votos em época de campanha eleitoral.

No terceiro ano da primeira gestão, consolidou-se a dinâmica da participação e outros fóruns, além do OP, começaram a ser pensados uma vez que houve um significativo aumento da participação nas plenárias.

Seguramente existem razões específicas, características das realidades gaúcha e porto-alegrense, as quais [permitiram] a consolidação do projeto petista na cidade. Além de ter história oposicionista, Porto Alegre tem, também, tradição democrática, uma opinião pública politizada e um movimento popular e comunitário razoavelmente forte e participativo, ainda que não imune aos vícios da política de clientela. (UTZIG, 1997, p.29).

Esse primeiro mandato da Frente Popular buscou inovar, em todos os campos: na reforma tributária, na política de recursos humanos, no recolhimento do IPTU, no investimento em políticas públicas de cunho social, consideradas emergentes à recuperação da precária condição de algumas regiões mais pobres da cidade, tendo sempre presente os princípios e diretrizes norteadores da política geral adotada.

O âmbito do lazer, administrado pela SERP também buscou inovações. Marco Paulo Stigger realizou um estudo a respeito desses primeiros anos de mandato, em especial sobre a administração dos parques públicos sob responsabilidade desse setor, no qual deixa claro o conflito interno e disputa entre tendências diferentes. A disputa interna é mostrada quando ele descreve sua pesquisa-piloto, realizada em 1991.

Percebeu-se ainda, durante o desenvolvimento do trabalho, que havia no setor que estava sendo objeto da pesquisa [ou seja, a SERP], uma disputa entre dois grupos: um que queria manter os encaminhamentos das políticas como estavam e outro que questionava a sua forma de efetivação propondo mudanças. Os dois grupos se confrontaram na disputa do poder no setor que acabou ficando, por determinação da Secretaria de Educação,

com o grupo que propunha mudanças na forma de efetivação das políticas e até mesmo na sua interpretação (1992 p.15).

Segundo L. , ao assumir o governo “o PT nomeou a Ester Grossi como secretária de Educação e na SERP assumiu o Veber” (depoimento oral, 2002). A informante continua sua fala descrevendo características dessa primeira gestão.

Ao entrar o professor Veber, instalou e sistematizou, semanalmente, sob a forma de assembléia os encontros dos professores. Iniciou-se então uma discussão sobre o papel do professor da recreação pública, caráter do trabalho...e participação da comunidade usuária desses espaços e eventos. Seguindo a política do governo municipal de inversão das prioridades, passou-se a discutir com associações comunitárias da periferia da cidade, organizadas na perspectiva da descentralização do trabalho e implantação em espaços da periferia. A criação de associações de amigos de praças e parques foi outra meta perseguida desde o primeiro ano, assim como a ênfase no trabalho com crianças e adolescentes.

Em 1990 o professor Veber alegou estafa e se afastou do cargo. Havia naquele período uma disputa interna mais acirrada do que em 1989. Segundo L., com a saída do professor Veber havia a possibilidade da professora Rosane Molina assumir a SERP vindo da FESC, mas o grupo que estava na coordenação resistiu a essa idéia. Assumiu então Laura Bins. Segundo a informante, o trabalho assumiu as seguintes características:

A formação dos professores era a principal meta. O trabalho de coordenação foi pensado numa perspectiva de trabalho em equipe, ou seja, trabalho coletivo. Com essa idéia, a coordenação pedagógica teve como meta pensar a formação dos professores e estagiários de educação física, junto com o grupo de supervisores de praças e parques.[...] Passamos a discutir com as comunidades via OP, assumindo a política central do governo municipal e a ampliação do número de unidades esportivas (praças e parques com professores/ estagiários lotados) até 1992 dobrou. Qualificamos e diversificamos o trabalho também desde o tipo de material que passou a ser comprado e enviado para as unidades. O setor de eventos foi repensado e passou a fazer seu planejamento junto com o pedagógico, tendo o esporte participação como principal meta. A formação dos funcionários também foi pensada, seguindo a mesma linha. Disputamos dois equipamentos importantes: 1) O prédio onde é hoje a sede administrativa da secretaria. 2) O ginásio Tesourinha, que ainda não estava acabado e inicialmente foi passado para a SGM administrar, com a justificativa da necessidade de pensar sua conclusão pela parceria com empresas privadas. Com o aval da Secretaria passamos a disputar a administração do mesmo, com uma proposta de política que passamos a discutir com a SGM e depois com entidades esportivas, tais como Federações, associações esportivas de bairro, entre outras representações. Essa política tinha o esporte de alto rendimento como centro, visto na perspectiva do lazer como um espetáculo e cabendo ao município junto

com as federações despertar sua democratização. A administração dos ginásios de escolas municipais foi passada para a SERP, numa política de co-gestão: comunidade, escola, SERP, criamos conselhos gestores e tínhamos esses ginásios como espaços descentralizados cujo eixo era o esporte participação e educacional. Portanto o Ginásio Tesourinha na qualidade de espaço central, com infra-estrutura, piso, medidas...dentro das normas esportivas oficiais era o espaço reservado ao espetáculo e desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Começamos naquela época uma discussão com FESC, Saúde (assistência social) analisando nossas interfaces e o papel da assistência social. Com a saúde buscamos estabelecer parceria em dois projetos o de colônia de férias, pois previa idas às piscinas dos centros comunitários da FESC, hoje com a SME, e o “projeto de caminhadas orientadas”, com formação de professores e estagiários e elaboração de material orientador à comunidade. Com a SMAM, passamos a discutir os projetos de praças e parques na perspectiva do Lazer, esporte e uso da comunidade, chegando a construir em parceria e repassando verbas, uma secretaria para outra (L., Depoimento Oral, 2002).

A disputa interna continuou e, segundo L., ela existia desde a gestão do Veber, cuja saída foi ocasionada, em parte por isso. Em 1991 houve, novamente, um acirramento da situação, o que resultou em novas mudanças. Veja o que relata L.

É importante dizer que fizemos algumas modificações nas equipes ampliando-as para qualificarmos o trabalho das unidades esportivas que eram a prioridade; encerravam o central de nossa política. A Rejane, atual Secretária, foi chamada para o grupo de supervisores de praças e parques, entre outros. A resistência começou a explicitar-se, no meu entendimento, com a resistência ao trabalho em grupo e à formação dos professores e funcionários, iniciando-se com a Ethel e ao longo do ano, ampliou-se naquele grupo, a resistência, cristalizando-se na figura do Márcio que por conta disso, intimidou-se; o que reforçou o grupo. Em início de 1991 passamos a ter a consultoria do Miguel Massolo e Nize Pellanda (psicologia institucional) com o objetivo de estudar o grupo e trabalhá-lo na perspectiva de dirimir os conflitos. Esse trabalho apontou para um diagnóstico de um grupo muito complicado, autofágico e tendo, na figura da Ethel, sua principal articuladora (a Rejane constituiu-se como braço direito, e segunda figura). A demissão da Ethel, do cargo que ocupava, era importante para uma retomada do eixo do trabalho; essas coisas todas aconteceram sob muita pressão, boicotes e construção de reforço à posição da Ethel.

Outro depoimento, o de R. (depoimento oral, 2000), fala do convite à remoção daqueles funcionários que se interpunham ao direcionamento dado ao trabalho da SERP. De fato, são duas opiniões divergentes e antagônicas, as quais resolvi dar voz em meu estudo para mostrar que a construção de uma política pública de lazer apresenta conflitos

internos à administração, que podem atrapalhar ou até mesmo impulsionar mudanças significativas.

A partir de 1992 o grupo foi liderado pela professora Rejane Penna Rodrigues nomeada sua supervisora e, posteriormente, com a criação da SME passando a secretária, cargo que detém até hoje. Esse grupo propôs algumas inovações e procurou convencer os setores internos ao governo e à Câmara de Vereadores sobre a importância da criação de uma secretaria, que tivesse dotação orçamentária própria com autonomia política e financeira. Segundo a fala de **R.** (depoimento oral, 2000), num primeiro momento partiu-se para o convencimento do executivo e do legislativo a respeito da importância da criação de uma Secretaria específica, que desse uma maior amplitude à proposta e à possibilidade de gerenciar uma dotação orçamentária própria.

A lei 6099 determinava as funções da SERP e os cargos que a compunham (**anexo 5**). A legislação foi aprovada em 03 de fevereiro de 1988 e criou a SMC; alterou a denominação e as finalidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando, a partir de então, como SMED. Nesta última é que estava lotada a SERP. No Título II, artigo 17 a lei fala das finalidades da SMED, deixando claro que está sob sua responsabilidade promover atividades de lazer, ligadas especialmente ao campo físico-esportivo.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED), com atuação no setor social e competência nas áreas de ensino, educação, **recreação e desportos**, tem por finalidade[...]

II-desenvolver programas de **educação não formal** de pré-escolar, especialmente nas áreas de concentração da população de baixa renda; [...]

V-manter instalações e locais para a prática de esportes, bem como assistir as organizações esportivas amadoras;

VI-promover **atividades educacionais esportivas e recreativas**, bem como prestar apoio a empreendimentos dessas áreas;

VII-opinar e exercer controle sobre a concessão de auxílios, subvenções, prêmios, bolsas de estudos e outros benefícios a entidades e pessoas (Grifos meus, PMPA, 1988).

A referida lei também dizia como deveria ser a organização interna e os cargos na SERP. O setor era composto por um supervisor (cargo comissionado), assistente técnico e assistente; no núcleo de recreação pública: oito chefes de grupo; na seção de unidades recreativas: dez chefes de unidade recreativa II e dez chefes de unidade recreativa I; na seção de produção e manutenção: dois encarregados, o do setor de produção e o setor de manutenção e o depósito de material; no serviço de programas de esportes e recreação: a

seção de programas e projetos esportivos e a seção de programas e projetos recreativos. Segundo Stigger (1992) o órgão desenvolvia atividades na área de lazer, contando com quatro professores de educação física, em média, por parque/prça, das vinte e sete atendidas. Resultaria, portanto, em torno de 108 professores para atender uma população, por volta de um milhão de habitantes.

De acordo com esse autor as unidades recreativas contavam com equipamento básico para o desenvolvimento de suas atividades e em cada uma delas havia variações do que era oferecido para a prática dos freqüentadores. De modo geral, existia um complexo poli-esportivo; alguns possuíam cancha de bocha, mesas para xadrez, dama, pistas de atletismo, churrasqueiras, pista de *skate*. Essas unidades, localizadas em diversos bairros de Porto Alegre, algumas delas existentes desde o tempo da primeira organização da recreação pública na cidade em 1926, tinham a orientação de professores e estagiários de educação física, que desenvolviam atividades de acordo com as linhas que foram adotadas. Obviamente, muitas dificuldades, resistências e desacordos foram encontradas, pois, praticamente todos os servidores eram de carreira e, muitos já haviam se acostumado a uma política do *laisse faire*. Rejane Rodrigues (2000) diz que no começo houve embates com aqueles servidores que não estavam dispostos a mudar e desacostumados em seguir uma linha política, filosófica e teórica no seu trabalho, em dialogar com as comunidades e até mesmo em exercer seu trabalho com competência, mas aos poucos, com uma política de valorização dos recursos humanos, os problemas maiores foram contornados.

Na primeira administração houve uma gradual ruptura com a política estabelecida de atendimento a segmentos específicos da população – prioridade a crianças e escolares; construção de uma política voltada para a comunidade como um todo; manutenção do trabalho já existente nas praças e parques do centro da cidade e ampliação para a periferia; política de construção de módulos (sala e banheiro) em praças e parques, visando à fixação de profissionais de educação física nesses locais (reivindicação e conquista no OP); por falta de recursos humanos financeiros não foi possível intensificar eventos para toda a cidade. Iniciaram-se projetos como o “Verão da Gurizada”, “Viva o Basquete” e “Campeonato Municipal de Várzea” (GUTTERRES e RODRIGUES, 1996 p.78).⁵

⁵ Os programas que tiveram sua continuidade, sendo implementados de acordo com a nova política adotada em 1989, assim como os programas novos que foram criados e implementados na primeira e segunda gestão tiveram continuidade no terceiro mandato, foco de análise deste estudo, por isso fiz a opção de descrevê-los com maior profundidade quando o terceiro mandato for abordado.

As políticas da SERP procuraram seguir a mesma orientação da política geral do município, ou seja, procuraram descentralizar o poder, inverter as prioridades, dando maior importância àquelas áreas em situação precária ou àquelas já construídas e em situação de abandono e diversificar a demanda. A verba necessária para novos investimentos deveria vir das discussões proporcionadas pelo OP, sendo ele a matriz principal para todo o processo. A participação foi colocada no centro de todas as ações e a co-gestão dos espaços administrados pela SERP deveria ser incentivada. Stigger (1992) diz que a perspectiva de desenvolver uma política voltada a estes princípios fez com que a SERP buscase alicerçar-se na “Carta de Princípios”, desenvolvida por ocasião do I Encontro Nacional de Administradores Petistas ligados ao Esporte e ao Lazer, realizado em Cajamar, São Paulo, em 08 de dezembro de 1989.

O acesso ao esporte e ao lazer foi garantido entendendo-os como direito de todos, no qual a participação da população e o desenvolvimento da democracia são fundamentais. “A cidadania é vista nos dois documentos como algo a alcançar e algo que se aprende, que se constrói. O esporte e o lazer são vistos como meios para essa construção” (STIGGER, 1992 p.34).

Estas diretrizes do trabalho da SERP, segundo diversos relatos da gestão de 1989 a 1992 foram realizadas e, alguma mudança na perspectiva política foi alcançada. Contudo, Stigger(1992), ao concluir seu trabalho demonstra que as evidências apontam certa preocupação de caráter meramente instrumental, a qual se restringiria apenas no bom andamento do trabalho, sem mudar a relação entre poder público instituído e sociedade civil, apesar do discurso da participação estar presente tanto no corpo de trabalho da SERP, como nos demais envolvidos na realidade dos parques.

O autor, mais adiante, diz que, mesmo com estas limitações evidentes, é possível apontar para um futuro (da SERP) em certa medida otimista. Vejamos então, como foi o segundo mandato da Frente Popular na administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

2.2.2.O segundo mandato (1993-1996)

No segundo mandato da Frente Popular na PMPA, foi eleito para prefeito o vice-prefeito da gestão anterior, Tarso Genro, tendo Raul Pont como vice-prefeito. Segundo Tarso Genro “o mais importante é que a gestão foi compartilhada por todo o Partido dos Trabalhadores, não havendo, no curso do governo, nenhuma crise de relacionamento do Governo com o Partido ou com a sociedade” (1997 notas prefaciais).

A Frente Popular, no primeiro mandato, conseguiu minimamente sanear os cofres públicos, conforme relatos da administração, portanto, o segundo mandato iniciou-se com a perspectiva de aumentar a abrangência das ações, criar novas perspectivas para o governo e resolver o impasse de “para quem a administração popular deveria governar”, se era apenas para os trabalhadores ou para toda sociedade. Essa questão era central àquele momento, em relação aos rumos da cidade e até da própria lógica do PT, partido majoritário na composição da coligação. No primeiro mandato, dadas a carência das áreas mais pobres da desorganização habitacional e viária em que se encontrava a cidade e da precariedade das políticas sociais, que nem eram realmente públicas e nem atendiam a população que mais necessitava, optou-se, então, por fazer um governo voltado para as classes que haviam ficado desatendidas antes dessa administração (em geral extratos da classe trabalhadora e desempregada).

Para responder à pergunta colocada, muitos debates internos na administração, no partido e em movimentos sociais organizados aconteceram; ainda no governo Olívio. Porém, essa temática não foi totalmente resolvida e ainda hoje atravessa o PT; tem causado cisões entre algumas tendências internas que sustentam total discordância com os rumos tomados e afirmam que o PT se transformou em um partido reformista perdendo de vista a perspectiva socialista. Sobre esta discussão, José Utizig, secretário de captação de recursos do governo Tarso Genro, diz

a posição de que o PT deveria governar exclusivamente para os trabalhadores tinha raízes na cultura petista de então, fortemente influenciada por visões de corte basista e das esquerdas convencionais. Tendo como experiência prática a subestimação do espaço institucional e como pressuposto teórico a noção reducionista de que o Estado é sempre e tão somente um Estado particularista, voltado para a realização dos interesses de uma classe social – no caso em tela – a lógica da posição era a de inverter o sinal, quer dizer o PT deveria fazer um governo também particularista, mas voltado para a realização do interesse dos trabalhadores (1997 p.30).

Outras tendências, entretanto, opinavam que a estratégia da tomada do poder estatal e da reforma administrativa são caminhos para que a ruptura gradual com este sistema, ora vigente, aconteça. Coutinho (2002) explica este caminho para a mudança social por meio do fortalecimento de instituições políticas vigentes na democracia liberal, num crescente processo de democratização, diz ele

seria um equívoco supor que este novo patamar do processo de democratização só possa se manifestar, em todos os seus aspectos, após a plena conquista do poder pelos trabalhadores. Assim, como as forças produtivas necessárias à criação de uma nova ordem econômico-social já começam a se desenvolver no interior da sociedade capitalista, também esses elementos de uma nova democracia – de uma democracia de massas – já se esboçam e tomam corpo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico, no seio dos regimes políticos democráticos, ainda sob a hegemonia burguesa (2002 p. 25).

Estes argumentos são partidários da idéia de que uma população empobrecida, com baixo grau de consciência, não pode sustentar uma mudança radical do sistema social. Assim além de governar para os trabalhadores é preciso governar para toda a sociedade, transformando, paulatinamente, a relação de subserviência do Estado à hegemonia burguesa, estabelecendo mecanismos que promovam o embate entre as diferentes classes, no qual todos poderão crescer num processo de radicalização da democracia. Pautada nessas idéias, na segunda gestão houve

a prevalência da posição de governar para toda a sociedade, [que] abriu caminho para realizar um governo de maioria, um governo de disputa e de negociação, capaz de formular políticas e implementar projetos para segmentos sociais variados e de dar rumo geral para a cidade. Um governo, portanto, com vocação reformadora e universalista, apto a liderar a construção de um novo bloco hegemônico na cidade (UTIZIG, 1997 p.31).

O segundo mandato caracterizou-se por mudanças graduais na estrutura e na dinâmica dos fóruns de participação. Durante esse período houve tensões ocasionadas por posicionamentos divergentes, dentro do próprio partido, em relação ao OP. Parte da administração e da sociedade pensava que este fórum precisava ser regulamentado, fato que poderia limitar o dinamismo do processo, outra parte achava que o OP deveria ser garantido em lei, sem contudo criar amarras intransponíveis. Pensavam que seria necessário garantir

mecanismos para a soberania popular e para que a sociedade civil (seus atores) pudessem discutir as normas, regras e instâncias sempre que preciso.

Prevaleceu a dinâmica de tê-lo como espaço de disputa da sociedade civil, no qual os atores deveriam chegar a um consenso de qual seria o destino das verbas públicas e também da própria dinâmica interna do processo.

A prefeitura continuou adotando o OP, tendo-o como peça de fundamental importância para a viabilização da democracia participativa, mas outras instâncias foram planejadas e postas em prática. As diretrizes gerais da política ainda continuaram sendo a democratização, a inversão de prioridades e a descentralização do poder, numa perspectiva cada vez mais de universalizar os atendimentos, porém demonstrando para a cidade que há áreas a ser priorizadas e as vantagens desta opção.

Esta idéia proporcionou à administração uma preocupação com a inserção de Porto Alegre na nova ordem internacional e com o enfrentamento do problema social local. Para operacionalizar este desafio a administração de Porto Alegre investiu, mais ainda, no processo do OP, aperfeiçoando-o num constante diálogo entre poder público e sociedade civil. A fim de planejar a cidade, além do OP, organizou-se o Projeto “Porto Alegre Mais – Cidade Constituinte”, que resultou no I Congresso da Cidade, em 1993. Para essa primeira experiência foram convidados membros do OP, Universidades, Entidades Classistas, Centrais Sindicais, Associações de Moradores e toda a sociedade civil. O evento objetivava discutir a cidade conceitualmente. Foram realizadas diversas reuniões entre abril e dezembro de 1993, tendo seu ápice na realização do Congresso. Dele foram retiradas diretrizes, projetos e ações, colocadas em forma de eixos políticos.

“Esse processo de discussão política deu origem ao Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), reafirmou a necessidade urgente de realizar uma reformulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), gerou as propostas de se estabelecer uma Tecnópole e uma Política de Relações Internacionais para Porto Alegre”, diz José Antonio Alonso (1997 p.58). A discussão do Plano Diretor da Cidade teve seu pontapé inicial na realização do segundo Congresso da Cidade, ocorrido no ano de 1995.

Segundo o autor, o PDE visava desenvolver áreas que abrangiam o abastecimento alimentar, o fomento a pequenos empreendimentos, a ocupação e renda, promoção da

cidade, tecnologia e trabalho e criar uma cidade Policêntrica. Para isso, foram criados projetos específicos a cada uma das temáticas que o mesmo abrangia.

No âmbito do lazer, após o primeiro mandato, no qual as iniciativas estiveram ligadas a SERP, órgão interno da SMED, criou-se pela lei 7330, de 05 de outubro de 1993 (**anexo 6**), uma secretaria específica para planejar e realizar políticas para o setor. A secretaria criada perpetuou o velho vínculo existente entre lazer e práticas físico-esportivas, pois suas finalidades estão estreitamente ligadas a esta orientação.

A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer tem como finalidades: I-organizar o campeonato municipal de futebol de campo, futebol sete e futebol de salão; definir e propor políticas públicas para o esporte, recreação e lazer; II-democratizar a cultura corporal humana com orientação didático-pedagógica; III-qualificar o esporte, recreação e lazer pela integração de órgãos a fins; IV-desenvolver atividades de esporte, recreação e lazer no âmbito do município; V-desenvolver programas esportivos e recreativos permanentes, sistemáticos e gratuitos nas instalações públicas municipais; VI-criar, ampliar, manter e conservar áreas esportivas do município; VII-resgatar o esporte, a recreação e o lazer enquanto um bem social e direito do cidadão (PMPA, 1993).

A legislação é sucinta e clara, designando as finalidades da secretaria, criando o cargo de secretária de esportes, recreação e lazer, alterando alguns dos *caput* da lei anterior (nº6099 de 03 de fevereiro de 1988) que tratava da temática; dá um prazo de 120 dias para que a estrutura seja executada e diz que todas as atividades desenvolvidas por professor ou especialista em educação na SME serão consideradas de ensino para todos os efeitos legais.

Ainda é possível extrair do segundo capítulo dessa lei, parágrafo terceiro, a intenção de que as atividades da SME tenham uma relação com outros setores do município, os quais desenvolvam atividades afins. Por intermédio das observações realizadas nesse estudo pude notar que há resistências as ações que construiriam propostas intersetoriais ou políticas transversais. É possível perceber essa divisão e resistência, por exemplo, na fala de C., quando este explica o porquê da divisão feita nas plenárias temáticas do ano de 2000, que separou da cultura, o esporte, a recreação e o lazer.⁶

⁶ No capítulo II, a discussão sobre o OP promove um entendimento das etapas de participação da população, descrevendo-lhe sua estrutura e como o lazer aparece, na qualidade de demanda da população e, como temática dirigida pelas instâncias do poder público responsáveis pela qualificação das mesmas. Desta forma, uso-me deste exemplo somente para ilustrar a distância ainda existente entre a possibilidade de uma política que contemple a transversalidade no âmbito do lazer, como política intersetoriais, presente no discurso, mas que não se efetiva na prática.

Na verdade o que a gente pensou em fazer e o OP também, com a separação da cultura e do lazer, foi uma distinção de públicos. A nossa intenção era reunir em uma temática, até porque era uma reivindicação deles, o público do Rap, do teatro, do cinema, enfim era essa idéia: constituir uma temática com esse público. Na outra temática ficou a questão mais ligada à ocupação de espaços públicos como praças e parques; então a distinção ficou mais entre espaços de **prática esportiva do lazer e na outra ficou o lazer relacionado à prática cênica, prática do cinema, a prática da música**. Então, acho, essa foi a separação que foi feita, entre duas áreas de lazer, porque cultura é lazer e esporte é lazer também. Então não deu muito para perceber a separação foi positiva ou não. Acho que este vai ser um primeiro ano de avaliação. O público que veio na temática de cultura foi um público bom e o público que veio na temática de educação, esporte e lazer também foi um público bom. Acho que a gente vai ter que, para o futuro, tentar redefinir os conceitos. Talvez o mais correto seja a gente não ter uma temática de lazer, porque esse conceito de lazer permeia tudo o que está envolvido ali. (Depoimento oral, 2000).

A fala do informante cria uma cisão entre públicos e, com ela, uma mesma cisão com relação aos investimentos e possíveis programações conjuntas. Mais uma vez a pergunta: se o lazer “permeia tudo que esta envolvido” nas políticas citadas no relato, porque uma secretaria específica cuida desta área e, porque está ligada exclusivamente à prática físico-esportiva?

Com a criação desta secretaria estava re-allocada a discussão conceitual e a manutenção das práticas de lazer coordenadas pela administração municipal. Programas, projetos e eventos foram pensados tendo a população como partícipe ativa, demandando e co-gestionando as ações com a SME e com o restante da administração municipal.

Os objetivos estabelecidos desde a criação da SME estão centrados na participação. “É através desse eixo que a promoção torna-se autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e possibilidade de auto-sustentação” (GUTERREZ E RODRIGUES, 1996 p.78).

Segundo estas mesmas autoras, os objetivos que foram fixados para a SME eram:

manter em funcionamento as Unidades Recreativas, seja por meio de projetos, atendimento sistemático e/ou articulação comunitária, democratizando o acesso ao seu espaço físico, instalações e materiais; oferecer à população de Porto Alegre, de forma sistemática e assistemática, alternativas de atividade física e de lazer no seu tempo livre, garantindo participação ampla e qualidade; oportunizar a prática de atividades de cultura corporal, assim como o aprendizado de seus conteúdos básicos, propiciando a apropriação de seu significado; aprofundar as relações comunitárias com base de momentos de reflexão, discussão e planejamento de políticas e/ou ações concretas (eventos,

atividades etc.) entre poder público e entidades (comunidades, associações, federações, universidades, etc.); oferecer instrumentalização à equipe de trabalho, motivando, divulgando e liberando para cursos, seminários e outros, bem como momentos internos de reflexão; incentivar e favorecer a criação de Associação de Amigos de Praça, oportunizando a sua participação na elaboração e execução das políticas municipais na SME; proporcionar à população o acesso ao espetáculo esportivo, visto como aspecto motivador para sua prática; ampliar o atendimento a partir nos projetos existentes, bem como a otimização dos recursos humanos nas Unidades; incentivar a criação de novos projetos; implantar em 1996, os seguintes projetos: Graxaim, Cestobol e Atividades Físicas para portadores de deficiência mental; buscar alternativas para o desenvolvimento do fundo do esporte, por intermédio do Conselho Municipal de Desporto (1996 p.79).

O Conselho Municipal de Desporto foi criado com a aprovação da lei que instituiu o Sistema Municipal de Desporto, lei complementar nº 340, de 12 de janeiro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 11.481, de 15 de abril de 1996, determinando o funcionamento do referido sistema. Em seu Capítulo I fala sobre as disposições preliminares para sua existência, descrevendo a abrangência das práticas como sendo de caráter formal e não-formal e entendendo a prática não formal como aquela “caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes e [que] abrange as atividades de recreação e lazer, desde que desenvolvidas de forma predominantemente física” (parágrafo 2º do artigo 1º da lei). Novamente esta passagem reforça o já comentado estreito e muitas vezes exclusivo vínculo do lazer às atividades físico-desportivas, mantendo-se o *status quo* desta área.

O Capítulo II dispõe sobre o sistema em si. A Seção I fala da sua composição e objetivos e a Seção II fala do Conselho Municipal do Desporto. O Capítulo III dispõe sobre o registro, supervisão e orientação normativa para estas práticas. O Capítulo IV trata dos Recursos para o Desporto, sendo que para fins deste estudo cabe destacar o artigo 10, 11, 12 e 13 que criam e destinam os recursos do Fundo Municipal do Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP) e o artigo 16 que dispõe sobre quem administra estes fundos.⁷

⁷ Para maiores especificações desta legislação, consultar a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, ou acessar a biblioteca virtual da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no sítio www.camarapoa.rs.gov.br

Como podemos notar nesta descrição das ações de lazer e das leis que a regulamentaram a partir de 1993, é possível concluir que elas proporcionaram a autonomia financeira, a possibilidade de abrangência das ações e perspectivas do aumento do quadro de funcionários, pois, concursos públicos específicos para a SME poderiam, a partir daí, serem requisitados. Neste último tópico, em especial, cabe salientar que a criação da secretaria *per si* não significou aumento de dotação orçamentária ou aumento imediato no número total de funcionários. Se hoje há um pequeno montante a mais de investimento, do que naquele período, deve-se a uma construção ao longo do segundo mandato e também neste terceiro mandato, aqui analisado, baseado na aplicação da legislação criada, nas demandas por políticas de lazer que começaram a surgir internamente na administração municipal e, mesmo que como uma das últimas prioridades, no OP. A possibilidade de contratação de novos funcionários, por meio de concurso público ou de convênios firmados com universidades e outras instituições, que permite a realização de estágios nos locais e atividades sob a responsabilidade da SME, possibilitou um aumento do seu quadro funcional. Contudo, em relatos de funcionários envolvidos diretamente com a administração da SME, concluiu-se que o número de funcionários está aquém da real necessidade para melhorar o atendimento das ações existentes e sua posterior expansão para aquelas áreas desprovidas de atividades sistemáticas ou mesmo eventual de lazer numa cidade, sobretudo, do porte de Porto Alegre.

2.2.3. O terceiro mandato (1997-2000)

A tradição estabelecida pela Frente Popular em Porto Alegre era a de que o vice-prefeito da gestão anterior na administração municipal se lançasse candidato a prefeito na próxima eleição, portanto, Raul Pont foi eleito para prefeito nesse terceiro mandato. Seu vice-prefeito foi José Fortunati.

Nesse terceiro mandato da Frente Popular em Porto Alegre, os projetos inovadores da gestão anterior tiveram continuidade. Algumas modificações aconteceram de acordo com os novos desafios advindos das discussões dos Congressos da Cidade, realizados em 1993 e 1995. Houve um aumento da rede de conselhos setoriais e uma crescente participação da população em fóruns privilegiados para estabelecer demandas de políticas públicas. A discussão que versava sobre a criação de legislação específica para regulamentar o funcionamento do OP, foi solucionada com a inclusão de vários tópicos que asseguram sua autonomia na Lei Orgânica do Município, inclusive a própria orientação para que a discussão do OP e a transformação deste em Plano de Investimento seja feita com a participação e controle popular.

Embora a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre trate da temática em vários capítulos e artigos, destacarei aqui os mais importantes. Primeiramente, quero destacar que tudo que consta na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre em relação à soberania popular na definição, projeção, execução e controle das políticas públicas e, em especial à questão orçamentária, só foi incluído após a consolidação e ampla discussão na experiência do OP e nos Congressos da Cidade.

Destacam-se na Lei Orgânica de Porto Alegre os artigos 6º, 86, do Título I, todo o Capítulo VII e do Título II, todo o Capítulo III (dos quais vou destacar somente os pontos mais relevantes)⁸.

Art. 6º. O Município promoverá vida digna aos seus habitantes e será administrado com base nos seguintes compromissos fundamentais: I- **transparência pública de seus atos**; II- **moralidade administrativa**; III- **participação popular nas decisões**; IV- **descentralização político-administrativa**; V- **prestação integrada dos serviços públicos**. Art. 86. O Poder Executivo definirá, em lei complementar, a forma como se efetivará a **descentralização político-administrativa que objetiva**. Título I, Capítulo IV, Da Soberania e da Participação Popular, Seção I, Art. 97- A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições

⁸ Para saber mais a respeito da Lei Orgânica de Porto Alegre, procurá-la, na íntegra, no sítio da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (www.camarapoa.rs.gov.br), onde é possível conseguir a versão completa.

dignas de existência e será exercida: I- pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos; II- pelo plebiscito; III- pelo referendo; IV – **pela iniciativa popular** [todas estas formas também constam na constituição, como pode ser observado anteriormente neste mesmo capítulo]; V- **pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições**; VI- **pela ação fiscalizadora sobre a administração pública**; VII- **pela tribuna popular** (CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE, 2000).

Os artigos 98, 99 e 100, respectivamente, descrevem como deve ser a iniciativa popular, as consultas referendárias e a formação da tribuna popular. A Seção II trata dos **Conselhos Municipais**, prevendo-os como **órgãos de participação direta da comunidade na administração pública**. A Seção III fala da garantia da existência dos **Conselhos Populares regionais, autônomos e não subordinados à administração municipal**. A Seção IV explicita os meandros constantes do Direito de Informação para que a soberania popular possa realmente se efetivar na prática; garante a possibilidade da sociedade civil solicitar esclarecimentos sobre projetos ou sobre qualquer assunto de interesse social.

No Capítulo III, dos Orçamentos, no Título II, dos Tributos, das Finanças e dos Orçamentos, os artigos 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125 tratam de **regular o funcionamento da peça orçamentária do município, seu trâmite, seu acompanhamento e controle por meio da soberania popular**. Importante destacar no artigo 116 algumas partes, nas quais consta a garantia da participação semi-direta na elaboração do orçamento.

Art. 116. Leis de iniciativa do Prefeito Municipal estabelecerão: I-**o plano plurianual**; II-**as diretrizes orçamentárias**; III-**os orçamentos anuais** § 1º. **Fica garantida a participação da comunidade, a partir das regiões do Município, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.** § 2º **A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal direta e indireta para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada** (CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE, 2000).

Nesse mesmo caminho andaram as discussões sobre planejamento urbano. A partir do I Congresso da Cidade, realizado em 1993, iniciou-se uma série de reflexões sobre o tema que resultou na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), que entrou em vigor em março de 2000. Os princípios do Plano Diretor são:

- “O conceito de que tudo é cidade, reconhecendo a integralidade do Município em seu território e nas relações desenvolvidas” (PMPA, 2000). Considerada esta perspectiva, o município é pensado como um todo, onde as áreas urbanas, rurais, de ocupação intensiva ou rarefeita com ocupação irregular ou informal também serão planejadas e regularizadas a fim de que haja um desenvolvimento sustentável da cidade, garantindo a real qualidade de vida de seus habitantes.

- “O reconhecimento da diversidade que se apresenta, num primeiro nível, na identificação das Macrozonas, através da caracterização de suas peculiaridades sócio-econômicas e ambientais” (PMPA, 2000). Ao caracterizar cada macrozona de Porto Alegre é possível planejar seu desenvolvimento, atendo-se e respeitando as mesmas; assim canalizam-se investimentos tornando a cidade mais sustentável, mais atraente e com melhor capacidade de atender aos seus cidadãos.

- “A busca da descentralização de atividades através da policentralidade” (PMPA, 2000), ou seja, ao criar linhas de centralidade das macrozonas, desenvolvem-se alternativas para empreendimentos polarizadores, reforça-se a trama que descentraliza os interesses da cidade, promovendo em sua superfície uma estrutura urbana ampliada. Reduzem-se os deslocamentos espaciais, pois a população de cada região passa a ter acesso a maiores facilidades na sua redondeza.

- A miscigenação, proporcionando que haja áreas que sejam mais residenciais e áreas que tenham características mais comerciais.

- “A valorização da identidade cultural e natural do Município” (PMPA, 2000).

Outros aspectos, como a integração metropolitana, a qualificação da capacidade operacional, da segurança, das repercussões ambientais no trânsito, a simplificação dos dispositivos de controle de edificações, a qualificação ambiental, a promoção econômica e a introdução de uma política ambiental, estão presentes como estratégias nesse novo Plano Diretor.

Para que todas essas estratégias pudessem materializar-se, a Prefeitura nessa gestão, realizou diversos fóruns e deu continuidade a outros, como foi o caso da realização da terceira versão do Congresso da Cidade.

Outro fato de grande importância, que projetou mais ainda Porto Alegre no cenário internacional, foi o I Fórum Social Mundial, em 2001. Esse evento precisou do ano de 2000

para a sua preparação e mobilizou entidades de caráter social, em âmbito regional, nacional e internacional. Embora não se trate de uma realização específica da Prefeitura ou da Administração Popular, a cidade foi escolhida pelas entidades participantes e organizadoras por entenderem que nela se desenvolve um modelo de gestão que permite reflexões para a construção de “um outro mundo possível”. Esse slogan foi criado para contrapor as perspectivas políticas e econômicas propostas pelo Fórum Econômico de Davós.

Segundo documento distribuído no I Fórum, este

constitui-se em um marco de esperança e um novo espaço mundial para a reflexão e organização de todos que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais (Fórum Social Mundial, Programa Oficial, páginas prefaciais).

Obviamente que a Administração Popular não está isenta de críticas e de conflitos internos, com outros partidos e com a sociedade civil. Tempos mais árduos e mais difíceis marcaram esse terceiro mandato, pois, concomitante a ele, também houve um recrudescimento em esfera nacional e internacional do mercado financeiro, das políticas econômicas e das políticas públicas de cunho social, em especial. O quadro geral foi de crescente desemprego, das economias nacional e mundial, perdendo sua estabilidade e de verbas públicas instáveis. Porto Alegre não está ilhada em relação às consequências mais nefastas desta nova ordem mundial, portanto teve e tem que repensar sua gestão cotidianamente. Não obstante este quadro geral, o PT, a partir do início da campanha para a sucessão municipal, nesse terceiro mandato, e logo após, com o início da campanha para a sucessão presidencial, tem vivido uma forte crise interna. No âmbito municipal, em Porto Alegre, o que parecia ter se tornado uma tradição na sucessão administrativa foi rompida, ou seja, que o vice-prefeito da gestão 1996-2000 fosse o candidato natural ao cargo de prefeito, não aconteceu. Esse fato ocasionou rompimentos entre quadros históricos do PT no estado do RS.

2.2.3.1. As políticas da SME no terceiro mandato da Frente Popular

Na área específica deste estudo, algumas mudanças foram propostas, se tomarmos como referência um olhar sobre toda a gestão e, não somente sobre as políticas desenvolvidas pela SME. Por exemplo, houve o desmembramento de plenárias temáticas

do OP, as quais tratam do lazer. Anterior a 2000 existia uma temática do OP que era Educação, Cultura, Esporte, Recreação e Lazer. A partir do ano citado, transformou-se em duas: uma temática específica de Cultura e outra de Educação, Esporte, Recreação e Lazer, reforçando a divisão existente entre cultura e lazer e provocando, mais ainda, a cisão conceitual que vincula o lazer às práticas físico-esportivas e a cultura às práticas de caráter artístico, intelectual e cênico. Em relação ao Congresso da Cidade, pela primeira vez houve uma temática na qual discutiram-se questões específicas ao lazer, buscando trabalhar a inter-setorialidade com o turismo, a cultura e a educação.

2.2.3.1.1. A base conceitual

A política pública de lazer em Porto Alegre, desenvolvida pela SME, pautou-se pelas diretrizes gerais da administração municipal, em especial pelo direcionamento dado às políticas públicas de cunho social. Conceitualmente sustenta-se em referenciais teóricos desenvolvidos por alguns intelectuais brasileiros que se colocam no campo da esquerda, destacando-se a influência do professor Nelson Carvalho Marcellino. Nos documentos da SME nem sempre fica clara tal influência, mas ela pode ser notada pelas vezes em que esse professor foi convidado a ministrar palestras na atual gestão da SME e pela estreita relação que vem se compondo entre quadros históricos da secretaria e o referido professor. Para citar dois momentos, Marcellino esteve em 1999 na atividade de aperfeiçoamento de professores, realizada anualmente na secretaria e no III Congresso da Cidade, em 2000, também foi o palestrante convidado.

As observações sobre o cotidiano da secretaria e o conhecimento de alguns projetos permitem-me também afirmar que suas teorias têm chão na prática da SME, vendo-se por exemplo, a capacitação de animadores sócio-culturais, a perspectiva de educação pelo lazer e até mesmo aspectos de sua base conceitual.

Os conceitos mais difundidos e mais incorporados, provenientes dos estudos de Marcellino, vinculam uma forte influência de Jofre Dumazedier. Diz o autor,

prefiro entender o lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. O importante, como traço definidor, é o caráter desinteressado desta vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (1987 p. 32).

Marcellino também afirma que esta prática, executada no “tempo disponível”, deve ser praticada como “livre escolha”, proporcionando determinados efeitos como “descanso físico ou mental, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade e sociabilidade” (1987 p.31).

Jofre Dumazedier, sociólogo francês que colaborou com a discussão do lazer no Brasil, sendo um dos principais expoentes nas décadas de 1960 e 1970, fala da especificidade do lazer, caracterizando-o como

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (1973 p. 34).

Este conceito foi assumido por entidades que formulavam e aplicavam políticas sociais aos trabalhadores, como exemplo o SESC, o Serviço Social da Indústria (SESI) e pelo governo federal, em alguns períodos. Consolidou-se a concepção do lazer programado com base nos três “Ds” – que compõem a proposta de Dumazedier-, ou seja, o lazer deve proporcionar atividades que promovam o descanso, o divertimento e o desenvolvimento.

Na década de 1970, alastrou-se por setores até então pouco permeáveis à sua influência, uma preocupação com o lazer e um movimento de inspeção dos usos do tempo livre do trabalhador, especialmente nos grandes centros urbanos. (SANT’ANNA, 1994, p. 10).

Como os escritos de Dumazedier influenciaram a produção do professor Nelson Carvalho Marcellino, assim, como este último tem tido uma constante relação com a SME, assessorando-a teoricamente, em diversos momentos, é possível pensar que tais referenciais, em certa medida, são balizadores teóricos das ações de lazer proporcionadas pela secretaria.

Mais recentemente, em palestra proferida no III Congresso da Cidade em Porto Alegre, Marcellino disse que o lazer é uma questão polêmica que começa pelo próprio conceito. Mas, para ele,

a polêmica verificada quanto ao conceito, permanece quando se examina a questão da ocorrência do lazer na vida social, do ponto de vista histórico. Alguns autores consideram que, se os homens sempre trabalharam, esse tempo seria ocupado pôr atividades de lazer, mesmo nas sociedades

tradicionais. Para outros o lazer é fruto da sociedade moderna urbano-industrial. Não há, a rigor, um caráter de rejeição entre as duas correntes, mas sim enfoques diferentes. A primeira aborda a necessidade de lazer, sempre presente, e a segunda se detém nas características que essa necessidade assume na sociedade moderna. Assim, o lazer sempre existiu, variando apenas os conceitos sobre o que era e quais os seus significados (2000 p. 11).

Vários autores, dentre os quais está Frederic Munné (1980), afirmam que os estudos sobre o lazer têm sido desenvolvidos com base em concepções teóricas e ideológicas claras. Além disso, em um estudo realizado sobre as pesquisas no âmbito do lazer, Munné caracteriza Dumazedier como um teórico empírico burguês.

Acredito então que conceitualmente a polêmica em torno do lazer precisa sim ser resolvida, pois não é possível assumir duas concepções conceituais que se oponham entre si.

Munné afirma que “um dos campos mais afetados pelo atual enfrentamento ideológico entre capitalismo e socialismo é o do lazer, no qual o homem se ocupa de atividades não sujeitas, em princípio, à servidão” (1980 p.11). E, esta servidão transformou-se totalmente com o advento da modernidade. Até o aparecimento do trabalho livre só existia o trabalho escravo: para aqueles homens que não eram livres ou que tinham que pagar duros impostos ao clero e aos senhores feudais. A corte e os afetos à corte viviam do mais puro desfrute e dedicavam-se ao aprendizado dos grandes conhecimentos herdados da filosofia antiga e à arte de ser cavaleiro ou dama da corte; não havia distinção entre tempo de trabalho e tempo livre de trabalho.

Com o advento da modernidade, estabeleceu-se o trabalho livre e remunerado, a jornada de trabalho e os direitos trabalhistas. O mundo do trabalho no entanto por si só, não deu conta de fiscalizar todo o tempo do trabalhador, foi necessário então pensar ações que controlassem também o tempo livre de trabalho: nascia o lazer como ação programada, pensado e concretizado sobretudo por instituições civis de caráter social ou pelo poder público que vincularam-no a políticas de saúde, educacionais e/ou de assistência social.

Munné, ao considerar os estudos realizados sobre o lazer na modernidade, localiza-os em duas grandes tendências que, por suas conexões e paralelismos com os dois grandes sistemas sociais em voga e já historicamente em luta, podem ser classificadas respectivamente de burguesa e marxista. Munné divide ainda a concepção burguesa em três

grandes correntes: os “empíricos”, os “teóricos” e os “críticos”. Os “empíricos” são representados, em sua maioria, pelos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, nas décadas de 1920 e 30, e outros influenciados pelos americanos. Privilegia-se o atendimento das raízes que provém dos estudos empíricos e seus rigores pautados na ciência positivista. São expoentes os estudos desenvolvidos por “Charles Galpin(1915), Park e Burgess (1925), Lloyd Warner (1931), Margaret Mead (1957), Jofre Dumazedier (1962, 1964) entre outros” (MUNNÉ, 1980).

Para os “teóricos”, o problema do lazer é uma tarefa capital da pedagogia, visto que é um fenômeno moderno e o papel desta disciplina deve ser de ajudar o homem a empregar esse tempo corretamente. Contudo, a pedagogia pode ir até um limite, pois há que se respeitar à liberdade do indivíduo, cujo grau de auto-realização, somente ele pode determinar, acreditam os adeptos de tal tendência. São expoentes dessa tendência Margaret Mead (1955), Rosenberg e White (1957), Max Kaplan (1960), Nels Anderson (1961), Sebastián de Grazia (1962) Stanley Parker (1971) Georges Friedman (1970), entre outros”(MUNNÉ, 1980).

Por fim, para os “críticos”, o trabalho e o lazer estão separados e o primeiro passou a ser um simples modo de ganhar dinheiro, se automatizou. A maquinaria destruiu o trabalho independente e retirou a liberdade do lazer. O lazer passou a ser simplesmente um tempo de consumo, fonte de distração e mero passatempo de cultivo pessoal. Para que trabalho e lazer possam se unificar será necessário torná-los um estilo de vida próximo ao de um artesão, no qual o cultivo do lazer cultural seja privilegiado. Thorstein Veblen (1899), Karl Mannheim (1950) Wright Mills (1951) são alguns estudiosos que adotaram esta tendência, segundo Munné (1980).

Há pontos comuns entre as três tendências que permitem fazer sua caracterização, as quais estão intimamente relacionadas e que se reforçam entre si. São o subjetivismo, o individualismo e o liberalismo. A primeira característica afirma que a vivência do lazer coincide com um estado subjetivo de liberdade do indivíduo. A segunda descreve o indivíduo como uma esfera separada do coletivo, porque este pode desfrutar do lazer sem depender dos outros, assim, não se faz necessário solucionar sérios problemas coletivos para que o lazer realmente ocorra. A terceira característica coloca o lazer como assunto

privado da esfera da liberdade individual, no qual a sociedade não pode determinar seu emprego pessoal.

Munné também faz uma descrição sobre a concepção marxista de lazer, por sinal muito útil para entendermos porque as posições teóricas precisam ser assumidas e claras. Veremos que há inúmeras convergências entre as tendências marxistas e, em especial, a tendência crítica da concepção burguesa. Diz o autor, a “concepção marxista apresenta uma unidade, o que contrasta claramente com o caráter heterogêneo da concepção burguesa” (1980 p. 23). Há também nesta concepção três tendências: os “ortodoxos”, os “revisionistas” e a postura da “Escola de Frankfurt”. Munné, antes de explicar cada uma das tendências, fala do que estava presente no pensamento do próprio Marx. O autor diz que no pensamento de Marx não se concebe um tempo separado de trabalho e de lazer, pois estes estão intrinsecamente ligados, contudo, com o desenvolvimento da sociedade para os moldes da industrialização, o trabalho ganhou um peso maior que o lazer. Para Marx, somente com o término do trabalho determinado poderá começar o reino da liberdade e o desenvolvimento das forças do ser humano, as quais não têm um fim, a não ser em si mesmas. A utopia é a criação de uma sociedade onde o tempo livre e o tempo de trabalho será uma só coisa, um só tempo de liberdade.

A tendência denominada por Munné de “ortodoxia” carrega, principalmente, as contribuições de Lênin. Ele trouxe à interpretação do tempo livre uma dimensão político-jurídica. A fim de ser mais fiel aos conceitos desenvolvidos por Munné, tomo emprestadas as análises por ele realizadas. “Quais são as características dos ortodoxos?”, pergunta-se ele. E continua respondendo a pergunta

além de adequarem-se ao menos no que é fundamental a linha oficialmente marcada pelo Partido, fixam sua atenção nos problemas práticos da atual fase socialista, diferentemente de Marx que se ocupou dos problemas práticos do tempo livre no capitalismo e no comunismo. Secundariamente, efetuam reflexões teóricas como motivo de suas análises empíricas, de acordo com o princípio da unidade entre teoria e práxis. O tempo livre é tratado, dentro de uma concepção materialista dialética e histórica, no marco da economia do tempo, como fonte de produtividade e, melhor ainda de riqueza social (MUNNÉ, 1980 p.30).

Conforme alguns autores desta tendência, para o tempo livre tornar-se um tempo de liberdade real será necessário planejá-lo consciente e racionalmente, possibilitando ao ser

humano a liberdade, na qual este se desobrigará do tempo de escravidão, imposta pelo trabalho e não terá mais sentido a tese de que tempo é dinheiro.

Os “revisionistas” também se embasam no pensamento de Marx, contudo seus trabalhos fazem a crítica mais do industrialismo que do capitalismo e, introduzem pontos dialéticos distintos dos “ortodoxos”. Promovem uma crítica que responde até um certo ponto a uma humanização que estes haviam relegado, no qual o tempo livre ocupa um lugar central. Trabalhos desenvolvidos por Henri Lefebvre, George Lukács (MUNNÉ, 1980), por exemplo, são dignos representantes da tendência.

A postura assumida pela “Escola de Frankfurt”, segundo Munné, é, como afirmou Walter Benjamin “uma autocrítica da consciência burguesa” (1980 p.33). A síntese obtida dessa tendência é que seus teóricos desenvolveram a tese da indústria cultural e, nesta manifestação presente na modernidade, o lazer e o ócio são a continuação do trabalho por outros meios. Esta indústria escraviza o ser humano com muito mais sutileza e eficácia que outros métodos anteriores de dominação. Entre seus representantes há Benjamin, já citado, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Horkheimer, Habermas e Lukács também têm uma passagem por estes estudos.

Segundo Munné, os diferentes marxismos compartilham de vários aspectos centrais. “Criticism e analisam dialeticamente o tempo livre na sociedade capitalista, por ser um tempo alienado e patológico. Em consequência, constroem um modelo de como será o tempo livre comunista” (1980 p.36). Para alcançar este objetivo, acreditam os marxistas, será necessário um planejamento do tempo social, que tem características sólidas de superação.

Entendo que uma política pública de lazer, no campo da esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores, necessita resolver a polêmica conceitual e assumir claramente uma postura que coadune com a luta dos trabalhadores. Nesta perspectiva, a luta dos trabalhadores sempre foi pela redução da jornada de trabalho e pela mudança de sentido no trabalho executado; nunca se explicitou em reivindicação por lazer.

Uma das primeiras manifestações em prol da diminuição do tempo de trabalho apareceu no manifesto “O Direito à Preguiça”, escrito por Paul Lafargue, em 1880. Nesse manifesto, o autor contrapunha-se ao trabalho alienado e à servidão da classe trabalhadora à lógica do capital, que tem ocorrido desde a Revolução Industrial.

Marilena Chauí, em introdução à reedição de “O Direito à Preguiça”, faz uma análise muito rica desta obra, traçando um paralelo entre o “Discurso da Servidão Voluntária”, de La Boétie e a obra de Lafargue. Tal comparação nos permite entender a complexidade do fenômeno e a lógica seguida pelo autor. Diz ela

La Boétie indaga como os homens, nascidos livres, podem viver em servidão como se esta lhes fosse natural. Lafargue pergunta como o proletariado, a única classe que possui a chave para liberar a humanidade pode deixar-se dominar pelo dogma do trabalho. A resposta é a mesma: “sois vós que dais ao tirano os meios para vos tiranizar”, escreve La Boétie; “todas as misérias individuais e sociais dos operários foi o que fizeram por merecer com sua paixão pelo trabalho”, diz Lafargue (1999 p. 29).

Como o proletariado pode reivindicar o direito ao trabalho dentro desta lógica servil e alienada que lhe impõe a sociedade capitalista? É a pergunta de fundo colocada por Lafargue. Chauí enriquece mais ainda esta discussão quando fala do trabalho na obra de Lafargue:

para entendê-lo, é preciso, primeiro, lembrar que, para Marx e Lafargue, o trabalho, em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza e é por ele que satisfazemos nossas necessidades vitais básicas e é nele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora – o trabalho exterioriza numa obra a interioridade do criador (1999, p. 34).

No entanto, os moldes de trabalho estabelecidos na sociedade moderna, em vez de exteriorizar a capacidade criativa do ser humano, têm servido para ocultar essa essência. “Será na divisão social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, que as aptidões e capacidades dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras serão desconsideradas, já que estes serão forçados a trabalhar para outros como se trabalhassem para a sociedade e para si mesmos” (CHAUÍ, 1999, p. 35).

Ou seja, a classe trabalhadora, ao vender sua força de trabalho a outrem (classe social detentora dos meios de produção), torna-a uma mercadoria que irá servir à manufatura de produtos materiais.

A divisão social do trabalho e o controle do tempo de trabalho são fruto da modernidade. O controle do tempo tem nos mostrado com absoluta precisão “uma mentalidade histórica (capitalista) que transformou o tempo em mercadoria (tempo é

dinheiro) e que retirou de nossa visão de mundo a percepção do sono, a preguiça, a disposição, o sentimento, o medo” (OLIVEIRA, 1992, p. 263).

Os trabalhadores, no início do século XX lançaram-se em lutas – especialmente com greves, reivindicando, entre outras coisas, a diminuição da jornada de trabalho. Paulatinamente tal reivindicação foi atendida, contudo, com a redução da jornada de trabalho, o controle do tempo livre de trabalho fez-se necessário, pois foi fundamental retirar o trabalhador de hábitos que o tornariam menos produtivo e uma espécie de “cancro social”. O aumento do tempo não-produtivo encontrou uma lógica dentro do próprio sistema. “Com o industrialismo, o ócio passa a ser fundamentalmente um tempo subtraído do trabalho, isto é, um tempo excedente, residual, que não é valorizado em si mesmo senão em relação sempre com o trabalho” (MUNNÉ, 1980, p.431).

Será nesse contexto, como comentei anteriormente, que pela primeira vez, introduz-se o conceito de lazer. Este fenômeno social está diretamente ligado ao advento da sociedade industrial, e, conseqüentemente, assume uma de suas principais características, ou seja, também há nele a especialização integral do tempo.

Na forma capitalista de pensar o mundo, [...] o tempo livre é encapsulado numa atividade chamada lazer, que, nas sociedades modernas, tem sido cada vez mais instrumentalizado para a produtividade. Por isso, não há espaço vital para o sonho, para o mágico, para o ócio, para uma relação lúdica e prazerosa com o mundo, a não ser em espaços reservados exclusivamente a esse fim: os finais de semana, férias, feriados, aposentadoria, que passamos a vida a esperar, mas que acabam sendo vivenciados como um tempo sempre referido ao trabalho (OLIVEIRA, 1992, p. 265).

Segundo Munné a concepção burguesa do lazer surge de uma base moral e política contraditória: as tradições puritana e liberal, sendo que

essa dupla tradição explica que, embora se bem em seu início o sistema capitalista estivesse unido contra o ócio, não continuou assim ao se consolidar o desenvolvimento do sistema. E mais, ao passar dos problemas de produção aos do consumo, o ócio chega a ser visto e praticado pelo capitalismo como uma imprevisível e fabulosa tábua de salvação, de tal forma que a mesma burguesia que antes condenara, por critérios morais, o tempo “perdido”, hoje o fomenta por interesses econômicos (1980 p.12).

As políticas de lazer que se colocam no campo da esquerda, sobretudo ligadas a um referencial marxista, precisam superar a perspectiva de servirem ao controle do tempo

social, especialmente servindo a reposição da força de trabalho, necessitam vincular-se a princípios claros educativos e de emancipação humana e, certamente não será centrado na ideologia do desenvolvimento, descanso e divertimento que tal concepção será construída.

2.2.3.1.2. As diretrizes da política e a estrutura organizacional da SME

Em linhas gerais, as políticas da SME seguem as diretrizes gerais da administração, tendo como eixos de atuação: a articulação, a ampliação da abrangência, a diversificação, a descentralização e se pautam no lazer como tempo de educação da ética e da estética. Esse conceito de lazer permite-me inferir que há outras influências teóricas que atuam sobre o discurso conceitual do lazer além daquelas do professor Marcellino.

Os princípios Norteadores e o Plano Plurianual do Governo – discutido e aprovado nas plenárias do Orçamento Participativo – referenciam a SME na gestão e execução da política pública de sua competência através das seguintes diretrizes:

- Garantia de espaços de participação consolidando a democracia nas ações implementadas pela Secretaria;
- A educação se dá ao longo da vida dos indivíduos, viabilizada por suas relações sociais e com o meio ambiente, e se enriquece na busca da autonomia e no fazer coletivo;
- Cidadão se constitui como tal quando tem suas necessidades básicas atendidas, seus direitos assegurados e sua participação garantida nos espaços do fazer político e social;
- A co-gestão, priorizando o comunitário e o coletivo contrapondo-se ao servilismo e à passividade, se constitui numa forma de parceria entre o poder público estatal e a sociedade civil organizada, devendo ser implementada;
- A valorização dos trabalhadores que atuam na Secretaria promove sua fazer profissional, seu ato pedagógico e sua cidadania;
- Sendo âmbito de atuação o município, a política deverá ter como referência a matriz do Orçamento Participativo que divide Porto Alegre em regiões (DOCUMENTO DA SME, 1997).

Atendo-se aos documentos produzidos pela SME foi possível extrair quais são os conceitos que orientam os princípios norteadores de sua política.

A participação é entendida numa perspectiva de instrumentalizar todos a fim de alcançarem uma melhor qualidade de vida e experiência e a forma para que isto aconteça é pensá-la por intermédio da co-gestão.

Outro princípio fundamental da política da SME é a democratização, entendida como a “garantia ao cidadão da igualdade de acesso aos serviços e espaços de lazer,

enquanto um direito social, priorizando as classes populares, dentre elas as crianças e adolescentes” (PMPA, 1998 p.5).

A educação e a ética são outros dois princípios importantes. A educação é entendida numa perspectiva de emancipação individual e coletiva, investindo no desenvolvimento de uma consciência crítica, diz documentos produzidos pela SME. Já a ética será pautada em relações co-responsáveis, pautada em ideais da revolução francesa, liberdade, igualdade e fraternidade (PMPA, 1998). Há nestes princípios contradições explícitas, pois se misturam idéias pautadas em referenciais marxistas e outras, pautadas no liberalismo francês.

Segundo documentos da SME, durante o ano de 1997, sua estrutura organizacional foi repensada por um trabalho desenvolvido em grupo. As premissas que passaram a orientar suas ações a partir de então podem ser notadas neste relato de Rejane Rodrigues, atual secretária

A estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos de modo a dotar a Secretaria de uma estrutura “enxuta”, com pouco distanciamento entre o topo e a base; Estrutura organizacional como o somatório de recursos humanos, parte física (instalação) e organograma (com áreas componentes) não apenas em função dos “quadrinhos”; estabelecimento de parceria Secretaria Municipal de Administração/Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer: elemento, vital para o êxito do projeto, de forma que se unissem os conhecimentos técnicos com a experiência decorrente dia-a-dia da SME; Não acréscimo de recursos humanos (RH) e de postos de confiança (PC), pois essa era uma diretriz emanada do governo municipal (2000 , documento impresso).

A partir desta reforma administrativa a SME ficou composta por setores que podem ser observados no organograma

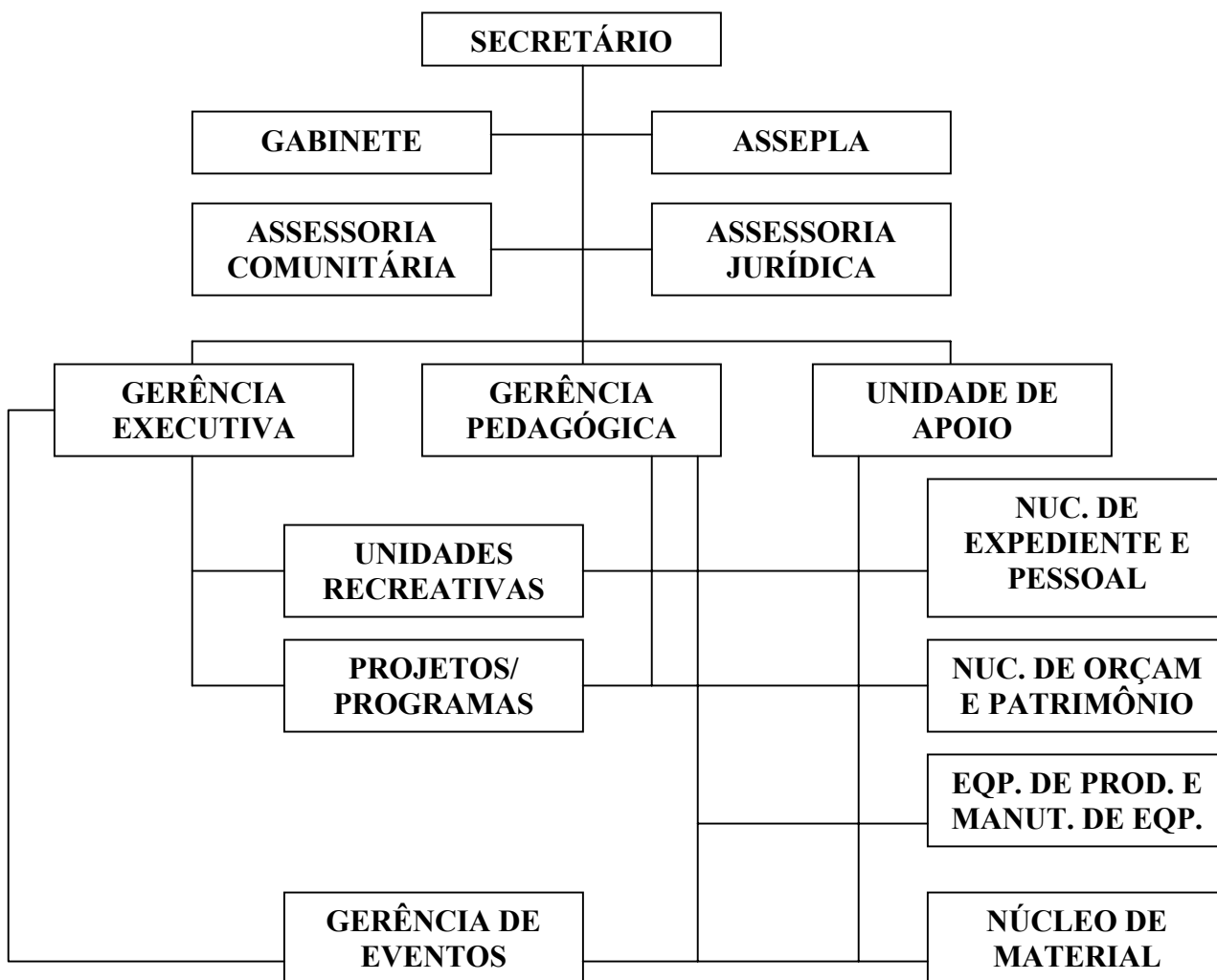


FIGURA 1: Organograma da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Fonte: SME - PMPA

Com base nos dados que constam do Regimento Geral da SME é possível descrever qual é a competência de cada um dos setores que compõem a secretaria. Cada setor está subordinado à responsabilidade da secretária, que por eles deve responder, co-organizando com os outros setores as ações da secretaria. Sucintamente a Assessoria de Planejamento (ASSEPLA) é “o órgão setorial incumbido do planejamento geral, coordenação e controle das atividades, programas e projetos” (PMPA, 1998); a Assessoria Jurídica encerra suas funções no próprio nome; a Gerência Pedagógica tem a responsabilidade de orientar,

acompanhar e controlar as atividades relativas à sistematização e definição das políticas pedagógicas; a Gerência Executiva faz o acompanhamento e controle relativo às atividades desenvolvidas pelas unidades recreativas; a Gerência de Eventos orienta, controla e acompanha as atividades dos eventos realizados pela secretaria. Cada uma das unidades está responsável pelas funções específicas que atendem pelo próprio nome que as designa. Por último, deixei em destaque a Assessoria Comunitária (ASSCOM)⁹, pois é através dela que a secretaria procede seus contatos cotidianos com as comunidades, a fim de escutá-las, incentivá-las a participar em co-gestão nas programações desenvolvidas, bem como chamam para si a responsabilidade de qualificar as demandas¹⁰ levadas ao OP, as discussões do Congresso da Cidade e de outros fóruns de participação cidadã. A ASSCOM é um órgão interno da SME, trabalha em conjunto e possui uma estreita ligação com a CRC, órgão ligado à administração direta do OP e ao Gabinete de Planejamento (GAPLAN), os quais acumulam as responsabilidades de planejar e executar a descentralização administrativa, o funcionamento do OP e de outras discussões que envolvam toda a cidade.

Os artigos 7º e 8º do Regimento Geral da SME tratam da descrição e competências da ASSCOM.

Art. 7º - A Assessoria Comunitária (ASSCOM), diretamente subordinada ao secretário, é o órgão de assessoramento, coordenação e controle das atividades relativas às relações da Secretaria junto à comunidade. Art. 8º - A ASSCOM compete: I- assessorar ao secretário em assuntos referentes às relações com a comunidade; II- assessorar as áreas-fim da secretaria quanto às relações com a comunidade, na localização de demandas e na solução de problemas; III- cadastrar as assessorias comunitárias e outras

⁹ A ASSCOM existe em todas as secretarias e, embora a sua função específica seja a descrita acima, todos os outros setores também se envolvem nesta relação com as comunidades, sendo por meio das atividades desenvolvidas pelas unidades recreativas, projetos, programas e eventos, na SME, que estes contatos se estreitam. O funcionamento do GAPLAN e CRC e como contemplam a participação e, em especial a reivindicação por políticas públicas de lazer, serão descritos no capítulo II.

¹⁰ Qualificar as demandas não deve e não pode ser um papel do poder público, porém, no modelo da democracia participativa pode ser partilhado entre ele e outras instituições organizativas centrais da sociedade civil. Significa possibilitar que as informações gerais sobre o funcionamento da máquina estatal sejam de domínio público, que a população adquira condições de desvendar informações técnicas e alcançar um excelente nível de politização, que lhe permita superar os limites históricos impostos ao exercício da cidadania. Aspectos importantes à qualificação das demandas são o acesso irrestrito da população à informação e, neste sentido, o poder público deve primar por estabelecer canais que atinjam a todos; informações que esclareçam aspectos técnicos e políticos do orçamento público, do planejamento urbano, da visão conceitual concernente a cada setor das políticas públicas, da importância de planejar a cidade e do que seja uma vida comunitária (com os direitos e deveres de cada cidadão), dos aspectos fundamentais que compõem um campo promissor à participação e à delegação de poderes, quando sua forma direta não puder ser exercida.

formas de organização das comunidades; IV- relacionar-se com outras repartições do Município, prefeitura, fundações e outras entidades oficiais, com o objetivo de estabelecer parcerias; V- auxiliar na organização de eventos e acompanhar a realização dos mesmos; VI – receber e encaminhar as demandas de obras oriundas da comunidade, no âmbito de competência da secretaria; VII- articular-se com a Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e demais Assessorias Comunitárias do Município; VIII- Participar da organização do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea; IX- exercer outras atividades pertinentes que lhe forem delegadas (PMPA, 1998).

Esta última competência da ASSCOM somada à legislação que cria a SME soa como uma “jogada” política diante de associações de futebol de várzea bem organizadas, as quais existiam antes da criação da SME e que se impuseram como participativas e com força de negociação na definição do papel da secretaria. Não foi possível perceber, durante o estudo se há um domínio de tais entidades sobre os rumos da secretaria.

E., falou sobre sua percepção a respeito do papel que desempenha este órgão, o estágio em que esta atuação se encontra. Quando fala sobre o papel da ASSCOM, a entrevistada diz

Ele se dá, com a gente sentando com essas lideranças que nos procuram, procurando construir com eles quais são os seus interesses, o que eles buscam, que espaço eles têm, se a preocupação deles é só com um evento ou se é em fazer um atendimento com projeto para parte da recreação infantil. Então a gente faz o primeiro contato, hoje em dia, através da solicitação deles, aí sentamos juntos e buscamos ver dentro do que nós já temos, o que se enquadra naquela realidade, qual o projeto nosso é mais adequado para aquela comunidade. E como nossos projetos são todos basicamente de participação, a gente conversa com o professor, com o coordenador daquele projeto que vai lá naquela comunidade, expõe o projeto e como eles podem participar. Esse é um primeiro contato e, depois, à medida que o projeto se desenrola, que eles têm todo o envolvimento de participação dentro dos projetos, à medida que eles tomam contato e conhecimento desses projetos, eles passam a fazer parte desses projetos, e nossos projetos não são projetos que se desfazem à medida que a gente se retira; eles sempre buscam uma continuidade. E essa continuidade é feita de reuniões periódicas, de visitas, de ajudar a construir novos projetos, novas programações; então se procura sempre quando se sai daquela comunidade em função do término do evento ou do projeto, se deixa uma sementinha (Depoimento oral, 2000).

2.2. 3.1.3. Espaços físicos, projetos e programas da SME

Em relação aos espaços usados pela SME, há aqueles onde se desenvolvem atividades de caráter sistemático, denominados unidades recreativas, por exemplo o Parque Araribóia, o Parque da Redenção, o Parque Chico Mendes. Em 2000 eram 32 unidades recreativas, segundo informação da SME, que estavam em funcionamento em espaços públicos da cidade, nos quais desenvolviam-se escolinhas multi-esportivas, grupos de convivência, festas, atividades recreativas, torneios e campeonatos. As unidades recreativas foram criadas muito antes da SME, há algumas delas que são da época do início da recreação pública em Porto Alegre, ou seja, existem desde 1926.

Mas as atividades sistemáticas também acontecem em ruas, parques e outros locais que não estão necessariamente sob a administração direta da SME, como é o caso do Programa Lazer e Saúde. As atividades assistemáticas são desenvolvidas em ruas, parques, associações de bairro, igrejas, escolas, entre outros locais. Além disso, o setor de eventos promove em datas comemorativas ou em conjunto com diferentes setores da sociedade civil eventos pontuais. Todas as atividades são desenvolvidas em co-gestão com as diferentes comunidades.

Há projetos, programas e serviços que vêm sendo apresentados e executados pela SME, que remontam ao tempo em que o setor ainda era a SERP, ou mais recente, recém-incorporados, como é o caso dos centros de comunidade que pertenciam, anteriormente, a FESC.

Uma visão geral do que tem sido desenvolvida sistematicamente pela SME pode ser notada neste relatório de atividades que acontecem nas regiões em que a cidade está dividida administrativamente. Segundo dados da SME-PMPA (2002) suas ações estão assim distribuídas:

Região Partenon/Lomba

PRAÇA DARCY AZAMBUJA
Rua Dr. Fernando Ortiz Schneider, 180
Intercap

Atividades: Basquetebol, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Atividades Multiesportivas, Voleibol, Lazer e Saúde (caminhadas e corridas orientadas).

PRAÇA FRANCISCO ALVES
Rua Pç Francisco Alves s/n.º
Partenon

Atividades: Futsal, Recreação, Voleibol

Região Extremo Sul/Restinga

CECORES- Centro de Comunidade Vila Restinga
Rua Economista Nilo Wulf, s/n.º
Restinga

Atividades: Dança, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Minibasquete, Atividades Multiesportivas, Voleibol, Yoga.

Programa LAZER E SAÚDE
Ipanema – no calçadão - Atividades: caminhadas e corridas orientadas.

Região Humaitá/Navegantes/Ilhas

PARQUE MASCARENHAS DE MORAES
Av. José Aluísio Filho, 09
Bairro Humaitá

Atividades: Alongamento, Basquetebol, Brinquedoteca, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Grupo de Convivência, Handebol, Recreação, Step, Voleibol. , E Programa Lazer e Saúde: caminhadas e corridas orientadas

PRAÇA SALOMÃO PIRES ABRAÃO
Rua Capitão Coelho
Ilhas da Pintada

Atividades: Alongamento, Ginástica, Grupo de convivência

PRAÇA SÃO GERALDO
Av. Guido Mondin/ Av. Ceará
São Geraldo

Atividades: Alongamento, Futsal, Ginástica, Basquetebol.

Região Gloria, Cruzeiro, Cristal

PRAÇA ALEXANDRE ZACCHIA

Av. Chuí / Capivari / Ibicui
Cristal

Atividades: Alongamento, Dança, Futebol de campo, Ginástica, Recreação.

CEGEB – CENTRO DE COMUNIDADE GEORGE BLACK

Rua Cel. Neves, 555
Medianeira

Atividades: Escolinha de futebol, Futebol de campo, Futebol de várzea, Ginástica, Ginástica chinesa, Yoga.

Região Norte

PARQUE CÂNDIDO DE MENESES

Rua Francisco Pinto com Vicente Ferreira Gomes
Bairro Sarandi

Atividades: Basquetebol, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Voleibol.

CECOVE – CENTRO DE COMUNIDADE VILA ELISABETH

Rua Paulo G. de Oliveira, 200
Bairro Sarandi

Atividades: Basquetebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Multiesportiva,

Voleibol. PRAÇA OLIVEIRA ROLIM

Av. Toledo Piza
Bairro Sarandi

Atividades: Basquetebol, Brinquedoteca, Futebol sete, Futsal, Atividades Multiesportivas, Recreação, Voleibol.

PRAÇA VILMAR BERTELLI

Vila Santa Rosa

Atividades: Futsal e Voleibol.

CECOBI- Centro de Comunidade Bairro Ipiranga

Rua Porto Seguro, 261
Ipiranga

Atividades: Atletismo, Basquetebol, Bocha, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Jogos Adaptados, Atividades Multiesportivas, Voleibol, Programa Lazer e Saúde (caminhadas e corridas orientadas).

CEVI- Centro de Comunidade Vila Ingá

Rua Desidério Severino, 227

Vila Ingá

Atividades: Capoeira, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Grupo de convivência, Jogos adaptados da 3ª Idade, Atividades Multiesportivas, Voleibol.

PARQUE CHICO MENDES

Rua Irmão Idelfonso Luis com José Pereira da Borba

Jardim Leopoldina

Atividades: Basquetebol, Capoeira, Ginástica

PRAÇA EDGAR GRAEFF

Rua Rache Wolfrid, 57

Morro Santana

Atividades: Futsal, Atividades Multiesportivas.

PRAÇA MÉXICO

Rua Sargento Silvio Hollenbach

Atividades: Basquetebol e Ginástica

PRAÇA JORGE DOS SANTOS ROSA

Rua Francisco Galeck, s/n.º

Parque dos Mayas

Atividades: Futsal, Ginástica, Atividades Multiesportivas, Voleibol.

Região Sul e Centro Sul

PRAÇA ADEL CARVALHO

Edgar Luiz Schneider s/n

Atividades: Bocha, Caminhada, Tênis.

CECOPAM – CENTRO DE COMUNIDADE PARQUE MADEPINHO

Rua Arroio Grande, 50

Cavallhada

Atividades: Alongamento, Capoeira, Dança, Ginástica, Ginástica olímpica, Ginástica 3ª Idade, Grupo de convivência, Jogos adaptados, Jogos 3ª Idade.

PARQUE CHARRUA

Rua Gervasio da Rosa s/ n.º - Travessa C
Vila Nova

Atividades: Ginástica e Atividades Multiesportivas

PARQUE IPANEMA

Av. Cavallhada, 6735
Ipanema

Atividades: Futsal, Ginástica, Recreação.

Região Noroeste

PARQUE ALIM PEDRO

Av. dos Industriários, esquina rua Arroio do Meio - IAPI
Passo D'areia

Atividades: Basquetebol, Dança, Esporte para pais, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Recreação, Programa Lazer e Saúde (caminhadas e corridas orientadas).

CECOFLOR – CENTRO DE COMUNIDADE VILA FLORESTA

Rua IreneCaponi Santiago, 290
Vila Floresta

Atividades: Basquetebol, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Ginástica 3ª Idade, Voleibol.

CEPRIMA – CENTRO DE COMUNIDADE 1º DE MAIO

Rua São Nicolau esquina Camoati
Sta Maria Goretti

Atividades: Brinquedoteca, Dança, Futebol, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Voleibol.

Região Centro

GINÁSIO ARARIGBÓIA

Rua Saicã, 06
Jardim Botânico

Atividades: Alongamento, Biodança, Capoeira, Dança, Dança de Apresentação, Futsal, Ginástica, Ginástica Olímpica, Grupo de Convivência, Jogos Adaptados, Multiesportiva, Voleibol, Yoga.

PARQUE TAMANDARÉ

Av. Taquara s/nº - Petrópolis

Atividades: Alongamneto, Dança, Futebol de Campo, Futsal, Ginástica, Yoga.

PARQUE RAMIRO SOUTO

Av. Osvaldo Aranha com José Bonifácio

Bom Fim

Atividades: Alongamento, Atletismo, Basquetebol, Brinquedoteca, Dança, Expressão Coporal, Futebol de Campo, Futsal, Ginástica, Ginástica Olímpica, Handebol, Multiesportiva, Voleibol.

PARQUE TENÍSTICO JOSÉ MONTAURY

Av. 24 de Outubro, 211

Moinhos de Vento

Atividade: Tênis

GINÁSIO TESOURINHA

Av. Érico Veríssimo s/n.º

Cidade Baixa

Atividades: Alongamento, Basquetebol, Brinquedoteca, Biodança, Capoeira, Dança, Dança 3ª Idade, Esportes Adaptados, Futsal, Ginástica, Ginástica Olímpica, Handebol, Multiesportiva, Musculação, Voleibol, Yoga.

Região Eixo

CECOBI- Centro de Comunidade Bairro Ipiranga

Rua Porto Seguro, 261

Ipiranga

Atividades: Atletismo, Basquetebol, Bocha, Futebol de campo, Futsal, Ginástica, Jogos Adaptados, Atividades Multiesportivas, Voleibol, Programa Lazer e Saúde (caminhadas e corridas orientadas).

CEVI- Centro de Comunidade Vila Ingá

Rua Desidério Severino, 227

Vila Ingá

Dentre as várias ações sistemáticas destacam-se alguns programas e projetos que apresentam vínculo direto com o lazer, descritos a seguir.

Programa Brincando na Rua

Segundo relatórios da SME, esse foi um dos primeiros programas criados; pensado para melhorar os recursos humanos e materiais e inverter as prioridades administrativas, possibilitando o atendimento de populações mais carentes que vivem em áreas periféricas

da cidade, ou mesmo em invasões nas zonas centrais. Os objetivos deste programa são descentralizar e democratizar os espaços de lazer, proporcionar atividades físico-esportivas e culturais e promover a co-gestão, rumo à auto-gestão. Segundo a SME (PMPA, 2002)

Vem consagrar a rua como espaço de Lazer, baseado na articulação das comunidades organizadas, tendo por finalidade última levar ao processo de auto-gestão do espaço por parte das comunidades para fruição do Lazer. Sob orientação e acompanhamento de um professor, são realizadas, nos finais de semana, atividades recreativas, esportivas e culturais, para as diversas faixas etárias.

A ação acontece em quatro etapas distintas: sensibilização da comunidade, preparação, evento em si e avaliação. Na etapa da sensibilização são apresentados os brinquedos que compõem o programa (um kit que será deixado na comunidade), seus objetivos, a forma de colocar em prática as ações previstas, a indicação de uma data para o evento e para a reunião de preparação. A comunidade se compromete pela reunião do maior número de pessoas possível, tendo que eleger um responsável pela brincadeira ou brinquedo utilizado e por indicar o local para que a reunião de preparação aconteça.

A reunião é coordenada por um professor do programa com a finalidade de planejar e organizar o evento. Para tanto, são usadas estratégias de aproximação, de pensar e destacar os valores do grupo, de resgatar e criar brinquedos e brincadeiras e o resgate da história da comunidade, valorizando o papel do líder comunitário.¹¹ Após essa etapa acontece o evento em si, que irá se repetir durante doze meses, sendo um por mês. Após os doze eventos, busca-se que a comunidade assuma sua continuidade em forma de auto-gestão. Porém, segundo relatos da SME, há dificuldades para que tal auto-gestão se estabeleça. São obstáculos: a constante mudança das lideranças comunitárias, a indisponibilidade das comunidades em participar de todas as reuniões e a falta de subsídios teóricos –práticos, especialmente metodológicos- para a concretização da auto-gestão.

Por fim, na etapa da avaliação, que é a destinada a acompanhar a realização do projeto, levantam-se os problemas e administração e comunidades buscam solucioná-los conjuntamente.

¹¹ Esta forma de agir assemelha-se à proposta de Marcellino sobre ação comunitária, o que me faz inferir que haja neste autor o embasamento para esta ação. A respeito desta proposta, ler MARCELLINO, Nelson. Capacitação de animadores sócio-culturais. São José dos Campos:SP. Secretaria de Esportes e Lazer, 1996.

A SME (PMPA, 1998) afirma que esse programa traz algumas inovações em relação a práticas anteriores, pois por meio da

co-gestão na busca da auto-gestão; [há a] conscientização do cidadão em relação à importância da participação e do reconhecimento do seu direito ao lazer e à recreação e, estimula a organização comunitária pela atuação e intervenção da população como gestor dos rumos de sua comunidade e não apenas nas definições e detalhamento das atividades.

Projetos Brinquedoteca, Brinquedoteca Ambulante (Brincalhão) e Graxaim

O projeto da Brinquedoteca foi criado em 1997 e incorporado a outro projeto chamado Graxaim, que fora criado como experiência piloto em 1996, com o objetivo de atender crianças na faixa etária de 3 a 7 anos, em creches comunitárias e comunidades carentes. Fortaleceu-se assim a discussão e prática acerca do lúdico e do brinquedo para a criança.

Na prática o trabalho se desenvolve no processo de ação/transformação no qual as crianças constroem, criam e brincam, utilizando uma variedade de materiais, com a orientação constante do professor que participa ativamente desta construção. Nas vivências são realizadas ações que estimulam os aspectos sociais, afetivos e psicomotores promovendo assim o desenvolvimento integral da criança (SME, PMPA, 1998).

O projeto Graxaim foi avaliado em sua experiência piloto, tanto pelas professoras quanto pela comunidade, permitindo um diagnóstico positivo quanto à importância deste trabalho nas comunidades e sua continuidade, então, foi recomendada. Para dar seguimento ao trabalho foi estabelecida uma perspectiva pedagógica para ação, cujos objetivos específicos são

Oportunizar a clientela específica as condições materiais para que a mesma brincadeira espontaneamente e sem cobranças, possibilitando descobrir sua própria maneira de ser, construir sua afetividade e fazer suas próprias descobertas por meio do brincar; oportunizar à clientela específica, em eventos assistemáticos, atividades lúdico-recreativas próprias para esta faixa etária; proporcionar acesso às atividades de recreação que envolvam aspectos culturais tais como teatro, fantoches, musicais, dança, passeios, etc; resgatar o brincar como elemento essencial para o desenvolvimento global da criança e possibilitar a socialização em todos os ambientes de constância de sua vida (no lar, na escola, na comunidade) (SME, PMPA 1998).

A avaliação do projeto Graxaim é feita pelas professoras responsáveis, pelos bolsistas e pela comunidade. Há entre os relatórios que tive acesso alguns depoimentos de

mães de diferentes comunidades, todas elas tecem elogios à esta oportunidade dada aos seus filhos, sem a qual eles não teriam acesso a recreação, brinquedos e um tempo com outras crianças da mesma idade; também demonstram satisfação com a atuação dos profissionais responsáveis. Durante as observações realizadas neste estudo, na região centro, acompanhei o funcionamento de uma unidade do Graxaim e de uma unidade da Brinquedoteca. Nas ocasiões em que estive presente, a atividade se desenvolvia espontaneamente, mas a frequência das crianças aos locais era bastante baixa. Avalio esse projeto como de relevante importância para a faixa etária e as comunidades que atinge, contudo os espaços físicos ainda são pequenos e poucos, frente à demanda.

Em relação aos locais onde acontece o projeto da brinquedoteca a SME (PMPA, 2002) afirma que

O Projeto Brinquedoteca é composto por oito brinquedotecas localizadas no Parque Ramiro Souto (Redenção), Ginásio Tesourinha, Parque Mascarenhas de Moraes (Avenida José Aluísio filho, nº 9, Bairro Humaitá) e nos Centros Comunitários 1º de Maio -Ceprima (Bairro Santa Maria Goretti), George Black - Cegeb (Rua Cel. Neves,555) e Cecores (Rua Economista Nilo Wulff, s/nº- Bairro Restinga).

Quando se refere às atividades que acontecem nas salas da brinquedoteca a SME (2002) diz que elas “oferecem às crianças a possibilidade de expressão livre, espontânea e de relacionamento com o outro, com frequência semanal”. E continua o relato, mostrando outros locais onde as brinquedotecas tem sido instaladas, “a SME também implantou as Brinquedotecas Comunitárias, em processo de co-gestão, nas Creches Piu-Piu (Região Centro) e Maria Tereza (Passo das Pedras II / Região Eixo-Baltazar) e na Associação dos Moradores da Vila dos Papeleiros (Avenida Voluntários da Pátria, s/nº)”.

Além das brinquedotecas fixas, a SME criou a brinquedoteca ambulante – o Brincalhão, que é um ônibus adaptado especificamente para desenvolver atividades de recreação, expandindo o atendimento a todas as regiões da cidade. A SME atualmente recebe os agendamentos das comunidades para deslocar o Brincalhão (nome do ônibus); atende o Brincando no OP e festividades que provêm de solicitação de outros setores da administração municipal.

Segundo a SME

o atendimento do Brincalhão tem como objetivo ampliar a possibilidade de atividades de recreação para o público infantil, propondo um espaço

que incentive a imaginação, a criatividade e, através do lúdico, auxilie no desenvolvimento da criança e do adolescente como ser humanos integrais, capazes de atuar na coletividade de forma plena e saudável. Os Brincalhão I e II ampliam a abrangência das atividades de recreação da SME, possibilitando o atendimento às regiões do Orçamento Participativo, atendendo, prioritariamente, as instituições que não possuem recursos físicos (espaços de lazer), materiais e humanos para esse fim. Seu funcionamento se dá por meio de agendamento das comunidades na SME. (PMPA, 2000)

O Brincalhão atende outra ação específica da SME, denominada Brincando no OP. Essa iniciativa acontece nas principais reuniões do OP, sobretudo as temáticas, possibilitando aos pais que desejem participar das reuniões e que levem seus filhos, possam fazê-lo, enquanto as crianças aproveitam a oportunidade para recrear-se. Segundo a SME (PMPA, 2002)

a iniciativa proporciona entretenimento às crianças, enquanto seus pais ou responsáveis participam das discussões do Orçamento Participativo (OP). Também possibilita que um número maior de mulheres se envolva no OP com os assuntos da sua comunidade, já que muitas não comparecem por não ter com quem deixar os filhos. A SME oferece jogos, brinquedos, cama elástica, pinturas e bambolê, entre outras diversões.

Programa Lazer e Saúde (caminhadas e corridas orientadas)

Esse projeto foi criado em 1991, primeiro como uma experiência piloto no Parque Marinha do Brasil. Na época, ainda sob a administração da SERP, houve uma grande aceitação do público e ele foi ampliado gradativamente.

Segundo a SME (1998) depois do Parque Marinha do Brasil, desenvolveram-se em 1992, atividades no Parque Moinhos de Vento e Parque da Redenção, em 1993 no Calçadão de Ipanema e no Ginásio Tesourinha, funcionando na sua “pista interna pela manhã nos dias de frio e chuva” e à “noite desde 05.04.94”. Ainda em 1994 o Parque Alim Pedro começou a ter uma ação deste programa e em 1996, iniciou-se também na Usina do Gasômetro.

O programa tem a finalidade de orientar a população porto-alegrense em relação às caminhadas e corridas. Cada participante recebe um tratamento individualizado, no qual são determinadas as melhores condições para um controle de sua frequência cardíaca e pressão arterial durante o exercício, bem como a necessidade de alongamento, de roupas adequadas para a prática destas atividades.

O Programa tem sido reconhecido pelos setores médicos de Porto Alegre que o avaliar como importante para a saúde preventiva.

A seriedade do trabalho tem sido reconhecida pela classe médica, num intercâmbio natural paciente/usuário, que necessita de acompanhamento de suas atividades físicas (cardiopatas, diabéticos, hipertensos, entre outros). Isto se deve ao trabalho de esclarecimento e reeducação de seus hábitos de vida. Esta relação de respeito e conduta ética resultou no estabelecimento de um acordo formal entre a Prefeitura de Porto Alegre (Administração Popular) e empresas privadas como a PREVENCOR (Clínica de Prevenção e reabilitação de cardiopatas) e a INBRAMED (indústria de material médico) (SME, PMPA, 1998).

Programa em cada campo uma escolinha

“Funciona desde 1994, em parceria com associações comunitárias e ligas esportivas, com o objetivo de estimular a criação de escolinhas de futebol nos campos de várzea” (RODRIGUES, 2000 s.p.).

A ação se desenvolve com reuniões mensais entre professores e líderes comunitários que se dispuseram a trabalhar com essa iniciativa. Discutem-se temas pertinentes ao trabalho realizado, à construção de regulamentos para os campeonatos e levantam-se problemas e respectivas soluções. O primeiro contato para que novos orientadores sejam incluídos é feita pela ASSCOM.

Esse trabalho é realizado em co-gestão com as comunidades; a SME fornece os materiais, mantém os campos com colaboração da população e esta participa das reuniões. Os líderes comunitários que se dispõem a trabalhar como orientadores voluntários, participam de palestras, reuniões de estudo, planejamento e avaliação das atividades.

A SME possui uma boa justificativa para investir na Várzea, segundo relatório da própria secretaria

A várzea é um espaço que transcende o futebol, embora este seja seu combustível principal. A várzea foge às definições simplórias e ao preconceito, constituindo-se num importante lugar no qual acontece parte da sociabilidade e do lazer das camadas populares. Será difícil encontrar, entre os membros das classes trabalhadores no Brasil, um sujeito que não tenha na sua biografia um capítulo vivido na várzea; pouco importa que o enredo seja um jogo, uma comilança, uma paixão ou uma briga. É a partir do entendimento que o futebol de várzea faz parte da cultura popular que o poder público municipal de Porto Alegre tem pautado suas ações neste segmento. Antes mesmo da criação da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (1993), a Administração Popular já havia despertado para a necessidade e a importância de promover ações visando garantir e

qualificar os espaços de sociabilidade esportiva, bem como democratizar e ampliar o acesso a eles. A ação do poder público pautou-se, desde o princípio, pelo reconhecimento da legitimidade e da historicidade da várzea. E é justamente este entendimento o responsável pelo sucesso das nove edições do Campeonato Municipal de Várzea realizadas, ininterruptamente, desde 1993 (SME, PMPA, 2002).

Esta ação da SME parece ser a mais organizada, haja vista o Futebol de Várzea ter uma tradição e uma força muito grandes na sociedade porto-alegrense. Sempre que se dá início a um novo ano, no qual acontecerão novos campeonatos e serão organizadas as escolinhas; lideranças comunitárias, presidentes de ligas e de clubes, são chamados para participarem da organização desse esporte. Foi desta forma que foi construído o regulamento atual para o Campeonato de Várzea de Porto Alegre.

Além do futebol de várzea, várias modalidades esportivas são desenvolvidas, buscando envolver um público cada vez maior. Essas ações são subsidiadas por uma concepção de esporte voltado à participação ou recreativo. No discurso da SME os objetivos de suas ações são prioritariamente desenvolver uma participação da população oferecendo-lhes alternativas de lazer, voltados sobretudo ao desenvolvimento de atitudes de cidadania.

Segundo a SME (PMPA, 2002)

ao promover políticas públicas nesta área [do esporte...] pretende consolidar uma visão ética e participativa de esporte, que se concretiza na priorização de atividades para crianças e adolescentes, em todas as nossas praças, parques, Centros de Comunidade e espaços em parceria com as comunidades. A SME trabalha com grupos de aprendizagem esportiva, festivais, encontros, torneios e campeonatos, sempre com ênfase no acesso democrático, na descentralização das ações e no resgate da alegria do jogar.

São promovidas ações como o Viva o Vôlei, Viva o Basquete, Rústicas, Campeonatos de Bocha, Campeonatos de Atletismo Estudantil, Semana da Bicicleta, entre outros.

Além desses projetos e programas ocorridos durante todo o ano, há projetos mais pontuais como o Porto Verão e a Participação dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS). O primeiro integra uma vasta programação desenvolvida pela Prefeitura. Durante os meses de janeiro e fevereiro oferece à população eventos e programas nos diversos equipamentos da SME, utilizando o potencial oferecido pelo Guaíba. São passeios,

brincadeiras, campeonatos, jogos de diversas modalidades, entre as quais destacam-se o vôlei e futebol de areia.

Porto Alegre participa dos JIRGS, sendo representados por atletas patrocinados pela SME, ou seja, as despesas com viagem, estadia e alimentação são pagas pela administração municipal. A diferença deste momento para outras épocas, segundo documento interno da secretaria, é que agora não há remuneração aos atletas, não são feitos convites para clubes específicos da cidade, mas sim os atletas são selecionados por meio de jogos abertos para toda a cidade.

Por fim, há dois recém-incorporados desafios a SME: o “Projeto de Bem com a Vida”, que visa integrar os idosos, repensando a velhice, com um Espaço Aberto para a Terceira Idade, oferecendo aulas nas quais a experiência de cada participante é valorizada e intenciona multiplicar a troca dessas experiências. O segundo desafio são, os “Centros de Comunidade”, os quais a SME passou a administrar a partir de 1999. Segundo a SME, nesse primeiro momento há uma busca de democratização dos espaços.

Como projetos de qualificação do quadro de funcionários existe a possibilidade de cada funcionário buscar o aperfeiçoamento individual. Há ainda o estímulo à reflexão por equipe de trabalho, por área de atuação e por região de atuação.

Estas reflexões acontecem em reuniões em que os funcionários buscam pensar seu trabalho cotidiano, dividindo-se em equipes por afinidades de trabalho e também por localização geográfica, no último caso. As reuniões por área de atuação acontecem uma vez por semana, e por região, acontecem a cada dois meses, durante quatro horas.

Complementando o quadro de oportunidades disponíveis à qualificação há o projeto Reflexão. Pensado, segundo Rejane Rodrigues (2000), como o carro chefe da qualificação profissional: acontece no mínimo duas vezes por ano, para refletir, com a presença de palestrantes externos convidados, sobre temáticas que perpassam o cotidiano do trabalho desenvolvido pela SME.

A Secretaria destaca ainda dois locais onde desenvolve suas atividades, o Parque Ararigbóia e o Ginásio Tesourinha. O Parque, porque se destaca como marca registrada da administração sob os moldes da co-gestão.

E, o Ginásio porque potencializou o uso de suas dependências de forma gratuita à comunidade, bem como faz parte de circuitos de eventos em âmbitos nacional e internacional, esportivos ou não.

Como já comentei anteriormente, além da co-gestão administrativa e da ação da ASSCOM, a política municipal privilegia a participação cidadã por meio de diferentes fóruns específicos, como é o caso do OP, do Congresso da Cidade, de discussões pontuais que ocorrem a respeito de temáticas que atingem toda a cidade. Neste sentido, entender o funcionamento destas instâncias, é fundamento para a compreensão da participação na definição de políticas públicas na cidade de Porto Alegre, neste atual modelo de gestão, o que faremos no próximo capítulo.



DA IDIOTIA À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
**Os diferentes fóruns de participação e as perspectivas para uma cidadania
emancipatória no âmbito do lazer**

IDIOTA já foi um elogio. No seu sentido original grego, significava uma pessoa privada (não, não uma pessoa WC, você sabe o que eu quero dizer). Alguém que tinha seus próprios valores e seus próprios caprichos (daí “idiossincrasia”), independentemente dos valores públicos e das convenções. Com o tempo, passou-se a enfatizar o contraste entre o privado, o fechado em si, e o público, e o idiota era o que não participava da vida comunitária, por deficiência ou por escolha. Como não participava da vida comunitária, era ignorante. Vem daí o sentido moderno de simples, burro ou desligado. Mas durante muito tempo, na Grécia, idiota era o que, não se interessando pelo coletivo, desdenhava a política. O oposto do cidadão. A primeira vez que se xingou alguém de idiota foi para criticar sua omissão política, já que era na participação política que o homem exercia sua cidadania, assumia sua liberdade e se distinguia dos servos e dos bichos – e das mulheres, diga-se de passagem. Houve um momento na história recente da humanidade em que idiota perdeu o seu sentido grego de infenso à política e ganhou seu sentido moderno de ludibriado pela política. Assim como a falta de calorias vai nos imbecilizando, a privação política vai nos idiotizando. Muita gente quer resgatar o significado original da palavra para poder dizer que é idiota no bom sentido[...] de quem só se interessa pela administração do próprio umbigo (Luis Fernando Veríssimo).

A idiotia sobreviveu aos séculos. Hoje, idiota é aquele sujeito que, passivamente, acredita nos políticos corruptos, se sujeita a eles como forma de obter favores para seu “próprio umbigo”. Ou aquele que se autodenomina “apolítico” e, assim, não assume nenhuma concepção ideológica, ficando à mercê da ordem vigente.

Será preciso inverter o verbete grego, ou seja, “desidiotizar-nos”. Superar uma ética e uma política, pautada na delegação e não na autonomia. O povo brasileiro aprendeu a votar em pessoas, não em projetos. Como vota em pessoas, não conhece a plataforma política dos partidos ao qual elas pertencem, não acompanha seus atos legislativos ou executivos, conseqüentemente não exige prestação de contas das verbas públicas, dos programas de governo, dos rumos de sua comunidade, cidade, estado ou nação. Quando recorre ao poder público, geralmente o faz buscando benefícios para si. Reclama dos governantes, das obras públicas, das vias, das escolas, do salário, das condições comezinhas

em que vive, entretanto, muitas vezes quando tem oportunidade de opinar, fiscalizar e co-administrar, não o faz porque não se acha em condições ou porque não tem interesse.

Podemos notar em estudos feitos sobre a cidadania brasileira, como os de José Murilo de Carvalho, que existem muitos limites circunscritos a ela, causados pela forma como esta se estabeleceu em nossa realidade. Os principais são a visão corporativa na luta pelos direitos, a supervalorização do executivo e a falta de uma educação mais conscientizadora, que facilitasse a apreensão de aspectos críticos fundamentais na hora da população participar. Muitas acusações estão presentes nos discursos de autoridades nacionais e internacionais, sendo as mais freqüentes: a de que o povo é incompetente, incoerente e irresponsável; o povo é conservador e preconceituoso; o povo é vulnerável aos grupos de pressão e influenciável pelos superorganizados; o povo é dominado pelas paixões e pela tirania da maioria.

Ora, mas se nos ativermos minuciosamente a estes limites, perceberemos que a elite e os nossos governantes apresentam os mesmos vícios, ou às vezes até piores, em relação ao sistema eleitoral e representativo e, sobretudo, na destinação das verbas públicas.

Essas barreiras serão superadas com a prática social como *conditio sine qua non* para a autonomia, entendida como “capacidade interna para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição de lei-regra, pôr-se a si mesmo como sujeito. A autonomia é posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos) pela ação efetuada pelos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social e política” (CHAUÍ, 1990, p. 302).

Existem pontos que são fundamentais a uma participação ativa da população. O primeiro deles é que “o pressuposto básico da participação consiste na identificação entre democracia e soberania popular, que para ser completa deve ser exercida através de formas diretas como a autogestão, conselhos populares e comissões de fábricas.” (BENEVIDES, 1991, p.20)

Victor Valla diz que a participação popular se diferencia de outras formas da mesma porque se trata de uma participação politizada, na qual vários setores da sociedade civil envolvem-se na definição de políticas públicas. Para esse autor a participação popular contém uma contradição, pois “de um lado legitima a política do Estado diante da população; por outro, significa um canal para que as entidades populares disputem o controle e a destinação da verba pública” (1993 p. 63).

Para se resolver esta contradição, as entidades que fazem parte das lutas populares precisam manter sua independência, procurando garantir a mais ampla participação, priorizando o atendimento das classes trabalhadoras.

No Brasil a ambigüidade na utilização do termo intensificou-se a partir do início do processo de transição do autoritarismo. Participação popular passa a ser palavra-chave (ou mágica) que supostamente sustenta uma proposta de democratização, mas – devido a essa abrangência e indefinição – acaba muitas vezes, como figura de retórica (BENEVIDES, 1991, p.17).

A prática de participação popular, que neste estudo proponho que avancemos para o termo “participação cidadã”, a partir da década de 1990 mudou alguns de seus paradigmas, sendo experimentada de forma distinta de épocas anteriores. Os partidos de esquerda, que haviam assumido governos municipais e estaduais, passaram a incentivá-la através de fóruns alicerçados na administração, porém discutidos e geridos pela sociedade civil. As políticas adotadas voltaram-se justamente para o atendimento das reivindicações provenientes das classes populares.

Os fóruns de participação criados ou fortalecidos pela proposta da Frente Popular, em Porto Alegre, pretendem ser um canal para que emerja uma cidadania que não seja mais concedida pelo Estado.

3.1. O Processo do OP em Porto Alegre

Como vimos no capítulo anterior, a campanha eleitoral de 1988, da Frente Popular, apontava para a criação de conselhos populares, porém após a eleição, a viabilidade prática daqueles argumentos se materializou na estruturação do OP. Naquele tempo a Frente Popular assumiu uma prefeitura com total inexistência de sistemas de acompanhamento e controle das reivindicações populares. Esta prática permitia que o clientelismo e o apadrinhamento estivessem em sintonia constante com a ação do legislativo e do executivo.

O tema da participação estava presente na agenda nacional há mais de duas décadas, quando em 1988 foi contemplado na Constituição. Na década de 1970, a participação surgiu como demanda da sociedade civil, como necessidade dos atores sociais e políticos, que faziam frente ao regime militar. Pela participação, expressaram e lutaram por reconhecimento e acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos para os setores populares.

O paradigma que alicerçava estas discussões, tanto nos círculos políticos de oposição como na academia era o da representação popular sob os moldes de gestão, co-gestão e autogestão dos conselhos operários. Em termos da teoria política o referencial fundava-se em concepções estratégicas objetivando a tomada dos aparelhos do Estado e sua democratização. A mobilização da sociedade civil era parte de um plano de criação e desenvolvimento de uma cultura de contra hegemonia à ordem dominante. Guerra de posição e guerra de movimento eram duas categorias chaves que formavam e informavam o sentido e a direção que muitas lideranças imprimiam aos movimentos e às organizações populares (GOHN, 2000, p. 17).

O paradigma da participação presente na década de 1970, depois modificado na década de 1980, fincou as bases no repensar de estratégias para que a esquerda brasileira pudesse ascender ao poder e estabelecer ações de governabilidade, sem necessariamente passar por uma total e radical ruptura do sistema social, mas sim construí-la gradualmente. Neste sentido, há nos termos guerra de movimento e guerra de posição, contribuições advindas de Gramsci (1981), uma importante reflexão sobre a temática. Nelson Coutinho (1981) quando explica as contribuições de Antonio Gramsci a esta discussão, remete-se à Teoria Ampliada de Estado, pela qual Gramsci conseguiu responder aos fracassos da revolução nos países ocidentais. Usando essa análise, segundo Coutinho, ele conseguiu formular uma proposta estratégica para os países ocidentais, tendo como base a discussão presente nas categorias de guerra de movimento e guerra de posição. Diz Coutinho:

nas formações orientais, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento”, voltada diretamente para a conquista e conservação do estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e espaços (guerra de posição), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação (1981 p.103).

O que ocorreu na prática da participação na década de 1970 ficou distante das bases teóricas que a fundamentavam. Ela foi colocada em prática como sinônimo de pressão popular, encaminhada geralmente ao poder local e, assim, era o mandatário municipal quem tomava a decisão e respondia ou não as demandas.

Na década de 1980, o cenário nacional concedeu espaço para duas conquistas em relação à participação: constituiu-se um campo democrático no interior da sociedade civil formado, sobretudo, pelos movimentos populares e pelos movimentos sociais

pluriclassistas, que desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta para encaminhar suas demandas. A outra conquista foi a abertura de canais de participação da população em assuntos que dizem respeito à administração pública.

Embora as conquistas tenham sido grandes, o eixo articulatório da participação continuou sendo o da ocupação de espaços físicos para que se fizessem ouvir outras vozes, além daquelas que estavam no poder.

Por mais que se tenha pressionado as estruturas de poder então existentes, era uma pressão um tanto quanto passiva, pois se reivindicavam espaços sem qualificá-los bem, eram desejos, representações coletivas tidas como soluções para todos os males existentes. Por isto, o termo participação foi se generalizando de tal forma que se tornou vocábulo obrigatório no discurso de todos os políticos e nas diretrizes programáticas de todos os partidos e governos, independente da matriz e ou cor partidária (GOHN, 2000, p. 21).

No final da década de 1980, junto com as tradicionais elites brasileiras ascenderam ao poder parcelas da oposição em várias cidades e estados. Esse fato possibilitou uma requalificação gradual da temática participação numa lógica que se aproximava dos referenciais propostos por pensadores como Antonio Gramsci (1978,1980, 1981), Oskar Negt (1984) , Carlos Nelson Coutinho (1981), recentemente reinterpretados por Tarso Genro (1997, 1999, 2000).

A participação popular no novo paradigma passa a ser vista como uma intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública. Trata-se de práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera onde as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população. O entendimento da nova forma de participação deve ser feito nos marcos de entendimento de novas estruturas de representação. São estruturas formadas por coletivos heterogêneos, que estão dispersos e fragmentados na sociedade civil e política sob a forma de atores políticos (GOHN, 2000 p.24).

Hoje, em conjunto com as diversas orientações já existentes e solidificadas no decorrer desta história de duas décadas, existe uma parcela da esquerda brasileira (representada especificamente pela Frente Popular) que busca a radicalização da democracia, alicerçada numa proposta de ações coletivas e em novas relações sociais, que se encontram entre a esfera pública e a esfera privada.

Este processo de radicalização da democracia relaciona-se com a possibilidade de uma ruptura gradual do modelo social, que se dará por meio da expansão da hegemonia das

classes subalternas, que irão conquistando progressivamente posições, por meio do que Gramsci (1980) chamou de uma gradual agregação de um novo bloco histórico. Para Coutinho, usando-se do referencial Gramsciano, trata-se de materializar a “guerra de posição”.

Em suma: na “guerra de posição” que atravessa uma crise de hegemonia, preparando-a ou dando-lhe progressivamente uma solução, não há lugar para a espera messiânica do “grande dia”, para a passividade espontaneísta que conta com a irrupção de uma explosão de tipo catastrófico como condição para o “assalto ao poder”. O critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista. Se a crise econômica não se traduz espontaneamente na desagregação do bloco dominante, isso significa que tal desagregação depende diretamente da capacidade da classe dominada de fazer política; ou, em outras palavras, de conquistar progressivamente para si a hegemonia perdida pela classe dominante (1981 p.108).

Gramsci (1980) reporta-se às sociedades modernas, às quais chama de “ocidentais”, como aquelas em que novos organismos foram criados pelo protagonismo político das classes, que ganharam autonomia em relação às velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista. Nestes novos organismos há a necessidade do consenso, para se renovar instituições herdadas do Estado Absoluto (instituições como a Escola, a Igreja, e outras, às quais Gramsci passou a denominar de aparelhos privados de hegemonia. Para que estes novos organismos passem a funcionar como portadores de bens específicos. “É essa independência material – base da autonomia relativa assumida agora pela figura da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1994 p. 55)).

É pela independência que a sociedade civil conseguir erigir e a possibilidade da criação de um novo bloco histórico que dê uma direção ao Estado (em sentido estrito), diferenciada daquela dada pela tradição liberal, que se definirá se a hegemonia ou o

consenso irão se sobrepor à velha fórmula da coerção ou dominação.¹

Devem ser criados organismos ou instituições na sociedade civil que possam dar conta de uma paulatina transformação do Estado coerção em um Estado ampliado, numa perspectiva da diluição deste na sociedade civil. Para que isto ocorra, como bem nos colocou Tarso Genro (2001), é preciso a participação de todos por meio do voto, no modelo da democracia representativa existente hoje, mas que também se criem instâncias garantindo aproximação e controle permanentes da população sobre seus representantes e sobre as instituições.

Essa participação tem que ser política e social, entendendo-as intrinsecamente ligadas quando se trata de discutir e definir políticas públicas de cunho social.

Tarso Genro refere-se a alguns princípios básicos na engenharia política de uma sociedade em transição, dentre os quais:

estruturas locais, regionais, nacionais, constituídas por meio de formas diretas de participação, para elaboração, em conjunto com os executivos, do orçamento público, estruturas que deveriam, igualmente, controlar a execução da lei orçamentária, com poder de veto sobre determinadas decisões do executivo, com direito de recurso, deste, à representação parlamentar (2001, p. 18).

Para Norberto Bobbio “hoje, quem deseja ter um indicador do desenvolvimento democrático de um país deve considerar não mais o número de pessoas que têm direito de votar, mas o número de instâncias diversas daquelas tradicionalmente políticas nas quais se exerce o direito de voto” (1987 p. 156).

Para que a democracia seja reconstituída, faz-se necessário que se crie novamente uma tensão entre sociedade civil e Estado, mas, para que isto se materialize, algumas condições são necessárias. Fiori (1995) diz que só haverá êxito caso haja uma mudança

¹ Coutinho trabalha os conceitos de dualidade de poderes e de Estado ampliado, advindos da Teoria de Gramsci, explicando que este autor não nega que entre as duas esferas (sociedade política e sociedade civil) há um momento unitário. Para Gramsci o Estado, em sentido estrito, é um aparelho que tem legalmente o poder de coerção e o usa para manter o controle e a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente ao direcionamento que é dado pelo bloco dominante. Contudo, o Estado moderno será menos coercitivo e mais consensual, ou vice-versa, dependendo do grau de autonomia relativa que as esferas assumirem. Segundo Coutinho “essa predominância, por sua vez, depende não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em tela, mas também da correlação de forças entre as classes que disputam a supremacia” (1994 p. 57). Nesta mesma linha de reflexão, é possível observar que Gramsci, afirma a possibilidade de uma classe ainda não dominante no plano político ser dirigente no plano ideológico (COUTINHO, 1994) e, “torna-se não só possível, mas até necessário que a classe que se candidata ao domínio político já seja previamente hegemônica no plano ideológico, ou, na terminologia gramsciana, já detenha a direção intelectual e moral da sociedade” (COUTINHO, 1994 p.59).

qualitativamente radical no papel do Estado. Este deverá assumir uma posição de sustentáculo fundamental, não somente para o desenvolvimento da economia interna e externa, mas como promotor ativo da distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população.

Esse processo de democracia participativa persistirá se

a criação de um novo modo de vida, conscientemente orientado, [...] ocorrer pela radicalização desse processo democrático, com indicações mínimas que liguem os projetos de reforma do Estado e da sociedade civil a um horizonte onde a questão da igualdade social seja ‘pré-vista’ como capaz de ser ordenada racionalmente pelo homem. (GENRO, 1999, p.54)

Essa perspectiva é reforçada por Coutinho quando trabalha o conceito de democracia de massas. Segundo Marco Paulo Stigger “a democracia de massas se constitui numa democracia organizada que busca a vontade coletiva pela desburocratização e desalienação da política e a luta declarada pela hegemonia dos trabalhadores, caracterizada pela unidade na diversidade” (1992 p.65).

Não se trata de um retorno ao modelo de Estado desenvolvimentista e protecionista. Trata-se, de acordo com Genro (1999), da reconstrução de uma “tensão democrática autêntica”, que somente poderá existir com a configuração de um novo espaço público. Este espaço público não está, nem na esfera do público e nem na esfera do privado:

Este espaço não é um espaço estatal, porque suas decisões não são decisões determinadas pelo Estado, nem estão sujeitas – em princípio- ao direito público estatal. Também não é um espaço privado, porque as suas demandas, para terem validade, devem estar presididas pelo interesse público, embora possam interessar a apenas uma parte da sociedade (GENRO, 1999 p.41).

A criação de um espaço público não-estatal é a possibilidade de criar um espaço onde se dê a disputa e o consenso em torno de assuntos ligados ao desenvolvimento da sociedade, podendo ou não estar garantidos por lei ou por contrato político. “Um espaço que propicie a politização da cidadania, à medida que reduza sua fragmentação, integrando demandas setoriais na cena pública” (GENRO, 1999, p. 41).

O embasamento para a expressão espaço público não-estatal está na esfera pública, buscando contudo adequá-lo a um projeto que a preserve numa conjuntura onde exista a democracia representativa clássica e a democracia participativa.

Tarso Genro e outros autores que trabalham com o referencial de esfera pública, tomam-no da discussão realizada por Oskar Negt. Este autor é designado por Ernildo Stein (1984) como “um frakfurtiano não-confessado de terceira geração” (prefácio) e esteve em 1981 no Brasil, em diversas cidades brasileiras, num ciclo de palestras promovido pelo Instituto Goethe que, mais tarde, traduziu em livro suas reflexões, versando sobre a atualidade do pensamento marxista e do desenvolvimento da política, em especial, do que o autor designa como esfera pública burguesa e esfera pública proletária. Negt (1984) diz que quando o conceito de esfera pública burguesa surgiu, ele foi estabelecido a fim de contrapor e romper com as práticas secretas e de encobrimento existentes no poder feudal, contudo hoje, em países onde esta esfera pública burguesa parece ainda intocada, como é o caso do Brasil, ela tem sido minada por movimentos de greve, de massas empobrecidas que lutam pela sobrevivência e pela prevalência de alguns poucos direitos aos quais nunca tiveram acesso. Estes movimentos sociais, segundo o autor, não têm ainda força de sobrevivência para uma formação sólida de uma esfera pública proletária. Vias de regra estes movimentos se desintegram e a força do mesmo se exaure perante o forte aparato que possui a esfera pública burguesa. Oskar Negt (1984) quando fala da possibilidade da emergência de uma esfera pública proletária que prime pela organização de suas forças em torno de interesses de emancipação dos homens, diz que o estabelecimento da mesma “choca-se frontalmente com os mecanismos de dominação da esfera pública burguesa” (1984 p. 36). O autor esclarece o que ele entende ser o estabelecimento de uma esfera pública proletária.

Esfera pública proletária é um processo de produção e não como a esfera pública burguesa, um procedimento de simples distribuição, de circulação de opiniões, de conhecimentos, de convicções. A esfera pública proletária sempre se forma historicamente ali onde os homens passaram, por necessidade material, espiritual ou intelectual, a discutir e a organizar na plena luz do dia os contextos importantes para sua vida [...] O que vem a se expressar na esfera pública proletária é a superação do medo do contato com as instituições e espaços definidos pelas classes dominantes. Se a esfera pública burguesa reside no fato de que nas universidades se ensina e aprenda, de que no tribunal se negocie, de que no parlamento se discuta, na esfera pública proletária que está surgindo perde-se esta fragmentação de espaço e tempo e surge um contexto no qual tudo que os homens necessitam para sua vida imediata é compreendido como interesse público (NEGT, 1984 p.37).

O conceito de esfera pública proletária fundamenta a proposição designada por Genro (1999, p.51) como a criação de um espaço público não-estatal, ou seja, um novo tipo de espaço que combine a “ação direta da cidadania com as instituições públicas já existentes, de modo a dar um caráter plebeu ao processo em curso de reforma do Estado” (1999, p. 51).

Neste espaço está dada a possibilidade de uma intervenção do Estado na sociedade civil, mas sobretudo ao contrário, ou seja, da sociedade civil sobre o Estado, no qual a soberania popular exerce seu controle, miscigenando a forma de democracia com base na representatividade com a emergência da democracia participativa. No entanto, Oskar Negt nos alerta para mais uma importante referência em relação a este ponto em específico, diz ele:

Uma efetiva dialética entre esfera pública proletária e burguesa somente é possível num contexto político, se com cada passo em que se utiliza a esfera pública burguesa se articula a ampliação da autonomia e autodeterminação dos homens. Pois é justamente traço característico da esfera pública proletária que não pode mais ter nele lugar a política da representação (1984 p.40).

A esfera pública não-estatal permite que haja transparência da ação do Estado e sua relação com a sociedade civil; desta forma

rompe [-se] com o absolutismo, busca[ndo] iluminar a velha obscuridade do poder. Traz a luz do debate político novos interesses, que deve, ser equacionado, para emancipação final da sociedade dos seus laços servis e de todos aqueles laços que vêm operando sem garantia de um Estado público. (GENRO, 1999, p.51).

A sociedade civil, neste primeiro momento, exercerá um nível de participação com moldes na co-gestão administrativa da esfera estatal e, conseqüentemente, da recuperação do Estado e da sociedade civil como espaços de relação, tensionamento e mudanças.

Esse processo de democracia participativa persistirá se

a criação de um novo modo de vida, conscientemente orientado, [...] ocorrer pela radicalização desse processo democrático, com indicações mínimas que liguem os projetos de reforma do Estado e da sociedade civil a um horizonte onde a questão da igualdade social seja ‘pré-vista’ como capaz de ser ordenada racionalmente pelo homem. (GENRO, 1999, p.54)

Desta forma, em 1989, quando a Frente Popular assumiu a prefeitura de Porto Alegre as mudanças mostraram-se fundamentais.

De 1989 até o ano de 2000, várias modificações ocorreram no OP, seja no andamento das reuniões, nas normas e nas regras, transformadas em regulamento, para balizá-lo como nas formas utilizadas para qualificar as demandas, pensadas conjuntamente pelo Governo e pela sociedade civil. Além do OP, foram paulatinamente sendo criados outros canais de participação, como foi o caso dos Conselhos Setoriais, a renovação das associações de bairro e das entidades classistas e, um dos mais importantes canais para a discussão conceitual da cidade, os Congressos da Cidade. Os canais de participação vêm, assim, se modificando.

As estruturas de participação, conselhos, fóruns, temáticas, OP[...] se constituem em instâncias consagradas e experimentadas no trato de problemas urbanos. Estas estruturas, pela efetividade que produziram, se apresentam como espaços construídos para o debate sobre a cidade, onde os temas são de discussão permanente, aperfeiçoável a cada momento e capazes de estimular melhores visões sobre o resultado desta ação coletiva. Elas possuem uma forte raiz popular que hoje é condição necessária para um adequado diagnóstico urbano no confronto com as visões conservadoras habituais de desenvolvimento. (Carta Referência para o debate ao III Congresso da cidade – novembro de 1999)

Contudo, ainda paira uma grande dúvida sobre os limites dessas práticas. Fedozzi formulou bem esta dúvida, quando questionou “até que ponto essa experiência não é percebida pelos indivíduos participantes como mais um episódio de cidadania concedida” (1999 p.201).²

² A contribuição de T. S. Marshall, que escreveu o clássico livro “Cidadania, classe social e status”, em 1967, à leitura da cidadania, dentro da realidade brasileira, fica restrita à caracterização de seus três direitos pois no Brasil a construção e a aquisição dos elementos que a compõem aconteceram de forma distinta da realidade inglesa. Eles podem servir como balizadores de nossa análise, pois “ao examinar o desenvolvimento da cidadania no Brasil, devemos prestar atenção a duas questões: os três tipos de direitos que a abarcam e a sequência em que foram efetivamente conquistados (se é que o foram)” (CARVALHO, 1995, p.11) são diferentes do caso inglês. Em nossa realidade foi dada uma maior importância a um dos direitos em detrimento dos outros, bem como a ordem em que eles foram conquistados sofreu alterações. Os direitos políticos vieram antes dos direitos civis. Desta constatação extrai-se uma questão: será que a alteração na lógica da sequência inglesa não alterou a própria natureza dos direitos e, portanto, da própria cidadania? Quando estamos falando de cidadania na realidade inglesa e na brasileira, estamos falando da mesma coisa? Certamente que não, pois a alteração imposta à sequência dos direitos e a concessão, especialmente dos direitos sociais e políticos, por ter acontecido em momentos em que o Estado apresentava-se autoritário no Brasil, diferenciou a nossa cidadania da realidade inglesa. Os direitos aqui não foram adquiridos unanimemente por uma luta e uma conquista da classe trabalhadora, mas sim concedidos pelo poder estatal, que muitas vezes recorreu à manipulação das organizações sindicais para fazer valer o direcionamento que fosse mais conveniente ao bloco no poder. Além disso, as legislações existentes, que poderiam garantir um exercício da cidadania o mais próximo da sua plenitude, não foram cumpridas, nem pelas instâncias legislativas, executivas e judiciárias, nem pela população, que sucumbia aos acordos classistas, à venda de votos, às benesses advindas dos capitães de fazenda ou políticos.

Wanderley Guilherme dos Santos diz que a cidadania regulada

É a cidadania cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei (1979 p.75).

E, Alba Zaluar completa dizendo que “desta cidadania embutida no trabalho ou na profissão segue-se uma definição do papel cooptador e mediador do estado brasileiro” (1994 p.75).

A pergunta de Fedozzi é complexa e será respondida em parte por este estudo. Além disso, Carvalho nos alerta sobre um ponto fundamental em relação à constituição da cidadania quando vai além das reflexões realizadas por T. S. Marshall (1967). Diz ele,

indo além de Marshall, eu diria que a cidadania é mais que uma coleção de direitos, e que o cidadão não é meramente uma penca onde se colam direitos civis, políticos e sociais. Cidadania é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns. Sem esse sentimento de identidade coletiva – não seria possível a existência de nações democráticas modernas [...] Identidade nacional e cidadania, sem se confundirem, se reforçam mutuamente (1995 p. 11).

Pesquisas realizadas por Fedozzi (1999), Abers (1997) e Schmidt (1994) permitem-me afirmar que a conjugação dos movimentos de participação existentes anteriormente, recuperados e radicalizados pelas novas formas de participação, propiciou que uma parcela significativa da população tenha uma postura propositiva em relação às políticas públicas, às verbas destinadas para este fim e ao seu controle.

Segundo alguns estudos como de Schmidt (1994), Abers (1997) e Fedozzi (1999), realizados sobre o tema, os espaços institucionais dessa esfera pública não-estatal tornaram-se marcantes para o desenvolvimento dos processos de participação comunitária (popular) em Porto Alegre, não sendo mais possível focalizar tal temática sem dar atenção aos diferentes fóruns criados com este fim. O OP “vem até o presente momento e em seus aspectos essenciais, promovendo condições institucionais favoráveis à emergência da forma-cidadania” (FEDOZZI, 1999, p.198). Para Abers o OP “tem transformado o clientelismo local, indo além das mudanças nas regras sociais. O OP envolve mudanças nas

tradições entranhadas nas organizações civis que passam às mãos de comunidades pobres com capacidade organizativa e liderança” (1997 p. 310).

Schmidt pontua aspectos relativos às atitudes da população em relação ao OP que podem ser tomados como barreiras para a emergência da cidadania como um espaço de emancipação. Diz ele:

o OP proporciona a participação de muitos, mas de forma passageira. A maioria, depois de ver alterado sua demanda, se afasta. Somente o esforço articulado sobre as etapas desta participação, primeiro na hora da reivindicação, depois se integrando nas diferentes instâncias organizativas da sociedade, lhe darão a condição de cidadania – para ser primeiro cidadão da rua, depois cidadão da vila, do bairro, da cidade [...] (1994, p. 159).

É possível perceber as dúvidas e as perspectivas trazidas pelo OP nos depoimentos a seguir. Um afirma que o processo do OP estabelecerá a soberania popular, já o outro diz que somente este mecanismo não garante tal conquista. **C.**, afirma que o processo do OP *de per se* garantirá a autonomia do povo, já **B.**, diz que a centralização do processo no executivo fragiliza-o e, conseqüentemente, a autonomia do povo também. Para que isso não ocorra, é necessário que outros mecanismos sociais no interior da sociedade civil se fortaleçam e superem as fragilidades existentes no processo. Essa é uma condição essencial para que a verdadeira autonomia seja alcançada.

B. aponta a importância da independência dos movimentos de representação da sociedade civil, aos quais chama de centrais, para que exista um contraponto ao Plano de Investimento elaborado com alicerces fincados na estrutura administrativa. Diz ele:

há várias coisas que a gente necessita avançar, uma delas por exemplo, diz respeito [...] à vida das organizações da sociedade. As associações de bairro, conselhos setoriais, conselhos de bairro foram fortalecidos [...] pela característica que tinha a experiência, mas também ela esvaziou, de certa forma, as entidades mais centrais da cidade. Então, por exemplo, a UAMPA, que foi fundamental na disputa pela criação dum instrumento como esse, de certa forma hoje perdeu a sua capacidade de representar. Eu diria que isso não é só um problema político, isso tem a ver também com um problema estrutural, porque as associações, as organizações, comunitárias, vem à arena pra resolver suas questões, [este processo] não é mais dentro da UAMPA, mas dentro do conselho participativo. Então, se, por um lado reforça as organizações de base, por outro lado, as organizações mais centrais sofreram um pouco com isso. Eu acho que isso é um limite, porque é importante você ter entidades representativas com capacidade de mobilização e que façam um contraponto por fora, que não seja só o conselho do orçamento [...] um movimento comunitário, deve ter capacidade crítica, ser autônomo, independente, vamos dizer assim, de

certa forma, sirva como local aonde os movimentos sociais vão dialogar e fazer seus consensos, seus pactos para disputarem dentro do orçamento também. (Depoimento oral, 2000).

Apesar de existirem limites, como os que foram levantados por Schmidt, os estudos apontam que é “possível perceber que todo o processo de participação já tem um nível de consequência prática, real, que atesta a efetiva consonância das decisões públicas com a prática social” (FEDOZZI, 1999, p.185).

Schmidt (1994) diz que houve um empenho da prefeitura de Porto Alegre, administrada pela Frente Popular, de levar a bons termos a solidificação de espaços de participação. Esta ação se deu pela “aproximação inequívoca de um grande número de cidadãos, através do uso de procedimentos democráticos que mesclaram democracia direta – como as muitas reuniões junto às comunidades - com a democracia representativa – com a eleição, por exemplo, de conselheiros e delegados” (1994 p.155).

Abers (1997) afirma que as relações entre Estado e sociedade foram modificadas, diferenciando-se das relações tradicionais existentes, como por exemplo, aquelas organizadas sob a base do clientelismo. A autora explica que transformar o clientelismo local é mais que simplesmente mudar as regras, é mudar também as tradições por dentro das organizações cívicas que tinham nas mãos o controle de comunidades pobres, proporcionando às mesmas que se organizem independentes desses poderes e, sem que haja a necessidade de uma liderança externa. Abers diz que durante o período de seu estudo muitas modificações ocorreram em Porto Alegre e, em poucos anos, muitos grupos cooperativos cresceram, caindo à incidência do clientelismo.

Fedozzi conclui que

o modelo operacional do OP, como forma de gestão sócio-estatal, vem até o presente momento e em seus aspectos essenciais, promovendo condições institucionais favoráveis à emergência da forma-cidadania. Nesse sentido, a sua dinâmica institucional distancia-se do modelo patrimonialista. Mas esse processo assemelha-se mais ao tipo de legitimidade complexa, representada pelo teste do consenso político (Claus Offe, 1984), pois a legitimidade advém, em primeira instância, não de uma racionalidade formal-legal instituída exclusivamente (e de forma heterônoma) pelas agências representativas do Estado, mas sim pela esfera pública, constituída simultaneamente por procedimentos e valores substancializados. No caso do OP, essa esfera é representada, por um lado, pela estrutura de participação segundo regras de natureza impessoal e universal, e, por outro, pelos critérios de justiça distributiva na alocação dos recursos públicos (1999 p.198).

Segundo relatos da Administração Popular, Porto Alegre vive um tempo em que esta experiência deixa distante a lógica que fazia a população esperar os investimentos em infra-estrutura como dádiva do Poder Público – ou do poder de um soberano. Continua dizendo, os avanços ocorridos nas três gestões da Frente Popular, em Porto Alegre, proporcionaram um aperfeiçoamento no funcionamento do OP ao longo destes anos. Buscou-se minimizar os problemas encontrados, como o descompasso em torno de reivindicações provenientes de diferentes organizações pertencentes a comunidades distintas, o clientelismo, a falta de participação efetiva e de critérios para definir as prioridades nas etapas regionais, as participações de comunidades, associações ou grupos que, ao verem sua demanda atendida, se retiram do processo (PMPA,2000).

Quando a Frente Popular resolveu implantar o OP, a cidade estava dividida em cinco regiões administrativas, sem garantia de representatividade, nem da possibilidade de uma discussão mais organizada.

A cidade de Porto Alegre hoje está dividida em dezesseis regiões de descentralização administrativa, nas quais também acontecem as discussões regionais do OP, denominadas de plenárias regionais. Para esta divisão foram observados critérios geográficos, sociais e de organização comunitária.

O processo de discussão do OP acontece praticamente o ano inteiro, sendo interrompido apenas nos meses de janeiro e fevereiro. A partir de março de cada ano, discutem-se as prioridades para o ano seguinte. O processo ocorrido em 2000, no qual demandas foram priorizadas pela população, transformou-se em Plano de Investimento para o ano de 2001.

Além das discussões regionais, o OP também se propõe pensar as prioridades para toda a cidade com plenárias temáticas. As plenárias temáticas nasceram em 1994, após cinco anos de experiência do OP em Porto Alegre. Surgiram da necessidade do estabelecimento de um diálogo com um público diferenciado daquele que freqüentava as reuniões regionais, absorvendo setores da sociedade civil que não se mobilizavam em torno de problemas localizados geograficamente, mas que queriam ampliar a visão global da cidade. Segundo a PMPA (2000) os objetivos com que se estabeleceram e acontecem estas reuniões plenárias são “pensar, propor, deliberar sobre as políticas temáticas para a cidade em conjunto com as secretarias a fins” (s.p) sendo seis, em 2000, as temáticas abordadas:

desenvolvimento econômico e tributação; saúde e assistência social; circulação e transporte; cultura; educação, esporte e lazer; e, finalmente, organização da cidade, desenvolvimento urbano e ambiental. O OP, no ano de 2000, totalizou dezesseis plenárias regionais e seis temáticas.

O OP acontece em etapas distintas. Uma primeira rodada de plenárias temáticas e regionais, uma rodada intermediária, na qual as comunidades fazem tantas reuniões quantas acharem necessárias para discutir e definir suas reivindicações regionais e temáticas, a segunda rodada, as reuniões do Conselho do OP (COP)³ em conjunto com o GAPLAN e CRC e a definição da proposta orçamentária a ser encaminhada à Câmara de Vereadores. Enquanto a Câmara discute a proposta, o COP se reúne com as secretarias para definir o Plano de Investimentos e, por fim, mesmo depois de definido aonde serão investidas as verbas disponíveis, o COP continua trabalhando questões organizativas, reavaliando critérios técnicos e gerais e o próprio regimento do COP e fiscalizando as obras que estão em andamento e as que deverão ser iniciadas.

Na primeira rodada do OP compõe-se uma mesa de trabalho com o prefeito ou seu representante, o GAPLAN, o CRC, o Coordenador Regional do OP e os conselheiros da região ou temática. Nessas reuniões acontece a prestação de contas das obras constantes do Plano de Investimentos do ano anterior. Comunica-se a população como foram aplicados os recursos e apresentam-se os critérios e métodos para a aplicação do orçamento do ano seguinte. O Plano de Investimento aprovado é revisto, destacando-se o que foi cumprido, o que está em andamento e o que não foi feito e os motivos de tal impedimento. A intenção

³ Segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre o COP é composto de:

dois conselheiros titulares e igual número de suplentes eleitos em cada uma das dezesseis regiões da cidade, dois conselheiros titulares e igual número de suplentes eleitos em cada uma das cinco estruturas temáticas, por um representante titular e um suplente do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre e por um representante titular e um suplente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre. Os representantes do governo são em número de dois, os quais não possuem direitos a voto (1999, p. 2).

O mandato dos conselheiros é de um ano e revogável a qualquer tempo. Isto poderá acontecer “através de um processo específico que tramita no âmbito do Fórum dos Delegados Regionais e Temático e que exige, para se consumir, maioria qualificada de 2/3” (PMPA, 1999, p. 4).

A atribuição dos delegados, que são em número maior que os conselheiros, é auxiliá-los na divulgação para a população dos assuntos tratados no Conselho, garantir a realização das reuniões intermediárias, auxiliar na formação dos Conselhos Regionais e acompanhar, junto com a comunidade, o andamento das obras previstas no Plano de Investimento.

da primeira rodada, segundo a Administração Popular, é garantir a transparência das ações e estabelecer uma relação de confiança entre gestores e cidadãos.

A população, além de avaliar criticamente a prestação de contas, elege seus delegados, nas plenárias regionais e temáticas, de acordo com critérios estabelecidos. Constan do artigo 5º, do Regimento Interno do COP, os critérios para esta eleição.

Artigo 5º - As Regiões e Temáticas definirão o número de delegados na 1ª Assembléia Geral Popular (1ª rodada), na seguinte proporção:

FAIXAS	CRITÉRIOS	DELEGADOS
Até 100	01 para 10	+10
101 a 250	01 para 20	+ 08
251 a 400	01 para 30	+05
A partir de 401	01 para 40	proporcional

Parágrafo Primeiro: Os participantes da 1ª rodada deverão se identificar na lista de presenças, indicando a comunidade/associação a qual pertencem, para que a partir da correta identificação possa ser definido, pelo critério da proporcionalidade, qual o número exato de Delegados de uma Região/Temática (PMPA, 2000 p.6)

Os delegados eleitos passam a compor o Fórum de Delegados da região ou temática e, juntamente com os conselheiros, coordenam a discussão que ocorre no processo do OP, da priorização das demandas à solução de problemas de representatividade, da vacância de cargos a superação de possíveis discordâncias no processo em si.

Após esse período, que normalmente dura da primeira quinzena de março à segunda quinzena de abril, acontecem as rodadas intermediárias, indo até o início de junho.

Durante tal período a população realiza, de maneira autônoma, diversas reuniões regionais ou por temáticas para escolher suas prioridades e hierarquizar obras e serviços. Os setores internos da administração municipal prestam informações técnicas para instruir a discussão das comunidades. Nessa rodada, elegem-se mais delegados – tomando por base as reuniões regionais de maior quorum. O COP discute e delibera sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser encaminhada à Câmara de Vereadores até 1º junho.

Numa segunda rodada, os participantes das plenárias, temáticas e regionais, com os mesmos critérios e métodos da primeira rodada, escolhem suas prioridades. Nesta etapa o governo, por meio de seus representantes apresenta a estimativa de receita para o ano seguinte, projetando um quadro de gastos com pessoal, consumo, serviços de terceiros e investimento. São eleitos os dois conselheiros titulares e os dois suplentes de cada plenária que os representarão no COP. “Na segunda rodada, quando o novo COP é eleito, o processo

se dinamiza. Com a posse do novo COP, define-se o calendário das discussões. A comissão paritária⁴ é eleita, composta por membros da comunidade, entidades e governo municipal. Os conselheiros e delegados participam de seminários” (PMPA, 1999 p.15).

Depois da eleição do COP e do Conselho Paritário inicia-se o processo de compatibilizar reivindicações e recursos. As comunidades entregam suas prioridades ao GAPLAN, hierarquizando-as por temas, atendendo as orientações constantes dos Critérios Gerais para a priorização das demandas, os quais as comunidades precisam estar atentas. São eles: carência do serviço ou infra-estrutura (peso 4), população total da região (peso 2) e prioridade temática de região (peso 4). As prioridades devem ser escolhidas por temas.

As demandas de obras e serviços às regiões deverão ser entregues no formulário fornecido pelo GAPLAN, hierarquizados pelos sub-itens de cada prioridade temática, contendo: descrição clara da situação; localização, sendo que cada obra de pavimentação e saneamento básico será imprescindível o preenchimento do mapa no verso do formulário; metragem estimada; e, indicação da vila e bairro nos quais se localiza a demanda (PMPA, 2000).

No ano de 2000, foram doze temas a serem escolhidos: saneamento básico, política habitacional, pavimentação, educação, assistência social, saúde, transporte e circulação, áreas de lazer, esporte e lazer, organização da cidade, desenvolvimento econômico e cultura.

Cada região elegeu cinco prioridades, atribuindo notas da seguinte forma:

Primeira prioridade... nota 5
Segunda prioridade... nota 4
Terceira prioridade... nota 3
Quarta prioridade... nota 2
Quinta prioridade... nota 1
Somando as notas de todas as prioridades escolhidas pelas 16 regiões chega-se às três prioridades [para cidade], que serão aquelas que somarem maior pontuação (PMPA, 2000 p. 20).

⁴ Segundo o Regimento Interno do OP, “a comissão paritária será composta por quatro membros do governo e quatro conselheiros do COP” (PMPA, 2000 p.12). Essa comissão é que tem a responsabilidade de coordenar o COP, conforme o estipulado pelo artigo 10º, inciso XIII do Regimento.

Além desses critérios, há aqueles que são classificatórios para a concretização das demandas. São sete:

1. Ordem de priorização no OP – tomando por base a hierarquia de cada região é aferida a pontuação conforme a seguinte tabela:

Prioridades no OP	Pontos
1 ^a a 3 ^a	30
4 ^a a 6 ^a	25
7 ^a a 10 ^a	20
11 ^a a 15 ^a	15
16 ^a a 20 ^a	10
21 ^a a 25 ^a	05

2. Custo e benefício – 5 a 20 pontos – serão considerados na pontuação os parâmetros citados no item 5 dos critérios eliminatórios⁵;
3. Ligação ao sistema de esgoto sanitário – 3.1. Áreas onde o DMAE tem rede de esgoto sanitário implantadas e em operação, com tratamento – 20 pontos; 3.2- Áreas onde o DMAE tem rede de esgoto sanitário implantadas e em operação, sem tratamento – 30 pontos;
4. Ligação à rede pluvial – 10 pontos – ligações feitas com utilização de fossa individual e ligadas à rede pluvial.
5. Esgoto a céu aberto – 20 pontos – este item serve como avaliação do grau de salubridade a que está submetida à população
6. Projeto que constitua em proteção a manancial – 30 pontos – projeto em áreas que contribuem para a despoluição de arroios, nascentes ou barragens.
7. Condições urbanísticas favoráveis – 10 pontos – áreas que possuem traçado mais definido sem possibilidade de remanejamento de casas e alteração de acessos (PMPA, 2000 p.p. 45-46).

De conhecimento destes critérios e orientações, as comunidades que compõem cada regional dentre as quais a cidade foi dividida, escolhem cinco prioridades. As três prioridades que somarem o maior número de pontos nas regiões tornam-se prioridade de toda a cidade.

Entretanto, nada disso acontece isoladamente. Os órgãos do governo prestam informações à comunidade que, por sua vez, cria comissões para fiscalizar as obras decididas no OP. Além de todas as secretarias que disponibilizam às comunidades critérios técnicos e outras informações pertinentes ao processo, existem dois outros órgãos que têm

⁵ Há alguns critérios, em especial para a realização de redes de abastecimento de água e de esgoto, que são eliminatórios. Por exemplo, se as áreas estiveram com situação fundiária indefinida, situarem-se fora do perímetro urbano, forem áreas de risco ou inundáveis, tiverem condições desfavoráveis de vazão ou pressão, local onde haja necessidade de obras a montante, loteamentos clandestinos, e, no caso, do esgoto, valor custo-benefício inviável e ruas isoladas de qualquer sistema sem ponto de lançamento adequado, essas obras não serão realizadas.

uma relação direta com a elaboração do Plano de Investimento e, obviamente, acompanham as diferentes etapas do OP. Esses órgãos têm funções distintas entre eles. O GAPLAN tem sob responsabilidade a execução, elaboração do Orçamento do Plano de Investimentos e a coordenação da execução desse último. O coordenador do GAPLAN, falou sobre a função desse órgão dizendo,

a nossa função é a de organizar a discussão, no processo do OP, da proposta orçamentária do governo e também do Plano de Investimentos. Esta é a responsabilidade do GAPLAN frente ao OP. Então, todas as questões relativas também à situação de obras do plano de investimento, aos gastos da prefeitura, tudo isso o GAPLAN administra em relação ao OP. Para dentro da Prefeitura, o papel é o de coordenar a execução das obras, as demandas do OP. Fazer encontros entre secretarias para procurar integrar as ações que têm relação com o processo do OP, agir em conjunto, representar o governo junto com o CRC (Coordenação das Relações Comunitárias) no Conselho do OP, receber as propostas orçamentárias das secretarias, as análises técnicas das secretarias para os planos de investimento (Depoimento oral, entrevista realizada em 20 de março de 2000).

O CRC, por sua vez, acompanha – por parte do governo - os debates do OP com a comunidade. O CRC surgiu de uma necessidade da Prefeitura em dialogar mais de perto com as comunidades, bem como qualificar as demandas advindas das mesmas.

Para o vice-coordenador do CRC, esse órgão é importante porque faz o acompanhamento do debate do orçamento. Assim, segue os mesmos moldes da descentralização administrativa, ou seja, existe um representante do CRC em cada CAR, que se localiza em cada uma das regiões pelas quais a cidade está dividida. Além dos coordenadores regionais o CRC conta com um coordenador por temática.

No caso específico do lazer há um coordenador específico da temática educação, esporte e lazer. Ele que chama, em consonância com as necessidades da população participante, as reuniões da rodada intermediária para qualificar a discussão da temática. O coordenador temático da educação, esporte e lazer mantém contato direto com a assessoria comunitária da SME para que a mesma interceda nas comunidades e traga subsídios teóricos e técnicos que qualifiquem a discussão específica.

As obras e serviços são priorizados de acordo com as necessidades da cidade e das comunidades. Após essa definição, chega o momento do ajuste das obras aos critérios técnicos. Cada órgão da Prefeitura é chamado a opinar. Além dos critérios técnicos, existem os três critérios já comentados anteriormente, ou seja, avalia-se o valor custo/benefício de cada empreendimento, sua urgência e o número de pessoas que irá atingir. Por fim, vê-se qual é a condição básica para a obra acontecer. Por exemplo, não são feitas obras em áreas irregulares, que apresentem risco ou cuja localização não seja pública.

O orçamento pronto segue para o COP que irá discuti-lo para definir a proposta final. As atribuições e competências do COP constam do artigo 1º e 10º do Regimento do OP, respectivamente. “Artigo 1º - O Conselho do OP (COP) é um órgão de participação direta da comunidade, tendo por finalidade planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre a receita e despesa do orçamento do Município de Porto Alegre” (PMPA, 2000 p.5).

O Artigo 10º fala das competências, tais como definir e alterar o Plano Plurianual, a LDO, o Plano de Investimentos, a política tributária e de arrecadação do poder público municipal, além de fazer o acompanhamento, fiscalizar as diversas políticas e apreciar a prestação de contas do governo, entre outras atribuições.

Depois disso o orçamento vai para as mãos do Prefeito que o envia à Câmara de Vereadores para ser aprovado. A data limite, em situação normal, é 30 de setembro.

Enquanto a Câmara discute a respeito das diferentes comissões, o conselho se reúne com as secretarias para elaborar o Plano de Investimento. Tudo isso é registrado em documento assinado. Após a aprovação, as obras serão executadas, na medida do possível, dentro dos prazos estipulados, e várias comissões as fiscalizarão. “Assim o OP é um instrumento da cidade, que integra as demandas de bairros e comunidades, ligando problemas para que não sejam vistos de forma isolada. Cada bairro é parte da cidade. A cidade está um pouco em cada rua, em cada bairro” (PMPA, 2000 p. 17).

3.2. O processo do OP no ano de 2000:

Em 2000, ano em que foi realizado o trabalho de campo deste estudo, o processo do OP transcorreu na sua estrutura usual, como foi exposto anteriormente neste capítulo, porém, houve dois fatores intervenientes, um de aspecto mais geral e outro especialmente ligado ao lazer.

Foi um ano atípico ao OP, pois tramitava no Congresso Nacional um projeto de lei que obrigaria os municípios a anteciparem a entrega à União, de sua Previsão Orçamentária. A Administração Popular antecipou-se a aprovação de emenda que regeria tal norma e abreviou o processo do OP, findando-o em julho daquele ano. A emenda não foi aprovada no Congresso Nacional. Tal episódio ilustra uma das dificuldades que o processo do OP enfrenta, que não estão restritas a ele, existem diversas outras, algumas das quais eu já me referi no texto.

O OP sofre constantemente ações de cooptação e há uma permanente negociação com a Câmara de Vereadores. A cooptação que esse tipo de gestão pode sofrer, pode advir de organismos internacionais, que o apoiando financeiramente podem intervir em sua autonomia. Boaventura de Sousa Santos (2002), em recente trabalho publicado sobre as iniciativas de democracia participativa no mundo, fala de vulnerabilidades no processo. Diz ele:

Podemos perceber que no momento em que, pela via da descolonização ou da democratização, o problema da extensão da democracia para os países do Sul foi colocado, pela primeira vez, a concepção hegemônica da democracia teorizou a questão da nova gramática de inclusão social como excesso de demandas. Sob esta luz, é fácil concluir que os processos de intensificação democrática que temos analisado tendem a ser fortemente contestado pelas elites excludentes ou “elites metropolitanas”, como são chamadas por Sheth. Por combaterem interesses e concepções hegemônicos, estes processos são muitas vezes combatidos frontalmente ou descaracterizados por via da cooptação ou da integração. Nisto residem a vulnerabilidade e a ambigüidade da participação (2002 p. 60).

Em relação a constante negociação com a Câmara de Vereadores do Município, o OP já passou por vários momentos – do convencimento a defesa -. No começo da gestão da Frente Popular, em 1989, esta foi uma das principais relações trabalhada, pois a esse organismo municipal são atribuídas enormes somas de competências, além de ser – no sistema representativo- um órgão de plena legitimidade política. Como a Frente Popular não possuía a maioria dos assentos naquela casa, foi necessário um grande envolvimento da

população e de lideranças políticas para fazer valer a soberania popular. Durante esses três mandatos, em vários momentos, o processo do OP recebeu denúncias, foi desqualificado e/ou questionado. Dentre os vários embates com os partidos de oposição, quero destacar um acontecido no ano de 2000. Belfran Rosado, vice-líder do PMDB na época, publicou uma revista que trazia denúncias graves sobre obras previstas no Plano de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1999 e, que, segundo o referido material não haviam sido realizadas e nem estavam em processo de licitação. Segundo o Jornal Zero Hora (5/5/2000) “a revista é [era] um documento tão contundente, que só resta [va] uma alternativa ao prefeito Pont: convidar o deputado Belfran e a imprensa para um roteiro de visitas às obras previstas no OP para o ano passado, dentro de uma amostragem do que está publicado na revista.” A Frente Popular fez uma visitação pública das obras citadas, convidou a imprensa e o legislativo, procurando esclarecer as denúncias. Mas, a oposição continua fazendo a crítica e as negociações com a Câmara de Vereadores; certamente podem ser encaradas como um salutar exercício de cidadania, onde a soberania popular tem prevalecido.

A mudança na plenária temática referente ao lazer é um aspecto interveniente que aconteceu no ano de 2000, ao qual me referi anteriormente. Até 1999 este assunto era tratado em uma plenária temática que abrangia a Educação, Cultura e Lazer. A partir de 2000, a plenária temática foi subdividida em duas, uma para tratar das questões específicas da Cultura e outra para tratar de questões ligadas à Educação, Esporte e Lazer. A mudança foi justificada por um dos responsáveis do OP como sendo a possibilidade de lidar com públicos diferenciados, porque, segundo ele, o público que pensa, que interage na cultura não é o mesmo que reivindica e propõe políticas para o esporte e o lazer.

Algumas informações sobre a população que participa do OP são importantes para que entendamos o processo em si. A ONG Cidade faz pesquisa desde 1995 sobre o OP de Porto Alegre, sendo que estes estudos se encontram em sua quarta edição. Os pesquisadores buscam saber qual é o perfil dos participantes deste fórum. Segundo eles, em 2000, participaram 14.408 pessoas, sendo que eles entrevistaram 1.577, representando uma amostragem de 10,95%.

Com base na resposta dos entrevistados, a ONG Cidade afirma que há preponderância de um grupo sobre os demais, que é o de Associação de Moradores, com 30,5%. A faixa etária que tem 50 anos é a que mais participa; são 25,9% deles.

Em relação à escolaridade é possível observar na tabela abaixo a distribuição da frequência: é de absoluta a relativa, conforme também o sexo.

Escolaridade	mulheres		homens		total	
	casos	%	casos	%	casos	%
sem instrução	49	5,4	24	3,7	73	4,7
alfabetizado	18	2,0	15	2,3	33	2,1
1º grau incompleto	289	32,0	245	37,5	534	34,3
1º grau completo	97	10,7	73	11,2	170	10,9
2º grau incompleto	104	11,5	58	8,9	162	10,4
2º grau completo	119	13,2	94	14,4	213	13,7
3º grau incompleto e completo	192	21,3	121	18,5	313	20,1
NR	35	3,9	24	3,7	59	3,8
Total	903	100,0	654	100,0	1557	100,0

TABELA 1 . Grau de escolaridade dos participantes do OP

FONTE: ONG Cidade, 2002.

Há outros dados, como situação de emprego, horas trabalhadas, renda familiar, entre outros, que usarei para a discussão do terceiro capítulo. Além destes dados, que caracterizam de forma mais geral a população participante do OP em Porto Alegre, a ONG Cidade oferece alguns outros elementos importantes a este estudo, em especial nas respostas que os entrevistados deram às seguintes perguntas: por que participa, como foi informado das reuniões, costuma falar e com que frequência e qual é a participação das pessoas que comparecem ao OP em entidades da sociedade civil.

Por que participa	Temática		Região		Total	
	casos	%	casos	%	casos	%
Ajudar à comunidade	186	26,4	641	31,3	827	30,0
Demandas	148	20,9	588	28,7	736	26,7
Exercer a cidadania	183	25,9	458	22,4	641	23,3
OP é democrático	160	22,7	329	16,1	489	17,8
Outros motivos	29	4,1	31	1,5	60	2,2
Total	706	100,0	2047	100,0	2753	100,0

TABELA 2 – Respostas à pergunta por que participa do OP

FONTE: ONG Cidade, 2002.

Como é possível notar, o motivo que mais leva a população a participar do OP é para ajudar à comunidade, totalizando nesta pesquisa 30,0% das respostas obtidas.

As associações de moradores destacam-se entre as respostas obtidas ao questionamento de como a população obteve a informação de participar do OP, fortalecendo a importância que as instituições centrais da sociedade civil possuem em relação à participação cidadã e ao papel fundamental que exercem no debate com as comunidades para o estabelecimento das demandas.

Como foi informado da reunião	casos	%
Associação de moradores	678	42,9
Delegado ou conselheiro do OP	180	11,4
Amigo, vizinho, parente	298	18,9
Carro de som	149	9,4
Representantes da prefeitura	153	9,7
Conselho popular/união de vilas	86	5,4
Cartazes, jornais de prefeitura	133	8,4
Outra entidade	-	-
Outros jornais, cartazes	66	4,1
Outros meios	78	4,9
Rádio e televisão	158	10,0
NR	65	4,1

TABELA 3 – Como foi informado das reuniões do OP**FONTE:** ONG Cidade, 2002 (obs. Esta questão permitia múltipla escolha)

Costuma falar nas reuniões do OP	casos	%
Na maioria	119	7,5
Em algumas	218	13,8
Em poucas	189	12,0
Nunca	595	37,7
Primeira vez que participa	383	24,3
NR	73	4,6
Total	1577	100,0

TABELA 4 – Costuma falar nas reuniões/ com que frequência**FONTE:** ONG Cidade, 2002.

Os dados relativos à frequência com que as pessoas falam nas reuniões do OP são relevantes pois podem demonstrar em parte o grau de envolvimento e a efetiva aprendizagem que esse processo atinge. Ao olharmos a tabela acima, com dados fornecidos pela ONG Cidade, podemos notar que 37,7% das pessoas que freqüentam as reuniões do OP nunca falam. Se somarmos a esse número, os dados das pessoas que falam algumas vezes e poucas vezes, teremos mais 25,8%. Esse quadro demonstra que somente algumas lideranças é que realmente usam a palavra.

Número	casos	%
1	612	38,8
2 ou 3	251	15,9
Mais de 3	86	5,5
NR	12	0,8
Total	961	60,9

TABELA 5 –Número de entidades que participa

FONTE: ONG Cidade, 2002 (obs. : as pessoas que responderam que não participam não foram computadas nesta tabela)

Entidade em que mais participa (escolha única)	casos	%
Associação de moradores	431	44,8
Grupo religioso ou cultural	88	9,2
Religioso	57	5,9
Cultural	31	3,2
Partido político	23	2,4
C.e esportivo ou recreativo	19	2,0
Conselhos institucionais	30	3,1
Movimentos sociais	30	3,1
Sindicato	28	2,9
Centro comunitário	13	1,4
Conselho popular ou união de vilas	12	1,2
Comissão de rua	21	2,2
Entidades carnavalescas	12	1,2
Comissões institucionais	9	0,9
Clube de mães	13	1,4
Outros	91	9,5
NR	53	5,5
total	961	100,0

TABELA 6 – Entidade que mais participa

FONTE: ONG Cidade, 2002.

Os dados relativos à participação em entidades da sociedade civil demonstram que nelas há um grande envolvimento da população que participa do OP, perfazendo um total de 60,9%. Outro dado significativo e que reforça a importância das associações de bairro e naturalmente das assessorias comunitárias como elos centrais da relação que se estabelece entre poder público e sociedade civil é o percentual de pessoas que têm a associação de moradores como a entidade na qual mais participam, 44,8% disseram tê-la como principal lugar.

Na primeira etapa do OP do ano 2000, realizaram-se, primeiro um ciclo de plenárias temáticas, seguido das dezesseis plenárias regionais.

Em treze de março de 2000, no Auditório Araújo Viana, região centro de Porto Alegre, começava formalmente as reuniões. A partir das dezoito horas e trinta minutos os responsáveis pela condução do processo: funcionários da prefeitura, o Chefe do GAPLAN, do CRC e, a população que foi se cadastrando para participar da plenária e, para no final eleger os delegados daquela plenária, foram chegando. No caso específico, compareceram 837 pessoas e, conforme os critérios de eleição de delegados, já esclarecidos anteriormente neste capítulo, foram eleitos 84 delegados.

A plenária começou fazendo o uso da palavra representante do GAPLAN e do CRC, os quais explicaram as etapas do OP e como é realizado o atendimento das demandas. Tal esclarecimento serviu para que os presentes à reunião pudessem entender e participar conscientemente do processo. (Este tipo de procedimento acontece em todas as plenárias, temáticas ou regionais). A seguir, foi aberta a palavra para os presentes, esclarecendo demandas, tanto as não atendidas como as atendidas, e também para que a população começasse a expor suas principais reivindicações. Como é de praxe, nesse momento, é preciso limitar o número de inscrições, e elas sempre ficam em torno de quinze. Como estas primeiras plenárias são para a prestação de contas do Plano de Investimento do ano anterior, quem usa a palavra o faz para pedir esclarecimentos ou para ressaltar alguma reivindicação que não foi atendida nos anos anteriores. As perguntas e esclarecimentos são feitos, no final da plenária, geralmente pelo prefeito ou seu representante.

Essa primeira plenária temática, de desenvolvimento econômico e tributação, versou em torno de dois temas, que têm uma importância indireta em relação às políticas de lazer. Houve manifestações sobre comércio aberto aos domingos e sobre alternativas de emprego,

estabelecidas por diferentes frentes de trabalho como as incubadoras empresariais e a coleta seletiva de lixo, entre outras. Em relação ao primeiro tópico, foi possível perceber que com o avanço de políticas neoliberais, o País atravessa um momento de grande desregulamentação no mundo do trabalho, o que leva, por exemplo, os empresários a estabelecerem uma proposta de abrir o comércio aos domingos, sem pagar hora extra aos seus funcionários, propondo-lhes em troca folgas em dias de semana. Como isto pode afetar ao lazer e suas políticas públicas? Porque os trabalhadores só podem usufruir iniciativas públicas de lazer nos horários que estão livres de trabalho. Com o comércio aberto aos domingos, se eles quiserem desfrutar desse tempo junto de seus familiares (filhos que estudam, cônjuge que trabalha em repartições, fechadas aos domingos), dificilmente terão condições.

Seja o comércio de domingo aberto ou outro trabalho que tome o domingo, o fato é que os trabalhadores têm tido perdas trabalhistas. Existe uma camada de trabalhadores que já não tem mais férias, finais de semana e períodos de descanso. A proposta neoliberal minou sobremaneira também os focos de resistência como sindicatos, associações, grupos reivindicatórios, pois, diante do desemprego estrutural e da livre concorrência, o fenômeno do individualismo tem aumentado.

Quando fez uso da palavra, no final da plenária, o prefeito Raul Pont teceu comentários acerca do domingo com comércio aberto e das mudanças existentes no mundo do trabalho. Disse da necessidade de haver um sério debate entre as forças trabalhadoras e os empresários para que um acordo seja tomado. Que está em curso, na esfera federal, uma política neoliberal, sustentando a desregulamentação das relações trabalhistas como um de seus principais pilares. Apontou o Terceiro Congresso da Cidade como a instância, no seu entender, mais adequada a esta discussão, pois por ele perpassam as questões conceituais sobre a cidade.

Na seqüência falou da prestação de contas do Plano de Investimentos do ano anterior e reforçou a necessidade de que haja uma sistematização das reuniões temáticas, pelos conselheiros do OP, a fim de que se possa fazer uma compatibilização entre estas e as plenárias regionais. Disse que se faz mister que as reivindicações sejam o conjunto de todas as plenárias realizadas no OP.

Após esta primeira plenária temática segue-se um ciclo de mais cinco reuniões, no mesmo local da primeira, nos dias, temas, número de participantes e delegados eleitos como se segue:

Dia 14 de março de 2000 – Saúde e Assistência Social – presentes 433 pessoas, com 44 delegados eleitos;

Dia 15 de março de 2000 – Circulação e Transporte – presentes 516 pessoas, com 51 delegados eleitos;

Dia 16 de março de 2000 – Cultura – presentes 278 pessoas, com 28 delegados eleitos;

Dia 17 de março de 2000 – Educação, esporte e lazer – presentes 478 pessoas, com 48 delegados eleitos;

Dia 20 de março de 2000 – Organização da cidade e desenvolvimento urbano, 265 pessoas, com 26 delegados eleitos.

Dessa primeira rodada das plenárias temáticas do OP é possível extrair alguns pontos importantes em relação à participação da população, suas formas de organização para levar suas demandas ao OP e a maneira como se estabelece o diálogo entre as lideranças comunitárias e as comunidades por elas representadas. Em relação ao lazer, em especial à influência na criação e implementação de suas políticas é possível afirmar que há várias questões conceituais e práticas perpassando outras temáticas e que as mesmas o afetam direta ou indiretamente. Além disso, há a temática específica a este campo, a qual vou descrever mais adiante, ainda neste capítulo, quando tratar do lazer no OP, tanto na sua plenária temática específica, quanto nas comunidades pertencentes às duas regionais observadas.

Como foi possível observar nos dados fornecidos pela ONG Cidade, as associações de bairro são entidades centrais ao desenvolvimento comunitário e têm desempenhado papéis centrais às reivindicações que chegam ao OP. É principalmente nelas que nascem as lideranças comunitárias, mas não é somente nelas que se desenvolvem; contudo, neste processo estabelecido pela Frente Popular surgiram muitas lideranças que, de outra forma, não teriam chance de falar, de ganhar consciência para as questões que perpassam as comunidades e a cidade como um todo.

3.3. O âmbito do lazer no OP, no ano de 2000

Quando afirmo que há questões afetando o lazer direta e indiretamente, estou reforçando uma constatação feita pelo Chefe do GAPLAN, em entrevista já citada no texto, como também posicionamentos de autores como Chris Jojek(1985), Munné (1980), Marcellino(1987), Bramante (1992), entre outros, para os quais as políticas de lazer precisam ser pensadas como uma política de governo ou com ações para ensejar uma transversalidade ou inter-setorialidade com outros setores da administração municipal. Podemos tomar exemplos de questões que perpassam o campo do lazer, presentes em todas as plenárias observadas; dos quais citarei alguns. Na plenária sobre Saúde e Assistência Social houve manifestações em prol da inclusão social de crianças, adolescentes, terceira idade, camadas de poder aquisitivo mais baixo, sendo que para eles estes projetos devem passar “pela conscientização da população carente, das minorias que convivem com a exclusão em seu dia-a-dia, (pois ela, líder comunitária, da qual anotei esta fala, percebe que) que não têm consciência de adquirir saúde passa por adquirir qualidade de vida, ter escolas e ter atividades de lazer.” (Manifestação de uma liderança comunitária na reunião temática citada, em 14 de março de 2000). Outros elementos importantes, colocados nessa temática são de que a população e o governo precisam entender as políticas de assistência social ou qualquer outra, inclusa a de lazer, não como caridade mas como uma política pública que tenha um viés ideológico muito claro. Tal idéia foi contestada por alguns presentes e por representantes do governo, que afirmaram serem as políticas de assistência, bem como outras políticas públicas dessa gestão, ligadas a um projeto afeto aos eixos principais da administração municipal, ou seja, de descentralização de poder, de diversificação e ampliação da abrangência, além estarem claramente vinculadas à perspectiva de fortalecimento de instituições centrais da sociedade civil e da radicalização da democracia.

Na plenária de circulação e transporte, a maioria das manifestações realizadas para propor alternativas de mudança, tanto em horários dos transportes coletivos como no preço das tarifas, no número de veículos circulantes e na utilização inexistente, até aquele momento, de transporte via fluvial. A cidade é cercada pela orla do Guaíba, o qual em sendo utilizado, poderia ligar toda a zona sul da cidade ao centro e também algumas cidades da região metropolitana a Porto Alegre. Mas, como isto perpassa o âmbito do lazer? Com mais

transporte urbano, a preços mais acessíveis e horários alternativos, é possível atingir um número maior de pessoas com propostas de políticas públicas de lazer, além da possibilidade de se criarem alternativas de projetos de lazer noturno, o que ainda não existe em Porto Alegre. Nestes dois exemplos citados anteriormente, estamos lidando com duas categorias conceituais às quais entendo como primordiais no lazer: o tempo e o espaço físico.

No ano de 2000, como me referi anteriormente, o lazer passou a ser tratado em discussão conjunta com a educação e o esporte, ficando a cultura com uma temática específica para si. A análise desse desmembramento já foi feita; contudo, é importante salientar que apesar de o lazer estar sendo tratado dentro de uma temática de educação, ainda aí há uma relativização do mesmo em prol de políticas de educação escolar. Vejamos como aconteceu a discussão nessa temática em 2000.

A reunião temática de Educação, Esporte e Lazer, na primeira rodada, aconteceu no dia 17 de março de 2000. Os moldes dessa reunião seguiram a mesma linha da realizada sobre “desenvolvimento econômico e tributação”, a qual descrevi anteriormente. As pessoas foram chegando, organizando-se para o início dos trabalhos, grupos tentavam convencer outros grupos sobre a importância de suas reivindicações enquanto acontecia uma apresentação de teatro, suscitando graça e reflexão nos que a assistiam. Compareceram 478 pessoas que se registraram, totalizando um número de 48 delegados eleitos nessa plenária. A reunião começou, como sempre, pela prestação de contas do ano anterior; primou pelo esclarecimento das causas que levaram a decisão do desmembramento da temática em duas. Abriu-se a palavra para os presentes, que a puderam pronunciar-se mediante inscrição prévia. Pude perceber naquele que se manifesta, o faz pensando em, além de levar as reivindicações de sua comunidade ou de um grupo, demonstrar sua capacidade de liderança e, desta forma, capacitar-se para representar a sociedade civil, como delegado ou como conselheiro do OP.

As falas dessa noite foram pautadas em pedidos de esclarecimento e para se iniciar o processo das comunidades em expor suas reivindicações temáticas referentes à educação, esporte e lazer. Nessa reunião estavam presentes vários funcionários do quadro de pessoal da SME e da SMED, bem como a assessoria comunitária das duas secretarias municipais que, nesse espaço, procuraram incumbir-se de aglutinar o maior número de pessoas em

torno de demandas abrangentes e importantes para o desenvolvimento da área em questão. As secretárias de Educação e de Esporte, Recreação e Lazer estavam também na plenária. Muitas manifestações da população relacionaram-se às políticas educativas para o espaço escolar ou pré-escolar, contudo algumas delas foram na direção de reivindicar políticas de lazer. Por exemplo, uma liderança comunitária do Partenon (bairro de classe média e baixa da região com o mesmo nome) expôs suas idéias, dizendo que se gasta o mínimo com políticas de educação e de lazer. Levou reivindicações pontuais para o seu bairro. Pediu reformas no campo de futebol de Várzea no Jardim Klauk e, uma reivindicação de aspecto mais abrangente quando solicitou que fossem pensadas praças públicas nas quais fossem adaptados equipamentos para pessoas de terceira idade.

O presidente do Parque Araribóia, associação comunitária com regime de co-gestão com a SME, tem buscado levar as pessoas a uma perspectiva de pensarem e agirem em prol de sua qualidade de vida. Por fim, levou, como demanda, a construção de espaços de musculação em parques, associações e praças em toda a cidade.

Anotei uma fala que demonstra a existência de um bom grau de maturidade nas reivindicações presentes nesta área e que há a consciência de que esta temática ainda é subvalorizada no OP. Essa pessoa disse: “solicitamos que as verbas sejam aumentadas para esta temática pois ficam aquém do necessário. Projetos como o Brincalhão, De Bem com a Vida, entre outros, precisam ser ampliados e levados a toda a cidade.”

A respeito do atendimento das reivindicações por políticas públicas de lazer no OP, existem vários aspectos envolvidos. O primeiro deles diz respeito à questão da dotação orçamentária que é bastante baixa para o lazer, perfaz um total de 0,18% do Orçamento Geral, destinado para investimento. Mesmo com um excelente grau de conscientização existente, os programas, projetos e atividades sistemáticas no campo do lazer, da PMPA são oferecidos prioritariamente pela SME e como essa secretaria possui alguns limites estruturais e financeiros, muitas vezes eles ficam limitados a algumas regiões da cidade. Outro aspecto fundamental são os vínculos conceituais deste campo, cujos limites já foram explicitados, tanto neste capítulo como no capítulo anterior, fazendo com que as ações aconteçam perpetuando uma visão alicerçada em políticas criticadas pela própria Frente Popular.

Após a primeira rodada do OP, a temática Educação, Esporte e Lazer, assim como todas as outras temáticas e regiões da cidade realizaram a rodada intermediária. Nesse período, as discussões se concentraram nas temáticas específicas ou entre as comunidades pertencentes a cada região. A PMPA, ao divulgar o calendário das reuniões temáticas, sugeriu que “o resgate da identidade da Temática com os seus objetivos iniciais é de extrema importância para a compreensão do caminho a ser trilhado pelo Fórum de Delegados que ora se constitui” (2000). Com base nessa orientação o esperado era que as reuniões temáticas da rodada intermediária iniciassem uma discussão acerca da identidade de cada temática, que passaria por uma discussão de base conceitual para referendar as ações, por uma perspectiva de mudanças, caracterizando-se como o momento para ouvir os conceitos da sociedade civil acerca do lazer, por exemplo, contudo, nas observações realizadas, em nenhum momento notei tal iniciativa.

As reuniões das plenárias temáticas iniciavam-se com a chegada dos participantes, que num primeiro momento conversavam entre si, criando vínculos, trocando opiniões. Logo a seguir a coordenadora da temática pelo CRC, conjuntamente com a assessoria comunitária da SME e SMED davam início à parte formal da reunião. O calendário das reuniões da rodada intermediária do OP, para esta temática ficou assim distribuído, em 2000:

Abril – 17 e 24, no auditório da SMED;

Maio – 03, discussão específica sobre as prioridades do Esporte e do Lazer

08, decisão sobre as prioridades para Educação, Esporte e Lazer

15, 22 e 29, encaminhamento de demandas, hierarquização e votação

Todas as reuniões de maio foram realizadas na rua Siqueira Campos, 1330/6º andar.

Nas duas primeiras reuniões da rodada intermediária ficou definido quem seriam os delegados da temática e, assim acontece com todas as outras temáticas e com as plenárias regionais. Como falei anteriormente, o número de delegados fica definido pelo número de presentes na primeira rodada e cada entidade inscrita, seguindo os critérios para eleição de delegados, pode apontá-los. O Fórum de entidades, as creches e escolas procuraram somar-se entre si para apontarem delegados.

Na reunião do dia 24/04 tirou-se indicativamente prioridades para a educação, em especial para o ensino fundamental e médio.

Na reunião do dia 08/05, houve a discussão sobre esporte e lazer, visando caminhos e diretrizes para a cidade e para a temática no próximo ano. Foi comunicado aos presentes que no ano de 2001 os Centros de Comunidade, pertencentes a FESC, passariam a ser responsabilidade da SME. Alguns questionamentos foram feitos no intuito de esclarecer como é possível apontar áreas da cidade para o esporte e lazer e assegurá-las, realmente, para esse fim. A representante da ASSCOM (SME) respondeu que as comunidades precisam trabalhar em conjunto com a secretaria para exigir e garantir a existência desses espaços públicos e neles, as políticas de animação. Para que reivindicações sejam ouvidas, elas podem ser levadas ao OP, ao Congresso da Cidade, aos Conselhos Setoriais, às Associações de Bairros, mas devem estar cada vez mais conscientizadas em toda a população como política fundamental e importante para uma boa qualidade de vida.

Houve reivindicações pontuais para o esporte e o lazer, dentre as quais destacou-se o pedido de que fossem montados equipamentos de musculação nos diversos parques e praças da cidade, destinados a atingir a terceira idade; que os campos de várzea fossem iluminados, levando benefícios para áreas sociais, culturais, de segurança, pois vários eventos poderiam ser realizados e com a movimentação haveria saldos de segurança para as regiões circunvizinhas; que houvesse qualificação para os espaços de lazer na cidade, permitindo, para a maioria deles, ser contemplado com políticas de animação. Por fim, algumas comunidades ainda usaram esse espaço para levar suas reivindicações pontuais, fugindo do objetivo a que se propõem as reuniões temáticas. As colocações dessa noite ensejaram discussões, avançando hora e meia, cuja tônica do diálogo foram opiniões divergentes, consensos e questionamentos, chegando-se ao teto máximo de duração da reunião. No final, com a coordenação da representante de área do CRC e da responsável pela ASSCOM/SME, somado à ajuda de algumas lideranças comunitárias, foram elencados alguns indicativos para as demandas temáticas nessa área. Na ordem, ficaram: equipamentos esportivos, equipamentos de lazer, campos de futebol, reforma e ampliação dos Centros Comunitários.

Outras reuniões da temática foram realizadas com finalidade de afinar as discussões até alcançar um possível consenso em torno das prioridades a serem apontadas na segunda rodada.

A segunda rodada da temática, ocorrida em 12 de junho de 2000, às 19 horas, no Auditório Araújo Viana, teve vários assuntos introduzindo a reunião, tocou-se no problema enfrentado com o governo federal, o qual tentou adiantar o processo de entrega do orçamento pelos municípios no ano de 2000. Houve disponibilidade para os presentes falarem e assim o fizeram. Cabe destacar que para o esporte e lazer foram eleitas duas prioridades: os equipamentos esportivos (nas áreas administradas pela SME) e a reforma dos Centros Comunitários, que concorreram com as prioridades advindas das outras temáticas.

No final da priorização por demandas temáticas, nenhuma dessas reivindicações foi eleita como uma das principais prioridades. Em primeiro lugar foi apontada pavimentação, em segundo, habitação e em terceiro, saneamento básico.

Na segunda rodada, momento em que se elegem os conselheiros, nessa temática foram apresentadas duas chapas. Cada uma delas defendeu suas propostas de atuação antecedendo a eleição. Encerravam-se assim as reuniões da temática Educação, Esporte e Lazer.

3.4. As comunidades observadas:

As comunidades observadas por esse estudo pertencem às regiões centro e extremo-sul, conforme divisão proposta pela política de descentralização administrativa do município, diferenciadas, não somente geograficamente, mas também por sua configuração social e política. Outra diferença existente entre elas é o tempo de inserção nas discussões do OP e em outros fóruns alicerçados na esfera estatal, como o Congresso da Cidade. A escolha das comunidades foi feita especialmente pautada na abrangência das propostas advindas do setor público no campo do lazer.

Cada uma das regiões é composta por bairros e vilas, conforme estes dados fornecidos pela prefeitura de Porto Alegre, em 2000.

Região Centro

Bairros: Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bonfim, Centro, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Mont'Serrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana. Vilas:

Moreira, Florianópolis, Renascença 1, Central, Menino Deus, Jardim Planetário, Terminal Princesa Isabel/Terminal Azenha, Ipiranga, Zero Hora, Sossego, Colônia São Pedro, Juliano Moreira, LaPlata/Placas, Salvador França, Lupicínio Rodrigues, Ipiranga/Renascença, Luiz Guaragna, Renascença 2, Planetário e Visconde de Rio Grande.

Região Extremo-sul

Bairros: Chapéu do Sol, Belém Novo, Lageado, Lami e Ponta Grossa. Vilas: Jardim Veronesi, Amizade, Arado Velho-Balneário, Beco do Cego, Jardim Floresta, Sapolândia, Travessa do Cerro, Beco do Machado, Beco dos Farias, Beco dos Nunes, Beco Jacques da Rosa, Canta Galo, Beco da Vitória, Esperança, Ponta Grossa, Do Canto, Xavantes, Beco do Armando, Nossa Senhora de Belém, Praça Inácio Antônio da Silva, Copacabana, Júlia/Giulian, Leblon, Praia do Veludo, Chapéu do Sol (loteamento), Edgar Pires de Castro.

Conforme pesquisa realizada sobre o histórico dos bairros (HISTÓRICO DOS BAIROS – Secretaria Municipal de Cultura, 2000) os bairros pertencentes à região Centro foram regularizados na década de 1950, já os bairros da região Extremo-Sul, praticamente todos regularizados na década de 1990.⁶

As comunidades do centro têm à sua disposição em cerca de menos de 20 km², diversas atividades sistemáticas no campo do lazer, três dos maiores parques da cidade: Parque da Redenção, Marinha do Brasil e Moinhos de Vento, diversas praças, e a comunidade em torno do Parque Araribóia conta ainda com sua própria sede, onde funcionam hoje, em co-gestão com a Prefeitura, diversas atividades de lazer. Além disso, as principais praças, antigos Jardins de Recreio, estão localizadas nessa região.

As comunidades da região centro ainda são privilegiadas porque as reuniões temáticas do OP são realizadas no Auditório Araújo Viana e as reuniões do Terceiro Congresso da Cidade, na Usina do Gasômetro, locais que fazem parte dessa região.

Em relação à participação, são comunidades que estão bem organizadas, conseguindo levar um grande número de pessoas tanto para as assembléias temáticas quanto para as regionais. Um percentual grande dessa população consegue vislumbrar perspectivas para ver a cidade como um todo, porém, é dessas comunidades que advêm

⁶ Para saber mais informações sobre taxas de crescimento da cada bairro, população, área, densidade, rendimento médio mensal, número de domicílios, número de homens e mulheres, consultar o Histórico de Bairros – SMC, Centro de Pesquisa Histórica, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

grandes conflitos de classe, pois muitos moradores da região pertencem à classe média ou alta, e não entendem que as verbas públicas de uma municipalidade devam ser investidas nas regiões mais precárias. Concomitantemente a essas classes sociais, como podemos notar pela descrição dos bairros e vilas de cada região, também existe uma camada da população em condições precárias de vida. Como exemplo a Vila Planetário e a Vila Lupicínio Rodrigues, locais de muita pobreza que passaram por algumas reformulações e foram contemplados por projetos de moradia popular, promovidos pela PMPA, durante o governo da Frente Popular. Contudo, conforme depoimento de algumas lideranças comunitárias nessas vilas impera a “lei do silêncio”, imposta pelo tráfico de drogas, pelo roubo e pela prostituição de menores. Penso que, justamente pelo conflito ser latente, nas reuniões essa comunidade possui um espaço notório de engajamento fazendo-se participativos em todos os fóruns.

Ao conversar com o responsável pela região Centro, ele me relatou sobre as reuniões plenárias da região, as quais são sempre tensas e mesmo com os esclarecimentos dados pela administração municipal, as pessoas sentem-se confusas com o número de informações técnicas passadas pelas secretarias, num primeiro momento, e alguns até chegam a afirmar que isso denota uma “lavagem cerebral”.

As reuniões da região centro são compostas pela mesma estrutura que as reuniões temáticas, ou seja por uma primeira rodada, depois a rodada intermediária – definido o número, de acordo com a necessidade das comunidades em discutir – e a segunda rodada. A primeira rodada da região centro aconteceu no dia 11 de abril e foi seguida de várias reuniões intermediárias, sendo que até a segunda rodada foram planejadas reuniões praticamente todas as semanas.

Numa reunião observada, pude perceber a tensão a que se referia o coordenador da região, pela sua fala. Faziam-se presentes cidadãos de diferentes camadas da população, congregando funcionários públicos, trabalhadores do comércio, comerciantes, empresários, papeleiros, desempregados, moradores de rua, entre os que consegui identificar. As falas são tensas, pois se reivindicam necessidades diversas; os bairros que já possuem uma boa infraestrutura, demandam outras políticas, que não foram contempladas anteriormente como principais, uma vez que a população das vilas está muitas vezes em busca das prioridades

colocadas pelo poder público como de primeira necessidade como pavimentação, saneamento e saúde.

Nas observações realizadas em plenárias regionais do Centro foi possível perceber falas de crítica e cobrança da destinação das verbas. Dois exemplos neste sentido estão representados pelos depoimentos abaixo. O primeiro relaciona-se com a cobrança feita por um líder comunitário a respeito do montante de verba aplicado em determinada obra. O segundo, discorre sobre os objetivos do OP.

Olha! Nós conseguimos fazer a obra por sessenta e dois mil, o restante do dinheiro ele foi investido em tal coisa!, não sei onde é que ele foi investido?! Mas tinha uma destinação de cento e quarenta e poucos mil reais, e fez com sessenta e poucos mil[...] E o resto?! Onde está, né? (Depoimento oral, 2000)

A proposta do governo é o OP como publicidade, uma bela máquina realmente! É, é um luxo, é fantástico fazer uma propaganda lá, com um vileiro falando tudo errado. E olha! só o povo ta participando, inclusive nem fala direito mas ‘tá ali, bem articulado, né. E[...] eles nunca me procuraram pra fazer uma propaganda (Depoimento oral, 2000).

Em relação às reivindicações do lazer, é essa região e são essas comunidades as que têm maior número de demandas. Esse fato ocorre, segundo C., porque,

quando a população tem que escolher entre colocar uma rua que leva água tratada, a drenagem, o fim do pó ou uma nova praça, ou uma nova cancha esportiva, ou a construção de um teatro, ela opta, tem optado pela água, pelo esgoto, pelo fim do pó ou pelo posto de saúde. Essa para mim é uma lógica bem clara e bem determinada; a gente tem compensado isso com propostas nossas, via temática; tem procurado compensar com a criação do programa de descentralização da cultura. A gente procurou compensar o fato de que isto não era priorizado antes lá, a gente tem colocado verbas para praças e para reformar outras que se deterioraram ao longo do tempo, mas é sempre assim (depoimento oral, 2000).

Como a região centro possui uma boa infra-estrutura urbana, se seguirmos a lógica de C., aí já existe ambiente propício para começar a pensar em outros campos. Contrariamente a essa opinião, T. e E. pensam que se trata de uma questão de qualificação da demanda e de abrangência do entendimento do que seja reivindicar no campo do lazer. Dizem eles:

o que a gente tem percebido e conseguido fazer é com que a temática, que é a plenária que aponta para as diretrizes políticas, procure estar afinada com as regiões. Por exemplo, a diretrizes, as nossas três diretrizes que estamos apontando nas temáticas são: preservação de espaços públicos, de

áreas que contemplem a recreação, o esporte e o lazer; a qualificação dos espaços já existentes; e a ampliação dos programas e projetos. São as nossas três diretrizes básicas para 2001. Então, o que se pede, que as demandas das regiões, porque a gente trabalha com eles, que eles sempre pensem que a demanda regional esteja contemplada na temática, pela proposta da diretriz política. (depoimento oral, 2000).

As pessoas vinculam o lazer como ir num baile, como jogar futebol no fim de semana, mas não de uma coisa organizada, da gente conquistar isso para nossa região através de uma demanda institucional. Mas tu percebes a região como potencial?! (depoimento oral, 2000).

As observações nas comunidades da região Extremo-sul mostraram uma outra forma de organização das plenárias intermediárias, se comparadas com a região centro. A região se organiza por micro-regiões para pensar suas reivindicações, assim a rodada intermediária ficou composta das seguintes reuniões:

3/5 – Belém Novo

5/5 – Extrema

6/5 – Ponta Grossa

8/5- Lageado

10/5 – Chapéu do Sol

11/5- Belém Novo

12/5-Lami

13/5- São Caetano

As reuniões transcorrem também numa harmonia diferenciada das do centro. Há tensões, mas o ritmo com que as mesmas se manifestam é mais lento que as do centro. No centro, as pessoas têm pressa de voltar para suas casas; já as reuniões do extremo-sul são um acontecimento social, uma oportunidade de convívio com a vizinhança. Como é uma região que foi incluída nas discussões do OP mais recentemente e na qual as carências ainda são bem grandes, as preocupações denotam-se pontuais e buscam solucionar problemas urgentes e imediatos de cada comunidade. Pude notar que estas comunidades caracterizam-se por serem bastante combativas e conscientes de seus direitos, pois houve muitas cobranças dos conselheiros eleitos no ano anterior, houve inclusive pedidos de esclarecimentos e apresentação de relatórios das obras demandas em anos anteriores.

Ao comparar as duas regiões é possível dizer que as mesmas representam duas populações bastante distintas da cidade.

T. descreve as potencialidades da região extremo sul, onde se localizam as outras duas comunidades observadas. Elas possuem esparsas atividades assistemáticas no campo do lazer, embora apresentem um ambiente propício à realização de parcerias entre poder público e associações trabalhistas de diversos setores sociais que lá se localizam, vazios urbanos e a maior orla despoluída do Guaíba.

A exemplo de municipalidades francesas, a administração municipal de Porto Alegre incorporou uma zona, considerada rural, tornando a região um misto de urbano-rural. Os moradores passaram então a pagar IPTU e a participar das reuniões para definição orçamentária e de planejamento urbano, por exemplo.

Dessa forma, em relação ao Orçamento Participativo e a outras instâncias de participação, são experiências que vêm se consolidando, e nessa região elas têm apresentado uma força muito grande. T. fala dessa organização e uma de suas motivações. Diz ele:

em relação à minha região, é..., é um pessoal que recebe bastante benefício em termos de orçamento participativo, e são organizados. Por exemplo, umas características de organização, e talvez, por serem organizados, eles reclamam bastante, eles têm, inclusive, dentro do nosso meio, do orçamento participativo, eles são chamados de chorões. Porque eles choram sempre, 'tão sempre chorando. Mas, é uma característica, o pessoal é bem organizado, é um pessoal que tem raízes no lugar onde eles moram.[...] É., da minha região o pessoal tem muitas raízes, eles gostam do lugar onde eles vivem (depoimento oral, 2000).

Além das comunidades, o Congresso da Cidade, em sua terceira edição, foi um momento no qual a administração procurou interlocutores dos movimentos sociais para discutir os rumos da cidade. Tratou-se de estabelecer compromissos que, no ano seguinte, se materializariam em verbas, determinando obras. O Congresso da Cidade, em conjunto com as Conferências, a atuação dos conselhos, associações de bairros e outras organizações formam um amplo espectro de participação para dialogar continuamente com o OP. Assim, a ação dessas diferentes instâncias é de suma importância para a população.

3.5. O III Congresso da Cidade

Outro fórum de referência da democracia proposto pela Frente Popular em Porto Alegre, pautada na participação, é o Congresso da Cidade. O primeiro Congresso da Cidade foi realizado em 1993, tendo como temática “**Porto Alegre Mais, Cidade Constituinte**”, o segundo foi realizado em 1995, sob a ótica de analisar a cidade como “**O Lugar de Todas as Coisas**”. Entre o final do ano de 1999 até maio de 2000 realizou-se sua terceira versão, cuja prioridade foi discutir a temática: “**Construindo a Cidade do Futuro**”.

O Congresso da Cidade é um espaço onde se realizam debates por meio de inúmeras atividades – reuniões, palestras, conferências setoriais que no ano de 2000, objetivaram, cada uma na sua especificidade, projetar o futuro da cidade.

Segundo a PMPA (1999) “o III Congresso da Cidade de Porto Alegre é o fórum de debates e deliberações sobre o desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural da cidade, tendo como enfoque a gestão participativa e a qualidade de vida”.

O Congresso da Cidade possuiu uma regulamentação interna que foi submetida ao debate popular e estabelecida pela Ordem de Serviço nº 011/99, publicada no Diário Oficial do Município. (PMPA, 1999). Os debates realizados por Grupos de Trabalho foram divididos em desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, políticas sociais e políticas de cultura e de lazer. Além das reuniões deflagradas pelo Congresso, ainda foram acatadas decisões provenientes das diversas Conferências e Congressos Municipais que aconteceram em paralelo.

O Congresso da Cidade foi constituído de diferentes organismos

Art 3º - Institui-se dos seguintes organismos:

I – o Fórum do Congresso, de caráter consultivo, composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do governo;

II – a coordenação política, composta por membros do governo;

III – a coordenação executiva, responsável pela organização do evento, integrada por funcionários do governo;

IV - a comissão de sistematização, composta por membros dos quatro grupos de trabalho, envolvendo representação da sociedade civil e do Governo. (PMPA, 1999)

O resultado dessas discussões teve por finalidade orientar a atenção da cidade – e seus atores – para questões fundamentais da temática eleita, que ainda não tinham sido suficientemente desenvolvidas.

O III Congresso da Cidade elegeu, com base nos eixos estabelecidos para a discussão, os seguintes blocos temáticos: políticas sociais; cultura, turismo, esporte e lazer; desenvolvimento urbano e ambiental; e desenvolvimento econômico. No bloco temático relativo ao lazer, foram cumpridas as seguintes etapas: iniciaram-se as discussões e criaram-se as coordenações de cada grupo de trabalho; realizou-se uma série de reuniões abertas, desencadeando discussões sobre as diretrizes propostas; foram trabalhados conteúdos conceituais e as diretrizes para essa temática, abordando-se patrimônio, turismo, cultura, lazer, entre outros assuntos. Todos os presentes às reuniões garantiam voz e voto. As diversas etapas culminaram com três dias de reunião- 26, 27 e 28 de maio de 2000.

Antes da reunião específica do III Congresso da Cidade, realizada na data citada acima, foram realizadas a I Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer e o Grupo de Temático (GT) que realizou diversas plenárias para discutir e propor diretrizes e ações a serem levadas ao Congresso. Além dos debates, foram distribuídos materiais, com elementos conceituais para a discussão entre os participantes, em qualquer das etapas.

Nas várias reuniões realizadas antes da Conferência (do dia 13 de dezembro de 1999 a 24 de abril de 2000), buscou-se levantar aspectos que permitissem resultar o apontamento de diretrizes e ações para essa área. Foram adotadas diferentes dinâmicas, sempre coordenadas por representantes das secretarias envolvidas com o GT, no caso, da SME, da Secretaria de Cultura e do Escritório de Turismo de Porto Alegre. Na última reunião foram levantadas diretrizes que seriam levadas à Conferência e ao Congresso, permitindo-se destaques e modificações pela população presente.

Para a I Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, foi convidado a falar sobre lazer o Professor Dr. Nelson Carvalho Marcellino, colaborando mais uma vez com a discussão conceitual desta área em Porto Alegre.

A I Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre encaminhou diretrizes para o III Congresso da Cidade, divididas em quatro grandes blocos: política de produção e manutenção de espaços públicos para o esporte, recreação e lazer na cidade; gerenciamento participativo entre o poder público, nesse caso representado pela SME, e a sociedade civil, dos espaços públicos e das políticas públicas em consonância com entidades de caráter público e privado; política de democratização e espaços públicos de esporte, recreação e lazer e por fim, política de ativação dos espaços públicos, permitindo que as lideranças e comunidades se envolvam nas ações.

No GT “de cultura, esporte, lazer e turismo” foi retiradas uma diretriz norteadora e onze diretrizes gerais que privilegiaram questões como: espaços públicos, sua utilização e pré-disposição histórico-cultural; livre circulação e livre acesso; Guaíba e sua orla; patrimônio; integração de políticas públicas; estímulo ao turismo; centro da cidade; integração dos povos; autofinanciamento; região metropolitana; e equipamentos descentralizados de cultura, esporte, lazer e turismo.

A população que atendeu aos chamamentos das reuniões do GT esteve restrita a um público representativo de associações ou movimentos culturais da cidade.

O III Congresso da Cidade permitiu, portanto, que o âmbito do lazer começasse a tomar mais corpo nas demandas levantadas pela população no processo do OP.

A exemplo do OP e do Terceiro Congresso da Cidade, fóruns privilegiados por este estudo, há outras instâncias como os Conselhos Setoriais, Conselhos Institucionais, Conselhos de Moradores, Associações de Bairro, nas quais já podem ser notados avanços, permitindo-nos uma análise mais profunda de até onde se avançou na criação de um espaço público não- estatal, perspectiva de ampliação do Estado (com características de revolução como processo, com a utopia de uma mudança do sistema social), no qual possam emergir formas de participação cidadã e cidadania emancipatória. Também é possível ver os paradoxos, neste caso, existentes na condição de reivindicação por políticas públicas de lazer e sua efetivação.

Há problemas a serem superados na Secretaria responsável pelo seu atendimento, na transversalidade já existente entre os setores e nos conceitos de lazer presentes tanto na administração municipal quanto na sociedade civil. Estes aspectos serão o tema do próximo capítulo, o das considerações finais que, por tratar destas questões, intitula-se avanços e paradoxos no âmbito do lazer, na qualidade de política pública, em Porto Alegre.



AVANÇOS E PARADOXOS:

*Da participação cidadã na reivindicação por políticas públicas de lazer em Porto Alegre
considerações finais*

Manuel Bandeira escreveu um dos refrões nacionais quando ansiou por estar em Pasárgada, onde era amigo do Rei.. A amizade do Rei é desejável justamente porque, num país como o Brasil, não basta ser cidadão para ter direitos de cidadão. Nossa grande ânsia por Pasárgada vem desta consciência do Estado não como algo que nos serve mas como um clube de poucos, do qual é preciso ser membro porque a alternativa é ser sua vítima. Outra Pasárgada é a terra do dinheiro e do pistolão, dos que podem olhar as filas do SUS e a miséria à sua volta como se olhasse outro país, no qual felizmente não vivem. Agora Pasárgada mesmo. Pasárgada além da sonhada, é não ser só amigo do Rei, é ser sua corte (Luís Fernando Veríssimo)

Resolvi epigrafar este capítulo, que trata das considerações finais deste estudo, com a contumaz crítica de Veríssimo pois ela ilustra, com primor, os limites que estão presentes no exercício da cidadania em território brasileiro, com os quais convivemos cotidianamente e que interferem nas relações entre poder público e sociedade civil.

Analisando as principais categorias deste estudo, participação cidadã e políticas públicas de lazer na realidade porto-alegrense, optei por discutir aspectos fundamentais na forma de avanços e paradoxos, que me permitirão tecer algumas considerações finais sobre as perguntas iniciais do estudo: como se dá a participação da população na formulação das políticas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre? Quais são as possibilidades e os limites dessa participação?

As respostas construídas são temporárias e uma interpretação possível da realidade. Não tenho a pretensão de elencar fórmulas para vencer os paradoxos encontrados, pois acredito que esta construção somente possa ocorrer na prática social, como fruto da aceitação ou negação do que aqui escrevo.

A perspectiva do socialismo está presente no discurso da Frente Popular em Porto Alegre, justificada pela adoção de modelo híbrido, que conjuga democracia representativa com democracia participativa. Estes conceitos foram trabalhados considerando-se idéias marxistas, em especial os pressupostos de Antonio Gramsci, incorporadas por Coutinho e alguns dos intelectuais da Frente Popular, dentre os quais destaca-se Tarso Genro.

Nelson Coutinho (2000) diz que hoje no PT convivem diversas correntes, desde as de velho tipo, como as marxistas-leninistas por exemplo, até tendências claramente vinculadas a “terceira via”, do tipo “blairiano”. Esta profusão de tendências, muitas vezes conflituosas, produz um misto de opiniões sobre o papel do PT e de sua ascensão ao poder estatal como um caminho de realização do socialismo que o partido acredita. Contudo, o partido e as atuais gestões, em diferentes esferas, precisam resolver seus impasses em relação ao objetivo pelo qual o PT buscou essa ascensão. Para o autor, o PT ainda persegue um projeto de socialismo e esclarece que, para ele, a democracia é o caminho mais factível para a realização do mesmo. A fim de sustentar sua argumentação, Coutinho cita passagem de uma das últimas reuniões do Partido Comunista Italiano que diz: “a democracia não é **um** caminho para o socialismo, mas sim **o** caminho do socialismo” (grifo meu, 2000 p. 24).

Os discursos oficiais da Frente Popular, os do PT e vários estudos realizados, em diferentes áreas do conhecimento, alguns já citados aqui neste trabalho e reconhecidos por entidades nacionais e mesmo internacionais, dizem que em Porto Alegre a sociedade tem exercitado bons graus de cidadania emancipatória e que a democracia participativa tem encontrado bases sólidas. Tendo em vista este referencial e tomando-o como fundamento para todas as ações propostas pela Frente Popular, em Porto Alegre, em especial no lazer, foi possível proceder à análise destas políticas e da própria participação da população. Foi necessário centrar também minha atenção em algumas dimensões importantes que constituem uma política pública de lazer como a base conceitual adotada, as ações realizadas e se estas envolvem ou não a participação das comunidades. Optei então por dividir os avanços e paradoxos em quatro grandes categorias: tempo, espaço, abrangência conceitual (entendendo que esta se circunscreve também na perspectiva de ações intersetoriais) e poder de decisão dos cidadãos.

4.1. O tempo

A adoção do modelo neoliberal fez com que mudanças profundas acontecessem nas políticas públicas de cunho social, afetando o tempo do trabalhador: aquele dedicado ao trabalho e ao livre de trabalho, obviamente repercutindo na concepção do lazer que é programado para estas horas. Um dos principais pilares da ideologia neoliberal é justamente a desregulamentação das relações trabalhistas e a supressão dos direitos sociais, afetando também o lazer, já que esta categoria conceitual surge da relação com o trabalho e da contraposição ao mesmo. Com a reestruturação produtiva há muitos desafios colocados para que entendamos as novas relações no mundo do trabalho.

A idéia de redução da jornada como possibilidade de enfrentamento das opressões do trabalho não é nova; como descrevi anteriormente ela remonta o tempo em que Paul Lafargue escreveu o Manifesto “Direito à Preguiça”, no século XIX. Contudo, da teoria à prática, a redução da jornada e, em consequência um tempo livre de trabalho maior, foi fruto da conquista dos trabalhadores, em especial pelas ações grevistas que têm seu marco inicial nas conturbadas greves realizadas em países europeus no início do século XX, as quais, logo após, espalharam-se por outros continentes. Entretanto, hoje, alguns embasamentos presentes no discurso da redução da jornada diferem do daquele tempo,

pois parte de uma outra leitura da realidade social. Hoje há, em alguns casos, um desconhecimento ou um encobrimento das conseqüências nefastas que a reconfiguração do sistema produtivo têm trazido aos trabalhadores, que aprofunda cada vez mais a miséria, as desigualdades sociais e o desemprego estrutural.

Uma das leituras deste processo, amplamente defendida e divulgada, é a do fim da centralidade do trabalho como forma prioritária das relações de sociabilidade humana, presente nos estudos desenvolvidos por Domenico De Masi (2000). Na perspectiva deste autor o fim da centralidade do trabalho, como categoria de reconhecimento e de autodenominação humana significa o nascimento da sociedade do tempo livre e do lazer como forma de geração de renda.

Contudo, neste “admirável mundo novo” o que vemos não é o aumento de postos de trabalho, nem a automação/informatização liberando o trabalhador, assistimos sim é à criação de outras formas de geração de renda que são instáveis e opressivas, conjuntamente ao crescimento de uma massa de miseráveis, compondo o “exército” de mão-de-obra necessário à manutenção do sistema capitalista.

A realidade brasileira tem mostrado esta cara. Veiga afirma que em relação ao número de horas trabalhadas, ao contrário do que se pensa,

no Brasil, dados levantados pela pesquisa mensal de emprego do IBGE indicam que a média de horas trabalhadas bateu nas 41 por semana no final dos anos 90, contra 39 do começo da década. Parece pouco, mas não é. Duas horas por semana significam oito horas ou dez a mais por mês, cerca de 100 horas por ano. Um salto enorme para um prazo tão curto, que coloca o Brasil em oitavo lugar em horas trabalhadas por ano no mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2000 p. 122).

Além disso, o desemprego aumenta a pressão sobre aqueles que continuam empregados. Coloca-os uma necessidade crescente de qualificação, atendendo requisitos cada vez mais exigentes, advindos dos programas de qualidade total adotados por quase todas as empresas de médio e grande porte.

De tanto ocupar a maior fatia da vida de seus funcionários, as empresas estão virando uma extensão de sua vida particular. A vida restrita ao círculo de trabalho configura um novo quadro que faz com que os trabalhadores vivam *full time* o cotidiano da empresa. Para garantir a continuidade desse quadro, as empresas oferecem do inglês à pintura, da cafeteria aos espaços de lazer e férias.

Como os salários vêm decrescendo ano a ano, quem ganha pouco, que representa a maioria da população, se vê obrigado a trabalhar mais. Quanto maior a desigualdade, maior a jornada.

A Organização Internacional do Trabalho e os sindicatos têm se encontrado numa encruzilhada, uma vez que

o mesmo debate que põe de um lado a turma do menos horas, mais postos de trabalho e de outro a do quanto mais se regula, menos emprego se cria, ocorre neste momento no Brasil. Sindicatos de diversas categorias lutam para reduzir a jornada legal de 44 para 40 horas e, dessa forma intervir num sistema que, informalmente, predomina nas indústrias brasileiras: o chamado banco de horas. Quando o período de vendas fracas, parte dos trabalhadores fica em casa, e essas horas de descanso vão para um “cofrinho”. Quando a produção se acelera, todo mundo trabalha além da jornada, sem ganhar a mais porque as horas extras são descartadas de tal poupança. Resultado: evitam-se dispensas, mas também não há contratações (VEIGA, 2000 p.126).

Por fim, há uma massa de desempregados e marginalizados que sobrevivem do trabalho informal, ou balizam seu cotidiano a procura de emprego. Há também aqueles que já não acreditam em outra saída, então são cooptados pelo crime organizado, passam a cometer pequenos e grandes delitos. Nos grandes centros urbanos existe um número assustador e crescente de limpadores de pára-brisa nas esquinas, de flanelinhas nos estacionamento e de vendedores dos mais variados produtos nos cruzamentos.

A essa situação do emprego e desemprego no país, somam-se as características do trabalho no mundo capitalista. Neste modelo há uma alienação dos indivíduos sobre o produto final de sua intervenção e há uma expropriação de mais-valia. Retira-se do humano a possibilidade da retomada gradual de se reconhecer em seu próprio trabalho, ou, como diria Hegel, do trabalho como a possibilidade em que se objetiva o subjetivo, no qual o sujeito se reconhece como produtor do objeto.

Hoje, de um modo geral, as políticas públicas de lazer são pensadas, iniciadas e implementadas, tendendo a seguir uma linha que prima pelo controle do tempo social, servindo para dirimir as disparidades e proporcionar uma qualidade de vida razoável aos cidadãos, além de garantir ao sistema a manutenção das forças produtivas.

Ao dialogar com os estudos realizados por Mara Cristan (2001), Manoel Luís da Cruz (2001) e Marco Paulo Stigger (1992), sobre administrações petistas¹, dentre os quais o último realizado sobre ações efetuadas na cidade de Porto Alegre, é possível concluir que mesmo nessas gestões, que traziam em seu discurso propostas substanciais de mudança na perspectiva de relação entre poder público e sociedade civil e na forma de conceber a distribuição do tempo social, as políticas públicas de lazer não conseguiram superar o papel tradicional que sempre tiveram.

Estes exemplos apontam limites que a Frente Popular, naquele período, não conseguiu transpor. Mas será que estes limites continuam a existir ou houve avanços?

Não existem mudanças substanciais no tratamento do tempo. Não há na política de lazer em Porto Alegre, proposta sobretudo pela SME, uma preocupação em relação ao tempo. Não foi possível identificar estudos que tenham sido realizados entre a população que participa das atividades propostas pela secretaria, ou mesmo da população que não participa, em relação às horas livres de trabalho, condições de trabalho, tempo de deslocamento, por exemplo. A SME não tem um controle em relação ao tempo que os cidadãos das comunidades dispõem para a prática de atividades de lazer, o que poderia ser um diferenciador para esta administração.

Além disso, nem com os seus quadros internos, nem com as comunidades, a SME busca incorporar uma discussão sobre tempo. Há dificuldades em relação ao convencimento do quadro de recursos humanos da SME para a realização de ações de lazer em horários distintos daqueles que a maioria da população está trabalhando. Há um enorme contingente da população que não é atendido por políticas de lazer e um dos fatores certamente é a falta de horários que essa população dispõe para tais atividades, porque essas ações funcionam em horários muitas vezes desfavoráveis a classe trabalhadora. Ao observarmos relatos do capítulo II, sobre as atividades sistemáticas da SME, poderemos notar que as atividades tendem a atingir uma população que se encontra em situação de aposentadoria, estão na adolescência ou que trabalha em atividades domésticas.

¹ Estes três autores realizaram estudos sobre o campo do esporte e do lazer, em administrações da Frente Popular, em diferentes períodos e cidades. Mara Cristan, realizou seu estudo sobre o governo da Frente Popular em São Paulo, em 1989. Manoel Cruz realizou sobre a cidade de Florianópolis, em 1992 e Marco Paulo Stigger analisou a gestão da Frente Popular em Porto Alegre, no seu primeiro mandato, iniciado em 1989.

Também não pude identificar uma preocupação real na condução das políticas públicas que potencializasse um questionamento sobre as condições de trabalho, de lazer ou da importância que este tem na vida cotidiana da cidade. Os questionamentos observados se deram na perspectiva de política de controle as delinquências ou da assistência à população de terceira idade. Não notei uma disposição ou mesmo preparação nos quadros internos da administração e nas lideranças comunitárias para discutir e propor mudanças e rupturas em relação ao tratamento ao tempo social.

Além disso, a forma como o tempo está programado na sociedade capitalista é paradoxal para a proposição de políticas públicas de lazer que se coloquem num campo de mudança, como é o caso da Frente Popular. Mas, como o tempo é uma convenção humana estabelecida pela modernidade, com a contagem das horas, o uso do relógio, será na divisão entre tempo de trabalho e livre de trabalho que reside o embrião de liberdade.

Este embrião pode e deve ser entendido como uma possibilidade, pois, numa sociedade capitalista a verdadeira liberdade reside na possibilidade de exercer coletivamente a crítica e o comprometimento de superar o nosso modo tradicional de agir, pensar e sentir, entendendo-a como um conjunto dialético de nossas relações cotidianas. Objetivamente podemos afirmar que no tempo livre de trabalho (e do lazer) há o espaço da contradição e da possibilidade da fuga ao controle.

Muitas contribuições no sentido de detectar os problemas a respeito do tempo livre de trabalho provêm dos estudos de cunho marxista, os quais fizeram a crítica do tempo livre de trabalho na sociedade capitalista, concebendo-o como um tempo basicamente alienado, com fortes características de controle da vida social, e certamente patológico. Para os marxistas, não há um modelo a ser seguido, não há uma visão matizada de soluções. Utopicamente podemos afirmar que este tempo (de lazer, ou livre de trabalho) será

um tempo autenticamente livre, síntese dialética do trabalho e ócio, oposto do tempo de trabalho alienado, um tempo de trabalho livre, que originará um novo fato histórico que afeta a sociedade do devir, regida não pelo princípio socialista de “a cada um segundo seu trabalho” mas pelo princípio comunista “cada um segundo suas necessidades”. Para alcançar este fato é preciso uma planificação do tempo social, mais ou menos sólida (MUNNÉ, 1980, p. 36).

Ora, se a verdadeira liberdade está longe de ser alcançada no capitalismo e as condições de vida dentro e fora do trabalho são áridas e cada vez mais excludentes, as

políticas públicas de lazer, fundadas numa proposição de emancipação humana, devem primar por ser com um tempo educativo e rico que possa atingir a todos, sobretudo àquela parcela da população que não teve acesso à educação escolar. Parafraseando Mascarenhas (2000), o lazer se constituiu como parte da educação não-escolar que tem uma intencionalidade, uma temporalidade e uma organização, e que não pode estar apartado da busca de solução de problemas coletivos.

Quando tomamos os dados da realidade podemos ilustrar a organização do tempo da população de Porto Alegre, tanto em relação ao trabalho como ao livre de trabalho. Dos dados levantados através do questionário aplicado para este estudo, concluo que em relação ao número de horas trabalhadas, 35,1% dos entrevistados trabalha entre 40 e 49 horas semanais. Se a estes dados forem somados os 25,3% de respostas dadas à opção de quem trabalha entre 40 a 60 horas/semanais, este percentual atinge a casa de 60,4%. Ou seja, da população entrevistada para este estudo, que afirmou ter emprego ou trabalho, mais de 50% trabalha além da jornada estabelecida por lei.

Tomando também por base a pesquisa sobre o OP no ano de 2000, realizada pela ONG Cidade, foi possível obter diversas informações sobre as pessoas que freqüentaram esse fórum, dentre as quais há as que se referem ao número de horas trabalhadas, à situação de emprego e à ocupação dos entrevistados. Sobre a categoria tempo de trabalho, as conclusões divulgadas pela ONG Cidade dizem que

58% dos entrevistados trabalham de 15 a mais de 49 horas semanais, sendo que a faixa de 40 a 44 horas semanais é a que alcança o maior número— 28,1%. No entanto, pode-se observar que aproximadamente um terço dos entrevistados está entre os que não trabalham e outro terço está entre os que trabalham de 40 a 44 horas semanais (2002 p. 24).

As respostas ao questionário aplicado neste estudo permitem apontar, mesmo que ilustrativamente, dados sobre os turnos de trabalho, jornada em finais de semana e o tempo dedicado a isto. Das respostas obtidas 41,4% afirmou trabalhar em turnos variados, 45,6% trabalha em finais de semana.

Estes dados sobre o número de horas trabalhadas condizem aos levantados por Veiga (2000) sobre o aumento do número de horas trabalhadas no Brasil.

O interesse pelo número de horas trabalhadas é justificado pelos pesquisadores da ONG Cidade a fim de detectar o grau de disponibilidade dos entrevistados para se dedicar às reuniões plenárias do OP. Este dado também é relevante para verificarmos o tempo livre

de trabalho que os entrevistados têm para as atividades de lazer. Destes dados a conclusão é de que uma jornada de 40 horas semanais não deve ser impeditiva para a participação nas reuniões do OP. Com base nessa afirmação seria possível dizer também que 40 horas semanais de trabalho não seria impeditivo para o interesse e participação em atividades de lazer; mas isto não é verdade. É preciso analisar outras características que compõem as condições reais de trabalho e de vida, como o deslocamento e o tempo que o trabalhador leva para chegar ao trabalho, o desgaste físico e mental proporcionado por sua ocupação, a remuneração, afazeres domésticos e o tempo livre de trabalho.

É possível levantar algumas informações sobre tais condições, por meio dos dados fornecidos pela ONG Cidade e pelo questionário aplicado neste estudo, contudo, eles não podem ser conclusivos, mas sim elucidativos da situação atual. Quanto à ocupação, o maior percentual, de 12,6%, dos freqüentadores do OP são trabalhadores enquadrados na categoria “serviço manual sem qualificação” (ONG Cidade, 2002). Do questionário aplicado neste estudo, mais de 60% dos entrevistados afirma dedicar-se, depois do trabalho, a outros afazeres para sua manutenção básica, como fazer compras, lidas domésticas, cuidar do jardim, dos filhos, entre outras. Quando questionados sobre transporte usado para o deslocamento até o local de trabalho, a maioria afirmou usar ônibus, ou deslocar-se a pé (75% das respostas).

Além destas informações, a ONG Cidade constatou uma tendência de crescimento do número de pessoas que não trabalha freqüentando o OP, passou de 33,1% em 1998 para 39,1% em 2000. Além disso, feita uma análise da situação de emprego, houve destaque nesta pesquisa para um contingente cada vez maior de desempregados: representaram 15,9% dos entrevistados em 2000.

O desemprego, embora ingenuamente muitos afirmem que pode ocasionar tempo livre ao trabalhador, na maioria dos casos, causa uma ocupação maior do que as horas trabalhadas, uma vez que o cidadão ocupa seu tempo procurando emprego ou arrumando outras formas de perfazer uma renda mínima para sua sobrevivência e daqueles que dependem dele. Mascarenhas, ao discutir o desemprego, caracteriza-o muito bem, mostrando o que acontece com o exército de mão-de-obra desempregada e o quanto estes servem para a manutenção do sistema capitalista. “[...] O desemprego converte o trabalho

produtivo em trabalho precarizado e quando nem mais esta forma de trabalho é possível, chegamos ao processo de exclusão”. (2000, p.p. 31).

As mudanças no mundo do trabalho e na forma de vida das grandes cidades têm ocasionado modificações substanciais nas horas que poderiam ser dedicadas ao lazer.

Quando os entrevistados para este estudo foram questionados diretamente sobre o número de horas por semana disponíveis para o lazer, 56,3% afirmaram dispor de menos de 15 horas semanais, sendo que 35,8% desses dispõem de menos de 10 horas. Além do número de horas livres para o lazer, os entrevistados responderam quais eram suas preferências neste tempo, sendo que 25,2% disseram assistir à televisão, a vídeo ou jogar jogos eletrônicos e 20,3% dedica-se a atividades físico-esportivas.

4.2. O espaço

O espaço é uma dimensão fundamental à análise dos avanços e paradoxos das políticas públicas de lazer em Porto Alegre.

O crescimento das principais cidades é motivado por outro fenômeno da modernidade, o da urbanização acelerada. Os espaços físicos foram ocupados, muitas vezes, sem um adequado planejamento, como foi o caso da apropriação desenfreada da beira do Guaíba, dos morros e dos diversos loteamentos clandestinos na cidade de Porto Alegre, durante a década de 1970 e 1980. Além desses casos, há um crescimento substancial de moradores de rua que têm vivido em pontes, calçadas, parques e praças públicas. Estas características se acirraram tanto que, hoje em dia, há bairros nas grandes cidades, sem praças públicas e nem mesmo espaço disponível para sua construção, como é o caso do Bairro Glória, em Porto Alegre. Entretanto, estes fatos podem levar a população a estabelecer novas e inusitadas formas de se relacionar com o urbano, como a de fechar ruas para o lazer em finais de semana, jogar futebol embaixo de viadutos², a das brincadeiras dos meninos nas esquinas, lavando vidraças de carro e pedindo esmolas.

A., falou dos limites causados pelo processo de urbanização acelerada, ao comentar a preocupação que os governos de esquerda devem ter em relação ao planejamento nesse setor, visando o estabelecimento de espaços públicos para o desenvolvimento de vivências

² Para exemplificar, quem chega a Porto Alegre, pela rodoviária ou mesmo vindo do aeroporto em direção ao centro, pode assistir, geralmente no horário do meio-dia, embaixo do viaduto que liga o bairro Bonfim à rodoviária, os garis jogando partidas de futebol, subvertendo a ordem estabelecida naquele espaço físico.

do lazer. Segundo ele, a população precisa retomar sua soberania em relação a esses espaços, avançando no sentido de conscientizar-se de que o que é público é de sua propriedade. O informante nos traz ainda outros elementos que nos permitem pensar sobre a dimensão do espaço, quando diz que

em geral, na nossa sociedade, [esse tempo e espaço] guarda uma relação muito próxima, muito restrita ao campo do privado, quer dizer, a impressão que eu tenho, eu não sou especialista nessa área, mas é a impressão que eu tenho, é que cada vez menos nas grandes cidades, em especial, mas não só nelas, a gente tem espaços públicos de socialização pelo lazer, de socialização, de troca, de convivência pelo lazer. Cada vez mais a prática do lazer, a prática da diversão, ou a prática do lúdico se dá em espaços privados, em *shopping centers*, num cinema que tu tens que pagar para entrar, que é propriedade particular, num espetáculo que é produzido por empresas privadas (Depoimento Oral, 2000).

Além do crescimento das cidades, estamos convivendo com um outro fenômeno, que é o da privatização acentuada dos espaços públicos e a falta de consciência, existente em uma grande parcela da população, sobre seus direitos e deveres em relação a estes locais. Exemplos da falta de consciência podem ser observados nas depredações de praças e parques, no acúmulo de lixo nos logradouros, nas pixações de diferentes espaços urbanos, na falta de engajamento comunitário, na ausência de proposições e demandas advindas das comunidades para fóruns específicos de participação.

Em relação à superação dos problemas causados pela ocupação desenfreada do espaço urbano há avanços na proposta da Frente Popular em Porto Alegre, seja nas discussões conceituais, permeando os três Congressos da Cidade que, conforme comentei no capítulo anterior, objetivavam projetar o futuro da cidade, seja na recente aprovação do PDDUA. No ano de 2000, o III Congresso da Cidade elegeu eixos relacionados às políticas sociais, contemplando o lazer, o desenvolvimento urbano e ambiental e o desenvolvimento econômico. O PDDUA previu a criação de espaços privilegiados para convívio social. No capítulo referente à estruturação urbana estabeleceu que os espaços abertos devem ser implementados de acordo com referenciais de articulação entre as regiões, caracterizados sobretudo pelo uso coletivo dos mesmos e pela promoção da interação social, com vistas em potencializar a legibilidade da cidade. Quando trata especificamente dos equipamentos urbanos e áreas especiais, no capítulo VII, artigo 72 diz que “são equipamentos urbanos

públicos ou privados: [...] II – os equipamentos comunitários e de serviço público (de lazer e cultura e de saúde pública)” (2000 p.12).³

No Congresso da Cidade estabeleceram-se diretrizes norteadoras, diretrizes centrais e específicas e também ações para materializar os apontamentos do PDDUA. Neste sentido, o uso do espaço urbano, adequando-o à vocação dos espaços já existentes para as atividades de lazer, cultura e meio ambiente foram planejados e tais demandas vem sendo paulatinamente estabelecidas no OP.

Avanços em relação aos espaços de lazer, ligados à gestão da SME, podem ser notados na descentralização das atividades, na revitalização dos espaços já existentes, que se encontravam em condições de precarização e desviados de sua vocação, como é o caso da recente incorporação dos Centros de Comunidade à administração direta da secretaria. Os programas estabelecidos pela SME paulatinamente aumentaram sua abrangência e hoje estão em vários bairros da cidade de Porto Alegre, nos quais antes de 1988 não havia nenhuma proposta. Logo no início do estabelecimento dos programas e projetos da Frente Popular percebe-se que eram projetos-piloto e, na medida que as comunidades os recebiam bem e os aprovavam, eles se tornavam programas e projetos em expansão, como é o caso das brinquedotecas, do Graxaim, do Programa Lazer e Saúde. O programa Brincando na Rua, da forma como se propõe a dialogar com as comunidades e se estabelecer posteriormente como uma iniciativa de auto-gestão, certamente permitiria um aumento substantivo na abrangência das ações de lazer em Porto Alegre, não fossem os limites que vem sendo verificados à organização real desta proposta. Quando descrevi esse programa comentei que as comunidades após os vários encontros, através dos quais deveriam ganhar autonomia para continuar realizando suas atividades, desmobilizam-se, não dando continuidade ao mesmo. Ou, antes do momento em que a auto-gestão seria instalada desmotivam-se ou há troca das lideranças responsáveis. Desta forma, o Brincando na Rua tem se restringido a promover durante algum tempo ações de lazer que ficam centradas na administração da SME, perpetuando modelos de programas identificados em políticas de lazer de gestões sob referenciais diferentes dos da Frente Popular e por ela criticados.

³ O PDDUA, na íntegra, pode ser encontrado na página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: www.prefpoa.gov.rs.br

O Brincalhão, brinquedoteca itinerante, foi planejado também como uma possibilidade de ampliar a abrangência, atendendo espaços como as ilhas do Guaíba, o Bairro Glória, ou outros bairros que ainda não tinham atividades sistemáticas, promovidas pela SME ou mesmo para ser equipamento em festas populares ou comemorativas por toda a cidade. Esse programa também expandiu os atendimentos, inverteu prioridades pois não ficou mais circunscrito à região central da cidade. Porém, ao observarmos tal proposta, qual a diferença das antigas ruas de lazer promovidas pelo EPT? A diferença principal está no referencial político ideológico adotado pela SME que por meio de um contato mais consciente dos professores que promovem tais atividades, poderia envolver e criar espaços educativos nos locais em que estão atuando, discutindo limites e referenciais de lazer incorporados pela população, primando por uma prática que conscientize a necessidade de autonomia e soberania popular, contudo ao observar algumas das atuações do Brincalhão, percebi que o programa essencialmente faz a promoção de atividades lúdicas através de jogos, brincadeiras, trabalhos manuais e materiais disponibilizados aos frequentadores num turno ou num dia inteiro. Uma vez concluída essa ação o ônibus e seus professores vão embora e a comunidade sofre pouca ou nenhuma modificação em seu cotidiano. Talvez esse programa ganhasse uma maior vínculo e consistência com as diretrizes políticas da SME, se atendessem a ações intersetoriais e questionassem os agentes comunitários das possibilidades e limites de sua organização nas formas de promover e usufruir o lazer, envolvendo-os em tarefas que devem ser executadas depois que o Brincalhão vai embora.

Em suma, é possível afirmar que a SME através de seus projetos e programas aumentou sua abrangência de atuação, atingiu áreas que estavam em grande abandono, mas nem sempre incentiva a autonomia da população e promove questionamentos em relação ao seu tempo livre de trabalho ou mesmo seus hábitos de lazer.

Muitos bairros possuem atividades de lazer, promovidas pela SME, como pode ser observado no quadro que descreve as ações e locais por regiões administrativas (capítulo I), e outros tantos têm atividades culturais ou uma grande predisposição para o lazer espontâneo, mas, a população quando perguntada sobre quais espaços físicos ela identifica ações de lazer cita os maiores e mais centrais existentes na cidade.

Sobre o conhecimento de espaços físicos que possuem ações de lazer, 2/3 dos investigados disseram conhecê-los. Entre os locais mais citados estão o Parque da

Redenção, o Parque Marinha do Brasil e a Usina do Gasômetro. Mesmo afirmando conhecer os locais onde se desenvolvem atividades de lazer, 76,7% afirmaram nunca participar dessas atividades. Os motivos da não-participação são vários, como falta de tempo, por não estarem interessados ou por não terem informações sobre como participar. É possível inferir destas respostas que o tempo é categoria fundamental para o usufruto das atividades de lazer e que o acesso à informação é necessário para que as políticas atinjam seus objetivos.

Quando os entrevistados foram questionados se gostariam de participar dessas atividades, 65,6% responderam sim e apontaram algumas ações que, em suas opiniões, permitir-lhes-ia participar mais. Dentre elas a melhoria na divulgação dos programas, mais opções de lazer nos bairros onde vivem, em horários variados e também melhores condições de segurança nesses locais.

Ao realizar as observações nas duas comunidades, pude perceber que a população vivencia atividades de lazer espontâneo como as festas de igreja, as confraternizações com a vizinhança, assistir à televisão e, em especial a população masculina, freqüenta “botecos de esquina” com grande assiduidade. Tais atividades transformam-se, muitas vezes, em principais alternativas de lazer, vivenciado pela população em seu tempo livre de trabalho. Não é possível afirmar que não há percepção de tempo e de espaço para o lazer, entretanto o que ocorre, em muitos casos, é um desconhecimento das ações de lazer propostas pela administração municipal. Como essas políticas têm perspectivas educativas e pode atingir pessoas que não tiveram acesso a educação promovida pelos bancos escolares, considero que há perdas, pois elas não alcançam seus objetivos: de serem canais privilegiados à construção da cidadania emancipatória e proporcionarem a democratização do acesso de atividades direcionadas ao lazer pautado em modelo diferenciado do consumo ou do controle do tempo social. Desta forma, não é possível dizer que há um pleno desenvolvimento da participação, da democratização, da educação e do cultivo da ética, e dos eixos propostos pela SME, como muitas vezes deixa transparecer os relatos da administração municipal.

4.3. A abrangência conceitual e ações intersetoriais

Em relação ao lazer um paradoxo que têm afetado a atuação da SME, nos fóruns específicos de participação cidadã, é a definição conceitual de lazer da administração municipal, em especial a diferença entre cultura e lazer. Retomo aqui o que já foi discutido, ou seja, a concepção de cultura e lazer com a qual a Frente Popular trabalha, vincula o lazer majoritariamente às práticas esportivas e coloca a cultura num patamar diferenciado, certamente supervalorizado em relação às outras formas de manifestação do lazer. Perpetua-se a concepção de cultura como uma prática educativa que possui princípios transformadores enquanto que o lazer é encarado como prática de entretenimento ou de política voltada apenas ao controle social de populações que podem tender à marginalização.

Mas esta visão não é unânime em toda a administração municipal. Vejamos duas falas que se contrapõem. O primeiro informante diz que “quanto às reivindicações do lazer, este é entendido não só como esporte, mas também como cultura, como turismo” (depoimento oral, 2000).

Já o outro informante, quando fala da separação que foi realizada entre as temáticas da cultura e do lazer no ano de 2000, justifica-a da seguinte forma

a idéia partiu muito menos de uma distinção conceitual do que de um desdobramento prático; foi separar grupos que tinham uma atuação distinta. É bem distinta a atuação desse público que trabalha com música, cinema e com teatro da atuação do público que trabalha com a administração da praça ou do parque, ou da prática do esporte mesmo, então a gente tentou procurar dar um espaço em que este público que trabalha com música, com teatro e com cinema, com as atividades culturais *strictu senso*, criar um espaço onde esse público pudesse ter sua representação efetivada. O que estava acontecendo na outra temática é que, como tinha um público específico da educação, um público específico do esporte, um público específico da cultura, não tinha como todos estes públicos estarem representados com conselheiros. E também estava difícil fazer uma combinação de prioridades na temática; qual era a primeira prioridade? Era investir num novo espaço cultural, compreendido como um novo teatro ou um cinema público ou construir um parque regional? Ou então construir uma escola, investir em discussão de política pedagógica? Ficava muito difícil chegar a um consenso entre esses grupos, então nós optamos em criar uma temática de cultura, para que o público ligado à cultura *strictu senso* pudesse ter uma representação, fazer-se ouvir com mais nitidez. Mas a gente vai ter que avaliar no fim deste primeiro ano, é uma experiência; tem este caráter, até porque todas as coisas no OP têm um caráter experimental. Todo final de ano a gente revê o regimento e dentro desta revisão está incluído a questão de ver se a

temática está ou não desempenhando o seu papel. (depoimento oral, 2000).

Embora o informante diga que a separação não partiu de uma distinção conceitual, ela existe e passa principalmente pelo poder dos grupos organizados de estabelecer as demandas no OP. Os grupos participantes da temática da cultura possuem uma maior capacidade organizativa, tendendo a se tornarem corporativos, do que os grupos que estão envolvidos com reivindicações de lazer. Na maioria das vezes, estes últimos lutam por melhorias na promoção dos espaços esportivos.

Quando olhamos também os conceitos de lazer advindos da população podemos notar que estes não se vinculam a uma perspectiva de mudança e nem de aumento na abrangência conceitual.

Sem a pretensão de tornar os dados levantados no questionário aplicado a este estudo, únicos e caracterizadores da realidade porto-alegrense, mas tendo-os como uma referência, acrescidos das observações feitas nas comunidades e nos fóruns de participação, foi possível perceber alguns aspectos que caracterizam a concepção de lazer dessa população.

Quando perguntei aos entrevistados sobre o que significava lazer para eles, as principais respostas foram: lazer é “diversão, prazer e festa”; “sair, descansar a cabeça”; “viajar para descansar”; e “fazer o que se gosta”. O lazer é encarado como escolha individual e subjetiva. Entretanto, não é possível somente com estas respostas, dizer que estes conceitos permeiam e influenciam as demandas por políticas públicas, mas sim que dão pistas para que entendamos porque o lazer não aparece como demanda principal no rol destas.

Ao observar as comunidades, foi possível constatar que a população usufrui muitas atividades de lazer espontâneo e elas não estão restritas às práticas de caráter físico-esportivo; que muitas ações promovidas pela Secretaria de Cultura, por exemplo, não são encaradas como atividades de lazer mas promovem lazer aos cidadãos, reforçando ainda mais a minha discordância conceitual em relação à divisão existente na administração municipal entre cultura e lazer. As comunidades possuem ainda enormes carências em áreas consideradas fundamentais à qualidade de vida por vários funcionários da administração e pela maioria da população como saúde, educação, saneamento básico e

pavimentação; assim elas tornam-se as prioridades que mais aparecem nas demandas advindas da população. Esse fato pode ser notado nas reivindicações do ano de 2000, como vimos no capítulo II, quando a população elegeu como demandas do OP, em primeiro lugar a pavimentação, em segundo a habitação e em terceiro o saneamento básico. Os técnicos de diversas secretarias e muitos assessores comunitários, que não pertencem a SME, fortalecem a idéia de que é necessário superar a carência em algumas áreas, as quais eles chamam de prioritárias, como saúde, educação, pavimentação, para depois reivindicar outras políticas sociais, quando a usam em seus discursos.

No depoimento abaixo, extraído de uma entrevista sobre a região extremo-sul, é possível perceber claramente esta afirmação. Diz o informante

os pedidos são bem característicos, é pavimentação, saneamento básico, habitação, e saúde. Que é o que se tem mais carência na região extremo sul. Realmente, até pela distância há também a questão do transporte..., o pessoal ainda não atentou pro lazer, como uma coisa fundamental pra suas vidas. Porque o pessoal passa mais tempo dentro de ônibus, se deslocando, pois seu trabalho é longe. Então..., é bem complicado! Acho fundamental, mas o pessoal ainda não atentou pra esse dado. Tanto é que o lazer quase não apareceu nas reivindicações da cidade como um todo. As pessoas acham, vinculam o lazer como ir num baile, como jogar futebol no fim de semana, mas não como uma coisa organizada, da gente conquistar isso pra nossa região através de uma demanda institucional. De ter políticas públicas. (Depoimento oral, 2000).

A constatação dos limites conceituais em relação ao lazer na população porto-alegrense permite-me afirmar que esta é uma situação paradoxal para a reivindicação de políticas públicas de lazer, pois se os cidadãos o entendem como uma opção individual e subjetiva, não o colocam entre as prioridades demandadas, logo não haverá iniciativas advindas da população em prol desta área, sem que haja a superação dos limites conceituais. Assim, a SME – que tem a responsabilidade direta por estas ações – e outros setores da administração municipal, devem dispor-se a atingir as comunidades numa ação de conscientização para mudar este quadro. Contudo, será necessário primeiramente mudar a opinião existente nos quadros internos da PMPA.

Outro aspecto que faz com que muitas vezes o lazer seja entendido como supérfluo está arraigado no cotidiano e nas representações que as populações têm, conformados por anos de exposição às políticas clientelistas e assistencialistas nesse setor. **M.**, informante da

região centro, refere-se ao assunto, mostrando a dualidade existente entre uma perspectiva superadora e uma visão alicerçada no assistencialismo. Diz ela:

Então, tem um delegado lá que defende desesperadamente a implantação de mais quadras de esportes, porque ele acredita que se desenvolver mais quadras de esportes tu tens local pra colocar as crianças, pra tirá-las das drogas, pra fazer todo um trabalho evitando que eles sejam crianças, sujeitos marginalizados [...] ele não consegue respaldo, apesar de ele ser de uma vila, e vila tem preferência lá dentro, ele não consegue este respaldo porque a prioridade das pessoas lá é a casa [...] segundo, porque não existe uma educação, assim, das pessoas em relação ao uso do espaço de lazer. Então, o sujeito usa o espaço de lazer como moradia inclusive, pra ele não é espaço de lazer, o lugar é pra ele morar, pra ele ficar, pra ele sentar. As praças, se tu olhares as nossas praças, elas são usadas pelo pessoal da rua, tu encontras sacolas de roupa, comida, tudo no banco da praça. Então o cara não quer, ele nem tem energia pra jogar uma partida de futebol, ou ele tá muito chapado! Porque é o que acontece na maioria, então ele não usa pra área de lazer, é pra esticar a perna, pra dormir, pra morar [...] (Depoimento oral, 2000).

Este depoimento reforça que a concepção de lazer e os usos do espaço influenciam as demandas por políticas públicas de lazer no OP.

Não obstante, existem pessoas que participam de fóruns específicos que possuem uma visão mais abrangente do lazer, podendo ser constatada em algumas declarações retiradas de observações nas plenárias do OP - tanto na específica de “Educação, Esporte e Lazer”, como nas regionais. Vejamos alguns depoimentos das reuniões plenárias do OP em 2000.

Entendo que é importante esporte, lazer, cultura, escolas para tirar as crianças das ruas, mas é necessário que existam creches, assim investimos naqueles que serão o futuro do país.

Porto Alegre possui mais de 300 praças, mas somente 35 estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), assim, fica difícil chegar em todos os bairros e comunidades”.

Hoje, inicia um processo que exige a presença de todos do início ao fim, porque somente a participação constante será capaz de garantir políticas de esporte, lazer e educação, aumentando as verbas porque elas estão muito aquém do necessário.

É possível apontar outros pontos fundamentais que favorecem ou criam paradoxos ao atendimento dessas reivindicações.

O primeiro deles diz respeito à questão da dotação orçamentária. Nota-se um grau satisfatório de conscientização na administração municipal, em especial em seu discurso sobre a importância social do desenvolvimento de programas, projetos e atividades sistemáticas de lazer. Contudo, como já vimos anteriormente, na PMPA, tais ações são oferecidas, prioritariamente, pela SME, que possui limites estruturais e financeiros. Os valores em percentuais exercidos pela Secretaria no ano de 2000 foram 0,18% do total geral destinado para o investimento.

Além da baixa dotação orçamentária para investimento no lazer, o mesmo fica, na maioria das vezes, entre as últimas prioridades eleitas. Vejamos o que diz C. a esse respeito:

Esporte, cultura, lazer, assistência social têm ficado como prioridades regionais em 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º ou 12º lugar. São as regiões que possuem maior infra-estruturas consolidadas, como a região centro, ou a região noroeste da cidade, que demandam mais lazer, cultura, esporte. Eu acho que a tendência é isso: avançar à medida que a gente for dotando a cidade de infra-estrutura. Isso é uma tendência que a gente percebe claramente. Mas, enfim, a gente já avançou muito, a gente já reformou muito espaço cultural, construiu muitas praças, reformou outras tantas, tem investimentos grandes, como a terceira perimetral, que, junto com outras obras têm levado para a construção de praças. Nós vamos fazer cinco praças para a terceira perimetral. A gente tem tentado incorporar, nos empreendimentos que a prefeitura faz ou que a iniciativa privada faz, medidas compensatórias que incorporem a construção de áreas de lazer, de espaços de lazer. Mas, como o processo do OP não prioriza isso entre as três primeiras prioridades, é claro que essa área leva investimentos de um vulto não muito elevado. Por exemplo, enquanto pavimentação leva 14 milhões, o lazer, o esporte leva 100, 150 mil. (Depoimento oral, 2000).

Para vislumbrarmos o que há de avanço em relação às políticas públicas do lazer no OP é preciso entender que estes ganhos não estão circunscritos somente à contemplação desta área como demanda específica, mas perpassa por outros ganhos em setores como a educação, meio ambiente, economia e tributação, transporte, que conforme expliquei no capítulo II, no meu entendimento fazem interface com as questões do lazer. Esta perspectiva foi comentada quando discuti a dimensão do tempo e pode ser notada nas palavras de B., quando ele diz:

Como é que elas vêm sendo colocadas como orçamento participativo? Não só a questão da contemplação de verbas destinadas para esta área, mas a questão da uma conscientização, Então. Bom! Ela, a discussão do lazer, ela é interessante, porque ela, tem uma coisa que engana um pouco,

que é o fato das pessoas orçarem recursos para infra-estrutura urbana, prioritariamente, o saneamento, habitação, mas isso não significa que elas não façam discussões relativas ao seu lazer, ao contrário, cada vez fazem mais (depoimento oral, entrevista realizada para este estudo em 13 de junho de 2000).

Constatados uma dotação orçamentária baixa, um quadro de recursos humanos precário, políticas públicas de lazer que muitas vezes não são devidamente valorizadas em todos os setores da administração municipal e a reduzida demanda desta população, a SME deverá procurar estabelecer constantes diálogos com os diversos setores que compõem a administração municipal, permitindo-lhe o convencimento sobre a importância dessas políticas específicas e uma transversalidade de ações entre as diversas secretarias municipais.

Outro limite paradoxal para o aumento da abrangência conceitual do lazer são as poucas iniciativas intersetoriais que verifiquei na PMPA em relação ao lazer. Além disso, a política de lazer, estando subordinada a uma secretaria que trata também do esporte, faz com que estas ações estejam majoritariamente ligadas à perspectiva físico-esportiva ou colocadas num plano complementar ou inferior as do esporte. Das iniciativas intersetoriais percebidas em fóruns como o Congresso da Cidade, reuniões de plenárias temáticas ou das regionais do OP, ou mesmo nas iniciativas comunitárias, quando existentes estão sob os moldes das áreas consideradas mais importantes, assim ações entre educação e lazer, prevalece o objetivo advindo do setor da educação, o mesmo acontecendo com a cultura, com o meio ambiente, desenvolvimento urbano, entre outros.

Outro aspecto importante para as políticas públicas de lazer é diferenciá-las conceitualmente dos fundamentos existentes em outras linhas ideológicas de gestão pública. Como identifiquei anteriormente, há um diálogo conceitual promovido pela SME e o professor Marcellino, que tem seus trabalhos fundamentados basicamente nas idéias de Dumazedier. Este último teórico estabeleceu a perspectiva do lazer entendido como a possibilidade do descanso, divertimento e desenvolvimento, vinculando-o a valores, segundo, Munné, burgueses. Certamente a perspectiva dos “D”s não será suficiente para promover a ruptura necessária e prevista pela ideologia da Frente Popular no âmbito do lazer. As políticas devem dar sentido de realização humana as ações proporcionadas no tempo livre de trabalho e igualmente no de trabalho; perspectivando a construção da

autonomia e da emancipação. Objetivamente podemos afirmar que neste tempo (do lazer) há o espaço da contradição e da possibilidade da fuga ao controle.

4.4. O poder de decisão dos cidadãos

Segundo o discurso da Frente Popular e da SME a participação da população na definição das políticas públicas de lazer, hoje, em Porto Alegre, é fundamental. Para a entendermos é preciso estar atento ao poder de decisão dos cidadãos, ou seja, qual é a capacidade, o espaço e a disposição que a população tem para assumir tal poder e como se caracterizam os fóruns onde esse ele é exercido.

A população de Porto Alegre possui uma ampla história de associativismo, de participação em diferentes níveis: seja por pressão, ou reivindicação, como guerra de movimento ou guerra de posição. É uma sociedade, cujas entidades classistas sempre foram combativas, e esse conjunto de fatores, potencialmente, possibilita um amplo espectro à prática da tomada de decisões por parte da população. Contudo, existem aspectos provenientes de características gerais das políticas adotadas nacional e internacionalmente, que estabeleceram barreiras não transpostas, tanto na participação quanto na reivindicação por políticas públicas de lazer.

Segundo dados do IBGE (2000), a população residente em Porto Alegre é de 1.360.590 habitantes; destes, 82% possuem mais de dez anos e 70% são eleitores. É possível afirmar que toda essa população com mais de dez anos ou, mesmo os eleitores, no atual modelo de democracia, são os que têm poder de decisão. Contudo, há vários fatores interferindo nesse poder decisório, como por exemplo, a dificuldade de organização em prol de uma causa comum.

A organização em torno de uma causa coletiva é um processo gradual, aprendido na prática social e que exige a superação de vários limites erigidos com o exercício de um modelo de cidadania existente na realidade brasileira. No Brasil, a aquisição dos direitos na cidadania representou também o surgimento de fortes barreiras, impedindo a população de viver o Estado de direito em sua plenitude. Um olhar mais demorado sobre a história brasileira, permite-nos perceber que dentre esses limites que se materializaram, os mais importantes são: a falta de um sentimento de identidade nacional; a falência do sistema representativo e eleitoral; a supervalorização do órgão executivo; o desejo de que surja um

“messias” político; a inversão na lógica clássica de surgimento dos direitos à cidadania e a prevalência de um direito em detrimento dos outros; o alcance de alguns direitos (hoje principalmente dos direitos sociais) restritos a uma determinada classe social: a dominante; uma visão corporativa dos direitos coletivos; e, recentemente, como consequência perversa dos ajustes neoliberais, o individualismo exacerbado e o direito social encarado como bem de consumo.

O aprendizado de uma cidadania alicerçada na emancipação humana e na busca da superação dos limites existentes ao seu pleno exercício, como também seu reverso, ou seja, a existência de práticas que perpetuam tais limites, é encontrada na realidade porto-alegrense. Nas observações realizadas em reuniões do OP e nas comunidades pesquisadas foi possível notar essas atitudes. Nesses espaços de participação identifiquei cidadãos que pensam e lutam por causas coletivas, que expõem seus argumentos, vão à sua vizinhança, argumentando em prol de melhorias nas condições de vida para a comunidade à qual pertencem e se propõem a pensar políticas para toda a cidade. Pude notar, cidadãos interessados em juntar o número de pessoas suficientes para eleger um delegado e ganhar pavimentação para rua em frente de sua casa: pessoas que se expõem publicamente, com o intuito de se fazer conhecer e com isto iniciar carreira política ou simplesmente demarcar um espaço de poder sobre aquela comunidade. Exemplo dessa atitude aconteceu em uma reunião da região centro, quando as pessoas organizavam-se para cadastrar suas comunidades, suas associações, ou entidades sindicais e assim tornarem-se aptas a eleger seus delegados. Um grupo de pessoas chegou até mim e pediu que me cadastrasse em conjunto com eles, pois dessa forma alcançariam o número necessário para eleger um delegado e disputar os reparos na pavimentação de uma rua específica, onde residem. Outro exemplo foi de uma pessoa que compareceu a todas as reuniões temáticas e às reuniões da região centro e, pelas minhas anotações, em todas elas fez uso da palavra. Como os temas são diversos e o número de falas é limitado a quinze pessoas por noite, esse cidadão demarcou sua presença e impossibilitou que outros se manifestassem, pois esperava bem perto do local das inscrições, tomando sempre à frente.

Duas críticas podem ser extraídas desse fato, uma em relação à incapacidade daquele cidadão em pensar causas coletivas e outra em relação à coordenação dos trabalhos do OP, que não reformula a forma de inscrição nas plenárias, permitindo que mais pessoas

falem. A inscrição, como descrevi no capítulo anterior, se dá por ordem de chegada e não há a adoção de critérios que controlem quem se inscreveu em reuniões anteriores.

Das pessoas que responderam ao questionário, 81,8% dizem não participar das discussões do OP em nenhuma etapa e questionadas se gostariam de participar, 60,3% responderam que não, apontando como motivos: não terem idade, não gostarem, não acharem necessário para as suas vidas, acharem que tudo é “politicagem”, não gostarem do PT, terem divergências de idéias com o processo, acharem uma bobagem, não gostarem de política, acharem que tudo já está arrumado e já tiveram decepções com o processo.

M, vai mais longe na crítica ao OP quando diz:

eu acho um pouco complicado, o orçamento, ele não é tão popular assim. Ele é direcionado, porque a verba é pequena para tu distribuíres entre todas as regiões, então, as tuas demandas, elas não são atendidas na íntegra. A idéia que eles colocam é que: “Olha! isso é um processo de cidadania que as pessoas tem que saber dividir pra somar”, têm que ver qual é a necessidade, se aquela comunidade tem mais necessidade que a tua. Então tu deixa de lado a tua demanda em defesa daquela, é porque a verba, é que tem que aprender a dividir esta verba [...] E existe, pelo menos na região centro, uma tendência muito favorável, a beneficiar a vila, sempre! Claro que a vila tem mais necessidades, ‘tá?! Ela não tem nada! Mas também isso aí, me parece até que é um viés até meio assistencialista, é o meu dinheiro, é o meu dinheiro público, é o dinheiro que eu estou pagando impostos, pagando IPTU, e ‘tá sendo usado pra fazer assistencialismo. Então eu acho super interessante este processo. Mas tem um lado, eh... que eu acho um pouco viciado agora, é que é a questão da verba, da distribuição da verba, porque ela já vem meio que direcionada (Depoimento oral, 2000).

Nessa fala é possível perceber que a liderança tem seu discurso marcado pela visão corporativa e defende-a. Mas há pontos importantes, os quais ela levanta, que não podem ser desconsiderados, principalmente em relação à forma como se dá a distribuição de verbas no OP. Esse é um paradoxo da posição assumida pela Frente Popular, quando esta diz que seu governo é feito para toda a população, mas não esclarece as trajetórias adotadas a fim de que uma massa de pessoas, que poderíamos denominar não cidadãos, possa alcançar primeiro condições de cidadania para depois chegar a possibilidade de participação e consenso.

Não há só descrédito da população em relação a estes fóruns; nas próximas falas percebe-se o nível de conscientização, por parte da administração como também por parte

da população, o corporativismo na reivindicação de políticas sociais e da necessidade de transpô-los.

Há dificuldade de algumas comunidades de conseguir entender-se como um cidadão de uma cidade maior e não só da sua rua ou da região aonde vive. Então, este amadurecimento no processo é que, no meu entendimento, deve ainda ser melhorado. Há ainda em algumas regiões, em alguns momentos, em alguns lugares, em algumas reuniões, em que o olhar ainda é um olhar muito para si. Já há cidadão mais qualificado, mas ainda tem-se o desafio de que o cidadão pense na cidade como um todo. (Depoimento oral, 2000).

Não, não é muito fácil, a gente lida aí com canais poderosos, tanto de mídia, quanto os poderes políticos tradicionais deste país, que são apenas quinhentos anos aí, né?! Então, é complicado. Ah... eu diria assim, é uma agulha no palheiro, mas já é uma agulha no palheiro! Antes nós não tínhamos essa agulha. (Depoimento oral, 2000).

As falas da temática [de Educação, Esporte e Lazer] devem ser pensadas como uma política para a cidade como um todo. Deve-se pensar que a cidade toda precisa ser contemplada, pois a qualidade de vida precisa ser levada à sociedade como um todo. (Depoimento oral, 2000)

Como vimos na tabela 2, capítulo II, tratando dos motivos que levam as pessoas a participarem de fóruns como o OP, já poderemos notar um bom grau de conscientização da população que neles comparece. Dos entrevistados, 30 % dizem que suas motivações provêm de ajudar as suas comunidades e 23,3% falam em exercício da cidadania. Estes números são significativamente importantes para estudarmos as mudanças ocasionadas pelo OP e outros fóruns de participação na cidade de Porto Alegre. Outro dado importante trazido pela ONG Cidade refere-se ao número de pessoas que têm freqüentado o OP no decorrer e sua existência. Em 1998 foram 11.790 pessoas presentes entre as rodadas das plenárias temáticas e regionais (ONG Cidade, 1999). Em 2000 este número subiu para 14.408 pessoas (ONG Cidade, 2002).

O OP é importante para a formação da cidadania, bem como o Congresso da Cidade e outros de menor porte. Quero salientar que essa valoração reside mais no aprendizado, nas negociações, nos conflitos e consensos a que a população se expõe, do que no montante de verba que é definido para investimento e que será gasto pelo município no ano subsequente. A dinâmica estabelecida por esse processo é rica. As falas da população, o contato direto do executivo e do legislativo nas reuniões permite desmistificar suas figuras, retirando-os do centro de todas as soluções dos problemas existentes na cidade. Como hoje

qualquer cidadão pode dirigir-se ao prefeito, vice, vereadores e secretários, nas reuniões plenárias ou mesmo no acompanhamento de uma obra, estas figuras, antes com uma “aura” de mandatários e “donos da cidade”, passaram a compor a população da cidade como pessoas que exercem papéis transitórios de comando, responsabilizando-se pela execução das obras e encaminhamentos demandados por todos. Além disso, a população pode acompanhar, com transparência, a aplicação das verbas.

Como a população tem voz, voto e poder decisório, aos poucos recuperam sua própria estima e aprende a viver uma vida comunitária em plenitude. A este respeito E. comenta que

o OP está contribuindo para uma questão fundamental que é o resgate da cidadania. Muitas vezes a gente diz que resgate é uma palavra desgastada, porque nunca tivemos a cidadania plena. Mas eu entendo assim, o resgate da auto estima, porque na medida que tu vê lideranças comunitárias surgindo, nascendo e brotando com esse orçamento, pessoas que eram totalmente apáticas, que não tinham envolvimento social nenhum, tu vê hoje se transformaram em verdadeiras lideranças, pleiteando, reivindicando, lutando pela melhoria de sua comunidade e, no meu entendimento, que tenho uma relação direta com as pessoas, que vivo junto nas vilas e que muitas vezes tu percebia que não tinha grandes esperanças para aquelas comunidades, hoje elas estão envolvidas, vendo suas reivindicações atendidas, e isso contribui principalmente para a construção dessa cidadania. Essa auto-valorização, este perceber que pode, faz parte do processo, e se sentir envolvido dentro do processo, que consegue contribuir; Meu entendimento, independente do atendimento das demandas, a questão física da proposta, ela resgata, ela traz para as pessoas um valor que é fundamental para a construção e para melhoria da sociedade (Depoimento oral, 2000).

À medida que os problemas vão sendo discutidos, há um aumento de consciência, tanto da população quanto dos dirigentes, em relação à construção coletiva da cidade e no estabelecimento da cidadania como um exercício cotidiano.

Tomando trechos de três entrevistas, é possível perceber que o OP é visto como um processo importante para o exercício da participação cidadã, apesar de existirem muitas dificuldades a serem superadas.

M. (depoimento oral, 2000) a respeito da verba discutida pelo OP diz: “é muito pequena, para tu distribuíres para todas as regiões, então as tuas demandas não são atendidas na íntegra”. As críticas desta informante direcionam-se à distribuição das verbas; afirma que as tais têm sido destinadas para resolver os problemas das “vilas”, relegando

muitas vezes a um segundo plano, ou a nenhum plano, os problemas de outros bairros da cidade. **M.** afirma ainda que esse tipo de ação tem um viés meio assistencialista, contudo, não nega que o processo do OP em si seja importante, pois “ele realmente desenvolve o processo crítico das pessoas”. Mais adiante, nesta mesma linha de reflexão, continua dizendo que a população “perdeu aquela servidão que tinha em relação ao administrador, pois em toda reunião do OP se trata o prefeito como um igual. Então existe um diálogo muito direto, muito próximo, e isso é positivo”.

H. (depoimento oral, 2000), quando fala dos avanços proporcionados pelo processo do OP, refere-se também ao modelo de gestão adotado pela Frente Popular, dizendo que essa é uma administração que fez a “abertura de portas da prefeitura para a população porto-alegrense. Eles transformaram a cidade numa imensa escola de cidadania”. E, continua afirmando que a população não fica mais à espera dos governantes; ela passou a agir. “Além de ir lá e decidir sobre a receita e a aplicação do dinheiro, nós estamos também fiscalizando todos os trabalhos que são decididos pelo OP”.

S. (depoimento oral, 2000) fala que “o OP, na verdade, conseguiu conquistar esse processo de participação, de ampla participação popular. É bem verdade que alguns desafios ainda se colocam; algumas questões ainda precisam ser aprofundadas nesta relação do poder público com a comunidade”. A informante se refere à dificuldade existente para que as demandas sejam pensadas como um desafio coletivo e, não apenas como uma reivindicação pontual de alguém, de uma determinada rua, de uma associação de bairro ou de entidade classista. Mesmo com a permanência de algumas práticas, com base no nosso secular desmando público e no estabelecimento de uma cidadania pautada na concessão de direitos pela figura do Estado, já há mostras significativas de que as mudanças estão ocorrendo.

Pautados na reflexão dos limites que foram impostos à construção da cidadania brasileira, podemos notar três tipos de fenômenos em relação ao surgimento e permanência das lideranças comunitárias no processo participativo do OP ou em outro fórum equivalente, existente em Porto Alegre. Segundo Tarso Genro estas lideranças caracterizam-se da seguinte forma:

- a) Um primeiro grupo de lideranças efetivamente esgota a sua participação comunitária neste processo. Acostumado a trabalhar de maneira clientelista, não consegue superar essas limitações e passa a ser

paulatinamente rejeitado pela comunidade. b) Um segundo grupo de lideranças efetivamente transforma-se durante o processo. Adquire uma nova linguagem e recicla-se, e as lideranças passam a fazer uma verdadeira intermediação entre os desejos da sua base e o Estado, modulando a tensão política de acordo com o objetivo que pretendem alcançar; ou seja, realmente disputam as obras que a comunidade precisa, contrastadas com as demandas colocadas pelas outras microregiões. c) Um terceiro grupo de lideranças que poderia ser classificado como de lideranças emergentes, ou seja, aqueles líderes comunitários que surgiram com o próprio OP e formaram-se por meio de métodos de trabalho que ele ensinou. São os que adquirem maior prestígio (1997 p.34).

Além dos obstáculos que se impõem à participação e da maneira como se formam, permanecem ou não as lideranças no OP, é importante pensá-los como processo. Em consonância com outros estudiosos, que se debruçaram sobre esta experiência, o valor maior do OP reside nas possibilidades de intervenção por meio das falas, dos debates, do aumento da consciência e da proposição de soluções para os problemas existentes na cidade, pensadas pela coletividade e não mais como fruto de uma liderança isolada que se colocava como porta-voz de todos, muitas vezes sem realmente exercer seu mandato. É possível dizer que nesta experiência, paulatinamente ecoa uma assertiva de Oskar Negt em relação à ampliação da esfera pública proletária: “ampliar esta esfera é o primeiro interesse dos movimentos de massa efetivamente e somente na base de interesses auto-organizados é possível servir-se dos meios da esfera pública burguesa, sem temer ser integrado, ao mesmo tempo, no contexto de legitimação da dominação burguesa” (1984 p.40). Ou, ainda de aproximar-se, cada vez mais, do que Gramsci (1981) denominou de Estado ampliado.

Apesar da importância do OP residir na participação durante o processo, como foi possível perceber na tabela 4, que está no capítulo II, dos participantes entrevistados 37,7% nunca fala, 12% fala algumas vezes e 24,3% é a primeira vez que participa e certamente como está conhecendo o processo também não deve fazer uso da palavra, então é preciso ajustar mecanismos internos a esses fóruns que permitam que mais pessoas exerçam participação mais ativa.

O processo do OP, apesar de ser a matriz de toda a gestão municipal em Porto Alegre, não consegue dar conta do processo de Planejamento para toda a cidade.

Ele tem um objetivo muito concreto, que é a sua vantagem e também é o seu limite, que é o de decidir onde alocar o recurso, assim “poderia ser alvo da crítica de que bom, de que então a capacidade de planejar pelo

orçamento, ela é baixa sim, ela é baixa. Por isso que existem outros instrumentos que agora estão bem maduros” (Depoimento oral, 2000).

Uma estratégia que tem sido adotada por todas as secretarias, favorecendo as comunidades e cumprindo-se o papel fundamental de qualificação da demanda, é o contato que o responsável pela ASSCOM tem desempenhado junto delas. Há também oportunidade de qualificação de demanda por meio dos programas e projetos desenvolvidos, bem como nas reuniões realizadas pelas secretarias. A SME busca privilegiar esse espaço e, certamente muitos avanços conceituais tem sido proporcionado ai. Quando fala da relação das secretarias com as comunidades, E., expõe as estratégias que precisam ser pensadas para que a temática do lazer esteja entre as demandas do OP e a importância do contato com as comunidades. Ela diz:

Mantemos contato com as comunidades, pois é nosso compromisso orientá-los, à medida que eles reivindicam, por exemplo, melhorias numa quadra esportiva, construção de uma quadra poliesportiva, terraplanagem de uma área para campo de futebol, ampliação dos projetos, que implica em recursos humanos, implica na questão financeira. A gente orienta que eles demandem, passem a demandar, à medida que a nossa secretaria é quase uma prestação de serviços, ela precisa de recursos humanos para a ampliação dos projetos, então a orientação nossa é que seja solicitada via OP. Nós, da assessoria comunitária, visitamos todos os fóruns, das intermediárias. Quando a secretaria é solicitada para levar seus programas e projetos nas regiões, a gente fala de todos os programas e todos os projetos, onde nós estamos e onde não estamos e porque não estamos. Isso mostra a deficiência, a nossa deficiência em razão da falta de recursos humanos; existe a vontade política, mas é preciso que a região nos demande (depoimento oral, 2000).

A entrevistada não mencionou, mas há vários paradoxos que deverão precisarão da ação da ASSCOM. O número de funcionários da SME é pequeno para atender as demandas que vêm num crescente; as comunidades, após um processo de co-gestão, deveriam assumir os projetos ou programas com autonomia, rumo à auto-gestão, porém o que tem acontecido é o esmorecer das ações propostas. Há ainda nas comunidades a necessidade de que a administração perpetue-se como concedente do espaço, dos materiais, de incentivadora das ações. Além disso, em muitas regiões, dada a precariedade de outras políticas e uma visão alicerçada na idéia de que o lazer deve ser uma atitude espontânea e responsabilidade individual, as comunidades não reivindicam políticas para esta área.

Os limites são grandes mas a ASSCOM conta com alguns aliados para resolvê-los. Existem outras instâncias de participação além do OP, como, por exemplo, a atuação dos Conselhos Setoriais, as Associações de Bairro e outros fóruns como o Congresso da Cidade que tem se fortalecido nestes últimos anos.

Como podemos notar, na pesquisa desenvolvida pela ONG Cidade (2002) em relação à participação da população que frequenta o OP em entidades da sociedade civil, 60,9% desta população participa de uma ou mais entidades, sendo as Associações de Bairros aquelas nas quais a população mais participa (44,8% das respostas obtidas).

Cabe assim às comunidades um papel preponderante neste processo, pois fora das instituições criadas junto com a administração ou exclusivamente por iniciativa dela, é necessário exercer a crítica e superar os problemas. A crítica tem que ser realizada na e pela sociedade civil, em seus diferentes aparelhos privados de hegemonia. Este desafio parece ter fortalecido muito a participação das comunidades em torno de grupos, de associações de bairros e outras instâncias, nas quais a população procura chegar a consensos sobre seus problemas e os da cidade, buscando superar o modelo imposto, durante muitos anos no Brasil, de uma cidadania concedida. Num primeiro momento, estes consensos traduzem os interesses da vizinhança, mas paulatinamente tem se transformado em um exercício de pensar a cidade, na qual a tendência da incorporação da valorização dos direitos cidadãos é responsabilidade de toda a população.

Outro avanço em relação ao poder decisório da população, é a co-gestão dos espaços de lazer entre a prefeitura e as comunidades envolvidas. Essa forma de gestão pode proporcionar a participação e o envolvimento, cada vez maior das comunidades e conseqüentemente, atender um maior número de pessoas e expande o uso dos espaços públicos, sem onerar demasiadamente os cofres públicos (também não onerando em demasia a população que paga seus impostos).

Entretanto, ao observar a realidade pode perceber que há ainda grandes paradoxos na prática da co-gestão. Em relação à co-gestão um informante afirma que

A gente trabalha em co-gestão. A gente faz tudo integrado com a prefeitura que tem um coordenador aqui dentro, que é o responsável pela parte técnica, que se encarrega da coordenação dos professores. E a comunidade tem essa Associação, representada pela diretoria; a gente tem também um conselho de administração que é formado pela coordenadora do Parque, a diretoria da Associação e um representante de cada grupo[...]Aqui tudo é feito, a parte técnica é feita pela prefeitura e à

medida que vai surgindo necessidades da comunidade a gente vai trabalhando e pressionando e também se integrando com a direção da SME para criar todos os grupos que a comunidade achar que é necessário. Então a gente precisa, dentro de uma comunidade, satisfazer as necessidades de todos os grupos, e eles se organizam em grupos, de acordo com as necessidades próprias; eu não vou imprimir nada de ioga para quem não quer. Nós temos grupos de ioga, nós temos grupos de biodança (Depoimento oral, 2000).

Fica claro que há uma prática de co-gestão no parque e percebe-se nessa comunidade a consciência de que ela deverá demandar e pressionar para que haja evolução nas propostas de lazer que ali acontecem, contudo, se nos detivermos na continuidade da fala desse informante é possível perceber o paradoxo. Vejamos o que ele diz

Nós temos atualmente quase cinquenta grupos; há grupos de crianças que não pagam e o grupo de adultos que pagam dez reais por semestre. É com esse dinheiro, junto com o dinheiro do aluguel, pois a gente aluga o ginásio por hora-mês, mas tem uns grupos que não pagam: o pessoal que joga em cadeira de roda, que joga basquete, não paga nada. E os outros que jogam futebol e vôlei de noite, eles pagam R\$ 50,00 para o fundo municipal de esporte e R\$ 30,00 da associação. Então com esses R\$ 30,00 de cada grupo que joga aí, mais R\$10,00 que a gente recebe de cada participante de grupos de adultos, dos nossos grupos aqui, a gente faz a manutenção. Quando é uma coisa muito difícil, a gente procura fazer parceria com a prefeitura. Por exemplo, agora nós estamos querendo fazer calçamento ao redor do parque, eu já fiz um ofício aqui pedindo as pedras, as lajotas e nós vamos pagar a mão-de-obra e o cimento. E a gente... e sai muito mais barato para prefeitura, a gente faz essas obras, com um custo assim 1/10, talvez 1/20 do preço que a prefeitura paga. Porque a prefeitura faz licitação, eu já vi que quem ganha a licitação contrata quem eu estou contratando agora, e paga uma miséria para eles, eu pago até mais (Depoimento oral, 2000).

A fala contém elementos que denotam um total desconhecimento do que seja uma prática co-gestionária, principalmente nos moldes conceituais que a Frente Popular propõe. Por exemplo há cobrança de taxas dos usuários do parque, o que me permite dizer que há o início da privatização do espaço público. O calçamento dos passeios, a licitação para que este serviço seja executado e a própria manutenção do parque, nos moldes propostos pelo OP, não pode ser iniciativa isolada de uma direção de associação comunitária ou mesmo de secretaria, precisa ser demanda contemplada nas plenárias regionais e/ou temática .

Em documento da SME é possível perceber a concepção de co-gestão, à qual suas propostas estão vinculadas. Ao falar de co-gestão o documento diz que o principal objetivo

é “conscientizar e estimular as pessoas para assumirem a responsabilidade de construção, manutenção e qualificação dos espaços públicos e das atividades ali desenvolvidas, democratizando-os pela participação” (2001 p.6). Porém, em outra passagem deste mesmo documento, quando se remete à responsabilidade das comunidades, há uma confusão conceitual que abre brechas à cobrança de taxas, já que esta prática é encarada de forma natural pela secretaria. Diz que

por parte da comunidade, às associações compete transformar as pessoas em agentes comprometidos com os mais variados aspectos, que vão desde a preservação do patrimônio até a educação ambiental. **Os sócios participam financeiramente** e com trabalho para manter, atualizar e enriquecer os recursos físicos e materiais de que dispõem, além de auxiliar na programação de eventos e iniciativas, desenvolvendo e intensificando as relações interpessoais (grifo meu, 2001 p. 6).

Algumas falas e diretrizes expostas pela Frente Popular, como política geral, podem ser notadas na fala de A., quando este faz a crítica da apropriação indevida dos espaços públicos pela iniciativa privada e a atuação fundamental que a população tem para a retomada desses espaços. Isto permite-nos entender o descompasso, ao menos discursivo, entre a proposta de co-gestão da SME e as diretrizes do governo da Frente Popular. Diz o informante

o processo do OP construiu algumas práticas na área do lazer, na área da cultura, que tão indo ao caminho contrário e eu acho que isto também é fruto do processo, evidentemente que não só do processo, mas também porque a gente tem no governo uma vanguarda que propõe, que constrói políticas, que enfim que é o quadro dirigente da frente popular, mas também esses processos do OP, contribuíram e muito para retomar os espaços públicos. Essa obra aqui do Araújo Viana, onde eu estou conversando contigo hoje, foi um processo assumido, a construção da cobertura, assumido pela temática de cultura, esporte, de educação e lazer. Tem uma série de outros espaços também, que vão sendo assumidos como prioridades temáticas ou regionais, o Parque Chico Mendes, o Saint Hillary, o Marinha do Brasil, o Parque Harmonia com a questão do Galpão de Eventos, então acho que o processo ajudou a retomar isto (Depoimento oral, 2000).

Entre o discurso geral co-gestão da administração municipal e da SME há uma distância conceitual, o mesmo acontece entre a teoria e a prática da SME sobre o mesmo assunto. O que a SME tem exercido pode ser caracterizado mais como uma prática de parceria, na qual cada parceiro se responsabiliza pela execução de sua parte, com contribuição financeira e com independência de suas ações. Como no estabelecimento de

parcerias, o parceiro mais forte é quem determina as “regras do jogo” e, neste caso, o parceiro mais forte ainda é a administração municipal, a SME, então é ela quem “dita” tais regras, ficando as comunidades, na maioria das vezes, à mercê e a espera dessas iniciativas. Seria injusto da minha parte não dizer que há sim movimentos sociais que têm mantido sua independência, contraposto e questionado as ações da administração municipal, mas na área do lazer, tais movimentos não adquiriram força suficiente para exercer esta função.

Para superar este paradoxo será necessário retomar alguns princípios da co-gestão, ou seja voltar a entender que co-gerir “não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos, ou seja, autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis aos homens e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro da classe proprietária ou o poder do Estado centralizado” (MARTINS, 1987, p.179).

Ao nos determos nas falas sobre algumas iniciativas no centro da cidade e na região extremo-sul vê-se um elevado grau de desconhecimento da proposta de co-gestão por algumas comunidades. Por exemplo, este depoimento sobre o centro da cidade, o qual fala das impossibilidades do uso de uma praça que foi uma das pioneiras para as iniciativas públicas de lazer da cidade, mas não vislumbra o envolvimento da comunidade para a superação dos problemas apontados. Diz o informante

No bairro, por exemplo, a classe média não consegue chegar, ou a classe média entre aspas, né, mas o pessoal que já tem a casa, que tem infraestrutura, não consegue usar o espaço de lazer porque tá ocupado por aquele que não tem onde morar, porque aqui ele faz, não só, ele não tá só deitado ali numa visão ascética da coisa, não! Ele fez suas necessidades básicas na praça também! Tu vais usar uma gangorra, um brinquedo de gangorra lá, tem um monte de fezes em cima, tá. O cara fez sexo também ali e tá tudo sujo, daí tu não consegues utilizar o espaço de lazer, o caso do meu bairro, é assim! Nós temos uma praça muito antiga, a Praça Florida, que era nosso grande cartão, hoje ela não é usada, porque se transformou numa zona de prostituição e tráfico de drogas. Então tu encontras todos os dias de manhã, preservativos, seringas, etc... isso é horrível! Tu não consegues usar do teu espaço ali, porque ele foi invalidado, e isso afeta o lado sentimental das pessoas. Como é que tu vais agir contra aquilo ali, tu morador, tu não podes chegar, tu tá correndo risco. E... e a polícia não pode fazer nada contra um menor porque tem o Conselho. Tem um menor ali se prostituindo, vendendo drogas, tudo que não deve, que não pode, o morador que quer usar a praça não pode fazer nada contra ele. A polícia não pode fazer nada porque é menor de idade, tem o Conselho Tutelar (Depoimento oral, 2000).

Num outro exemplo, relacionado à região extremo-sul, o entrevistado diz que a população é bem organizada, que a comunidade possui áreas bastante profícuas para o pleno desenvolvimento de políticas públicas de lazer, porém, as comunidades possuem tantas carências que ainda não se atentaram nem para propor atividades que possam acontecer em co-gestão com a prefeitura, nem tampouco a SME (como principal secretaria gestora do lazer) se predispôs a isto. Tais situações são elucidativas da distância que há entre as diretrizes que constam no PDDUA e a capacidade dos bairros de adequar-se a elas.

Ao dialogar com estudos anteriores que tratam das políticas públicas de lazer na perspectiva da participação da população, pude concluir que ela está restrita, muitas vezes, a uma ação mais delegativa do que de fato participativa. Em certa medida isto também vem ocorrendo nas políticas públicas de lazer em Porto Alegre.

Em relação ao lazer e o poder decisório da população na reivindicação e definição das políticas públicas, os avanços restringem-se às demandas surgidas nesta área, no OP, durante o Terceiro Congresso da Cidade que contemplou, em uma reflexão específica, espaços para o lazer na cidade. Há uma necessidade de vencer a apatia e o descrédito que atualmente existem em torno do sistema representativo e eleitoral, da eficiência do Estado e de que a participação política da população possa realmente influir sobre as decisões governamentais.

É possível afirmar que no âmbito da política mais geral os avanços já são visíveis, contudo a política da SME apresenta paradoxos a serem resolvidos. O conceito de lazer com o qual a secretaria trabalha é limitado e não condiz com as perspectivas mais gerais das políticas; o processo de co-gestão comunitária proposto pela secretaria nem sempre se alinha ao discurso adotado; as ações intersetoriais observadas ainda são poucas e precárias. Por sua vez é possível afirmar que houve um aumento de atendimentos sistemáticos e ações assistemáticas, avança-se num processo de inversão de prioridades, levando programas e projetos a um número maior de bairros, criando espaços físicos nas regiões da cidade que antes nada possuíam.

Os avanços denotam um caminho já andado e os paradoxos precisam ser superados para o estabelecimento de novas bases de relacionamento entre sociedade civil e poder público, na qual a participação cidadã não sirva apenas como utopia.⁴

⁴ Há uma multiplicidade de aproximações possíveis para lidar com o conceito de utopia, podendo ser abordada na política, na sociologia, na filosofia, ou na literatura. Adoto-a como um conceito do devir de um projeto social, ou como disse Galeano “a utopia nos serve para caminhar, ela está no horizonte, você anda um passo e lá está ela, você se aproxima um passo e ela se afasta outro”. (2001, palestra proferida no I Fórum Social Mundial). A utopia pode se transformar na força de transformação da realidade em ato, assumindo consistência para erigir uma autêntica vontade inovadora.

Referências

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. Inventing local democracy: neighborhood organizing and participatory policy-making in Porto Alegre – Brazil. 1997. 232f. Thesis (Doctorate of Philosophy in Urban Planning) - University of California, Los Angeles.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE, 1997.

ALONSO, José Antônio. A inserção de Porto Alegre na Nova Ordem Internacional e o Enfrentamento do Problema Social Local. In: GENRO, Tarso. Porto da Cidadania. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997 p.p.51-83

AMARAL, Sílvia C. F. Espaços e vivências de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. In: CBCE. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 23, nº 1, p.p. 109-123.

ARRETCHE, Marta T.S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 11-15, jun. 1996.

AUGUSTIN FILHO, Arno. A experiência do OP na Administração Popular da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. In: HORN, Carlos. Porto Alegre: o desafio da mudança. Porto Alegre: Ortiz, 1994 p.p.49-69

BAIERLE, Sérgio Gregório. Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares em Porto Alegre nos anos oitenta. Campinas, SP: Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BITTAR, Jorge (org.) O modo petista de governar. São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, 1992.

BOBBIO, Norberto. Estado governabilidade e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, N. e PASQUINO, G. Dicionário de Política. (vol. I e II) 5ª ed.: Brasília:UNB e SP: Imprensa Oficial, 2000.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, Wagner. Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra Coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCHABQUI, Jorge. Reforma administrativa e mudança no modelo de gestão. In: HORN, Carlos. Porto Alegre: o desafio da mudança. Porto Alegre: Ortiz, 1994 p.p. 95-103.

CALVINO, Ítalo. Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Porto Alegre: internet <camaradevereadoresdeportoalegre.gov.rs.br>, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Desarrollo de la ciudadanía en Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASSEL, Guilherme e VERLE, João. A política tributária e de saneamento financeiro da Administração Popular. HORN, Carlos (org.). Porto Alegre: o desafio da mudança. Porto Alegre: Ortiz, 1994 pp.27-47.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. Esporte para Todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo: HUCITEC, Unesp, 1999.

_____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1990.

CIDADE. Quem é o público do OP 2000. Porto Alegre: ONG Cidade, 2002.

_____. Quem é o público do orçamento participativo: seu perfil, por que participa e o que pensa do processo. Porto Alegre: ONG Cidade, 1999.

CONNIFF, Michel. Introduction Toward a Comparative Definition of Latin América Populism in Comparative Perspective. Albuquerque, USA: New Mexico University, 1982.

COUTINHO, Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Gramsci. Porto Alegre: LP & M, 1981.

CRISTAN, Mara. Estrela cadente: a gestão do esporte /lazer na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), durante a administração de Luiza Erundina (1989 –

1992), na cidade de São Paulo. In: MARCELLINO, Nelson. Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas: SP, Autores Associados, 2001 p.p.57-87

CRUZ, Manoel. A experiência da Frente Popular de Florianópolis. In: MARCELLINO, Nelson. Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas: SP, Autores Associados, 2001 p.p.87-117.

DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DINIZ, Eli. Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DRUMMOND, Carlos. Para gostar de ler- crônicas: edição didática. SP: Ática, 1980.

DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular. SP: Perspectiva, 1973.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1999.

FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Em busca do dissenso perdido: ensaios sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Notas Prefaciais do Programa Oficial. Porto Alegre: FSM, 2001.

FURTADO Celso. O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GAELZER, Lêneia. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

GALEANO, Eduardo. Palestra proferida durante o I Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2001.

GENRO, Tarso. Instituições políticas no socialismo. In: SILVA, Luiz Inácio Lula. Debates sobre o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. O futuro das cidades na nova ordem global. Seminário de Democracia Participativa. Porto Alegre: PMPA, 1999.

_____. O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Notas Prefaciais In: GENRO, Tarso. Porto da Cidadania. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

_____. Orçamento Participativo. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

GOHN, Maria da Glória. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil. Motrivivência. UFSC, Florianópolis, ano XI – nº 14, p. 15-33, maio, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUTERREZ E RODRIGUES. O OP e a questão do lazer: o caso de Porto Alegre - RS In: MARCELLINO, Nelson. Políticas públicas setoriais de lazer. Campinas, SP: Autores Associados, 1996 p.p. 71-85.

IBGE. Censo 2000. Brasil: IBGE, 2002.

LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo: HUCITEC, Unesp, 1999.

LIMA, Gilson. Uma aventura responsável: novos desafios das administrações populares. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzato, 1993.

MARCASSA, Luciana. A invenção do lazer- educação, cultura e o tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). Dissertação de mestrado, Goiânia: UFG, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e a cidade: lazer uma questão urbana. In: PMPA. III Congresso da Cidade. GT de Cultura, esporte, lazer e turismo. (textos para o debate). Porto Alegre: impresso, 2000.

_____. Capacitação de animadores sócio-culturais. São José dos Campos, SP: Secretaria de Esportes e Lazer, 1996.

_____. Lazer e educação. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e grupos sociais: concepções e métodos. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2000.

MARSHALL, T. S. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Paulo Matos. Participação na gestão: o discurso oficial brasileiro.: Dissertação de mestrado, RJ Escola Brasileira de Administração, 1987.

MORAES, Reginaldo C. Correa. Brasil, política. Estruturas, conjunturas e conjecturas. Campinas: IFCH, Unicamp, 1999.

MUNNÉ, Frederic. Psicosociologia Del tiempo libre: um enfoque crítico. México: Trilhas, 1980.

NEGT, Oskar Dialética e história: crise e renovação do marxismo. Porto Alegre: Instituto Goethe, 1984.

O'DONELL, Guillermo. A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Paulo S. A criação do imaginário nos brinquedos infantis. In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. O lazer como tema. Vol. 12, números 1, 2 e 3. 1992, p.p. 285-288.

PMPA. Documentos Internos da SME. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2002.

_____. Documentos Internos da SME. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2001.

_____. Plano de Investimentos para 2000. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2000.

_____. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2000.

_____. Regimento Interno do Orçamento Participativo-critérios geral, técnicos e regionais. Porto Alegre, 2000.

_____. Carta referência para o debate ao III Congresso da Cidade. Porto Alegre: Impresso, 1999.

_____. Regimento Interno do III Congresso da Cidade. Porto Alegre, 1999.

_____. Documento da SME. (1998)

_____. Documento Interno da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Porto Alegre: SME/PMPA, 1997.

_____. Decreto nº 11.481. Porto Alegre: PMPA, 1996.

_____. LEI 7330/93 – Cria e dá providências a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Porto Alegre, 1993.

_____. Lei 6099. Porto Alegre: PMPA, 1988.

PRADO JR. Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUINTANA, Mário. Antologia poética. Porto Alegre: LP&M, 1999.

RODRIGUES, Rejane P. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Porto Alegre, documento impresso, 2000.

_____. Documento interno da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Porto Alegre, 1997.

ROJEK, Chris. Capitalism and leisure. New York, USA: Tavistock Publication, 1985.

SABROZA, Paulo. Prefácio. In: VALLA, Victor e STOTZ, Eduardo. Participação, Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993 notas prefaciais.

SANT'ANNA, Denise. O prazer justificado: história e lazer. (São Paulo 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. RJ: Record, 2001.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Wanderley. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHIMIDT, Davi Luiz. A desidiotização da cidadania. A formação do cidadão para a coisa pública através de sua participação no processo do OP de Porto Alegre, entre 1989 e 1992. Porto Alegre: Pós-graduação em Educação – mestrado, 1994.

STIGGER, Marco Paulo. Administração de Parques Públicos e Democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para um lazer numa perspectiva democrática. Rio de Janeiro: Mestrado em Educação Física, Universidade Gama Filho, 1992

TRINDADE, Hégio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, Fernando Henrique e LAMONIER, Bolívar. Os partidos e as eleições no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1975 pp.153-204.

TRIVIÑOS, Augusto N. da S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UTIZIG, José Eduardo. Notas sobre o governo do PT em Porto Alegre. In: GENRO, Tarso (coord.). Porto da Cidadania. A esquerda no governo de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

VALLA, Victor e **STOTZ**, Eduardo N. (org). Participação popular, educação e saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VEBLER, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. S.P: Pioneira, 1965.

VEIGA, Aida. Tempos Modernos. In: Revista Veja, 5/4/2000, p.122-147.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. A versão dos afogados: novas comédias da vida pública. Porto Alegre: L&PM, 1999.

VERLE, João e **MÜZELL**, Paulo. Receita e capacidade de investimento da Prefeitura de Porto Alegre, 1973-92 In: **HORN**, Carlos (org.). Porto Alegre: o desafio da mudança. Porto Alegre: Ortiz, 1994 pp. 13-26.

ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. Escuta: Campinas, 1994.

ZERO HORA OP: farsa do Pt ou demagogia da oposição. Porto Alegre: reportagem do dia 5 de maio de 2000.

ANEXO 1:

CARTA DE PRINCÍPIOS

Princípios básicos de uma administração democrática e popular para o Esporte e Lazer:

1. Impedir que Lazer e Esporte enquanto fenômenos culturais significativos do nosso povo, continuem a ser utilizados como veículos de reprodução dos valores dominantes. O que pouco tem contribuído para o desenvolvimento humano, numa perspectiva de construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

2. Buscar formas concretas para democratizar os espaços e equipamentos esportivos e de lazer, ampliando e melhorando o nível de participação popular, não só nas práticas corporais e esportivas, mas na apropriação de significados destas manifestações culturais com vistas ao desenvolvimento humano.

3. Considerar que o Estado não deve abrir mão de definir as diretrizes nas políticas de Esporte e Lazer, sem contudo, deixar de buscar, quando necessário, apoio de recursos externos, desde que não impliquem em interferência nos princípios políticos e filosóficos de um governo popular e democrático.

4. Considerar as práticas corporais e esportivas como uma das dimensões do Esporte e Lazer, e integrar essas atividades nos espaços de debate e reflexão sobre esses fenômenos.

5. Buscar formas concretas de integração do Esporte e Lazer com todas as outras áreas que compõem as políticas sociais, principalmente Educação, Saúde, Bem-Estar Social e Cultura.

6. Incentivar e criar canais para a participação popular na definição de programas sobre Lazer e Esporte.

7. Evitar o evento pelo evento, introduzindo elementos que apontem para uma conscientização sobre o papel do Esporte e Lazer na formação das pessoas.

8. Entender o Lazer não como prática compensatória de um trabalho alienado, mas como direito de todos, e meio para construção da cidadania.



Comissão Nacional de Organização e Mobilização
Comitê Nacional LULA PRESIDENTE
FONE: (011) 861.3155 - ramais 232/233/250

ANEXO 2:
PESQUISA SOBRE OS HÁBITOS DE LAZER DA POPULAÇÃO DE
PORTO ALEGRE E CONHECIMENTO DAS PROPOSTAS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER
(SME)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Escola de Educação Física
Departamento de Ginástica e Recreação

Universidade Estadual de Campinas
Programa de Pós-Graduação em
Educação Física
Nível: doutorado

Prezado(a) Cidadão(ã)

Gostaríamos de conhecer alguns aspectos de seus hábitos de lazer e suas opiniões a respeito das propostas de lazer que a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação vem oferecendo aos cidadãos de Porto Alegre. Esta pesquisa é parte de estudo de doutorado sobre a participação popular na definição de políticas públicas de lazer, possibilitando subsídios ao repensar destas em Porto Alegre.

Ao opinar, estarás exercendo seu pleno exercício à cidadania. Muito obrigado desde já pela sua colaboração.

Marque com um x a opção mais apropriada no teu caso:

- Sobre seus hábitos de lazer:

1. Quantas horas de lazer tu tens por semana?

- ☐ menos de 10 horas
- ☐ entre 11 e 15 horas
- ☐ entre 16 e 20 horas
- ☐ entre 21 e 25 horas
- ☐ mais de 25 horas

2. Classifique por ordem de prioridade (de 1 a 6) os seus interesses de lazer prediletos:

- ☐ atividade físico-esportivo (esportes e/ou exercícios físicos em geral)
- ☐ atividades sociais (festas, bailes, acampamentos etc)
- ☐ atividades manuais (artesanato, culinária, reparos em casa etc)
- ☐ atividades intelectuais (leitura, colecionismo, escrever etc)
- ☐ atividades turísticas (viagens e passeios em geral)
- ☐ assistir vídeo, televisão e jogos eletrônicos em geral

3. Tu conheces alguma das atividades propostas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de Porto Alegre?

- ☐ sim ☐ não

4. Tu conheces algum local que proporciona atividades de lazer proposta pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de Porto Alegre?

- ☐ sim ☐ não

5. Em caso positivo, mencione os três principais:

- a) -----
- b) -----
- c) -----

6. Além de conhecer, tu participastes destas atividades nos últimos seis meses?

☐ sim ☐ não

7.. Se não, explicita a razão de sua não participação

8. Tu gostarias de participar de tais atividades?

☐ sim ☐ não

9. Se tu participas, considera-as:

- ☐ muito boas
- ☐ boas
- ☐ ruins
- ☐ muito ruins

10. Como tu conheceste tais propostas?

- ☐ boca a boca
- ☐ televisão
- ☐ rádio
- ☐ jornais e / ou revistas de grande circulação
- ☐ divulgação interna (cartazes, folhetos etc)
- ☐ mala direta
- ☐ outros. Especifique: -----

9.Ofereça três sugestões para melhoria das propostas desta secretaria:

10. Tu participas das discussões do orçamento participativo?

☐ sim ☐ não

11. Tem vontade de participar?

☐ sim ☐ não Por que? -----

12. O que é lazer para ti?

-----.

- Sobre tuas características pessoais:

1. Faixa etária:

- ☐ 12 a 18 anos
- ☐ 19 a 30 anos
- ☐ 31 a 45 anos
- ☐ 46 a 60 anos
- ☐ mais de 60 anos

2.Sexo

☐ feminino ☐ masculino

3. Estado civil

- ☐ solteiro (a)
- ☐ casado (a)
- ☐ desquitado/divorciado (a)
- ☐ viúvo (a)

4. Grau de escolaridade

- ☐ analfabeto
- ☐ I grau incompleto
- ☐ I grau completo
- ☐ II grau incompleto
- ☐ II grau completo
- ☐ III grau incompleto
- ☐ III grau completo

5. Local de trabalho

- ☐ pecuária e/ou agricultura
- ☐ indústria
- ☐ comércio
- ☐ serviços terceirizados
- ☐ do lar
- ☐ aposentado
- ☐ profissional liberal
- ☐ outros. Especifique: -----

6. Qual sua renda familiar com base no salário mínimo:

- ☐ menos de 01
- ☐ entre 01 e menos de 05
- ☐ entre 05 e menos de 10
- ☐ entre 10 e menos de 15
- ☐ entre 15 e menos de 20
- ☐ mais de 20

7. Qual o número de dependentes desta renda familiar?-----

8. Quantas horas por semana tu trabalhas?

- ☐ menos de 30 horas
- ☐ de 30 a 39 horas
- ☐ de 40 a 49 horas
- ☐ de 50 a 59 horas
- ☐ mais de 60 horas

9. Tu trabalhas em qual turno

- ☐ manhã ☐ tarde ☐ noite ☐ variado

10. Tu trabalhas em finais de semana :

- ☐ sim ☐ não

11. Tempo de trabalho nos finais de semana

- ☐ menos de 10 horas
- ☐ entre 10 e 19 horas
- ☐ entre 20 e 29 horas
- ☐ mais de 30 horas

11. Além das atividades de trabalho remunerado, para as atividades de manutenção básica, como por exemplo ir a supermercado, dormir, higiene etc. Quantas horas por semana tu despendes neste tipo de tarefa?

- ☐ menos de 40 horas
- ☐ entre 41 a 50 horas
- ☐ entre 51 a 60 horas
- ☐ mais de 60 horas

12. Qual o tipo de transporte tu usas para deslocar-se normalmente?

- ☐ carro
- ☐ ônibus
- ☐ a pé
- ☐ outros . Especifique: -----

13. Qual o bairro que tu moras?-----

14. Há quanto tempo moras neste local?

- ☐ menos de 1 ano
- ☐ de 1 a 3 anos
- ☐ mais de 3 anos até 5 anos
- ☐ mais de 5 anos até 10 anos
- ☐ mais de 10 anos até 20 anos
- ☐ mais de 20 anos

15. Tu és associado de algum clube social-recreativo?

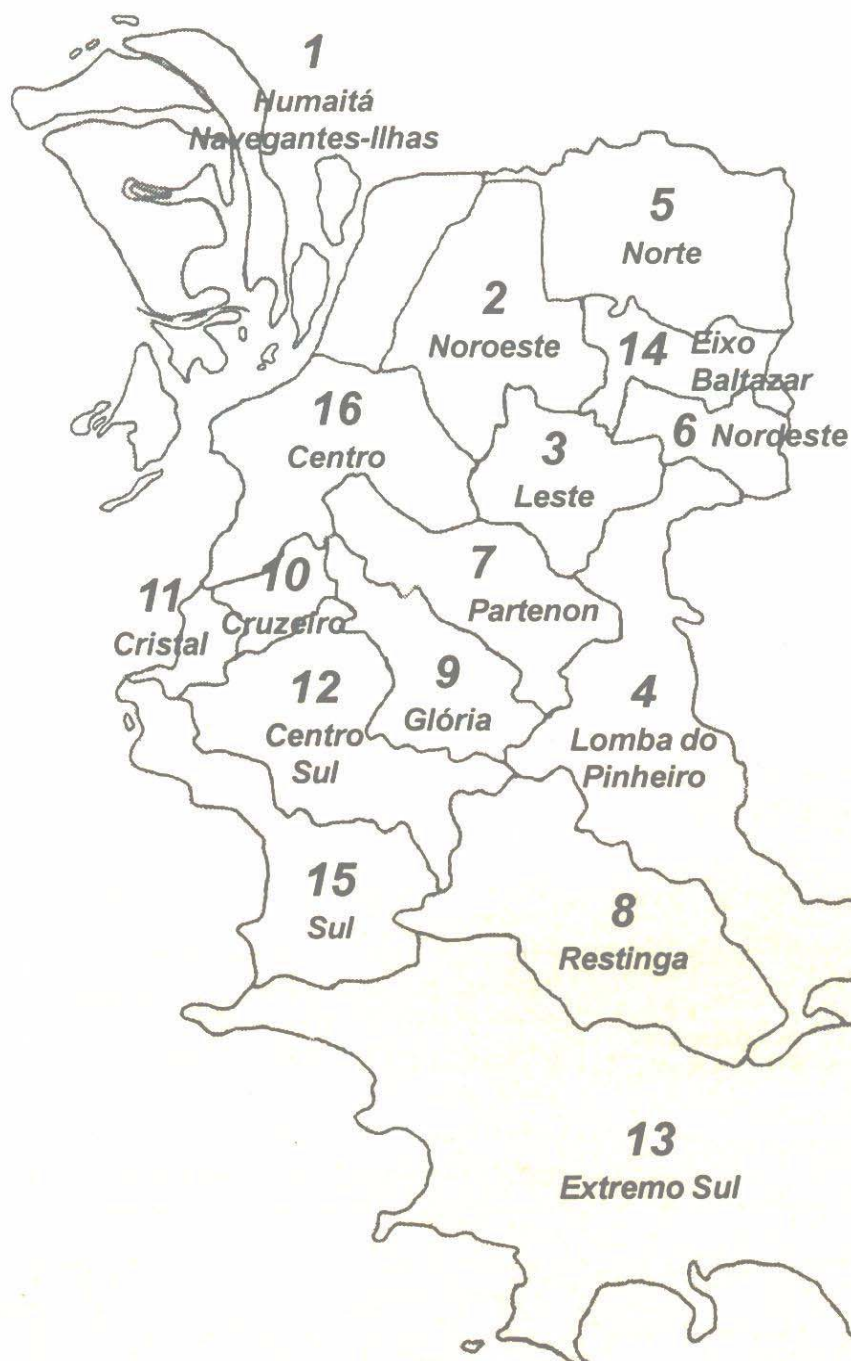
- ☐ sim ☐ não Qual?

16. Quantas horas de televisão tu assistes por dia?

- ☐ menos de 1 hora
- ☐ mais de 1 até 3 horas
- ☐ mais de 3 até 5 horas
- ☐ mais de 5 horas

ANEXO 3 – MAPA DAS REGIÕES AS QUAIS PORTO ALEGRE ESTÁ ADMINISTRATIVAMENTE DIVIDIDO.

Mapa das regiões



ANEXO 4 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. O que é participação popular?
2. Qual sua opinião sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre?
3. Você conhece outros fóruns de participação, além do Orçamento Participativo?
4. Como tem sido atendida a questão do lazer, nos fóruns de participação?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

182

ANEXO 5:

LEI Nº 6099

Cria a Secretaria Municipal da Cultura, cargos em comissão e funções gratificadas, altera a denominação e as finalidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a vinculação do COMPAHC, autoriza o Executivo a criar o Fundo Pró-Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

Art. 1º - É criada na Administração Centralizada do Município a Secretaria Municipal da Cultura.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Cultura - SMC, órgão central de execução da política cultural do Município, integrará o Sistema Municipal de Lazer e Cultura previsto no art. 302, item I, da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre.

Art. 3º - A Secretaria Municipal da Cultura tem por finalidade:

I - intensificar o desenvolvimento da cultura de modo a possibilitar o acesso de todas as camadas da população do Município aos bens culturais;

II - promover a educação para a cultura através de ações formativas e informativas, com vistas à participação de indivíduos e grupos no processo cultural;

III - preservar a herança cultural de Porto Alegre por meio de pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico e do resgate permanente e acervamento da memória da cidade;

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	FOLHA	FOLHA	SINCRONIA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
DOE	04-02-88	12				005401.87.9X			ms



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

183

IV - estimular e apoiar a criatividade e todas as formas de livre expressão voltadas para a dinamização da vida cultural de Porto Alegre;

V - promover a difusão dos aspectos culturais locais, bem como a sua expansão e o intercâmbio com outras áreas do conhecimento;

VI - estimular o fazer cultural em todas as suas manifestações, com vistas a valorizar a identidade cultural do Município;

VII - criar, manter e administrar os equipamentos e os espaços culturais do Município;

VIII - promover a realização de convênios, termos de cooperação ou contratos com organismos públicos ou privados atuantes na área do desenvolvimento cultural;

IX - criar o Museu da Imagem e do Som do Município de Porto Alegre, no prazo de 180 dias após a criação do órgão citado no "caput" deste artigo - VETADO.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criada pela Lei nº 1516, de 02 de dezembro de 1955, com a denominação dada pela Lei nº 2662, de 18 de dezembro de 1963, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Educação - SMED - ficando transferidas as finalidades, competências e obrigações referentes ao campo da cultura para a Secretaria criada por esta Lei.

Art. 5º - É criado o cargo de Secretário do Município na Secretaria Municipal da Cultura - SMC.

Art. 6º - São criados os seguintes cargos em comissão e funções gratificadas, que passam a integrar a letra "c", do anexo I, do artigo 20, da Lei nº 5732, de 31 de dezembro de 1985:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
02	Coordenador	1.1.1.7
05	Coordenador	1.1.2.7
02	Assessor Técnico em Assuntos Culturais	2.1.2.7
02	Gerente de Projetos II	1.1.2.6
01	Secretário Executivo	1.1.1.6
01	Chefe de Unidade	1.1.1.6

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

652

3

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Diretor do Auditório Araújo Vianna	1.1.2.6
01	Diretor do Atelier Livre da Prefeitura	1.1.2.6
01	Assistente Técnico	2.1.1.6
05	Chefe de Equipe	1.1.1.5
01	Diretor do Teatro de Câmara	1.1.1.5
01	Diretor do Teatro Renascença e Auditório Álvaro Moreyra	1.1.1.5
01	Diretor do Arquivo Histórico do Municí- pio de Porto Alegre	1.1.1.5
01	Diretor do Museu de Porto Alegre	1.1.2.5
01	Diretor da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	1.1.2.6
01	Diretor do Museu da Imagem e do Som	1.1.2.5
01	Diretor do Centro de Canto e Dança	1.1.2.5
01	Chefe de Seção	1.1.1.5
03	Assistente	2.1.1.5
01	Diretor da Oficina Teatral Carlos Carvalho	1.1.1.4
01	Diretor da Banda Municipal de Porto Alegre	1.1.1.4
01	Curador da Pinacoteca Rubem Berta	1.1.1.4
01	Curador da Pinacoteca Aldo Locatelli	1.1.1.4
02	Oficial de Gabinete	2.1.2.4
03	Chefe de Núcleo	1.1.1.3
07	Chefe de Setor	1.1.1.3
01	Secretário do Atelier Livre da Prefeitura	1.1.1.3
04	Responsável por Prédio Cultural	1.1.1.3
13	Auxiliar Técnico	2.1.1.3
02	Chefe de Grupo	1.1.1.2
04	Encarregado	1.1.1.2
05	Responsável por Serviço	1.1.1.1

Art. 7º - Ficam extintos os cargos em comissão e funções gratificadas que compunham a Divisão de Cultura da SMEC, a saber:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Diretor da Divisão de Cultura	1.1.2.7
01	Chefe do Serviço de Cultura	1.1.2.6



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

185

4

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
02	Chefe de Seção (Atividades Artísticas e Elevação Cultural)	1.1.2.5
01	Chefe de Seção (Administração de Auditório e Teatro)	1.1.1.5
01	Chefe de Setor (Biblioteca Municipal)	1.1.1.3
01	Chefe de Núcleo	1.1.1.3
01	Encarregado do Atelier Livre	1.1.1.2
01	Chefe de Grupo	1.1.1.2

Art. 8º - É instituído o Fundo Pró-Cultura do Município de Porto Alegre (FUNCULTURA), de natureza contábil especial, com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, aos projetos, obras e serviços necessários à criação, à recuperação e à conservação de equipamentos culturais da Secretaria Municipal da Cultura - SMC.

Art. 9º - Serão levados a crédito do FUNCULTURA os seguintes recursos:

I - dotação orçamentária própria, representada, no mínimo, pelo valor correspondente a 3% (três por cento) da cota-parte estimada, em cada exercício, para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o inciso II, do artigo 25 da Constituição Federal;

II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores público e privado;

III - resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, da área cultural;

IV - recolhimentos feitos por pessoas físicas ou jurídicas correspondentes ao pagamento de tarifa ou preço público de utilização dos equipamentos culturais, espaços comerciais conexos ou complementares aos mesmos;

V - resultado operacional próprio;

VI - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinários que, por sua natureza, lhe possam ser destinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

186

054

[.]

5

Art. 10 - O FUNCULTURA será administrado pela SMC, que, anualmente, submeterá à aprovação do Prefeito o respectivo plano de ação.

Parágrafo único - Nenhum recurso do FUNCULTURA poderá ser movimentado ou aplicado sem a expressa autorização do Secretário Municipal da Cultura.

Art. 11 - O Prefeito enviará à Câmara Municipal relatório anual sobre a gestão e situação do FUNCULTURA.

Art. 12 - As diretrizes operacionais do FUNCULTURA serão fixadas por Decreto do Executivo.

Art. 13 - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), criado pela Lei nº 4139, de 09 de julho de 1976, e regulamentado pelo Decreto nº 5645, de 21 de setembro de 1976, passa a vincular-se diretamente, para efeitos administrativos, à Secretaria Municipal da Cultura.

Art. 14 - O Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - FUMPAHC - criado com fins específicos pela Lei nº 4349, de 30 de novembro de 1977, fica vinculado à SMC, passando à mesma todas as atribuições anteriormente previstas para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 15 - A estrutura interna da Secretaria Municipal da Cultura, cujo anexo integra esta Lei, poderá ser alterado por decreto do Prefeito.

Art. 16 - O Executivo Municipal providenciará, através de lei, na criação dos cargos de provimento efetivo necessários ao funcionamento da Secretaria criada neste Título, oportunizando o aproveitamento do pessoal em exercício na Divisão de Cultura, que fica extinta.

TÍTULO II

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 17 - A Secretaria Municipal de Educação (SMED), com atuação no setor social e competência nas áreas de ensino, educação, recreação e desportos, tem por finalidade:

I - ministrar, através dos estabelecimentos munici

[.]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

187

6

...
pais de ensino, a educação formal de competência do Município;

II - desenvolver programas de educação não formal de pré-escolar, especialmente nas áreas de concentração da população de baixa renda;

III - desenvolver programas assistenciais voltados ao educando carente;

IV - estudar e executar medidas tendentes a prover o Município das escolas necessárias ao atendimento de crianças em idade escolar;

V - manter instalações e locais para a prática de esportes, bem como assistir as organizações esportivas amadoras;

VI - promover atividades educacionais esportivas e recreativas, bem como prestar apoio a empreendimentos dessas áreas;

VII - opinar e exercer controle sobre a concessão de auxílios, subvenções, prêmios, bolsas de estudos e outros benefícios a entidades e pessoas.

Art. 18 - Fica alterada a denominação do cargo de Secretário do Município na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Secretário do Município na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 19 - São criados os seguintes cargos em comissão e funções gratificadas na Secretaria Municipal de Educação, que passam a integrar a letra "c", do Anexo I, do artigo 20, da Lei nº 5732, de 31 de dezembro de 1985:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Supervisor - CC	1.1.2.8
01	Coordenador	1.1.1.7
02	Diretor de Divisão - CC	1.1.2.7
02	Assessor Especialista - CC	2.1.2.6
01	Assessor de Comunicação Social - CC	2.1.2.6

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

C56

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
03	Assistente Técnico	2.1.1.6
05	Diretor de Escola de 1º Grau Completo	1.1.1.6
01	Diretor de Escola Especial	1.1.1.6
05	Diretor de Centro Integrado de Educação Municipal	1.1.1.6
05	Chefe de Serviço	1.1.1.6
01	Assistente	2.1.1.5
02	Assistente - CC	2.1.2.5
02	Assistente Técnico em Educação Pré-Escolar II - CC	2.1.2.5
01	Assistente de Ensino Profissionalizante	2.1.1.5
02	Chefe de Equipe	1.1.1.5
05	Vice-Diretor de Centro Integrado de Educação Municipal	1.1.1.5
05	Vice-Diretor de Escola de 1º Grau Completo	1.1.1.5
01	Vice-Diretor de Escola Especial	1.1.1.5
07	Chefe de Seção	1.1.1.5
05	Secretário de Centro Integrado de Educação Municipal	2.1.1.4
05	Secretário de Escola I	2.1.1.4
01	Secretário de Escola Especial	2.1.1.4
10	Chefe de Unidade Recreativa II	1.1.1.4
02	Assistente Técnico em Educação Pré-Escolar	2.1.1.4
03	Chefe de Núcleo	1.1.1.3
05	Auxiliar Técnico	2.1.1.3
10	Chefe de Unidade Recreativa I	1.1.1.3
07	Chefe de Grupo	1.1.1.2
02	Encarregado	1.1.1.2

Art. 20 - A estrutura interna da Secretaria Municipal de Educação, cujo anexo integra esta Lei, poderá ser alterado por decreto do Prefeito.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Fica o Executivo Municipal autorizado a

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

[.]

8

abrir, no corrente exercício, os créditos adicionais necessários à instalação e funcionamento da Secretaria Municipal da Cultura e a reestruturar a Secretaria Municipal de Educação com recursos provenientes da redução das dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 03 de fevereiro de 1988.

Antônio Carlos,
Prefeito.

Gabriel Pauli Fadel,
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Valdir Fraga,
Secretário do Governo Municipal.

/AAF



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Anexos

190

ANEXO 6-

LEI Nº 7330

Cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É criada na Administração Centralizada do Município, a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer tem como finalidades:

I - organizar o campeonato municipal de futebol de campo, futebol sete e futebol de salão; definir e propor políticas públicas para o esporte, recreação e lazer;

II - democratizar a cultura corporal humana com orientação didático-pedagógica;

III - qualificar o esporte, recreação e lazer pela integração com órgãos afins;

IV - desenvolver atividades de esporte, recreação e lazer no âmbito do Município;

V - desenvolver programas esportivos e recreativos permanentes, sistemáticos e gratuitos nas instalações públicas municipais;

VI - criar, ampliar, manter e conservar áreas esportivas do Município;

VII - resgatar o esporte, a recreação e o lazer enquanto um bem social e direito do cidadão.

Art. 3º - É criado o cargo de Secretário na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer.

Art. 4º - Fica alterada a redação do "caput" do art. 17 da Lei nº 6099, de 03 de fevereiro de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - A Secretaria Municipal de Educação (SMED), com atuação no setor social e competência nas áreas de ensino e educação, tem por finalidades:".

Art. 5º - Exclui-se do art. 17 da Lei 6099, de 03 de fevereiro de 1988, os incisos V e VI, renumerando-se os demais.

Handwritten signature and initials

PUBLICAÇÃO			REPÚBLICAÇÃO			PROCESSO	F.º	F.º	PUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
DOE	06-10-93	32				00404.93.0	X		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Anexos

191

.....

2

Art. 6º - Ficam extintos os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, abaixo arrolados, dos criados pelo art. 9º e constantes, respectivamente, do item 1 - Cargos em Comissão Específicos do Magisterio - e item 2 - Funções Gratificadas Específicas do Magisterio Público Municipal - do Anexo II da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988:

QUANT.	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Supervisão de Esportes e Recreação	1.1.2.8
01	Divisão de Recreação Pública	1.1.2.7
01	Serviço de Programas e Projetos de Esportes e Recreação	1.1.1.6
01	Seção de Unidades Recreativas	1.1.1.5
01	Seção de Programas e Projetos Esportivos	1.1.1.5
01	Seção de Programas e Projetos Recreativos	1.1.1.5
10	Unidade Recreativa II	1.1.1.4
10	Unidade Recreativa I	1.1.1.3

Art. 7º - Ficam criados os Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas arroladas no quadro abaixo e que passam a integrar a letra "c" - Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - do Anexo I da Lei nº 6309, de 28 de dezembro de 1988:

QUANT.	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
02	Assessor Técnico	2.1.2.7
01	Chefe de Unidade	1.1.1.6
03	Chefe de Equipe	1.1.1.5
01	Oficial de Gabinete	2.1.2.4
20	Unidade Recreativa	1.1.1.3
03	Chefe de Setor	1.1.1.3
01	Chefe de Nucleo	1.1.1.3

Art. 8º - A estrutura da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME, será implantada através de Decreto, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único - A estrutura garantirá, necessariamente, assessoramento didático-pedagógico as atividades de ensino.

Art. 9º - O custeio e os investimentos da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME, destinados à manutenção e ao desenvolvimento de atividades de ensino, ficam

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Anexos

192

..... 3

compreendidos dentro dos percentuais previstos no art. 212 da Constituição Federal e do art. 183 da Lei Orgânica do Município.

Art. 10 - Para o desenvolvimento das atividades de ensino da área esportiva, previstas nas finalidades descritas no art. 2º desta Lei, fica o Executivo autorizado a lotar cargos de provimento efetivo, criados pela Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988, na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME.

Parágrafo único - As atividades desenvolvidas por Professor ou Especialista em Educação na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME, serão consideradas de ensino para todos os efeitos legais.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos especiais, utilizando os recursos orçamentários destinados a Divisão de Recreação Pública e ao Serviço de Programas e Projetos de Esportes e Recreação, da Secretaria Municipal de Educação - SMED, ora extintos, bem como créditos adicionais necessários à instalação e funcionamento da Secretaria criada por esta Lei.

Art. 12 - O Executivo Municipal providenciará a lotação dos cargos de provimento efetivo necessários ao funcionamento da Secretaria ora criada, oportunizando o aproveitamento do pessoal em exercício na Supervisão de Esportes e Recreação Pública - SERP.

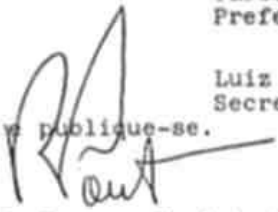
Art. 13 - Os funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação - SMED, especificamente, na atual Supervisão de Esportes e Recreação Pública - SERP, serão relotados para a Secretaria ora criada.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 05 de outubro de 1993.


Tarso Genro,
Prefeito.


Luiz Alberto Rodrigues,
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Raul Pont,
Secretário do Governo Municipal.

/KO